

A young boy with a shaved head and a serious expression looks directly at the camera. He is shirtless and wearing dark shorts. He holds a soccer ball with a red, white, and blue design. The background is a cluttered, dilapidated environment with debris and a building that appears to be in poor condition.

**Megaeventos e Violações dos
Direitos Humanos no Rio de Janeiro**
*Dossiê do Comitê Popular da Copa e
Olimpíadas do Rio de Janeiro*
junho de 2014



**Megaeventos e Violações dos
Direitos Humanos no Rio de Janeiro**
*Dossiê do Comitê Popular da Copa e
Olimpíadas do Rio de Janeiro*
junho de 2014



Sumário

Apresentação | 7

BOX 1. O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA AS REMOÇÕES | 13

1. Moradia | 19

BOX 2. A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NA CIDADE OLÍMPICA | 40

BOX 3. O PORTO MARAVILHA | 41

BOX 4. AS ILEGALIDADES NO PARQUE OLÍMPICO | 46

2. Mobilidade | 49

BOX 5. TRAGÉDIAS ANUNCIADAS | 55

BOX 6. TELEFÉRICO OU TELEFANTE? | 56

3. Trabalho | 59

BOX 7. A GREVE DOS GARIS, A COBERTURA DA MÍDIA E OS R\$ 400 MILHÕES | 66

BOX 8. OS CAMELÔS NA COPA DO MUNDO | 67

BOX 9. O RIO \$URREAL | 68

BOX 10. PROSTITUIÇÃO NÃO É CRIME E TURISMO SEXUAL É LEGAL | 70

BOX 11. CRIMINALIZAÇÃO DAS PROSTITUTAS NOS PROJETOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA: O CASO DE NITERÓI | 72

4. Esporte | 74

BOX 12. COPA, NOVAS ARENAS E ELITIZAÇÃO | 82

BOX 13. A CIDADE QUE SE TORNOU PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE, MAS NÃO RESPEITA SEUS PRÓPRIOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS | 83

5. Meio Ambiente | 87

BOX 14. GOLFE PARA QUEM? | 95

6. Segurança Pública | 99

BOX 15. CASOS DE HOMICÍDIOS PROVOCADOS POR POLICIAIS MILITARES EM FAVELAS NAS QUAIS FORAM INSTALADAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA | 103

BOX 16. DESPEJO NA FAVELA DA TELERJ | 112

BOX 17. RECOLHIMENTO E INTERNAÇÃO FORÇADOS: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO ALVO DO HIGIENISMO | 114

7. Informação e Participação | 117

BOX 18. OS DONOS DO RIO | 126

8. Orçamento e Finanças | 131

BOX 19. BNDES, O VIABILIZADOR DOS MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES | 137

BOX 20. AS MANIFESTAÇÕES DESDE JUNHO DE 2013 E A PAUTA URBANA: | 141

9. Iniciativas de resistência do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas | 145

10. Propostas | 159

BOX 21. VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS DESDE O PONTO DE VISTA DO DIREITO INTERNACIONAIS | 162



Apresentação

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro lança a terceira versão do Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro. A primeira, lançada em março de 2012, traçou um quadro abrangente das situações de violação dos direitos humanos relacionadas às intervenções da Copa do Mundo e das Olimpíadas, envolvendo as questões da moradia, mobilidade, trabalho, esporte, segurança pública, informação, participação e economia. Infelizmente, passados já dois anos daquele lançamento, pode-se constatar o agravamento das situações denunciadas.

A Cidade do Rio de Janeiro está sendo palco de diversos projetos visando à preparação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. As obras incluem instalações esportivas, a reforma do estádio Maracanã, infraestrutura no campo da mobilidade urbana (modernização e expansão do metrô, construção de corredores de ônibus, obras viárias de acesso à área urbana e reformas do Aeroporto Internacional Tom Jobim) e projetos de reestruturação urbana.

Seguindo a iniciativa da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas, que lançou no final de 2011 o primeiro Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro lançou o Dossiê Rio, tratando especificamente das violações dos direitos humanos nessa cidade. Naquele momento, o Dossiê incorporou também os resultados da missão realizada pela Relatoria do Direito à Cidade da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca), em maio de 2011, centrada nos impactos das intervenções vinculadas à preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber os jogos da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016¹, no direito à moradia.

Esta versão traz informações atualizadas e novas informações. As manifestações que eclodiram no Brasil a partir de junho de 2013, tendo como mote inicial a contestação do aumento das passagens, cresceu rapidamente e levou para as ruas a pauta da cidade. O questionamento da inversão de prioridades provocada na cidade pelos megaeventos esportivos e os grandes projetos urbanos que os acompanham, e a luta contra as violações de direitos ganhou força. Houve uma

¹ A missão teve como objetivo central investigar eventuais situações de violação do direito à moradia decorrentes das obras de preparação da cidade para recepção desses dois eventos, e foi realizada em parceria com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro e com outras organizações sociais. A cópia integral do relatório pode ser acessada no link: http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/463_cidade_missao_rio_de_janeiro.pdf

mudança no cenário político, com resultados importantes.

No capítulo Moradia podemos ver um aumento no número de remoções realizadas, mas uma diminuição das famílias ameaçadas, e algumas conquistas para as famílias atingidas. No capítulo Esporte, estão relatados os recuos do Governo do Estado quanto aos projetos de demolição dos equipamentos esportivos e sociais do Complexo do Maracanã. As incertezas ainda são grandes, mas o caminho está aberto.

O capítulo Segurança Pública apresenta um outro lado perverso dessa história: as novas leis, instituições e estratégias de militarização e criminalização da população negra e pobre da cidade, bem como as novas formas de criminalização e repressão das manifestações de rua. Foram sistematizados os dados de homicídios provocados pela polícia em áreas “pacificadas”, e da relação entre a militarização da polícia com execuções e chacinas em áreas pobres da cidade.

Em todos os outros capítulos, foram atualizadas as informações demonstrando o agravamento do desrespeito aos Direitos Humanos e ao Direito Coletivo à Cidade, envolvendo o direito à moradia, à mobilidade, ao meio ambiente, ao trabalho, à participação, entre outros. A poucos dias da Copa do Mundo, já podemos constatar que um legado que fica é de uma cidade mais cara (denunciada de forma irônica pelo movimento Rio \$urreal), com menos espaço para a população pobre e trabalhadora, e aumento das restrições ao exercício pleno da cidadania.

Desde o momento em que foi anunciada a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, a grande imprensa, políticos e diversos analistas têm ressaltado as oportunidades provenientes da ampliação dos investimentos na cidade, destacando as possibilidades de enfrentamento dos grandes problemas, como o da mobilidade urbana e o da recuperação de espaços degradados para a habitação, comércio e turismo, caso da área central. Entretanto, a população da cidade já se deu conta de que o projeto Rio Cidade Olímpica, que agrega as obras para a Copa 2014, para os jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e grandes projetos como o Porto Maravilha, não trará os benefícios prometidos.

As manifestações de rua que eclodiram durante a Copa das Confederações, em junho de 2013, colocaram em evidência a ausência de participação popular. Enquanto a cidade fica mais cara, os serviços públicos pioram, e os pobres perdem o pouco que conquistaram ao longo de sua vida, e se veem sem seus direitos básicos respeitados.

As remoções são uma ponta de um projeto de transformação profunda na dinâmica urbana do Rio de Janeiro, envolvendo, de um lado, novos processos de elitização e mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais, marcados pela negação das esferas públicas democráticas de tomada de decisões e por intervenções autoritárias, na perspectiva daquilo que tem sido chamado de cidade de exceção.

O que já vínhamos denunciando desde o primeiro Dossiê, se concretiza e se agrava. Os novos marcos legais e institucionais, impostos pelos Megaeventos Esportivos, violam abertamente os princípios da impessoalidade, universalidade e publicidade da lei e dos atos da administração pública. A população na rua, em protestos legítimos por direitos, sentiram na pele o aumento da repressão policial, e novas formas de criminalização dos movimentos sociais. Grupos culturais, vendedores de rua, torcedores, se viram diante dos efeitos perversos da Lei Geral da Copa, e das regras da Fifa para os lugares associados aos jogos e seu entorno. Como efeito positivo,

vimos muitos irem às ruas para questionar essas medidas, e reivindicar seu direito contra o favorecimento dos negócios privados nos espaços públicos. As denúncias aqui apresentadas ecoam nas ruas.

A articulação política do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas mostrou resultados para a construção de pautas e ações que ganharam visibilidade social no contexto das lutas sociais urbanas. Ainda há muito o que construir, e as conquistas são limitadas e frágeis, diante dos projetos que se impõe para a cidade. O Dossiê é um elemento importante dessa luta, pelo Direito à Cidade, e mais do que denunciar para as autoridades públicas e para a comunidade internacional as violações de direitos, as ilegalidades cometidas em nome de interesses privados e contra a população, é um convite à mobilização.

As violações dos direitos dos mais pobres não começou com os Megaeventos Esportivos, mas como demonstrado, se agravou. As intervenções na cidade por meio de grandes projetos urbanos se acelerou com as leis de exceção e com o direcionamento de volumosos recursos públicos, aumentando a escala e alcance desse modelo.

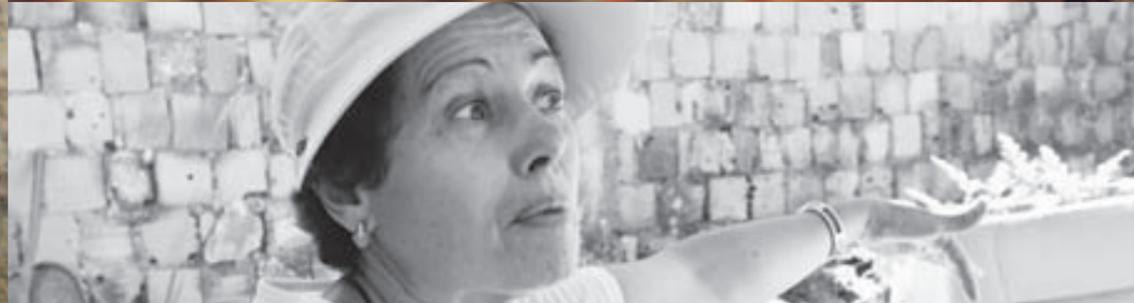
O Dossiê é um convite, aos movimentos populares, sindicatos, organizações da sociedade civil, defensores dos direitos humanos, cidadãos e cidadãs comprometidos com a justiça social e ambiental, a se somarem ao Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro na luta por um outro projeto de cidade. Um projeto resultante do debate público e democrático, com a garantia de permanência de todas as comunidades e bairros populares situados nas áreas de intervenção em curso. Um projeto que respeite o direito ao trabalho, de modo que os trabalhadores não sejam punidos por comercializarem no espaço público. Um projeto em que o meio ambiente seja efetivamente preservado. E principalmente, que a cidadania esteja acima dos interesses de grandes grupos econômicos.

Este Dossiê convida a todos e a todas a lutarem e resistirem contra o Projeto Olímpico marcado por processos de exclusão e desigualdades sociais. Convida para uma mobilização em torno de um projeto que garanta o respeito aos direitos humanos e promova o direito à cidade, pensando no futuro da cidade para sua população, e não para os poucos dias de jogos da Copa e Olimpíadas.





A resistência histórica da Vila Autódromo. A área é cobiçada devido a grande valorização da região. No local desde meados da década de 1980, grande parte dos moradores possui documento de concessão real de uso pelo poder público estadual, dificultando as ações de remoção violenta. Moradia, página 19



BOX 1 O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA CONTRA AS REMOÇÕES

Muitas são as lideranças comunitárias que estão em luta neste momento contra a remoção de suas comunidades. E é possível perceber um protagonismo das mulheres na resistência. As lutadoras costumam ser moradoras antigas das comunidades ameaçadas e na maioria das vezes são as “chefes” de suas famílias, e usam sua habilidade feminina para adaptar da melhor forma suas vidas e a de seus filhos ao ambiente que ocupam. Nessas comunidades os filhos brincam nas ruas porque todos se conhecem e se cuidam. Quando tem que trabalhar, essas mulheres contam com a ajuda e apoio das vizinhas para tomar conta das crianças.

Muitas vezes a renda da família é complementada ou mesmo se constitui integralmente por trabalhos feitos em casa pelas mulheres, muitas fazem artesanato ou comida para vender para a vizinhança. Quando são ameaçadas de remoção, o que está em jogo é muito mais do que a casa (um teto e quatro paredes). É toda a forma de sobrevivência das famílias. Daí o protagonismo de tantas mulheres, com força na luta pela permanência em suas comunidades.

Muitas são as táticas usadas por essas mulheres na luta. Dona Jane, moradora da Vila Autódromo, está sempre com uma câmera na mão, disposta a visibilizar a luta de sua comunidade e as arbitrariedades dos agentes da Prefeitura.

A professora Inalva guarda e defende a história e os documentos de sua construção comunitária por uma cidade de direitos. Penha, com fé, dá força a seus vizinhos para que não desistam de tudo o que já conquistaram.

Alessandra, da Providência, é evangélica e faz discursos fortes, como de uma pastora em culto. Costuma emocionar as pessoas que a escutam falar de sua vida e de sua luta.

Socorro, da Indiana, participa de muitos movimentos e eventos, levando sua história de resistência, do conflito que vive em sua comunidade, estimulado pela Prefeitura, para que não fique tão vulnerável às ameaças que sofre.

Dona Zélia, do Arroio Pavuna, com a postura aguerrida de uma matriarca, não só conseguiu a permanência de sua comunidade quando a Transcarioca passou, mas também que a Prefeitura custeasse algumas obras de infraestrutura.

Irmã Fátima é considerada com muito carinho pelos moradores da Estradinha. Com muita coragem, já interpelou o Prefeito de frente, quando o viu falar arbitrariedades sobre sua comunidade. Mobilizadora, organizou junto com moradores e militantes atividades para a reconstrução da comunidade após a demolição de várias casas.

Estas e tantas outras mulheres estão entre as principais lideranças que lutam pelo direito à moradia e à cidade dos habitantes das comunidades ameaçadas de remoção.



Uma NÃO USE
TUA CÂMERA **Copa do Mundo**
da FIFA no Brasil
é como Visa.
Todos são bem-vindos.



Small text in the top left corner: www.visa.com.br





A Copa popular é um das atividades organizadas pelo Comitê Popular Rio e que promove a integração das comunidades ameaçadas pelos megaeventos esportivos. *Iniciativas de Resistência*, página 145



1. Moradia

Os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro marcaram o retorno da forma mais violenta de desrepeito ao Direito à Moradia na cidade. A coalização de forças políticas somada aos interesses de grandes empreiteiras acelerou a “limpeza social” de áreas valorizadas da cidade, e acelerou a abertura de novas frentes lucrativas para empreendimentos de alto padrão. A atualização dos dados reforça o que já vinha se demonstrando. Trata-se de uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios, acompanhada de ações violentas e ilegais.

Este capítulo apresenta a atualização das informações sobre as comunidades removidas e o que aconteceu com os terrenos que elas ocupavam. Apresenta como estão comunidades ameaçadas, diante das incertezas, falta de informação, e verdadeiro terrorismo psicológico promovido pela prefeitura, como estratégia para viabilizar a remoção. Projetos não são apresentados, as famílias não tem acesso à informações oficiais, nem mesmo quando o trator já está na porta de sua casa pressionando pela saída. São casos dramáticos, em que a prefeitura tenta vencer moradores pelo cansaço, pela propagação de mentiras, e pela negação inclusive do direito à defesa.

Os dados que apresentamos aqui, conforme se verá, revelam um quadro grave de violações. Mas também grave é a falta de acesso à informações, aos dados oficiais. A não apresentação dos dados pelo poder público pode ser fruto de falta de planejamento, que se revela nas mudanças de trajetos de obras mesmo depois de audiências públicas e processos licitatórios, pode ser parte de uma estratégia de aumento da pressão psicológica e de limitar ações de resistência, ou mesmo decorrente da ilegalidade com que as transações são realizadas. Indícios das três possibilidades se encontram nos casos apresentados.

A não apresentação dos dados, a ausência do debate público democrático, reforça esse quadro em que os mais vulneráveis perdem o pouco que conquistaram na luta diária pelo acesso à cidade. Esta postura do poder público é, portanto, em si uma forma de violação de direitos.

No caso do Rio de Janeiro, fica claro que o projeto de atração de investimentos tão propagandeado pelo poder público municipal e estadual com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 tem como um componente importante a expulsão dos pobres das áreas valorizadas, como o bairro da Barra da Tijuca e do Recreio, ou que serão contempladas com investimentos públicos, como os bairros de Vargem Grande, Jacarepaguá, Curicica, Centro e Maracanã. Nestes bairros, áreas de expansão do capital imobiliário, a Prefeitura Municipal atua como uma máquina de destruição de casas populares. A maioria das remoções está, portanto, localizada em áreas de extrema valorização imobiliária. Os investimentos públicos realizados

em transporte (BRTs) privilegiaram esses mesmos espaços, multiplicando as oportunidades de outros investimentos e de retorno financeiro na produção habitacional para classes média e alta e na produção de imóveis comerciais. Quanto às áreas destinadas aos atletas e equipamentos esportivos para as Olimpíadas, Vila dos Atletas e Parque Olímpico, após os jogos, serão transformadas em empreendimentos residenciais de luxo, comercializados pelas empreiteiras “parceiras”¹ dos governos municipal e estadual.

Já os conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (destinado às famílias com rendimentos de até três salários mínimos) para atender à população removida, não estão localizados, em sua grande maioria, nas áreas beneficiadas com investimentos para a Copa e as Olimpíadas, mas nas áreas periféricas da cidade (**Mapa 1, pg. 168**), as quais possuem baixa cobertura dos serviços públicos e da infraestrutura urbana. Cabe destacar que, em alguns casos, a carência ou precarização dos serviços públicos será provocada pelo recebimento de um contingente enorme de pessoas sem a correspondente ampliação dos serviços.



¹ Empreiteiras e incorporadoras imobiliárias que venceram licitações para a realização das obras estão entre as principais doadoras das campanhas eleitorais dos governos atuais. Notícia publicada no Estadão revelou, por exemplo, que a empresa Odebrecht foi responsável por praticamente 2/3 do volume de recursos recebidos pelo PMDB, partido à frente da Prefeitura e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 2013. Veja também o Box desde Dossiê: “Os Donos do Rio”. http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=impresso,odebrecht-doa-23-da-receita-do-pmdb,1166378,0.htm

Comunidades removidas ou ameaçadas de remoção em função da Copa e das Olimpíadas

São 4.772 famílias já removidas na cidade do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 16.700 pessoas de 29 comunidades mapeadas neste dossiê. Destas, 3.507 famílias, 12.275 pessoas de 24 comunidades, foram removidas por obras e projetos ligados diretamente aos megaeventos esportivos. Outras 4.916 famílias de 16 comunidades estão sob a ameaça de remoção.

Importante mencionar que esse dado é subestimado. Não há dados oficiais de remoções divulgados por obra e por comunidade. Os dados aqui apresentados são resultado de pesquisa realizada pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro e sua rede de contatos com movimentos, entidades e apoiadores das comunidades removidas e ameaçadas (fontes de dados indicadas abaixo da tabela). O Comitê identificou a relação com os jogos a partir da lista de obras integrantes do projeto da Copa e das Olimpíadas, como as destinadas à construção do estacionamento para o estádio do Maracanã, às obras viárias com faixas segregadas para o BRT, e de obras que foram incluídas no legado e beneficiaram-se de medidas de exceção para tal finalidade, como é o caso das obras do Porto Maravilha, no centro da cidade.

Outras remoções e ameaças de remoção em curso, mesmo que não diretamente ligadas aos jogos, realizam-se no contexto de promoção da Cidade Olímpica, em áreas de interesse do mercado. Há casos de remoções justificadas por supostas situações de risco e interesse ambiental, que depois não se confirmaram. Listamos comunidades que estão nessa situação e tivemos acesso aos dados, com o cuidado de diferenciá-los daqueles diretamente relacionados aos megaeventos, nos relatos e na tabela síntese.

As informações aqui apresentadas foram inicialmente organizadas para o documento da Relatoria pelo Direito Humano à Cidade (Projeto Relatores da Plataforma dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), em 2011. Posteriormente, o conteúdo foi complementado com informações da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e notícias veiculadas pela mídia². Foram também realizados levantamentos diretamente nas comunidades, através do contato com as lideranças e visitas às áreas.

Conforme o Dossiê anterior, sistematizamos informações sobre as remoções visando quantificar o número de famílias atingidas, e evidenciamos as múltiplas violações de direitos que acompanham os processos de remoção, em cada caso. Nessa sistematização é possível identificar estratégias do poder público.

As comunidades foram agrupadas tendo como critério o tipo de justificativa utilizada para as remoções que, no caso do Rio de Janeiro, são seis tipos: (i) as obras viárias associadas aos corredores dos BRTs; (ii) obras de ampliação do Aeroporto, (iii) as obras de instalação ou reforma de equipamentos esportivos; (iv) as obras voltadas à promoção turística na Área Portuária; (v) áreas de risco e interesse ambiental; (vi) áreas de interesse turístico e imobiliário.

² Nesse caso, utilizou-se tanto a grande mídia impressa, como “blogs” de informação e de organizações não-governamentais que monitoram as remoções, dentre os quais destacam-se “Pela Moradia” e “Rio on Watch”. Este último realizou, inclusive, reportagens investigativas, com levantamento de dados e entrevistas com os moradores.

Comunidades removidas em função de obras viárias e da construção dos corredores de transporte dos BRTs Transcarioca, Transoeste e Transolímpica

O BRT Transcarioca, que fará a ligação Barra da Tijuca – Penha, estava com 88% concluído, conforme divulgação oficial da prefeitura em maio de 2014. Destaca-se as remoções das comunidades de Campinho e do Largo do Tanque, realizada nos primeiros meses de 2013, que o Comitê Popular acompanhou registrando as inúmeras violações de direitos pelo poder público. No site do governo federal³, a Prefeitura previa despesas com desapropriações para essa obra no valor de 300 milhões. Várias notícias veiculadas pela imprensa apontam que mais de 3.000 famílias foram afetadas na primeira fase da Transcarioca, incluindo nesse número desapropriações de imóveis regulares.

Para a construção do BRT Transoeste inaugurado em março de 2014, fazendo a ligação da Barra da Tijuca com Santa Cruz e Campo Grande, destacam-se as remoções das comunidades da Restinga, Vila Harmonia e Recreio II, e a organização das famílias para lutar por direitos e buscar apoio jurídico junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e em organizações da sociedade civil. Moradores já removidos ainda tentam obter indenizações justas e se reúnem na comissão dos Atingidos pela Transoeste. O que chama a atenção é a proximidade dessas comunidades com condomínios habitacionais de classes de renda média e alta, e as áreas antes ocupadas pelas comunidades, removidas com o argumento de “urgência” pela necessidade das obras da Copa, que até o momento permanecem vazias.

A Transolímpica passou recentemente, no início de 2013, por um processo de licenciamento ambiental, bastante questionado pelo Ministério Público Estadual, que entre outros aspectos, apontou o fracionamento do projeto e a insuficiência de informações sobre os impactos sociais decorrentes das obras. Ressalta-se a falta de debate público e de informações sobre os atingidos. Levantamentos e obras de urbanização em comunidades da região de Curicica e Jacarepaguá, que estariam no trajeto da obra viária, foram interrompidos sem que os moradores tivessem acesso à informações oficiais sobre sua situação. Com as obras iniciadas, o trajeto ainda é incerto para os moradores da região. O impacto das obras da Transbrasil é também ainda desconhecido.

Campinho (Largo do Campinho) – O primeiro contato da Prefeitura com os moradores foi em janeiro de 2011, e a comunidade foi extinta em junho de 2011 com a remoção de 65 famílias. A remoção foi promovida pela Prefeitura para a construção de um mergulhão do corredor Transcarioca de BRT. A remoção foi acompanhada de pressão psicológica, com a ameaça de que se não aceitassem um apartamento do MCMV em Cosmos, a 60km do local, ficariam sem nada. Moradores que não aceitaram receberam indenizações irrisórias. Há relatos, com mais de uma testemunha, do recebimento de indenizações em sacos de dinheiro pagos em negociação direta com a empreiteira responsável pela obra.

Rua Domingos Lopes (Madureira) – Na Rua Domingos Lopes, cerca de 100 casas foram desapropriadas para a implantação da primeira fase do BRT Transcarioca.

Rua Quáxima (Madureira) – Na Rua Quáxima, 27 famílias foram removidas para a implantação da primeira fase do BRT Transcarioca. Foram oferecidos aos moradores apartamentos do MCMV na Zona Oeste, sob a ameaça de que ficariam sem nada se não aceitassem, e não foi reconhecido o direito de posse de famílias com mais de 30 anos de residência no local. Após resistência,

houve a oferta de aluguel social. A ordem judicial da remoção foi cumprida sob resistência dos moradores.

Penha Circular – A comunidade foi removida, segundo dados divulgados pela Prefeitura. Não se tem informações específicas sobre o número de famílias, nem sobre o processo de notificação dos moradores e indenizações. A partir de dados noticiados de remoções relacionadas à Transcarioca, estimamos o total de 40 famílias.

Largo do Tanque – As 66 famílias residentes no local começaram a ter suas casas marcadas na semana anterior ao Carnaval (entre 4 e 8 de fevereiro de 2013). Em 22 de fevereiro, menos de dez famílias resistiam, tentando conseguir indenizações justas diante da perda de suas casas, nesse momento já tida como inevitável. Os moradores foram informados da necessidade da remoção por um funcionário da Prefeitura, que já apresentava uma proposta de indenização ínfima, variando de R\$ 7 mil a R\$ 30 mil, com falas ameaçadoras e intimidação. Essas dez famílias que resistiram conseguiram melhorar um pouco o valor das indenizações. No cartão do funcionário, constava a logo “Rio Cidade Olímpica”, mas ninguém teve acesso ao projeto, a qualquer informação sobre que obra seria realizada no local, ou mesmo ao motivo de tanta urgência. Há relatos de que seria para a Transcarioca. As famílias residiam há mais de cinco anos no local, mas não tiveram o direito de posse reconhecido.

Arroio Pavuna (Jacarepaguá) – A remoção da comunidade, de mais de 50 anos, começou em 2006, justificada pelas obras para os Jogos Pan-Americanos. Naquele período, a justificativa era a construção de um equipamento esportivo, mas 68 famílias foram removidas, conforme consta em relatório oficial da Transcarioca de 2010 “para a abertura dos acessos laterais do Condomínio Rio 2”. Até o momento, tais aberturas laterais não existem, e o terreno está vazio, somente ocupado por um gramado e jardim de luxo. As 28 famílias que restam na comunidade estavam ameaçadas de remoção devido à construção de um viaduto para a implantação do BRT Transcarioca. Após resistirem com apoio da Defensoria Pública Estadual e da Secretaria de Patrimônio da União, conseguiram restringir a remoção a cinco casas e um estabelecimento comercial, demolidas em abril de 2013. As demais, porém, permanecem com destino incerto, já que a Prefeitura, em outros momentos, alegou também a necessidade da remoção para a preservação ambiental.

Vila das Torres (Madureira) – A remoção começou em junho de 2010, justificada para a construção de um parque municipal, parte do “legado” do projeto Rio Cidade Olímpica e integrado ao projeto do BRT Transcarioca. Em abril de 2011, permaneciam no local 60 famílias. A remoção foi concluída em 2013, totalizando 1.017 famílias, segundo informação da SMH. O Parque Madureira, construído no local, é apresentado como proposta “inovadora de sustentabilidade”, mas desconsidera as novas ocupações informais e o impacto do deslocamento dessas famílias de uma área urbanizada e com acesso a serviços públicos para conjuntos na periferia. A comunidade, formada em 1960, possuía enorme tradição cultural e fortes vínculos com a Escola de Samba Portela. No processo de remoção, a Prefeitura não apresentou nenhum documento, e ninguém teve acesso ao projeto do parque, à despeito dos pedidos dos órgãos estaduais Defensoria Pública e Ministério Público. Os moradores negociaram com a Prefeitura sob forte pressão, com o prazo de dez dias para deixarem suas casas, e sob a ameaça de não receberem nada se procurassem advogados. A maior parte das famílias (696), recebeu indenização, com valor variando entre R\$ 8 mil e R\$ 17 mil, com algumas exceções que, sem critério claro, chegaram a R\$ 55 mil. Outra opção oferecida foi um apartamento em conjunto do MCMV, em Realengo (condomínios Trento, Treviso e Ipê Branco), composto de somente 290 unidades, portanto, insuficiente para atender a todos.

Comunidade Restinga (Recreio) – Na Restinga, cerca de 80 famílias e 34 estabelecimentos comerciais foram demolidos em dezembro de 2010, em função da necessidade de construção do corredor da Transoeste. Cerca de vinte moradores que resistiram à remoção até agora não receberam indenização. A população está se organizando na Comissão de Moradores Atingidos pela Transoeste, com apoio da Defensoria Pública do Estado. Todos estão em uma situação pior do que antes. O terreno deu lugar a três novas pistas de carro, e não ao BRT.

Comunidade Vila Harmonia (Recreio) – Na Vila Harmonia viviam cerca de 120 famílias, em uma ocupação bastante consolidada. As famílias foram pressionadas a aceitar a remoção para um conjunto MCMV em Campo Grande, sem antes terem acesso ao contrato que iriam assinar, ou, a receber uma indenização irrisória pelas benfeitorias. Inicialmente, 97 famílias aceitaram indenizações e 52, o apartamento. As demais resistiram no local com liminares impetradas pela Defensoria do Rio de Janeiro, que em seguida foram derrubadas. Dois terreiros de Candomblé não receberam nenhuma indenização. O processo de remoção foi justificado, segundo relato dos moradores, pela ampliação da Avenida das Américas e para a construção de umanel viário vinculado à construção do corredor da Transoeste. Na época, a Defensoria Pública chegou a questionar se havia realmente necessidade da remoção para a Transoeste. Dois anos depois da remoção, o terreno permanece vago, utilizado como estacionamento para máquinas da Prefeitura.

Comunidade Vila Recreio II (Recreio) – Na comunidade Vila Recreio II, localizada na Avenida das Américas, residiam cerca de 235 famílias, em uma área demarcada como de interesse social. Todas as casas já foram destruídas em razão da construção da Transoeste. Segundo relato dos moradores, a maioria residia no local há mais de vinte anos. O terreno, dois anos depois da remoção realizada com urgência, encontra-se vazio.

Notredame (Recreio) – A comunidade com 52 casas foi removida em junho de 2010, no processo de “limpeza social” nas mediações das obras da Transoeste, visando, ao que tudo indica, a valorização imobiliária da região.

Vila da Amoedo (Recreio) – Cerca de 50 famílias que moravam perto da loja de material de construção Amoedo, também nas mediações da Transoeste, foram removidas em meados de 2012. Segundo os moradores as indenizações foram irrisórias, abaixo do valor de mercado. O terreno se transformou em um estacionamento da Amoedo à beira da Avenida das Américas, próximo ao túnel da Grota Funda.

Vila Taboinha (Vargem Grande) – Ocupação originada no início dos anos 1990, reunindo cerca de 400 famílias, agora ameaçadas de remoção. A comunidade sofre a pressão imobiliária e um processo de reintegração de posse, pelo fato de estar localizada em Vargem Grande, área de expansão imobiliária ligada às obras viárias do BRT Transoeste.

Asa Branca (Jacarepaguá) – A Comunidade Asa Branca é composta por aproximadamente 3.500 moradores e recebeu, durante o segundo semestre de 2012, obras de urbanização da Prefeitura, vinculadas ao programa “Bairro Maravilha”. Entretanto, o local sofre ameaças de remoção devido à construção do BRT Transolímpica. O corredor expresso possivelmente implicará na remoção das casas que se encontram à margem da Avenida Salvador Allende. A determinação exata do número de famílias afetadas, no entanto, ainda depende da divulgação oficial do traçado da Transolímpica.

Vila Azaleia (Curicica) – A Comunidade Vila Azaleia tem aproximadamente 100 famílias que estão ameaçadas de remoção devido à construção do BRT Transolímpica.

Vila União de Curicica (Curicica) – Situada nas proximidades do futuro Parque Olímpico, e com mais de 30 anos de existência, tem pelo menos 700 famílias com suas casas marcadas sob ameaça de remoção. O motivo alegado é a construção da Transolímpica, via expressa do sistema BRT que ligará a Barra da Tijuca a Deodoro. Caso a remoção da Vila União de Curicica de fato se concretize, esta será uma das maiores realizadas das Olimpíadas de 2016. Até recentemente a comunidade estava no mapa de urbanização da prefeitura e receberia obras do “Morar Carioca”, o programa de urbanização de favelas atualmente realizado pela prefeitura.

Essa informação foi confirmada pelos técnicos do escritório de arquitetura Corcovado que teria assinado um contrato em maio de 2012, mas teria executado apenas a fase de diagnóstico do projeto, pois o mesmo logo depois fora excluído. Com a interrupção do trabalho do escritório, os moradores tentaram muitas vezes, sem sucesso, ter acesso ao projeto e ao número de casas ameaçadas na prefeitura, até terem suas casas marcadas no início de 2013. Por outro lado, a subprefeitura da Barra afirma que desde o início a comunidade fazia parte do traçado da Transolímpica e os moradores seriam reassentados em apartamentos na Colônia Juliano Moreira. Os apartamentos além de pequenos não contemplam os comerciantes.

O processo de remoção na Vila União é marcado pelo desencontros de projetos, falta de diálogo, ausência de notificações, casas marcadas, negociações individuais, indenizações abaixo do preço de mercado, intimidações, violência psicológica, desrespeito à história de vida e aos laços dos moradores com os vizinhos e com o entorno.

Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá) – Ameaçados pelo traçado BRT Transcarioca, moradores não obtêm informações sobre a remoção. A Colônia tem, no total, cerca de 30 mil habitantes, sendo dividida em dez subáreas pela Prefeitura. Topógrafos têm realizado levantamentos na região. A Colônia começou a ser urbanizada em 2010 com obras do PAC, que não foram concluídas. Em 2011, iniciaram as obras do Morar Carioca e fotos do local foram utilizadas em propaganda do programa pela Prefeitura, mas a urbanização não foi concluída e os moradores convivem com o projeto abandonado. A obra deve passar sobre áreas ocupadas, incluindo uma vila de idosos e área de proteção ambiental. O número de atingidos é incerto, mas o movimento em defesa da Colônia “Ecolônia”, a partir de imagens aéreas do possível traçado, estima em cerca de 400 casas, sendo 100 da área conhecida como “Colônia Antiga”.

Comunidades ameaçada pelas obras de ampliação do Aeroporto

Tubiacanga, Parque Royal, Portuguesa e Barbante (Ilha do Governador) – A Comunidade de Tubiacanga, localizada na Ilha do Governador, sofreu ameaça de remoção pela obra de expansão do aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), mais especificamente em decorrência da necessidade de construção de uma terceira pista no aeroporto. Cerca de 2500 pessoas, em torno de 700 famílias, estavam ameaçadas, Durante as jornadas de junho de 2013 a presença dos habitantes da comunidade foi frequente nos protestos, exigindo o cumprimento de seu direito à moradia. Segundo matéria do jornal O Dia, de 29 de setembro de 2013⁴, o Ministro da Aviação Civil, Moreira Franco, retirou do edital de concessão do aeroporto a obrigatoriedade de construção de uma terceira pista, o que implicou pelo menos no adiamento das remoções relacionadas à essa ampliação do aeroporto. A decisão foi comunicada pelo ministro em e-mail a Wagner Victor, presidente da Cedae e morador da Ilha do Governador.

4 <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-29/informe-do-dia-tubiacanga-fica.html>

Estavam também ameaçadas pela construção da terceira pista do aeroporto: Parque Royal (cerca de 2100 famílias), Portuguesa (cerca de 2300 famílias) e Barbante (cerca de 120 famílias)

Comunidades removidas em função das obras de instalação ou reforma de equipamentos esportivos

Comunidade do Metrô Mangueira – A comunidade, que reunia aproximadamente 700 famílias com cerca de 40 anos de existência, situada nas proximidades do Maracanã, começou a ter suas casas marcadas para a remoção em 22 de agosto de 2010, com previsão para a construção de um estacionamento no local. As primeiras 108 famílias que, sob pressão, aceitaram a remoção foram assentadas em um conjunto habitacional em Cosmos (Zona Oeste – 70 km do local). Os demais começaram um movimento de resistência. Sob pressão, a Prefeitura assentou 246 famílias no conjunto Mangueira I, ao lado da comunidade, inicialmente previsto para receber famílias de três a seis salários mínimos. Depois de mais de um ano aguardando e convivendo com os escombros demolidos das primeiras casas, e 216 famílias foram para o conjunto Mangueira II, em dezembro de 2012. Outras 92 foram assentadas em Triagem. Poucas famílias ainda permaneciam na comunidade, aguardando questões burocráticas com a Caixa Econômica Federal, convivendo com escombros e a precarização das condições de vida pelo abandono do poder público. Nesse processo, é preciso registrar que a destinação dos conjuntos habitacionais Mangueira I e II para a comunidade é uma conquista decorrente da resistência dos moradores, tendo em vista que eles não estavam inicialmente previstos.

Após a remoção parcial da comunidade em 2010, permaneceram no local escombros e casas descaracterizadas, o que acabou gerando uma nova ocupação da área por um grupo de sem-teto. No final de 2013 o Prefeito chegou a visitar a comunidade, prometendo que os novos ocupantes teriam um atendimento por aluguel social. No dia 08 de janeiro de 2014, porém, a Prefeitura chegou sem aviso prévio e iniciou a demolição das casas ocupadas, derrubando 12 delas. Os moradores realizaram um protesto duramente reprimido pela polícia. A única alternativa habitacional apresentada foi a inclusão dos moradores no cadastro de beneficiários do programa “Minha Casa, Minha Vida”, mas nenhuma solução imediata foi estabelecida.

O primeiro argumento utilizado para dar início à remoção foi a da necessidade de estacionamento para o Maracanã. Mas em setembro de 2013 decreto municipal definiu que a terra será destinada a um polo automotivo com 96 unidades comerciais e um parque com ciclovia, rampa de skate, academia para idosos, parque infantil e 400 árvores. O projeto vai custar R\$30,5 milhões.

Vila Autódromo (Jacarepaguá) – São cerca de 550 famílias, em sua maioria de baixa renda, com mais de 20 anos no local. A área é cobiçada pelos grupos imobiliários e da construção civil devido a grande valorização da região. A ocupação foi iniciada em meados da década de 1980 e grande parte dos moradores possui documento de concessão real de uso pelo poder público estadual, dificultando as ações de remoção violenta. Parte da comunidade foi decretada Área de Especial Interesse Social, por meio da Lei Complementar nº 74/2005. A Vila Autódromo tem um histórico de resistência popular contra as tentativas de remoção promovidas pelo poder público desde a década de 1990. As ameaças de remoção ganharam uma nova dimensão no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos. O Secretário de Habitação do município esteve na comunidade, em outubro de 2011, e informou que a remoção seria necessária por exigência do Comitê Olímpico Internacional, para viabilizar a construção de instalações esportivas do Parque Olímpico. A Prefeitura iniciou o cadastramento dos moradores, com a proposta de pagamento de

aluguel social até a construção de um conjunto do Programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV. Os moradores, com apoio do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado - NUTH e do Conselho Popular, elaboraram uma notificação ao COI, denunciando a ameaça de remoção. Diante da resistência dos moradores, o cadastramento foi interrompido. Em novembro de 2011 a Prefeitura lançou um edital de licitação para a concessão do terreno público e o estabelecimento de uma Parceria Público-Privada (PPP) para a construção do Parque Olímpico. Na concessão consta que, após a realização dos jogos, 75% da área de 1,18 milhão de m² será destinada a empreendimento habitacional de alto padrão a ser comercializado pela concessionária. O NUTH conseguiu suspender temporariamente o processo de licitação, até que a Prefeitura esclarecesse que o direito à moradia das famílias estaria garantido. Desmentindo informações anteriores, a Prefeitura afirmou no processo que a comunidade não precisaria ser removida em função do Parque Olímpico, mas para as obras do BRT Transcarioca e Transolímpica, entrando em contradição com estudos anteriores apresentados das vias, inclusive em audiência pública.

Nesse período, a Prefeitura adquiriu um terreno no valor de cerca de 20 milhões de reais, de propriedade de um dos doadores de campanha do prefeito Eduardo Paes, para o reassentamento dos moradores. A construção do conjunto a cerca de 1,5 km da comunidade representa uma conquista da mobilização dos moradores, pela proximidade, mas não reconhece as condições de vida locais e laços econômicos e culturais da comunidade. Os moradores, em conjunto com pesquisadores universitários (ETTERN/IPPUR/UFRJ e NEPHU/UFF), elaboraram o Plano Popular da Vila Autódromo, para demonstrar que a urbanização integrada ao Parque Olímpico é possível, com qualidade urbana e habitacional superior ao MCMV e com um custo muito inferior à remoção. O prefeito Eduardo Paes, em audiência com moradores, em agosto de 2012, se comprometeu a realizar uma avaliação do plano e responder em 45 dias. Nenhum retorno foi dado e, em fevereiro de 2013, a Prefeitura voltou a afirmar que a remoção seria necessária para a construção de um centro de mídia, estacionamento e instalações provisórias do Parque Olímpico. Nesse mesmo mês, foi realizado o lançamento imobiliário do conjunto MCMV, com stand de vendas e material de propaganda do empreendimento. Recomeçou, então, o cadastramento das famílias, sem dar a elas outra alternativa que não os apartamentos de área extremamente reduzida, e sem opção para comerciantes e templos religiosos.

Em decorrência das manifestações de junho de 2013, em agosto de 2013 Prefeito Eduardo Paes reconheceu que houve equívocos no tratamento dado à Vila Autódromo e afirmou que estaria disposto a abrir uma rodada de negociações baseada na permanência da comunidade e na sua urbanização. Foram 9 reuniões no total, envolvendo Secretários Municipais de Habitação, Meio Ambiente, Urbanismo, Procuradoria Geral do Município e a Empresa Olímpica Municipal. As negociações, porém, foram marcadas pela intransigência por parte dos representantes da prefeitura, que não reconheceram e não deram resposta às propostas apresentadas pela comunidade com assessoria das duas universidades. A Prefeitura interrompeu unilateralmente as negociações em setembro, apresentando um projeto que mantinha a remoção de pelo menos 70% dos domicílios, e sem deixar clado o destino das 150 casas que não seriam atingidas diretamente pelas obras. A prefeitura apresentou um desenho esquemático da área, que não especifica como ficariam o acesso às casas após as obras, nem apresenta soluções para problemas de drenagem criados, mantendo um clima de incerteza na comunidade. Durante todo o processo de negociação, a Prefeitura não forneceu nenhuma informação solicitada pelos moradores, nem sequer o estudo de impacto ambiental relativo à implantação do Parque Olímpico. Interrompidas as negociações, a prefeitura passou a assediar os moradores diariamente com ameaças e informações desencontradas.

A remoção começou em fevereiro de 2014, com negociações individuais e pagamento de indenizações sem nenhum procedimento legal e sem revelar valores pagos. Parte dos moradores aceitou o apartamento no MCMV, no conjunto Parque Carioca. O projeto do Parque Carioca incluiu área comercial, insuficiente para atender a todos os comerciantes da comunidade e a ocupação da área está sendo realizado de forma individualizada, sem transparência nos critérios utilizados.

O início da mudança para o apartamento estava previsto para acontecer em março de 2014. Uma liminar do NUTH em favor dos moradores que defendiam a permanência impedia as demolições até a apresentação do projeto de urbanização e da lista dos moradores que aceitaram sair. O Defensor Público Geral em atitude ilegal, solicitou a derrubada da liminar e o início das demolições, alegando a defesa dos moradores que desejavam sair. A liminar não impedia a mudança dos moradores, e sim resguardava os direitos dos que permaneciam. As demolições e a derrubada de árvores da comunidade aumentaram a pressão psicológica sobre os que estavam dispostos a permanecer. No início de maio de 2014, cerca de 200 moradores lutavam pela permanência, e cerca de 200 já haviam assinado contrato com a Prefeitura para a mudança. A Prefeitura começou as demolições e remoção da comunidade, sem ainda apresentar o projeto para a área.

Favela Belém-Belém (Pilares) – A Favela Belém-Belém está localizada nas proximidades de um dos acessos ao estádio de futebol João Havelange (Engenhão), no bairro de Pilares e possui, atualmente, 300 famílias. A Prefeitura ainda não definiu se vai retirar toda a comunidade ou parte dela para a construção de um novo acesso ao estádio.

Ocupação Aldeia Maracanã – O prédio que abrigou a sede do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) - e teve sua última utilização como Museu do Índio, foi ocupado desde 2006 por cerca de 20 indígenas de variadas etnias. O prédio encontra-se em ruínas e está situado no entorno do Maracanã. Desde que o Museu do Índio foi transferido para Botafogo, o prédio não teve mais utilização. Até recentemente, era uma propriedade da União. Em 2012, foi vendido ao governo do estado do Rio de Janeiro por R\$ 60 milhões. A comunidade, batizada de Aldeia Maracanã, reivindicava a regularização da ocupação e a construção de um centro de apoio e de referência da cultura indígena. Para isso, seria preciso recuperar o prédio. Com alto valor histórico e cultural, o prédio é anterior a 1865, data em que o casarão foi doado para o governo federal com o intuito de abrigar o Centro de Investigação Cultural Indígena. Diante das ameaças de remoção e demolição do prédio pelo governo do estado, sessenta índios de 17 etnias diferentes e muitos apoiadores reforçaram a ocupação na defesa do projeto indígena. Após muita mobilização, envolvendo redes e organizações internacionais, manifestação de órgãos de patrimônio cultural – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) e Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) - pela importância histórica e cultural do prédio, e informação da Fifa de que nunca exigiu a demolição do prédio, o Governo Estadual recuou na demolição, mas manteve a decisão da desocupação. A reintegração de posse foi marcada para 22 março de 2013. No dia, quando já estavam praticamente concluídas as negociações para a desocupação pacífica, com a participação de Defensores Públicos e a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, o Batalhão de Choque da Polícia Militar invadiu o prédio sob ordem do governo, em ação truculenta com uso abusivo de balas de borracha, spray de pimenta, gás lacrimogênio e armas sonoras sobre manifestantes pacíficos. Houve também detenção arbitrária. O governo do estado divulgou que o prédio seria transformado em museu pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Parte dos índios removidos aceitou moradia em alojamento provisório. No contexto das grandes manifestações ocorridas no Rio de Janeiro a partir de junho de 2013, a Aldeia Maracanã voltou a ser ocupada

em agosto de 2013, por índios que não aceitaram as propostas do Estado, e grupos de apoiadores. A nova ocupação defendia a transformação do prédio em Universidade Livre Indígena. A Aldeia foi novamente desocupada de forma violenta em 15 de dezembro de 2013, com 20 pessoas detidas pela polícia.

Favela do Sambódromo – A Favela do Sambódromo, com cerca de 15 anos de ocupação, foi totalmente removida sob a alegação da Prefeitura Municipal de revitalização e alargamento do Sambódromo. O local será palco da largada e a chegada da maratona dos Jogos Olímpicos de 2016 e as provas de tiro com arco nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Ali residiam cerca de 60 famílias. A Prefeitura não apresentou nenhum documento, nem notificação prévia, nem ordem de despejo. A única opção oferecida pela Prefeitura foi a transferência das famílias para o condomínio Oiti do Programa Minha Casa Minha Vida, localizado em Campo Grande, a 60 km da comunidade.

Remoções em áreas de interesse turístico na Área Portuária

A região portuária, área central do Rio de Janeiro, foi abandonada durante décadas pela Prefeitura Municipal. Esta região abriga vários prédios públicos da União, do Estado e do Município que estão vazios, ou seja, imóveis que não cumprem sua função social. Vários desses imóveis foram ocupados por populações sem-teto, que hoje estão ameaçadas em função do megaprojeto de reestruturação urbana que se encontra em execução na região, o Porto Maravilha. A zona portuária abrigará alguns equipamentos para as Olimpíadas de 2016, de forma a facilitar a implantação do projeto. No final de 2009, foi criada a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto.

Morro da Providência – O Morro da Providência está localizado na área portuária do Rio de Janeiro, região central e infraestruturada. A comunidade tem uma longa história, de mais de 110 anos, tendo sua origem na ocupação do morro por remanescentes da Guerra de Canudos. A Prefeitura começou neste morro obras de urbanização (Projeto Morar Carioca), incluindo a abertura de vias, a implantação de um teleférico, um plano inclinado e abertura de espaços para visitação turística. O problema central, conforme relato dos moradores, é a ausência de informação e do envolvimento da comunidade na discussão deste projeto, que ninguém conhece direito, e que implica em diversas remoções ou reassentamentos. A Prefeitura alegava que 380 famílias estavam em área de risco e outras 291 seriam removidas para a implantação do teleférico e do plano inclinado. O argumento do risco utilizado pela prefeitura foi questionado por contra-laudo geotécnico, que identificou um número muito inferior de casas vulneráveis e que a maioria dos problemas seriam facilmente solucionáveis com simples obras de contenção. A Defensoria Pública do Estado entrou com ação cautelar e em outubro de 2012 foi expedida decisão de paralisação das obras em função da ausência do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e do Estudo de Impacto de Vizinhança, bem como da não informação dos moradores do projeto, cronograma e remoções previstas. Esta ação visou também paralisar a demolição de casas de famílias já removidas, em função dos problemas gerados pela não retirada dos entulhos. A Prefeitura conseguiu liberar a realização das obras do teleférico, mas as remoções foram temporariamente suspensas. Como nas demais localidades, a prefeitura marcou as casas para remoção com tinta spray, numerando as que serão demolidas, sem a autorização ou qualquer explicação aos moradores. A sigla da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) foi inscrita nas casas, ou, como dizem os moradores, “Saia do Morro Hoje”.

Após as manifestações contra a remoção, principalmente após as jornadas de junho, e em decorrência da impossibilidade das demolições pela decisão liminar da Defensoria Pública, a prefeitura anunciou uma abertura de diálogo com os moradores, e a redução das remoções a cerca de 60 casas em situação de risco. Os dados, no entanto, não são apresentados oficialmente e a Prefeitura vem exercendo grande pressão para que os moradores façam acordos, através da assinatura de termo de ajustamento de conduta (TAC), aceitando a demolição de suas casas.

A mobilização dos moradores continua, com o apoio de engenheiros e arquitetos militantes, que elaboraram contra laudos atestando que a maioria das casas previstas para demolição não encontram-se em situação de risco. Recentemente, no início de 2014, estes técnicos elaboraram uma carta repudiando a ação do coordenador do Núcleo de Terras da Defensoria, por sua conduta em uma reunião com os moradores onde teria os pressionado a assinar um acordo com a prefeitura e, caso não assinassem, deixariam de ser atendidos pelo núcleo. Houve representação na Corregedoria da Defensoria denunciando essa situação, por caracterizar grave violação ao acesso à justiça dos moradores, que tem direito à defesa jurídica de suas moradias.

Ocupação Machado de Assis (Gamboa) – O prédio da rua Machado de Assis foi ocupado inicialmente em novembro de 2008 por cerca de 50 famílias, número que chegou a 150 famílias. A construção está numa área acessível e poderia ser reformada com parte das famílias reassentada nas proximidades, como reivindicavam as famílias. A permanência na região central era fundamental para essas famílias, tendo em vista as oportunidades de trabalho que a área oferece, mas elas foram despejadas em 2012.

Ocupações na Rua do Livramento – Os moradores, em geral, ocupam imóveis privados há mais de cinco anos. É desconhecido o número exato de famílias residentes nestas ocupações, mas o Fórum Comunitário do Porto estima que mais de 400 estejam sob ameaça de remoção nessa área⁵. A reivindicação é a mesma da Rua Machado de Assis.

Ocupação Flor do Asfalto – Localizada na Rua Rodrigues Alves e com cinco anos de existência, esta ocupação reunia cerca de 30 famílias e ali funcionava um Centro Cultural. O terreno pertencia à União, mas foi transferido à Prefeitura do Rio de Janeiro em virtude do Projeto Porto Maravilha. Todos os ocupantes foram transferidos do local por conta deste projeto.

Ocupação Quilombo das Guerreiras (Av. Francisco Bicalho) – Ocupada em outubro de 2006, reunia cerca de 50 famílias. O prédio pertence à União (Companhia Docas) e estava há mais de 20 anos vazio. A mobilização dos moradores através de movimentos sociais de luta por moradia conseguiu a aprovação do projeto Quilombo da Gamboa para assentamento de 100 famílias na região, mas o projeto avança lentamente em função da burocracia estatal. As famílias lutavam para permanecerem na ocupação até a conclusão do empreendimento, e rejeitavam a opção do aluguel social. No local pretende-se erguer as “Trump Towers Rio”, um megaempreendimento imobiliário internacional que prevê a construção de cinco torres de até 50 andares.

A União Federal publicou decreto, em 12/09/2013, autorizando que a área fosse declarada pela Prefeitura do Rio de Janeiro como “de utilidade pública, para fins de desapropriação, destinado à urbanização da área”, o que acelerou o processo de remoção mesmo antes da conclusão do projeto destinado a reassentar uma parte dos moradores.

⁵ Conferir: www.forumcomunitariodoporto.wordpress.com, acessado em fevereiro de 2012.

O terreno dos fundos da ocupação teve uma ocupação recente, com denúncias de que teria sido promovido por agentes da prefeitura. Há denúncias de que os novos ocupantes teriam tido seus pertences transportados em caminhões com identificação da Companhia Porto Novo (concessionária da OUC do porto). A nova ocupação agravou conflitos entre os ocupantes mais recentes e os moradores da Quilombo das Guerreiras. Alguns ocupantes antigos foram ameaçados de morte e tiveram que deixar o local que já habitavam há 7 anos, sem ter para onde ir. Estes ocupantes mais recentes passaram a ser atendidos pelo Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado - NUTH, quando no início de 2014 passaram a ser ameaçados de despejo pela mesma Prefeitura que os havia levado para lá.

No dia 26 de fevereiro de 2014, a Prefeitura, através da CDURP, iniciou processo de demolição de toda área, ocupada por moradores antigos (Quilombo das Guerreiras), contando com o auxílio ostensivo da força policial, mas sem nenhuma decisão judicial que respaldasse a ação do poder público. Afinal, após a ocupação em 2006, a Companhia Docas ajuizou Ação de Reintegração de Posse, que foi suspensa pela juíza responsável pelo processo em setembro de 2011, em decisão favorável aos moradores, por considerar que o terreno encontrava-se há muitos anos abandonado e o Município não havia apresentado alternativa habitacional viável para os moradores.

Como alternativa habitacional foram entregues cheques a título indenizatório de R\$1.200,00 (valor correspondente a três meses de aluguel social). Os moradores não aceitaram a proposta apresentada e organizaram um protesto interrompido importante via pública. O NUTH por sua vez, conseguiu decisão liminar que impedia a CDURP de realizar demolições na área. Como resultado dessa decisão judicial, a CDURP fez acordos com os moradores representados pela Defensoria Pública, se comprometendo a pagar dois anos de aluguel social até que fossem entregues casas para reassentamento na própria região do porto. Enquanto os ocupantes antigos, da Quilombo das Guerreiras, receberiam aluguel social e um lugar para reassentamento provisório e coletivo até que o projeto Quilombo da Gamboa fosse concluído.

As demolições no dia 26 de fevereiro provocaram muitos prejuízos e estragos irreparáveis. Muitos moradores perderam seus pertences, pois os espaços que ocupavam foram demolidos com tudo que possuíam dentro. Um morador antigo da ocupação Quilombo das Guerreiras, o Sr. Ivan Vasconcelos, que ficou sem acesso aos seus pertences por uma semana, inclusive aos seus remédios controlados e ao seu gato de estimação. E, quando conseguiu entrar na área, constatou que tudo havia se perdido em meio às demolições. O Sr. Ivan faleceu logo depois.

Ocupação Zumbi dos Palmares (Av. Venezuela) – O prédio, pertencente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e abandonado, foi ocupado em abril de 2005 por 133 famílias. As famílias foram removidas durante o ano de 2011.

Ocupação Carlos Marighella (R. Riachuelo, 48) – O prédio do INSS foi ocupado em junho de 2007 e reunia 47 famílias que foram despejadas em 2011.

Ocupação Casarão Azul (R. Rodrigues Alves, 143) – Ocupação de 70 famílias, foi removida em 2009.

Outras ocupações na região central e portuária, principalmente em prédios públicos, têm como objetivo pressionar o governo pela provisão de moradia popular, e priorização da destinação de terras e prédios públicos à habitação social, conforme previsto em leis federal e estadual. Não se tem ainda informações específicas sobre as ocupações Boa Vista, Guerreiros Urbanos (os moradores já foram removidos de três outros prédios), Mariana Criola, Edith Stein e Ladeira de

Santa Teresa nº 143 (prédio abandonado da Universidade Santa Ursula), e de dois prédios do INSS (R. Mem de Sá, 234 e Rua Sara, 85).

Remoções em áreas ditas de risco e interesse ambiental

O argumento da Prefeitura para essas remoções não está diretamente associado à realização da Copa e das Olimpíadas. No entanto, a situação dessas comunidades é um caso ilustrativo dos processos de ameaças vinculados ao embelezamento da cidade, no qual se intensificam as ameaças de remoção, em geral com a justificativa de serem áreas de risco. O que chama atenção nesses casos é a ausência de laudos que explicitem o risco ambiental. Os moradores denunciam que por trás das remoções encontram-se grandes interesses imobiliários. Recentes recuos da prefeitura e redução do número de habitações que estariam em situação de risco, comprova a hipótese do uso do argumento técnico para motivar intenções políticas da remoção.

Comunidade da Estradinha / Tabajaras – Situada na Ladeira dos Tabajaras, em Botafogo, a comunidade da Estradinha, fundada em 1952, reunia 352 famílias, das quais 252 já foram removidas, recebendo indenizações a partir de negociações individuais com a Prefeitura. A comunidade é um assentamento consolidado em uma área nobre da cidade, muito próxima ao cemitério São João Batista, em Botafogo, que tem origem na gestão do Prefeito Saturnino Braga (1986). Segundo os moradores, a intenção da Prefeitura do Rio de Janeiro seria remover os moradores, alegando que a comunidade estaria situada em uma área de risco. Membros da Associação de Moradores afirmam que a maior parte das casas não está situada em área de risco, esta se restringe a uma pequena parte do morro, portanto esses moradores poderiam ser reassentados na própria comunidade. A defesa dos moradores é justificada por um laudo técnico independente que sustenta seus argumentos e que contesta o laudo do órgão técnico da Prefeitura. Em 2010, os moradores conseguiram, com apoio da Defensoria Pública do Estado, liminar para a retirada dos entulhos que permaneceram no local, sob pena de multa diária. Mesmo assim, em meados de 2012 a retirada dos entulhos foi interrompida. A Prefeitura ofereceu aos moradores apartamentos do MCMV em Triagem, que não foi aceito por representar piores condições habitacionais e urbanas. Em agosto de 2013, no contexto das grandes manifestações na cidade, o Prefeito esteve na comunidade e se comprometeu rever as remoções e realizar a urbanização da comunidade. Das 100 famílias ainda ameaçadas, apenas 10 teriam que sair em função de situação de risco. Os entulhos foram retirados, mas a situação de incerteza se mantém, uma vez que as afirmações do prefeito não foram apresentadas oficialmente, nem o projeto de urbanização.

Virgolândia (Jacarepaguá) – As expectativas de urbanização e de remoção se misturam entre os moradores da Virgolândia. A comunidade possui cerca de 600 moradores, e foi contemplada pelo Programa Morar Carioca em 2011. Entretanto, em meados de 2012, eles foram intimados pela Fundação Rio Águas, vinculada à Secretaria Municipal de Obras, a “demolir as construções e liberar a área ocupada no prazo máximo de 30 dias”. Apesar de terem buscado auxílio junto à Defensoria Pública, subsiste ainda o temor de que quase a totalidade das edificações seja afetada, já que estão localizadas às margens do Rio Passarinhos.

Comunidade do Pavão-Pavãozinho – Sob o argumento do risco geotécnico ou estrutural, a Prefeitura Municipal reassentou 300 famílias na comunidade Pavão-Pavãozinho. As casas foram marcadas com tinta spray, mas a Prefeitura nunca apresentou o laudo de comprovação do risco, nem discutiu com a comunidade a possibilidade de realização de obras para garantir a segurança dos moradores. A população foi assentada em cinco prédios de quatro pavimentos na área, com

indícios de má qualidade construtiva. Em função de rachaduras e problemas de acabamento, a empreiteira teve que realizar obras complementares com as famílias já morando no local.

Santa Marta – Desde a década de 1980, o Governo do Estado tem realizado obras na favela visando a urbanização. No projeto mais recente, há cerca de seis anos, o governo começou a demarcar casas situadas na área conhecida como pico do Santa Marta, sinalizando estarem em risco. Há famílias que moram no local há mais de 50 anos. Inicialmente, 50 casas foram demarcadas, número depois ampliado para 150. O espaço já recebeu na década de 1990 obras de contenção de encosta, de saneamento, e estava incluído na área a ser urbanizada. Um grupo organizado na Comissão de Moradores do Pico do Santa Marta questiona as reais intenções da Prefeitura com a remoção, já que após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a comunidade tem sido alvo de programas de incentivo ao turismo, como o programa “Rio Top Tour”, apoiado pelo Ministério do Turismo. A Comissão de Moradores obteve o contra-laudo de um engenheiro geotécnico, que aponta a possibilidade de permanência dos moradores. O governo se recusa a reconhecer a proposta.

Vidigal – Casas da comunidade estão ameaçadas de remoção em função de laudo de risco, mas as informações disponíveis são bastante imprecisas. No final de 2012, casas foram marcadas pela Prefeitura. Segundo moradores, há interesse na construção de uma estrada turística no local, associada a empreendimentos hoteleiros. A Associação dos Moradores da Vila do Vidigal (AMVV) solicitou a elaboração de um contra-laudo que demonstra que a obra de contenção, estimada em R\$900 mil, é viável e mais barata que a remoção, estimada em R\$ 25 mil por unidade, valor muito abaixo do mercado. Segundo a AMVV, somente sete casas teriam que sair. Moradores solicitaram acesso ao laudo, negado pela Prefeitura.

Horto – A área começou a ser ocupada por funcionários da antiga fábrica e do Jardim Botânico, com autorização (formal e informal) das sucessivas administrações do parque. Hoje, com 589 famílias de baixa renda, descendentes de antigos funcionários e em sua maioria pessoas idosas, está ameaçada de remoção justificada pela necessidade de preservação ambiental e de regularização do perímetro do Jardim Botânico, o qual nunca foi oficializado, nem em documentação, nem na prática. Em 2005, tentativas de despejo desencadearam na morte de um morador com problemas cardíacos e na hospitalização de outros cinco. A Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR), junto com movimentos sociais, estabeleceu parceria com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em 2008, e em convênio com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ, foi desenvolvido um projeto de regularização fundiária. A Administração do Jardim Botânico insiste na remoção e não reconhece a proposta de regularização fundiária. Há processos de reintegração de posse para grande parte das moradias, mas por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), estes estariam suspensos até a conclusão da demarcação de perímetro, em acordo entre Ministério do Meio Ambiente/Jardim Botânico, Ministério da Cultura/Iphan e SPU, com prazo para apresentação de proposta até 04 de maio de 2013. Apesar disso, em abril de 2013, por ordem judicial, quatro famílias que ocupavam um lote foram despejadas. Com apoio da SPU, elas foram assentadas em apartamentos da União, com a promessa de voltar a serem assentadas no Horto, no processo de regularização fundiária. Cerca de 400 famílias, que não têm ação judicial, deram entrada na SPU para o reconhecimento do direito à moradia através da Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM). Em 07 de maio de 2013 o governo federal, através de uma coletiva de imprensa que contou com a presença da Ministra do Meio Ambiente, da Secretária do Patrimônio da União e do Advogado Geral da União, anunciou decisão pela delimitação do perímetro do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico incluindo a área onde estão estabelecidas 520 famílias da comunidade do Horto.

Apenas os moradores da localidade conhecida como Dona Castorina poderiam continuar na comunidade. Às demais famílias com renda inferior a 3 salários mínimos, foi apresentada a proposta de reassentamento em apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida em São Cristóvão e na Zona Portuária. Enquanto não for concluído o reassentamento, as famílias não serão removidas. Uma tentativa de cadastramento, visando dar início ao processo de reassentamento foi frustrada, pois a grande maioria dos moradores se recusou a se cadastrar. Ainda não houve resposta oficial ao pedido administrativo de reconhecimento de CUEM dos moradores que não são réus em processos de reintegração de posse, mas há rumores de que o direito será reconhecido em outra área sob a justificativa de a comunidade estar em área de proteção ambiental.

Em 05 de maio de 2014 a reintegração de posse do clube Caxinguelê, principal área de lazer e reunião dos moradores do Horto, acabou em protestos e violência policial. Os moradores resistiram ao cumprimento do mandado de reintegração de posse e a polícia respondeu com o uso de gás e balas de borracha. Três moradores ficaram feridos, um enfartou e outros passaram mal. Logo após o episódio, os moradores realizaram protesto em via principal do bairro.

Indiana (Tijuca) - A comunidade, implantada em 1957, recentemente tem sofrido ameaças de remoção diante da valorização de seu entorno. O Secretário de Habitação esteve na comunidade em 2012, afirmando que faria obras de melhorias no local, mas em seguida a Prefeitura marcou as casas, sob alegação de ser área de risco. Moradores e a Defensoria Pública do Estado cobram da Prefeitura um laudo técnico, que ainda não foi apresentado. A razão, segundo os moradores, seria o fato de parte da comunidade não estar em área de risco, contrariando, assim o motivo alegado pela Prefeitura para remover a totalidade dos moradores. Já ocorreram remoções de 110 famílias, algumas contempladas com apartamentos do MCMV em Triagem. Outras 120 famílias aguardam o reassentamento por estarem em situação precária e de risco, sendo que 70 manifestaram à Prefeitura o desejo de sair. Em dezembro de 2012, a comunidade obteve liminar exigindo a retirada dos entulhos das casas demolidas, ainda não cumprida. As 397 famílias que lutam pela permanência buscam apoio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) para cadastramento, visando a regularização fundiária e a emissão de título de posse. A Prefeitura tem feito pressão psicológica junto aos moradores, e culpa as famílias que querem ficar pela manutenção das condições precárias e da situação de risco em parte da área. Em agosto de 2013, a Prefeitura esteve na comunidade e anunciou que iria interromper o processo de remoção, atender aos moradores que desejam sair no MCMV de Triagem, e realizar a urbanização da comunidade. Na ocasião, reconheceu a inexistência de risco que exija a remoção. A promessa, porém, não foi formalizada, e a situação de incerteza tem gerado conflitos entre os moradores que desejam sair, uma vez que os apartamentos não foram entregues, e os que defendem a urbanização.

Muzema (Barra da Tijuca) - A comunidade, situada junto ao Itanhangá, Barra da Tijuca, com mais de 30 anos, tem casas ameaçadas de remoção para a realização de dragagem de um canal. Moradores questionam esta necessidade, uma vez que o córrego já passou por dragagem em outros trechos sem a necessidade de remoções.

Manguinhos - Desde 2009 o complexo de favelas da Zona Norte da cidade passa por um processo de remoção decorrente das obras do PAC. As demolições vem ocorrendo sem aviso prévio, sem alerta dos moradores que ainda vivem em casas adjacentes e com o corte do fornecimento de energia. As casas desocupadas são demolidas sem a documentação oficial necessária. Na localidade conhecida como Beira Rio, 900 famílias serão removidas da margem do rio e o local

será utilizado para a construção de um centro de esportes e, de acordo com o portal de Governo, um complexo de apartamentos do Minha Casa, Minha Vida para reassentar as famílias removidas, que receberão aluguel social enquanto os apartamentos são construídos. Nas desapropriações os valores oferecidos aos moradores de Beira Rio são muito baixos. Inicialmente, foi ofertado aos moradores cerca de R\$6.000 a R\$6.500 de compensação, a opção de compra assistida ou um apartamento em um conjunto habitacional. Com a continuação da resistência, a remuneração oferecida subiu para médias entre R\$17.000 e R\$30.000, porém isso ainda está muito aquém do valor legalmente estabelecido e do valor de mercado necessário para os moradores pagarem uma propriedade equivalente dentro de um raio de 2km, que por lei o Estado deveria garantir.

Em que pesem algumas especificidades no formato e nos procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal em cada caso de remoção, pode-se dizer que existe um padrão de atuação do poder público municipal junto às famílias de baixa renda moradoras de assentamentos informais. Em todos os casos, as remoções aconteceram sem que os moradores tivessem acesso às informações que justificasse a necessidade de remoção e sem que o projeto de urbanização para a área fosse debatido com os moradores e a sociedade. Como os projetos têm alto impacto econômico-social sobre milhares de famílias, os debates deveriam ocorrer amparados por estudos de impacto ambiental e de vizinhança, a fim de contribuir com alternativas à remoção e mitigação dos impactos, e com garantia do direito à moradia dessas famílias. Até o momento, tais estudos não foram apresentados, sequer o projeto, por escrito para o local e os motivos da remoção, incluindo as opções que a Prefeitura Municipal oferece para os moradores. Tal como estabelecido pelo Estatuto da Cidade, além da obrigatoriedade das audiências públicas e do Estudo de Impacto de Vizinhança, a comunidade tem o direito de participar das decisões referentes às intervenções do poder público no local.

Além disso, as indenizações das habitações e dos estabelecimentos comerciais, oferecidas pela Prefeitura, são muito aquém do valor praticado pelo mercado nessa região, impossibilitando a transferência dos moradores para outras unidades habitacionais ou a aquisição de estabelecimentos comerciais no mesmo bairro conforme previsto em lei.

De forma sintética, destacamos as seguintes práticas que podem ser caracterizadas como violações do direito humano à moradia pela Prefeitura Municipal:

(I) Completa ausência, ou precariedade de informação para as comunidades, acompanhada de procedimentos de pressão e coação, forçando os moradores a aceitarem as ofertas realizadas pela Prefeitura. Cabe frisar que as comunidades visitadas, sem exceção, não tiveram qualquer acesso aos projetos envolvendo suas áreas de moradia.

(II) Completa ausência, ou precariedade de envolvimento das comunidades na discussão dos projetos promovidos pela Prefeitura, bem como das possíveis alternativas para os casos onde são indicadas remoções.

(III) As indenizações oferecidas são incapazes de garantir o acesso a outro imóvel situado na vizinhança próxima, tendo em vista que a Prefeitura só indeniza o valor das benfeitorias e não a posse da terra, fato em geral agravado pela valorização decorrente dos investimentos que estão sendo realizados pelo poder público. Tal situação não é revertida nem mesmo com o instrumento da compra assistida, o que gera um aumento no valor pago pelas indenizações em torno de 40%. Mesmo assim, o valor é insuficiente para a aquisição de um imóvel na mesma localidade. Resta a opção de transferência para um imóvel distante, nos conjuntos habitacionais que estão sendo

Quadro 1

Síntese do Número de Famílias Removidas ou Ameaçadas de Remoção, por comunidade, Cidade do Rio de Janeiro, 2013

Comunidade ocupação	Tempo da removidas	Nº de famílias ameaçadas	Nº de famílias famílias	Total de	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Removida	65	BRT Transcarioca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/i	100	Removida	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	Removida	27	BRT Transcarioca
4. Penha Circular	s/i	40	Removida	40	BRT Transcarioca
5. Largo do Tanque	s/i	66	Removida	66	BRT Transcarioca
6. Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	73	23	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	1.017	Removida	1.017	Construção do Parque Municipal de Madureira/"Legado"associado à Transcarioca
8. Restinga (Recreio)	1994	80	Removida	80	BRT Transoeste Barra da Tijuca a Santa Cruz
9. Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Removida	235	BRT Transoeste
11. Notredame (Recreio)	s/i	52	Removida	52	BRT Transoeste
12. Vila da Amoedo (Recreio)	s/i	50	Removida	50	BRT Transoeste
Área não identificada		129			BRT Transoeste
13. Vila Taboinha (Vargem Grande)	1990	—	400	400	Reintegração de posse
14. Asa Branca (Curicica)	1986	—	—	4.500	BRT Transolímpica
15. Vila Azaleia (Curicica)	1990	—	100	100	BRT Transolímpica
16. Vila União (Curicica)	década de 1980	—	700	700	BRT Transolímpica
17. Colônia Juliano Moreira (Colônia)	1935	—	400	400	BRT Transolímpica
18. Metrô Mangueira	1980	518	46	612	Área de influência das obras do Maracanã
19. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	200	350	550	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
20. Belém-Belém (Pilares)	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
21. Favela do Sambódromo (Centro)	s/i	60	Removida	60	Alargamento do Sambódromo
22. Morro da Providência (Porto)	1897	140	60	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
23. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Removida	150	Projeto Porto Maravilha
24. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Removida	30	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupações na Rua do Livramento	s/i	—	400	400	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupação Boa Vista	1998	35	Removida	35	Projeto Porto Maravilha
27. Quilombo das Guerreiras	2006	70	—	70	Projeto Porto Maravilha
28. Zumbi dos Palmares	s/i	133	Removida	133	Projeto Porto Maravilha
29. Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Removida	47	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Removida	70	Projeto Porto Maravilha
SUBTOTAL 1		3.507	2.779	6.837	COPA E OLIMPÍADAS
31. Tabajaras / Estradinha (Botafogo)	1986	252	10	352	A Prefeitura alega que a área é de risco
32. Virgolândia	década de 1980	600	Removida	600	Faixa Marginal de Proteção
33. Pavão-Pavãozinho	1930	300	—	300	A Prefeitura alega que a área é de risco
34. Pico do Santa Marta	1942	—	150	150	Área de risco no Pico do Santa Marta
35. Vidigal	1941	—	40	40	Área de risco
36. Horto	1811	3	520	523	Interesse ambiental e patrimônio histórico
37. Indiana	1957	110	517	627	Área de risco
38. Manguinhos	s/i	—	900	s/i	Área de risco
SUBTOTAL 2		1.256	2.137	2.592	INTERESSE IMOBILIÁRIO, AMBIENTAL E ÁREA DE RISCO
TOTAL		4.772	4.916	9.429	

Quadro 1, Fontes:

* Dados da SMH contabilizam 666 removidos pela Transoeste mas não especificam o nome da comunidade. Inserimos esse dado para chegar ao número oficial.

** A Comunidade Barreira do Vasco foi retirada pois a comunidade não está mais ameaçada de remoções e recebeu projeto de urbanização.

(I) Relato de lideranças à Relatoria Dhesca, Comitê Popular da Copa e Olimpíadas: 1, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 24, 32, 33

(II) Decretomunicipal31.567de11/12/09: 2

(III) Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro: 3, 13

(IV) Jornal O Globo 14/04/2013: 4

(V) Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Habitação: 7

(VI) Movimento e-Colônia: 17

Rio on Watch, de 09/01/2014: 18 (atualização)

(VII) Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual, NEPLAC - UFRJ e UFF: 19

(VIII) Jornal O Globo 04/10/11: 20

(IX) Fórum Comunitário do Porto: 22

(X) Jornal A Nova Democracia: 21

(XI) Jornal O Estado de São Paulo, de 18/09/2013, edição online: 24 (atualização)

(XII) Coletivo Pela Moradia: 23-30

(XIII) Rio on Watch, de 26/10/2013: 31

(XIV) Comissão de Moradores do Pico do Santa Marta: 34

(XV) Rio on Watch, de 07/12/2012: 35

(XVI) Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR); O Estado de São Paulo de 07/05/2013, edição online e Portal G1 do Rio, de 5/05/2014: 36

(XVII) Comissão de Moradores da Comunidade: 37

(XVIII) Jornal O Dia - 17 de abril de 2013: 18

(XIX) Assessoria de Comunicação da SMH: 7

construídos em geral na Zona Oeste, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Conforme apresentado no Mapa 1, são pouquíssimas as unidades localizadas em áreas centrais.

(IV) Deslegitimação das organizações comunitárias e processos de negociação sempre individualizados com as famílias, nitidamente buscando enfraquecer a capacidade de negociação com o poder público. Nessa mesma perspectiva, cabe registrar que as negociações, em geral, são arbitrárias e sem critérios claros, inclusive no que se refere aos valores das indenizações.

(V) Desrespeito à cidadania através de ameaças, pressão e coação. O padrão de relacionamento dos agentes públicos é de desrespeitoso com a população de baixa renda, tratada como cidadãos de segunda classe, como se não fossem portadores de direitos, lembrando o fim do século XIX, quando a propriedade era a base de todos os demais direitos. Sobressai nas formas de pressão utilizadas pela Prefeitura Municipal, a não retirada do entulho das casas demolidas, gerando situações dramáticas para as famílias que ainda resistem à remoção.

(VI) A utilização da justiça como uma ferramenta contra o cidadão. Tendo como principal instrumento as ações judiciais promovidas pela Procuradoria do Município, o poder público municipal tem sido uma máquina irresponsável de despejos, sem qualquer compromisso com a saúde e a vida das pessoas. A prática da Procuradoria do Município parece ser a de castigar todos os cidadãos que recorrem à justiça para proteger os seus direitos. Todas as liminares derrubadas na justiça são acompanhadas da imediata remoção, determinada pela Procuradoria, sistematicamente realizadas em situações de terror e violação dos direitos humanos. O ser humano - homens, mulheres, idosos e crianças - é gravemente desrespeitado através de práticas

como a remoção em 24 horas, sem sequer antes receberem as indenizações, e a sujeição das famílias às condições de vida degradantes, obrigando-as a viverem entre os escombros das demolições.

Algumas entidades têm dado apoio aos moradores de comunidades ameaçadas de remoção, entre as quais se destacam nos casos apresentados: o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Anistia Internacional, a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, a Pastoral das Favelas, o coletivo técnico do Conselho Popular, a Justiça Global, a Witness, a Rio on Watch e movimentos de luta por Moradia como a Central dos Movimentos Populares (CMP) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).

Conquistas da Luta Popular

A visibilidade dada às remoções em curso no Rio de Janeiro tem garantido a redução das violações e situações de violência contra moradores de comunidade, mas ainda de forma muito limitada.

Os atingidos pela Transoeste lutam na justiça, com apoio do NUTH por indenizações justas, ainda sem retorno. A visibilidade dada ao caso, levou à abertura de investigação pelo Ministério Público Federal em setembro de 2013⁶.

A segunda etapa da remoção da comunidade Arroio Pavuna, em decorrência da organização dos moradores e busca pela defesa de seus direitos, garantiu a apresentação do projeto identificando exatamente a área necessária para as obras, reduzindo assim o número de casas atingidas, e o novo acesso da comunidade depois das obras. Os moradores foram notificados devidamente e os valores de indenizações foram mais elevados, seguindo decreto municipal.

As famílias da comunidade Metro Mangueira que não aceitaram a única oferta de mudança para o conjunto do MCMV à 70km do local original de moradia, se organizaram e resistiram por uma melhor alternativa. A Prefeitura, diante da pressão, ofereceu apartamentos nos conjuntos Mangueira I e Mangueira II, a poucos metros do local.

A remoção do Largo do Tanque começou sem seguir exigências legais de notificação e apresentação do projeto, com forte pressão psicológica, ameaças às famílias, e indenizações baixas pagas individualmente. As famílias que se organizaram, tiveram acesso à apoio jurídico da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, e conseguiram ampliar o valor das indenizações.

As comunidades e bairros que seriam atingidos pelas obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) – Tubiacanga, Parque Royal, Portuguesa, Barbante – não estão mais ameaçadas. A comunidade Tubiacanga, desde que soube das ameaças, organizou protestos e ações de denúncia. A comunidade protestou ativamente nas chamadas “jornadas de junho” de 2013. Seriam cerca de 5.200 famílias atingidas, ou 18.200 pessoas. Diante da pressão, a obrigatoriedade da construção da terceira pista do aeroporto, que implicaria nas remoções, foi retirada do edital de concessão. A situação ainda não está definida, uma vez que permanece a necessidade de ampliação do aeroporto. Porém, nessas condições, foi aberta a possibilidade de se buscar outro projeto, com menor impacto social.

⁶ <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-09-09/ministerio-publico-vai-investigar-denuncia-de-desapropriacoes-desnecessarias-no-rio>

As manifestações de junho tiveram como resultado a abertura de um diálogo com a prefeitura no sentido de reverter remoções. O Prefeito recebeu representantes de algumas comunidades ameaçadas e visitou as áreas, ao longo dos meses de agosto e setembro de 2013, garantindo que remoções seriam interrompidas. São os casos das comunidades de Vila Autódromo, Indiana, Estradinha, Metrô Mangueira e Providência⁷. A promessa da não remoção, porém, já não se concretizou em alguns casos, e nos demais, permanece frágil.

A Vila Autódromo conquistou da prefeitura uma opção habitacional nas proximidades (a cerca de 1,5km da comunidade), e em condições mais favoráveis que os conjuntos tradicionais do MCMV. Parte dos apartamentos tem 3 quartos (embora em número inferior às necessidades das famílias), e o condomínio dispõe de área de lazer e área comercial. Foi também destinado terreno ao lado para a construção de escola. A proposta não atende as reivindicações, nem os direitos dos moradores, mas representam uma conquista diante da forma como vem acontecendo outras remoções na cidade. Após as manifestações de junho, o Prefeito chegou a afirmar que estudaria o projeto de urbanização, mas manteve projeto que remove 70% das casas. A remoção foi iniciada com a garantia de que só sairão os moradores que aceitarem a proposta da prefeitura, os demais poderão ficar e receber a urbanização. Foi apresentada também a possibilidade de indenização, que segundo relatos (não são disponibilizadas informações oficiais), estão seguindo o valor de mercado. Cerca de 200 moradores ainda cobram do Prefeito a promessa de urbanização de área remanescente da comunidade, uma vez que o projeto ainda não foi apresentado.

As comunidades de Estradinha e Indiana, receberam a promessa de que não serão mais removidas e serão urbanizadas. Os moradores cobram e aguardam o projeto de urbanização.

A comunidade Metrô Mangueira, apesar de promessa de aluguel social, teve ação violenta de desocupação no início do ano. A resistência e protesto interrompeu a ação policial sobre a comunidade, mas permanecem incertezas em meio a lixo e entulho deixados pela prefeitura.

O número de remoções na Providência foi reduzido de quase 700 famílias para 60. A prefeitura aceitou rever o projeto de urbanização e o laudo de risco (até então não apresentado publicamente), buscando soluções com menor impacto sobre as casas. O novo projeto porém, ainda não foi apresentado, e a prefeitura vem fazendo pressão para a retomada das obras de urbanização. Os moradores temem que sem o projeto, as ameaças de remoções voltem e as obras essenciais, como saneamento básico, não sejam priorizadas. O diálogo aberto pela Prefeitura é marcado por promessas sem formalização, falta de transparência nos projetos, e disseminação de informações divergentes por funcionários que atuam na comunidade.

As ocupações urbanas no centro e na área portuária, organizadas por movimentos de luta por moradia, conquistaram a destinação de terreno (área destinada ao projeto Quilombo da Gamboa) e edificação (ocupação Manoel Congo) para a construção de Habitação de Interesse Social. As conquistas são decorrentes de anos de luta dos movimentos, e mesmo que anteriores aos megaeventos, valem também ser lembradas neste documento. Outras ocupações na área portuária foram desocupadas violentamente, conforme relatado e listado acima, como foi o caso mais recente da ocupação Quilombo das Guerreiras, realizada no início de 2014. A luta por mudanças no Projeto Porto Maravilha e pela ampliação de moradia social nas áreas centrais, continua como alternativa necessária ao deslocamento e expulsão dos pobres para áreas periféricas.

⁷ Casos em que tivemos acesso às informações.

BOX 2

A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA NA CIDADE OLÍMPICA

A Cidade do Rio de Janeiro está vivendo um profundo processo de mercantilização e elitização. O processo de encarecimento da moradia e da vida na cidade, experimentado cotidianamente pelos cidadãos, também pode ser evidenciado pelos indicadores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/Zap), que mede a evolução do preço dos imóveis brasileiros. No levantamento desse órgão, a cidade do Rio de Janeiro possuía o preço do metro quadrado mais caro do país, tomando como referência o mês de janeiro de 2014. O preço médio dos imóveis anunciados na capital carioca neste mês foi de R\$ 10.250, contra R\$ 8.146 no Distrito Federal e R\$ 7.839 em São Paulo (fonte: FIPE/ZAP- Jan/2014).

Para os imóveis vendidos, a valorização do metro quadrado na cidade do Rio de Janeiro foi de 65,2 % entre os anos de 2011 e 2014. Para os imóveis alugados, a valorização foi de 43,3 % no mesmo período. Se comparado a outras cidades brasileiras que também sediarão a Copa do Mundo de 2014, o Rio de Janeiro obteve a segunda maior valorização desde 2011, tanto para venda quanto para aluguel (tabela 1).

Tabela 1. Valorização Imobiliária segundo o Índice FIPE ZAP de Preços de Imóveis Anunciados, abril de 2014

Cidade/Local	Venda			Aluguel		
	no mês	no ano	36 meses	no mês	no ano	36 meses
Rio de Janeiro	0,7%	4,00%	65,2%	1,0%	4,6%	43,3%
Belo Horizonte	0,3%	1,5%	34,2%	n/d	n/d	n/d
Brasília	0,5%	-0,2%	15,0%	n/d	n/d	n/d
Fortaleza	1,4%	4,1%	49,9%	n/d	n/d	n/d
Recife	0,7%	3,3%	67,2%	n/d	n/d	n/d
Salvador	0,5%	2,6%	29,8%	n/d	n/d	n/d
São Paulo	0,8%	2,9%	58,9%	0,2%	0,8%	26,6%
Brasil	0,7%	2,8%	52,4%	n/d	n/d	n/d

n/d = não disponível | Fonte: Fipe/Zap - abril/2014

Das cinco áreas de planejamento (AP) da cidade do Rio de Janeiro, quatro estão recebendo ou receberão investimentos para os eventos esportivos. Nota-se que a AP1, formada pela zona central da cidade, possui a maioria de seus bairros com valorização acima de 200% entre o período de janeiro de 2008 e abril de 2014, com destaque para os bairros de Cidade Nova e Estácio, que tiveram variação de 366,35% e 433,91%, respectivamente. No bairro Cidade Nova, ocorrerão obras de adequação no sambódromo para receber algumas atividades dos jogos olímpicos. Além disso, o bairro tem passado nos últimos cinco anos por um processo de “revitalização” com a criação de um pólo de desenvolvimento, onde alguns empreendimentos foram construídos, dentre os quais podemos citar a sede da universidade Petrobrás, um Centro de Convenções da sul América seguros, além da estação de metrô Cidade Nova. O bairro do Estácio tem passado por um processo de valorização desde 2011, devido à

pacificação do morro e do Complexo de São Carlos. Além disso, está previsto que em 2016 o bairro sedie o Comitê de Jornalistas das Olimpíadas.

A AP2, formada pela zona sul e parte da zona norte (bairros do Maracanã e arredores), obteve uma valorização mais expressiva, acima de 200%, nos bairros da zona norte, com destaque para Praça da Bandeira, variação de 320,80% e Maracanã, variação de 291,67%. Esses bairros estão sofrendo diretamente o impacto das obras para Copa do Mundo, principalmente as reformas no estádio do Maracanã e entorno. Nos bairros da zona sul, que já possuía valores de solo urbano elevados o destaque é para o Vidigal, uma área de favela ao lado do bairro do Leblon, que recebeu uma UPP e que teve uma valorização em 477,324%.

A AP4, área de concentração dos investimentos para as olimpíadas de 2016, é formada por alguns bairros da zona oeste, tais como Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Nesta região verifica-se grande valorização imobiliária, principalmente nos bairros que estão localizados muito próximos ao futuro parque olímpicos, tais como: Curicica, variação de 202,64%, Camorim, variação de 223,70% e Gardênia Azul, variação de 203,90%. Cabe ressaltar que nesses bairros estão ocorrendo intenso processo de remoção, conforme mostrados anteriormente.

BOX 3

O PORTO MARAVILHA

A região portuária compõe um dos espaços urbanos mais antigos da cidade do Rio de Janeiro, com inequívoco valor para o patrimônio cultural e histórico da cidade. As leis de proteção dos bairros que a compõe (Lei Municipal n. 971/87; Decreto Municipal n. 7351/88), são resultado de mobilização popular na década de 1980, contra interesses de comerciantes que levariam à sua descaracterização.

O Complexo do Valongo, cujo Cais fora redescoberto em 2011 nas obras do Porto Maravilha, foi o principal ponto de desembarque e comercialização de escravos no século XIX, por onde passaram um milhão de africanos. Os milhares de mortos, pelas péssimas condições com que eram tratados tinham como destino o Cemitério dos Pretos Novos, redescoberto em 1966.

A região portuária chegou a abrigar 42% da população dos cortiços no Rio de Janeiro, violentamente removida por política higienista do início do século XX. Os pobres, sem lugar para morar, subiram os morros, dando origem ao Morro da Providência, primeira favela do Brasil. No início do século XX, os bairros da Saúde e Santo Cristo eram conhecidos como Pequena África, pelo grande número de escravos e seus

descendentes, se tornando importante espaço de manifestação da cultura africana.

A região portuária permaneceu, até os dias de hoje, como uma área predominantemente residencial, com alto índice de moradias populares. Realidade que o projeto Porto Maravilha está mudando, motivado novamente por uma política higienista.

Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro (OUCPRJ)

O projeto Porto Maravilha foi instituído pela Lei Complementar Municipal n. 101, de 23 de novembro de 2009. Trata-se de uma Operação Urbana Consorciada (OUC), numa Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) de 5 milhões de metros quadrados, abrangendo a totalidade dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e parte dos bairros do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova. A Lei 101/09 dividiu a região em setores e subsetores, que receberam novos parâmetros de uso e ocupação do solo. Definiu intervenções prioritárias de infraestrutura e transporte, assim como mecanismos público-privados de gestão e financiamento.

O financiamento da OUC, viria da negociação de terras públicas e de CEPACs. A Lei 101/09 estabeleceu um coeficiente básico de construção e criou os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), permitindo a elevação da área construída até um coeficiente máximo, mediante a compra de um título emitido pela prefeitura.

A primeira fase do Porto Maravilha foi concluída em junho de 2012, financiada com R\$ 139 milhões da Secretaria Municipal de Obras (SMO). As intervenções, executadas pelo Consórcio Saúde-Gamboa (OAS, EIT e Odebrecht), incluíram a construção de redes de água, esgoto e drenagem nas avenidas Barão de Tefé e Venezuela, redes de telecomunicação e iluminação pública, a urbanização do Morro da Conceição, a restauração dos Jardins Suspensos do Valongo e dos Cais do Valongo e da Imperatriz.

A segunda fase do Porto Maravilha realiza-se por intermédio de Parceria Público-Privada (PPP), com recursos da venda de CEPACs. O Consórcio Porto Novo (OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia) é responsável pelas obras e pela prestação de serviços de manutenção e conservação da região – tais como coleta de lixo, iluminação, controle de tráfego e pavimentação – por 15 anos.

São necessários, aproximadamente, R\$ 7,6 bilhões para a execução do conjunto das obras e serviços da segunda fase do Porto Maravilha. O início das intervenções, em setembro de 2011, só foi possível pela aquisição da totalidade dos CEPACs pela Caixa Econômica Federal (CEF). Controladora do Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FII PM), a Caixa utilizou R\$ 3,5 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para adquirir os títulos, responsabilizando-se por sua alienação. Esse recurso foi repassado do fundo criado ao consórcio das grandes construtoras, pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP).



Para recuperar o investimento, a Caixa oferece os títulos ao mercado. Em sua primeira tentativa de venda, em outubro de 2012, foram oferecidos 100 mil títulos, mas apenas 26 mil foram negociados. De acordo com dados oficiais do Porto Maravilha, até o final de 2013, apenas 7,12% do total de CEPACs foi consumido, restando 92,88% ou 5.978.596 de CEPACs.

Portanto, apesar da ênfase discursiva no financiamento privado do Porto Maravilha, através das CEPACs, foram os recursos do FGTS que sustentaram a segunda fase do projeto. Os riscos foram assumidos pelo Poder Público, e não pelos investidores e proprietários.

Uso de Imóveis e Terrenos Públicos pela Iniciativa Privada

Além dos CEPACs, imóveis públicos da região portuária podem ser comercializados para financiar a Operação Urbana¹. Em 2012, a alienação de terrenos públicos garantiu o repasse de recursos para o financiamento das intervenções da segunda fase do Porto Maravilha. Os imóveis públicos são transferidos à CDURP que, através do Fundo de Investimento Imobiliário da Região Porto Novo (FII RP), realiza operações financeiras para o pagamento de obras e serviços prestados pelo Consórcio Porto Novo. As transações envolvendo a CDURP e Caixa através dos fundos de investimentos citados, disponibilizaram R\$ 1 bilhão para essa segunda fase do projeto.

A Caixa também controla o FII RP, e tem preferência de compra sobre os imóveis, participando assim diretamente de empreendimentos imobiliários na região. Esse é o caso das torres comerciais de alto padrão projetadas pela Tishman Speyer: a CEF aportou o terreno e os CEPACs, enquanto a incorporadora responsabilizou-se apenas pelo investimento para a viabilização do projeto².

Apesar do Estatuto da Cidade prever a participação da sociedade como forma de controle das OUCs, o que se nota é a falta de transparência. Não se sabe, por exemplo, qual é a real participação da CEF nos projetos, apesar dos recursos serem oriundos do FGTS e da comercialização de terrenos e imóveis públicos.

Ausência de Transparência e Participação

O princípio da gestão democrática da cidade não se aplica ao Porto Maravilha. Moradores e usuários permanentes foram deixados de fora. Apesar da realização de algumas audiências públicas e reuniões informativas, não há espaços de efetiva participação. As decisões fundamentais sobre o desenvolvimento do projeto são, em geral, deliberadas unilateralmente por autoridades do Poder Público municipal, da

¹ A maior parte dos terrenos da região portuária é pública – 62% dos terrenos são de propriedade da União, 6% do Município e 6% do Estado.

² <http://www.valor.com.br/empresas/1134758/caixa-fecha-sei-priomeiro-negocio-com-cepacs-do-porto-maravilha>

CDURP e por representantes do Consórcio Porto Novo e dos Fundos de Investimento Imobiliário.

A ausência de transparência e participação coloca em questão a capacidade do controle social sobre intervenções urbanas baseadas em princípios empresariais de gestão – como se depreende do caso do “sumiço” das vigas do Elevado da Perimetral, ainda hoje sem esclarecimento.

Ausência de Políticas de Interesse Social

Contrariando as diretrizes do Estatuto da Cidade, não constam medidas efetivas de produção de habitação de interesse social ou de regularização fundiária na lei da Operação Urbana. Destaque-se, igualmente, que a CEF, um banco público, privilegia a ocupação da região portuária por grandes empreendimentos, negligenciando a possibilidade de utilização de imóveis e terrenos públicos para suprir o déficit habitacional.

Desse modo, evidencia-se o caráter da base social do crescimento demográfico esperado para a região (de 32 mil para 100 mil habitantes). A complementaridade dos usos comercial, de negócios, de serviços, cultural e residencial de classe média constitui imagem recorrente dos discursos sobre a “revitalização” urbana, dissimulando possíveis processos de gentrificação, isto é, de enobrecimento das áreas transformadas e consequente deslocamento das populações tradicionais.

A diferença entre os artistas da Fábrica da Bhering e os da Vizinha Faladeira

Em julho de 2012, uma polêmica levou às páginas dos jornais o caso da tentativa de desapropriação da antiga fábrica da Bhering, no bairro do Santo Cristo. Adquirida por um empresário, abrigava ateliês de 50 artistas, que receberam ordens para deixá-la em 30 dias. A Prefeitura agiu rápido: na mesma semana, dois decretos assinados pelo prefeito Eduardo Paes garantiram sua permanência.

Em diversas cidades do mundo, a adoção de determinados bairros por artistas desencadeou processos de “revitalização”. Soho, em Nova York, é o exemplo mais repetido. A presença da Bhering, mesmo que vinda depois do início do projeto, se encaixa no perfil que a Prefeitura quer. É inegável a tentativa de construção de uma imagem que associa arte, cultura, revitalização e valorização, em contraste com os casos de remoção no Morro da Providência, ou da Escola de Samba Vizinha Faladeira.

A Agremiação Recreativística Escola de Samba Vizinha Faladeira perdeu sua sede e quadra no bairro do Santo Cristo, transferida temporariamente para a Gamboa, em virtude das intervenções do Porto Maravilha. A escola fez história trazendo inúmeras mudanças na forma e no conteúdo dos desfiles de carnaval. Por exemplo, foi a primeira a ter uma porta bandeira negra, lugar antes exclusivo de mulheres brancas. Os artistas,

ao menos os da Vizinha Faladeira, já tinham seu lugar na região portuária desde 1932, quando a agremiação foi fundada.

A Remoção do Colégio Estadual Vicente Licínio Cardoso

Em janeiro de 2013, uma das escolas estaduais mais antigas e importantes da região portuária, o Colégio Estadual Vicente Licínio Cardoso, foi removido arbitrariamente pela Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) e transferido para a Escola Municipal Darcy Vargas. A Escola Municipal Darcy Vargas não tinha condições de receber turmas de Ensino Médio noturno e, em função da mobilização dos professores, a SEEDUC decidiu promover nova realocação para o Colégio Estadual Benjamin Constant, próximo à rodoviária Novo Rio. Novamente, o destino dado ao Colégio Estadual Vicente Licínio Cardoso se mostrou ineficaz, já que ali também não havia estrutura para abrigar todas as turmas. Assim, em 22 de fevereiro, a SEEDUC anunciou outra remoção, agora para o Colégio Estadual Julia Kubischek³.

3 <http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2013/02/22nota-publica-do-gep-sobre-o-despejo-do-colegio-estadual-licinio-cardoso/>



BOX 4 AS ILEGALIDADES NO PARQUE OLÍMPICO

Essa foi a quarta vez que o Brasil entrou na disputa para receber as Olimpíadas. Essa é a terceira do Rio de Janeiro, e a outra foi em Brasília. Nas propostas anteriores, o Rio apresentou a área da Ilha do Fundão (2004) e a área portuária (2012). Na proposta vencedora, o principal centro dos jogos será uma área de 1,18 milhão de metros quadrados (equivalente à área do bairro do Leme), em Jacarepaguá, área de expansão da Barra da Tijuca.

O Parque Olímpico receberá 14 modalidades olímpicas e 9 paraolímpicas. Serão construídas instalações temporárias para a disputa de algumas competições como uma arena de handebol; um centro de esportes aquáticos; duas quadras secundárias de tênis e seis quadras de aquecimento de tênis. Dentre as instalações permanentes estão um novo velódromo; uma quadra principal de tênis; sete quadras secundárias de tênis; um Centro Principal de Mídia (CPM); um Centro Internacional de Transmissão (IBC) e um hotel. O Velódromo, construído na mesma área para os Jogos Panamericanos (2007), que segundo o Prefeito Eduardo Paes seria utilizado também para as Olimpíadas, foi desmontado.

Para a construção da infraestrutura e parte das instalações, a prefeitura realizou uma concessão administrativa na modalidade Parceria Público-Privada, com prazo de vigência de 15 anos. A única proposta apresentada, e portanto, vencedora, foi a do Consórcio Rio Mais, composto pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. A Carvalho Hosken é também a principal proprietária de terras do entorno do Parque Olímpico (com histórico de grilagem), portanto, principal beneficiária da valorização imobiliária gerada pelas obras. O consórcio é responsável por implantar toda a infraestrutura do Parque Olímpico e manter a área por 15 anos; além de construir os três pavilhões que farão parte do futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT), o Centro Internacional de Transmissão (IBC), o Centro de Mídia Impressa (MPC), um hotel e a infraestrutura da Vila dos Atletas (que também está sendo erguida na Barra da Tijuca).

Recursos públicos massivos – apesar do discurso de que a PPP garante a realização das obras com recursos privados, todas as obras e serviços estão sendo custeados com recursos públicos. A Rio Mais recebe uma contraprestação mensal, totalizando R\$265 milhões, e outros R\$250 milhões pela conclusão de etapas. Recebe ainda terras públicas, vinculadas também à conclusão de etapas, no valor de R\$850 milhões. A terra pública é subvalorizada na operação, garantindo assim, às construtoras, também um ganho fundiário baseado nos investimentos públicos. O total estimado da operação é de R\$1,4 bilhões. O Governo Federal ainda entra com R\$182,7 milhões para a construção de arenas com recursos do PAC.

Ausência de Estudos de Impacto – O Parque Olímpico está sendo realizado sem Estudo de Impacto Ambiental. A legislação federal e estadual, considerando o porte do



empreendimento, e a intervenção em Áreas de Preservação Permanente da Lagoa de Jacarepaguá, exigiriam Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental. O Plano Diretor do Rio de Janeiro exige Estudo de Impacto de Vizinhança, e o Decreto 30.379, assinado pelo Prefeito Eduardo Paes no primeiro dia de seu mandato, estabeleceu em seu artigo 15 que o município “deverá observar os requisitos exigidos pelo Comitê Olímpico Internacional relacionados à estratégia ambiental e sustentável dos Jogos Rio 2016, bem como aplicar as normas, leis e protocolos internacionais vigentes, dos quais o Brasil seja signatário, relacionados à responsabilidade e à proteção ao meio ambiente”, condicionando a implantação das instalações dos Jogos Rio 2016 e atividades a ele vinculadas “à prévia elaboração de estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental e impacto ocupacional”. O referido estudo, se realizado, nunca veio à público, e se realizado, não cumpriu as exigências legais de realização de audiências públicas. Pedido de informação entregue em mãos ao Secretário de Meio Ambiente Carlos Muniz em agosto de 2013, não foi respondido e arquiteto da Empresa Olímpica Municipal afirmou não ter conhecimento de tal estudo.



Vila dos Atletas e Ilha Pura: recursos públicos financiam altos ganhos privados. | Fonte: www.orealizacoes.com.br

Grande operação imobiliária – Após os jogos, 75% da área do Parque Olímpico será convertida em empreendimento residencial de alto padrão privado. As áreas públicas são adjacentes a essa área. A Vila dos Atletas, situada em terreno ao lado, também terá a infraestrutura implantada pela Rio Mais. A infraestrutura servirá também aos terrenos que a circunda, de propriedade da Carvalho Hosken, um dos quais destinado ao empreendimento Ilha Pura, em parceria com a Odebrecht. A legislação da região exige do incorporador privado o investimento em infraestrutura, mas no caso, também entrou na conta do projeto Olímpico. A área também foi beneficiada por mudança de legislação, aumentando o potencial construtivo, e portanto os ganhos imobiliários.

Remoção Ilegal da Vila Autódromo – Na primeira versão do edital de concessão, a Rio Mais seria responsável pela remoção ilegal da Vila Autódromo. A comunidade, com apoio do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública Estadual - NUTH, questionou na justiça, e a remoção saiu do texto do contrato de concessão. Porém, a Rio Mais obteve da Prefeitura licença para demolição das casas da comunidade. A demolição, também questionada na justiça, foi considerada ilegal e barrada por liminar. A procuradoria do município, em conjunto com o chefe da Defensoria Pública, em medida ilegal, passou por cima do trabalho do NUTH e derrubou a liminar que defendia os interesses dos moradores que tem direito à permanecer na comunidade. Os moradores que aceitaram a proposta da prefeitura para sair da comunidade, poderiam fazê-lo sem gerar o impacto negativo aos que permanecem. A prefeitura prometeu a urbanização da área remanescente da comunidade, mas começou as obras sem apresentar o projeto, o que em si é ilegal. As demolições das casas estão sendo realizadas em áreas não afetadas pelo projeto viário do Parque Olímpico. A prefeitura está utilizando o clima de insegurança, incerteza e o cenário de guerra gerado pelas demolições e corte das árvores da comunidade, para forçar a saída de todos.

Fonte: <http://www.cidadeolimpica.com.br>; <http://www.rio2016.com>



Legado do Parque Olímpico para as Construtoras: 75% da terra pública vira prédios de alto padrão.

2. Mobilidade

A mobilidade urbana é um aspecto essencial do direito à cidade. Enquanto direito humano, enquadra-se em um item mais amplo: o direito à moradia ¹. Segundo os tratados internacionais que versam sobre tema, o direito à moradia, por sua vez, compreende também o direito de toda pessoa ter acesso a um lar e uma comunidade seguros para viver em paz, dignidade e saúde física e mental. Neste sentido, além dos atributos físicos adequados para a habitação, o direito à moradia deve incluir uma localização adequada. Por sua vez, a moradia, para ser adequada, deve estar em local que ofereça oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social. Isso quer dizer que nas proximidades do local da moradia deve haver oferta de empregos e fontes de renda, meios de sobrevivência, rede de transporte público, supermercados, farmácias, correios, e outras fontes de abastecimento básicas ². Ao mesmo tempo, o acesso a melhores condições de mobilidade urbana não se restringe absolutamente à localização. Nestes termos, deve se considerar também itens como preço das passagens, oferta de modais diversificados, possibilidade de integração intermodal, meios de transporte seguros, confortáveis e ambientalmente sustentáveis.

Mobilidade urbana para quem?

As cidades brasileiras estão recebendo o maior volume de recursos de sua história para investir em infraestrutura de mobilidade urbana, no âmbito do PAC 2 e dos projetos da Copa do Mundo de futebol (2014) e das Olimpíadas (2016)³. No Rio de Janeiro estão sendo implantados diversos projetos e ações nesta área (tabela 2). Além da construção de infraestrutura, estão sendo promovidas alterações no trânsito e no sistema de circulação dos ônibus e investimento na malha cicloviária. Esse conjunto de ações e projetos no campo da mobilidade urbana tem sido denominado pelas autoridades – e da mesma forma reproduzido pelos meios de comunicação – como “revolução nos transportes” ⁴. Tais intervenções incluem, principalmente, a implantação

¹ A moradia aparece de fato como um direito humano em 1965 com o tratado dos direitos econômicos, sociais e culturais. Segundo o site da relatoria de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, já existem mais de 12 diferentes textos na própria ONU que reconhecem o direito à moradia, mas segundo a mesma fonte, a implementação deste direito ainda é um grande desafio.

² Extraído de: http://direitoamoradia.org/?page_id=46&lang=pt. Segundo Raquel Rolnik, relatora especial da Organização das Nações Unidas para o tema, “a moradia adequada de um pescador é na beira do mar. Assim como a moradia, para o trabalhador na indústria, é no lugar onde o emprego existe ou que ele tem transporte rápido e acessível de acordo com seu bolso para poder acessar as oportunidades de trabalho e emprego”.

³ Ver FLORENTINO, Renata. Como transformar o direito à mobilidade em indicadores de políticas públicas? Uma contribuição. In: Revista Eletrônica e-metropolis. n.7. Rio de Janeiro, 2011.

⁴ Ver site “Cidade Olímpica” mantido pela Prefeitura do Rio de Janeiro: <http://www.cidadeolimpica.com>

de BRT's (Bus Rapid Transit), o alongamento da linha 1 do metrô, a implantação dos sistemas BRT's (Bus Rapid System), além da construção de um Veículo leve sobre trilhos (VLT).

Essas promessas de melhoria são itens centrais no discurso do "legado social" que justifica os esforços políticos (principalmente), a mobilização social e a destinação de volumosos recursos públicos, inclusive nas intervenções de pouco valor social, como muitos dos estádios da Copa.

Muitas dessas obras, como tem sido amplamente noticiado pela imprensa, estão atrasadas; enquanto isso, outros projetos foram simplesmente abandonados, o que tem se tornado motivo de grande preocupação por parte da sociedade.

Obviamente, ao envolver enormes volumes públicos, a preocupação com o atraso e a não realização dessas obras é absolutamente válida e necessária. Mas no campo da mobilidade urbana, uma pergunta que não pode deixar de ser feita é se essas ações realizadas através de grandes projetos seriam as soluções definitivas para os graves problemas com os quais se defrontam diariamente os moradores das grandes cidades.

As grandes obras de infraestrutura de transporte, que causam grandes intervenções no espaço urbano, implicam na violação de outros direitos humanos, como é o caso das comunidades removidas? Estaria mesmo Rio de Janeiro prestes a experimentar de fato uma revolução no sistema de mobilidade urbana que alteraria para sempre a história da cidade e a vida de seus moradores?

Além disso, as grandes obras que até agora serviram mais como cenários para as propagandas políticas, garantirão de fato o acesso à mobilidade urbana para os 11 milhões de habitantes da metrópole de maneira eficiente, eficaz e universal, como prevê a recente aprovada lei da mobilidade urbana?

Em si mesmo, provisão de infraestrutura não garante bem-estar e respeito aos direitos humanos. Na cidade do Rio de Janeiro os recursos previstos para intervenções no campo da mobilidade urbana são da ordem de aproximadamente 6,2 milhões de reais, incluindo os investimentos para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Até o momento foi inaugurado apenas o BRT Transoeste, que é uma linha de ônibus em sistema BRT que liga o bairro de Santa Cruz ao bairro da Barra da Tijuca. Menos de um ano depois da inauguração da linha do BRT, sua infraestrutura já vem apresentando falhas, como mostrou a série de matérias jornalísticas que mostraram danificações no asfalto e queda de revestimento e infiltrações no túnel da grota funda, na zona oeste, por onde passa o BRT⁵.

É preciso lembrar que a rede de transporte e as opções de modais disponíveis (o grau de prioridade dado a cada modal, como ao automóvel, por exemplo) influenciam no padrão de mobilidade urbana que se tem em cada cidade. Também é preciso considerar como o sistema de transporte pode, ou não, promover justiça social. No caso do Rio de Janeiro, constata-se, primeiramente, uma forte concentração espacial dos investimentos em infraestrutura de transportes quando consideramos a escala metropolitana. Isto, por si só, coloca em dúvida se, apesar dos volumes de investimento envolvidos, as intervenções no campo da mobilidade estariam de fato provocando

⁵ Queda de revestimento fecha Túnel da Grota Funda no sentido Recreio-Santa Cruz. <http://oglobo.globo.com/rio/queda-de-revestimento-fecha-tunel-da-grota-funda-no-sentido-recreio-santa-cruz-7249273#ixzz2QCgddoQ>

transformações na estrutura urbana extremamente desigual da metrópole.

Os investimentos em mobilidade são os principais indutores de reestruturação das cidades, incidindo sobre a dinâmica urbana na perspectiva da (re)valorização de certas áreas (criação e revitalização de centralidades) e na capacidade de acesso da população aos equipamentos de mobilidade e acessibilidade. De fato, a simples provisão de infraestrutura não garante o bem-estar da população e o respeito aos direitos humanos.

A análise dos investimentos na cidade do Rio de Janeiro indica que estes não estão voltados para o atendimento das áreas mais necessitadas e que apresentam os piores indicadores de mobilidade. Mas, pior do que uma infraestrutura mal construída ou mal distribuída pelo território da cidade, constata-se que muitas comunidades têm sido removidas compulsoriamente ou sofrido ameaça de remoções por conta da construção da infraestrutura de transporte para a Copa e as Olimpíadas, como mostra esse Dossiê. Isto, por si só, constitui uma violação ao direito à moradia garantido em diversos tratados internacionais.

Obviamente, as intervenções que sairão do papel vão de alguma forma amenizar certos problemas. No entanto, há sinais de que as soluções prometidas são insuficientes para a metrópole onde a população se desloca por grandes distâncias e muitas vezes de um município para outro. Há dúvidas se o modelo predominante, o BRT, é a solução para cidades com essas características, como Rio de Janeiro, por exemplo. Além disso, pouca ou quase nenhuma infraestrutura para os deslocamentos não motorizados, como a pé ou de bicicleta, está sendo construída. O transporte sobre rodas, sobretudo o individual, ainda é muito privilegiado. No Rio de Janeiro, há muitos anos não se investe em transporte aquaviário, e nada está previsto no contexto dos megaeventos.

Os aumentos constantes, inadvertidos e abusivos nos preços das passagens

Nos últimos anos, percebe-se que tem ocorrido no Rio de Janeiro aumentos abusivos nos preços das passagens, que extrapolam qualquer índice de inflação⁶. Alguns dos aumentos ocorridos nos últimos anos não foram previamente anunciados, configurando uma possível manobra por parte do poder público - quem sabe em acordo com as empresas prestadoras de serviço de transportes - para evitar que manifestações fossem realizadas. Esse foi o caso do aumento ocorrido em primeiro de janeiro de 2012, quando a passagem de ônibus que custava R\$ 2,50 passou a custar R\$ 2,75, um aumento, portanto, de 10%. No início de 2013 sinalizou-se um outro aumento, dessa vez passando para R\$ 2,90, representando um reajuste de 5,4%. Naquele momento, o aumento só não se realizou ainda porque foi adiado pela prefeitura para 1º de janeiro de 2013 - a pedido do governo federal, preocupado com o impacto das tarifas na inflação. O aumento veio somente em 1º de junho de 2013, quando a passagem passou a custar R\$ 2,95, uma elevação da tarifa ainda maior do que aquela prevista para o início daquele ano⁷. No entanto, devido às manifestações, que ocorreram entre os dias 6 de junho e 17 de junho, a prefeitura recuou, suspendendo o reajuste. Com isso a partir do dia 20 de junho de 2013, a passagem voltou a valer os mesmos R\$ 2,75, como no início daquele ano. Esse valor vigorou até fevereiro de 2014,

⁶ O IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE, terminou 2011 em aproximadamente 6,5%. O acumulado em 2012 foi de 5,8% e, em 2013, índice fechou em 5,9%. O IGP-M - Índice Geral de Preços ao Mercado, calculado pela FGV, em 2011, foi de 5,09%. Em 2012 foi de 7,81%. No acumulado dos 12 meses de 2013, ficou em 5,53%. Este último é utilizado geralmente para balizar os aumentos dos contratos de aluguel e das tarifas dos serviços público, entre eles as dos transportes.

⁷ Nessa ocasião, o prefeito da cidade chegou a admitir que o transporte da é ruim: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/apos-protestos-cai-tarifa-de-onibus-no-rio.html>

quando, no dia 2 desse mês, a passagem passou para R\$3,00, representando um aumento de 9,09%. Vale lembrar que no final de 2013 a prefeitura anunciou um aumento, dizendo, inclusive, que o aumento poderia chegar a R\$3,05 como noticiou o jornal O Dia ⁸.

A passagem do metrô passou de R\$ 2,80 para R\$ 3,10 em 2012, e, em cima desse valor, no início de 2013, sofreu mais um reajuste, passando a custar R\$ 3,50, tornando-se, naquele momento, a passagem de metrô mais cara do país. Em fevereiro de 2013, logo após esse aumento, o Procon realizou uma visita conjunta com a Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor na linha 2 e notificou o metrô de várias irregularidades, entre elas vagões superlotados, ar-condicionado sem funcionamento, problemas com a ventilação de algumas estações, elevadores para deficientes enguiçados, escadas rolantes em manutenção e poucos funcionários atendendo nas bilheteiras⁹. Acompanhando o recuo da Prefeitura, o Governo do Estado do Rio de Janeiro também revogou esse aumento. Com isso, a partir de junho de 2013, em resposta às manifestações, a passagem do metrô passou a valer R\$3,20. No dia 19 de maio de 2014, após aumento de 9,3% autorizado pela Agência Reguladora de Transportes do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp), a tarifa do metrô voltou aos R\$3,50 de antes das manifestações (quem usa o Bilhete Único Carioca continua pagando R\$ 3,20). Mais um aumento que contrasta com a péssima qualidade do serviço público oferecido pelas concessionárias.

Nos trens que servem sobretudo à população dos municípios da Baixada Fluminense da RMRJ, os usuários convivem, há anos, com graves problemas. Destacam-se os enormes atrasos, a superlotação e até o excesso de calor “desumano” – são constantes as denúncias de que o ar condicionado, nas composições que os têm, é desligado ¹⁰. A reclamações e as panes são quase que diárias. A situação dos trens operados pela concessionária Supervia coloca inclusive em risco a vida dos usuários. Nos últimos tempos, por dois dias seguidos, ocorreram descarrilamentos¹¹. Mesmo com os enormes problemas a tarifa dos trens têm sido ajustadas anualmente e, como nos outros casos, acima dos índices de inflação.

Em 2 de fevereiro de 2012, as passagens dos trens passaram R\$ 2,80 para R\$ 2,90. Neste mesmo dia, coincidentemente ou não, usuários tiveram que caminhar por centenas de metros sobre os trilhos após o trem que fazia o trajeto Central do Brasil-Campo Grande apresentar uma pane. Em fevereiro de 2013, a passagem voltou a subir, chegando a R\$3,10. No entanto, da mesma forma que ônibus e metrôs, em junho de 2013, após as manifestações, a passagem voltou para o valor antigo (R\$2,90). O valor da passagem de trem, acompanhando a mesma autorização que permitiu o aumento do metrô, aumentou em 10,34%, passando R\$ 2,90 para R\$ 3,20.

Os usuários do transporte aquaviário no Rio de Janeiro não ficaram livres dos aumentos abusivos e inadvertidos, apesar da qualidade ruim do serviço oferecido. Em março de 2012 ocorreram aumentos nas tarifas de todas as linha. No início de 2013, como era de se esperar, ocorreu outro aumento e o trajeto Rio – Niterói – o de maior demanda - que antes custava R\$ 4,50, desde o dia 2 de abril de 2013, passou para R\$ 4,80. Após as manifestações na primeira quinzena de junho de

⁸ <http://odia.ig.com.br/portal/rio/passagem-de-%C3%B4nibus-vai-para-mais-de-r-3-05-em-janeiro-1.503851>

⁹ Após vistoria, Procon notificará metrô do Rio por superlotação e ar-condicionado desligado: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/02/26/apos-vistoria-procon-notificara-metro-do-rio-por-superlotacao-e-arcondicionado-desligado.htm>

¹⁰ Cariocas sofrem com transportes em que ar-condicionado é luxo: <http://oglobo.globo.com/rio/cariocas-sofrem-comtransportes-em-que-ar-condicionado>

¹¹ Trem descarrila e passageiros são obrigados a desembarcar: <http://oglobo.globo.com/rio/trem-descarrila-passageiros-obrigados-desembarcar-8029530#ixzz2QCWwWnYS>

2013, as passagens das Barcas Rio-Niterói baixaram de R\$ 3,30 para R\$ 3,10 com Bilhete Único e de R\$ 4,80 para R\$ 4,50 sem Bilhete Único. Mesmo com essa diminuição esse é, atualmente, o meio de transporte mais caro da cidade. Ao mesmo tempo, é um dos serviços oferecidos que mais apresenta problemas e que gera mais reclamações por parte dos usuários, que há muitos anos vêm sofrendo com a precariedade do serviço, incluindo atrasos, superlotação e, o mais grave, insegurança que coloca em risco a vida dos passageiros ¹².

É preciso dizer que custos de deslocamento estão diretamente relacionados à garantia do direito, que toda pessoa tem, de um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar. Sendo assim, é preciso lembrar que os gastos das famílias com transporte no Brasil vêm aumentando gradativamente nas últimas décadas. Na década de 1970, segundo o IBGE¹³, 11,2% das despesas das famílias eram despendidos com transporte. No início dos anos 2000, 18,4% do orçamento familiar já eram destinados às despesas com transporte¹⁴. No final desta década, esse percentual chegou a 19,6% ¹⁵, praticamente se igualando aos gastos com alimentação, que representavam 19,8% no mesmo período considerado.

Outra dimensão que ainda precisa ser considerada é a baixa integração intermodal. O Rio de Janeiro tem sido considerado por muitos como a cidade da bicicleta, por exemplo. Mas, das 35 estações do metrô, apenas 11 contam com bicicletários. Além disso, o número de vagas – apenas 206 nas 11 estações – parece insuficiente diante do potencial de uso da bicicleta como meio de transporte. Por fim, cabe registrar que o embarque das bicicletas nos vagões somente é permitido aos sábados, domingos e feriados.

Revolução nos transportes?

Através das propagandas oficiais e da mídia em geral, o poder público tem prometido uma “Revolução nos Transportes”, construindo as vias Transcarioca, Transolímpica e Transoeste (todas BRTs), e o metrô lagoa-barra (alongamento da linha 1) – todos, segundo os órgãos responsáveis pela realização dos eventos, ligados à realização da Copa e dos Jogos Olímpicos. Por outro lado, a população clama por serviços de transporte de massa em outras direções e para outras regiões da cidade. Enquanto o serviço de transporte coletivo oferecido à população é caro, precário e insuficiente para a demanda existente, o cenário que se desenha para o futuro é o de investimentos em transporte na cidade destinados a viabilizar a ocupação de áreas vazias ou pouco densas, visando promover a valorização imobiliária e a expansão irracional da malha urbana.

Nesta perspectiva, constata-se que os investimentos em transportes para a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 estão majoritariamente concentrados territorialmente. Primeiramente, há uma forte concentração no município do Rio de Janeiro, lembrando que a Região Metropolitana é composta por 20 municípios. E, em segundo lugar, há uma desigualdade na distribuição desses investimentos no interior do próprio município do Rio de Janeiro, com uma concentração maciça na Zona Sul e na Barra da Tijuca.

¹² No dia 28/11/2011, uma barca, que fazia o trajeto Niterói-Rio de Janeiro, bateu quando chegava na Estação da Praça XV. Na ocasião o catamarã Gávea I se chocou violentamente duas vezes contra o píer, deixando 55 feridos, segundo informações do Corpo de Bombeiros.

¹³ Segundo a Pesquisa ENDEF (anos-base 74-75) do IBGE.

¹⁴ Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE (anos-base 2002-2003).

¹⁵ Segundo a POF (anos-base 2008-2009).

Os números oficiais apontam que 63% da população da cidade do Rio de Janeiro serão usuários do transporte de Alta Capacidade (trens, metrô e BRT). Por outro lado, é preciso considerar que as soluções para os problemas de transportes das grandes cidades não podem ser dadas completamente no âmbito das esferas municipais, pois são questões de natureza metropolitana. No caso da RMRJ, a circulação diária da população envolve grande volume de viagens não só no extenso território do município do Rio, mas também entre os vinte municípios metropolitanos. A chamada “Revolução nos Transportes” propagandeada pelo poder público no contexto dos megaeventos mostra-se, portanto, limitada como resposta à crise da mobilidade na metrópole fluminense. No contexto das intervenções no sistema de mobilidade para a Copa de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 não há conhecimento sobre a existência de nenhum plano integrado que considere o Rio de Janeiro como “cidade metropolitana”, sendo que o último Plano Diretor de Transporte Urbano da região metropolitana é de 2003, e não está sendo utilizado para planejar as atuais intervenções. Assim, a oportunidade de superar o desafio de planejar e financiar infraestruturas na escala metropolitana pode estar sendo desperdiçada em razão da concentração territorial das intervenções e da insistência no modelo rodoviário, reproduzindo, mais uma vez, práticas políticas concentradoras e antidistributivas, que tendem a acentuar as disparidades intrametropolitanas tão prejudiciais para o direito à cidade.



BOX 5 TRAGÉDIAS ANUNCIADAS

Ocorrências com vítimas fatais que vêm sucedendo no Rio de Janeiro nos últimos três anos expõem a face mais grave da situação atual do transporte público na cidade. Mais do que verdadeiras tragédias humanas, esses fatos expõem a precariedade do transporte oferecido, que diariamente coloca em risco a vida de milhares de pessoas. Os ônibus, sobretudo, que deveriam cumprir o simples papel de transportar as pessoas de um lugar para outro, estão se tornando verdadeiras máquinas assassinas. No mínimo cinco grandes tragédias, ocorridas desde 2011, expõem essa situação.

Na primeira delas, o Bonde de Santa Tereza, ao tombar no dia 27 de agosto de 2011, matou seis pessoas e deixou mais de cinquenta feridas. Na segunda, ocorrida no dia 12 de junho de 2012, a invasão de um ponto de ônibus por outro veículo do transporte coletivo desgovernado, no Bairro do Caju, na Zona Norte da cidade, causou a morte de cinco pessoas e deixou outras 21 feridas. Em abril de 2013, um ônibus da linha 328, que liga a Ilha do Governador ao Centro da cidade, despencou da altura de 10 metros de um viaduto, matando oito pessoas. Em agosto de 2013, um ônibus caiu da altura de 15 metros de um viaduto que fica na Avenida Prefeito Isoldackson Cruz Brito no município de Itaguaí, resultando na morte de seis pessoas. Na última dessas tragédias, um ônibus alimentador do BRT-Transoeste, da linha 854-A, atropelou seis pessoas, matando três delas no bairro de Guaratiba, Zona Oeste da cidade.

Estas ocorrências mais graves somam-se a outras. Somente em abril de 2013, mesmo mês da tragédia do ônibus 328, foram cinco ocorrências que deixaram 1 pessoa morta e outras 63 feridas, ao todo. A situação é ainda mais dramática porque estes casos vêm se sucedendo com intervalos de tempo razoavelmente suficientes para que fossem evitados. Há evidentes falhas na gestão por parte do poder público, que assume cada vez mais uma visão de cidade exclusiva e perigosamente orientada pela lógica da competitividade. Os governos estadual e municipal no Rio de Janeiro não oferecem ou regulam opções seguras de transporte coletivo.

E ainda têm sido defensores ferrenhos de um modelo que privilegia apenas a produtividade e o lucro em detrimento do bem-estar e do respeito aos direitos humanos. A chamada “revolução nos transportes” anunciada no âmbito da Copa e das Olimpíadas parece reforçar ainda mais essa tendência.



BOX 6

TELEFÉRICO OU TELEFANTE?

A obra do Teleférico da Rocinha foi definida como prioritária, sem que os moradores tenham sido consultados. O projeto orçado em R\$253 milhões, foi inspirado nas experiências de Medellín, na Colômbia, e no Rio de Janeiro já foi implantado no Complexo do Alemão.

Os moradores questionam o investimento e afirmam que há outras prioridades, como o saneamento básico e construção de creche. José Martins, morador da comunidade há 47 anos e militante dos grupos Rocinha sem Fronteiras e SOS Rocinha, explica: “Ficamos sabendo da instalação do teleférico pela imprensa. Em nenhum momento o poder público chegou até nós para saber a nossa opinião. Já que não fomos consultados, viemos para o asfalto para dizer que a nossa prioridade é saneamento básico. Somos contra esta verba destinada ao teleférico, com tantas valas que permanecem abertas, causando doenças de pele, verminoses nas crianças e no morador em geral”.



Imagem: Claudius Ceccon, do Centro de Criação de Imagem Popular.

Para Davison Coutinho, participante do “Rocinha Sem Fronteiras” e membro da Comissão de Moradores da Rocinha, “os problemas estruturais e sociais dessas regiões são oriundo de um problema maior, que é a falta de participação dos moradores nas decisões das obras de intervenção do governo do Rio, ferindo a lei federal de número 10.257, que exige a inclusão da população nesses processos”. Os teleféricos do Alemão e da Rocinha são integrantes do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Ministério das Cidades - Governo Federal. O trabalho social e de consulta aos moradores, que acompanha a realização da obra é contratado pela construtora, o que, segundo moradores, compromete seu resultado.

Os raros encontros oficiais realizados, tiveram caráter informativo e não consultivo e deliberativo. A população questiona as decisões mas, como acontecem também em audiências públicas oficiais, as manifestações contrárias não alteram decisões já tomadas.

O consórcio responsável pela construção do Teleférico no complexo do Alemão é o Consórcio Rio Melhor – formado pelas construtoras Norberto Odebrecht (Empresa Líder), OAS e Delta Construções. Estas empresas estão sendo acusadas de atuarem de forma combinada e fraudulenta nas licitações do PAC no Rio de Janeiro. Documentos apreendidos em várias operações da Polícia Federal mostram que empreiteiras formam consórcios “paralelos” antes da disputa de licitações com a finalidade de superfaturar obras públicas. A licitação em questão é justamente a que tratava da instalação dos teleféricos urbanos, em 2008.

Sobre a experiência do Complexo do Alemão, dois anos após a sua inauguração (ocorrida em 7 de julho de 2011) muitos moradores relatam que o equipamento não atende às necessidades básicas de mobilidade, integração social e melhorias na qualidade de vida, como era enfatizado no projeto original. Alan Brum, da ONG Raízes em Movimento, argumenta que “No Alemão, o teleférico atende a apenas 7% da população num universo de 140 mil pessoas. O foco no caso é no turismo, não no morador”. No complexo do Alemão o saneamento básico também é um problema que não foi resolvido.

Há também um questionamento quanto à ausência de estudo de outras soluções, que poderiam ser mais adequadas e gerar menor impacto na comunidade. O Plano Diretor da Rocinha, elaborado por Luiz Carlos Toledo apresentava o plano inclinado como melhor solução, e é defendido por moradores. Segundo Alcebíades Fonseca, conselheiro do Clube dos Engenheiros do Rio de Janeiro, o Plano Inclinado favorece o acesso de pessoas portadoras de deficiência, permite a retirada de resíduos sólidos e seu custo é de apenas 20% em relação ao do Teleférico importado adotado pelo Governo do Estado.

No Morro da Providência, foram implantadas duas linhas de teleféricos, uma saindo da Central do Brasil, e outra fazendo a ligação entre a área turística do projeto Porto Maravilha e mirantes no alto da comunidade. Os moradores questionam as remoções realizadas para a realização da obra, e essa segunda linha, que atenderá interesses turísticos e não as necessidades de acessibilidade da população da favela. A obra de urbanização está paralisada por ação judicial, uma vez que a Prefeitura não apresenta o projeto aos moradores, e não apresenta soluções alternativas para áreas onde ainda estão previstas remoções (ver Capítulo Moradia).

O movimento “Rocinha Sem Fronteiras” realiza ações de resistência ao projeto do Teleférico, incluindo manifestação com grande adesão e repercussão pública. O grupo também está movendo uma ação judicial no Ministério Público do Estado (MP/RJ), junto com o Instituto Raízes em Movimento (do Alemão), contra o governo do Rio e as demais entidades envolvidas nos projetos.

Ver mais em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/09/29/rocinha-e-alemao-pretendem-processar-estado-por-causa-de-teleferico/>; <http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/forum-em-luta-pela-mobilidade-urbana-no-rio>; <http://www.canalibase.org.br/rocinha-diz-nao-ao-teleferico/>; <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/128316/P%C3%A1gina-O-Telefante-critica-tele%C3%A9rico-da-Rocinha.htm>



3. Trabalho

A geração de emprego é uma das principais justificativas utilizadas pelo governo para legitimar e convencer a opinião pública da importância dos grandes investimentos nas obras relacionadas aos megaeventos esportivos. Na página eletrônica da Odebrecht – que formou junto com a Andrade Gutierrez o Consórcio Maracanã Rio 2014, responsável pela requalificação do estádio para hospedar a Copa do Mundo de 2014 – estima-se a geração de 6.500 empregos diretos até maio de 2013 na reforma do Maracanã ¹.

Assim, parece fundamental refletir sobre a questão do trabalho no contexto dos projetos da Copa e Olimpíadas para o Rio de Janeiro. Nas obras relacionadas aos jogos, principalmente aquelas que dizem respeito aos transportes, à reforma de estádios e demais arenas esportivas, observa-se a precarização do trabalho, promovida pelos consórcios de empresas, acompanhada da omissão dos órgãos fiscalizadores (sejam municipais ou estaduais). As pressões exercidas pela FIFA e pelo COI, combinadas com o discurso que propala a incapacidade do país de entregar a tempo a infraestrutura necessária à realização dos jogos, facilitam e legitimam a adoção de padrões de relação de trabalho fundadas na precarização e justificativas para que ocorram processos de violações aos direitos dos trabalhadores. No Rio de Janeiro e em todo o país, as péssimas condições de trabalho são observadas em obras vinculadas aos megaeventos esportivos da Copa e das Olimpíadas. No caso específico da reforma do Maracanã, já ocorreram duas grandes paralisações durante a realização das obras, relacionadas às péssimas condições de trabalho – foram ao todo 25 dias de paralisação até fevereiro de 2013.

No dia 17 de agosto de 2011, os operários que trabalhavam nas obras de adaptação do Estádio Maracanã deflagraram uma greve após um acidente no canteiro de obras, o qual deixou um trabalhador ferido. A explosão de um tonel com produtos inflamáveis lançou Carlos Felipe da Silva Pereira a dois metros de distância, causando queimaduras e traumatismo no joelho. A greve foi finalizada no dia 22 do mesmo mês, quando os trabalhadores conquistaram algumas de suas reivindicações: aumento no valor da cesta básica (de R\$ 110 para R\$ 160), assim como o pagamento dos dias parados, estabilidade para a comissão de greve e uma comissão sindical para avaliar as condições de segurança da obra.

Pouco tempo depois, no dia 1º de setembro, uma nova greve se iniciou. Dessa vez, após a acusação de que haviam sido servidos alimentos estragados aos 2.000 trabalhadores da obra. Nilson Duarte, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (Sitraicp) alegava que foram servidos macarrão e feijão estragados, salada com bichos e leite fora

¹ Cf. <http://www.odebrechtarenas.com.br/estadio/maracana#section-sobre-a-obra>, acessado em maio de 2014.

da validade. As reivindicações incluíram, entre outros pontos, aumento da cesta básica para R\$ 180, plano de saúde, presença de médicos no turno da madrugada e fiscalização dos alimentos servidos no refeitório do canteiro. Mas a greve terminou sem acordo entre os operários e o consórcio no dia 19 de dezembro, após o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro haver considerado a paralisação ilegal.

Em uma ameaça de greve em fevereiro de 2012, os trabalhadores paralisaram as obras por 1h30, mas voltaram ao trabalho logo depois que o consórcio atendeu às reivindicações do sindicato. Um ano depois, em fevereiro de 2013, uma nova paralisação foi realizada após uma rodada de negociações fracassada entre o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Intermunicipal do Rio de Janeiro (Sintraicp) e o Consórcio. Os trabalhadores acataram a proposta do governador Sérgio Cabral, conquistando 11% de aumento, 80% de hora extra, dois salários de participação nos lucros e cesta básica de R\$ 330; o sindicato, no entanto, não conseguiu o plano de saúde pedido pelos trabalhadores. No dia seguinte, as obras do estádio voltaram ao normal.

As obras do Parque Olímpico e da Vila Olímpica do Rio/2016, realizadas por mais de cinco mil trabalhadores, também já enfrentaram paralisações. A greve foi iniciada no início de abril de 2014, quando operários realizaram um protesto por melhores salários. A categoria reivindicava também ser representada pelo sindicato da indústria pesada, e não pelo sindicato da indústria leve, o que significaria um aumento salarial de 15%. Na semana seguinte, os trabalhadores decidiram continuar a greve, dias depois de o COI anunciar que aumentaria o controle sobre a organização dos Jogos do Rio de modo a contornar atrasos e acelerar os preparativos da cidade². Durante uma manifestação em frente ao canteiro de obras, a Polícia Militar interveio e chegou a disparar tiros para o alto, na tentativa de dispersar os operários³. Depois de duas semanas de paralisação, os trabalhadores retomaram as obras parcialmente. A decisão veio após a retomada das negociações entre operários e a concessionária Rio Mais⁴, responsável pelas obras.

Em meio à greve do Parque Olímpico, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada Intermunicipal do Rio de Janeiro (Sintraicp) também decretou greve, paralisando o trabalho de boa parte das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, como o Engenhão, a Linha 4 do Metrô, a Transolímpica e a Transcarioca⁵. Cerca de 20.000 operários cruzaram os braços em protesto contra a falta de avanço nas negociações por melhores ganhos para a categoria, que incluíam 10% de reajuste salarial, o pagamento de 100% sobre as horas extras durante a semana, o aumento da cesta básica (de R\$ 230 para R\$ 300) e plano de saúde para o trabalhador e seus dependentes. O movimento grevista foi encerrado dez dias depois, após a categoria conquistar um aumento salarial de até 9%, além de cesta básica de R\$ 310.

² Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,greve-do-parque-olimpico-do-rio-continua-por-tempo-indeterminado,1153626,0.htm>. Acesso em 22 de maio de 2014.

³ Disponível em <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/04/07/greve-paralisa-construcoes-olimpicas-e-ameaca-obra-mais-cara-da-copa.htm>. Acesso em 22 de maio de 2014.

⁴ O consórcio construtor do Parque Olímpico é formado pelas empresas Odebrecht Infraestrutura, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken, e disputou sozinho a concorrência da parceria público-privada (PPP) organizada pela prefeitura. Além dos direitos de exploração da área do antigo autódromo de Jacarepaguá, onde está sendo construído o Parque, as empresas possuem vários terrenos e empreendimentos imobiliários na região. Ao lado, está a Vila Autódromo, um dos mais emblemáticos casos de ameaça de remoção e resistência.

⁵ Disponível em <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/04/07/greve-paralisa-construcoes-olimpicas-e-ameaca-obra-mais-cara-da-copa.htm>. Acesso em 22 de maio de 2014. Cf. também <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2014/04/14/sindicato-anuncia-fim-da-greve-que-parou-obras-da-copa-e-olimpiada-no-rio.htm>. Acesso em 22 de maio de 2014.

Trabalho Informal

Como em outras cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, o Rio de Janeiro vem implementando uma política de repressão e criminalização contra os camelôs e trabalhadores informais. No caso da capital carioca, o ponto de inflexão ocorreu no início do ano de 2009, primeiro ano de mandato do atual prefeito, Eduardo Paes. Foi então que o governo municipal lançou a operação Choque de Ordem, que tem por objetivo realizar a limpeza urbana do centro e de outras regiões da cidade. Na época, o Secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlen, declarou que as medidas – que incluem a retirada de crianças abandonadas e moradores de rua, bem como a repressão ao mercado informal e às ocupações urbanas – têm o caráter de devolver aos cidadãos os espaços públicos ocupados ilegalmente. De acordo com o relatório da *Streetnet Internacional*⁶, articulação de organizações de vendedores informais de diversos países, fundada em 2002:

As ações vêm no sentido de cadastrar um número determinado de vendedores informais nos bairros e no centro, institucionalizar e padronizar feiras através de parcerias público-privadas além de estabelecer um camelódromo na região central [na Central do Brasil, incluído no projeto de revitalização urbana da Zona Portuária, alavancado pelos megaeventos]. Tudo isso sob a ótica de formar Empreendedores Individuais e de garantir, após a regularização de um número restrito de vendedores, a limpeza do espaço urbano, com reforço a fiscalização e repressão aos comerciantes excluídos do processo de legalização.

Assim, em junho de 2009, a prefeitura instaurou o cadastramento e o recadastramento de 18.400 vendedores informais. Quatro mil trabalhadores foram recadastrados e 14.400 vagas de venda foram abertas na cidade. O número, no entanto, está muito abaixo das estimativas das lideranças de rua, que calculam a existência de 60 mil trabalhadores informais em todo o município, seis mil só no centro. A forma de cadastramento marca assim a postura unilateral da prefeitura: além do número restrito de vagas, desrespeitou a lei municipal 1876/92 – a qual prevê a consulta de comissões com representantes da sociedade civil, incluindo ambulantes, nas determinações do licenciamento – e não foi transparente, pois não era exigida documentação que comprovasse tempo de rua⁷.

A emissão de autorizações foi completa nos bairros, mas foi interrompida no centro – região que ainda não tem um plano de organização do solo público para os megaeventos definido, muito embora a revitalização da Zona Portuária deixe transparecer a incompatibilidade entre os novos usos e o comércio informal. Desse modo, os vendedores permanecem em situação de alta vulnerabilidade: sem licenciamento, muitos continuam a se submeter ao esquema de “tolerância”, prática pela qual a permanência do camelô é negociada por meio do pagamento de suborno às autoridades fiscais.

A situação ganha contornos mais drásticos com o recrudescimento da repressão. Várias são as denúncias de abuso e notícias de violência contra vendedores. Em 2013, o promotor Rogério Pacheco, da 7ª Promotoria da Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital,

⁶ *Streetnet. Copa do Mundo para Todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014. 2012, p. 131. Para consultar o relatório na íntegra, ver: http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf (1ª parte), http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/2-publicacao_SN_small_pt_002.pdf (2ª parte), http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/3-publicacao_SN_small_pt_003.pdf (3ª parte). Ver também o artigo da Andrea Dip em: <http://www.apublica.org/2012/04/copa-nao-e-para-pobre-os-ambulantes-zonas-de-exclusao-da-fifa/>*

⁷ *Idem, p. 131-132.*

entrou com uma ação civil pública contra o município do Rio de Janeiro e a Guarda Municipal. Nela, são apontadas como práticas “(I) a utilização de armas e equipamentos de “choque” nas operações realizadas pela SEOP (Secretaria de Ordem Pública); (II) a prática de violência durante as operações, sobretudo pela Guarda Municipal; (III) o extravio e a destruição dos pertences e documentos das pessoas abordadas; (IV) a participação da Comlurb em tais operações (...)” Assim, o Ministério Público estadual obteve liminar que proibia o uso de armas não letais pela Guarda Municipal do Rio⁸. Agora, em maio de 2014, a Câmara dos Vereadores abriu a votação de uma emenda à Lei Orgânica Municipal que permite o uso de armas não letais – como spray de pimenta e taser (que provoca choque) – pela Guarda Municipal⁹.

Em 2009, a Prefeitura Municipal já havia aprovado na Câmara dos Vereadores uma legislação que proíbe qualquer camelô de trabalhar em um raio de 2 Km dos estádios e outras localizações de competições, de hospedagem dos atletas e de eventos relacionados. A comercialização de material que faça referência aos símbolos dos eventos e de seus patrocinadores, bem como a venda de qualquer souvenir dos eventos aos turistas produzidos pelos trabalhadores informais, também estão proibidas em toda cidade; os infratores estão sujeitos à punições tais como a prisão e apreensão de mercadorias. A aprovação do decreto municipal 37.155/2013, o qual regulamenta a Lei Geral da Copa e estabelece a Área de Restrição Comercial do Rio de Janeiro, reforça a repressão ao comércio informal, determinando que o comércio nas áreas restritas poderá ser praticado somente pela FIFA ou por pessoas físicas e jurídicas autorizadas pela entidade.

A Lei Geral da Copa e o decreto municipal ferem o art. 170 da Constituição brasileira, que garante o livre exercício de qualquer atividade econômica. O relatório da Streetnet afirma que “desde o início de 2011, diversas prefeituras têm revogado unilateralmente as permissões de comerciantes de rua, principalmente dentro desses perímetros que tendem a ser espaços cedidos à FIFA durante a Copa”¹⁰. Além disso, a mesma pesquisa identificou uma falta de transparência quanto às condições estabelecidas pela FIFA e pela Lei Geral da Copa no que concerne ao trabalho dos vendedores ambulantes. Isto impede, inclusive, uma organização mais efetiva na luta pela garantia dos seus direitos.

Assim, ainda não se sabe se os vendedores ambulantes poderão, de fato, exercer seu trabalho nas “áreas de restrição comercial”. A FIFA já afirmou que vendedores sem licença estarão impedidos de trabalhar nas zonas de exclusividade, porque segundo ela “a atuação dos vendedores sem licença pode atrapalhar o fluxo de pessoas e de carros na chegada aos jogos, além de trazer problemas para as equipes de segurança, que já têm que lidar com o grande número de pessoas que se concentram no entorno dos estádios”¹¹. Além disso, esta “licença” é conferida pelo Poder Público a título precário, através de dois instrumentos: a autorização e a permissão, que estão sujeitos ao exame de conveniência da Administração, de modo que os ambulantes não têm qualquer garantia quanto a se estarão autorizados a trabalhar nas “áreas de restrição comercial”

⁸ Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/justica-proibe-guardas-municipais-do-rio-de-usarem-armas-nao-letais-10019080>. Acesso em 22 de maio de 2014.

⁹ Cf. a matéria do jornal O Globo, “Uso de arma não letal pela Guarda Municipal será votado esta semana”, de 19 de maio de 2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/uso-de-arma-nao-letal-pela-guarda-municipal-sera-votado-esta-semana-12526223>. Acesso em 22 de maio de 2014.

¹⁰ Trecho extraído da página 15 do relatório *Copa do Mundo para Todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014*. Disponível no link: http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf. Acesso em: 21 de março de 2014.

¹¹ Trecho extraído da página 10, do documento da FIFA, que explica as “áreas de restrição comercial”. Disponível no link: file:///M:/Downloads/areasderestri%C3%A7%C3%A7oacomercial_final.pdf. Acesso em 21 de março de 2014.

durante a Copa. Aliás, esta situação de instabilidade e insegurança jurídica foi denunciada por uma Carta Aberta à Sociedade, redigida pela Comissão Nacional de Ambulantes, em 14 de novembro passado¹².

A expulsão dos ambulantes também é realizada por meio das obras para os megaeventos. Na sua primeira fase, as obras da Transcarioca atingiram duas áreas de comércio informal: Jacarepaguá e Madureira. No entorno do Maracanã, por sua vez, o governo municipal removeu os ambulantes para execução das obras de reforma, e existe o temor, entre os vendedores de rua que costumavam vender na localidade antes da obra, de que não sejam autorizados a voltar após o Mundial em 2014. Também no entorno do estádio foi construída uma das duas novas Unidades de Ordem Pública – a outra é localizada na Central do Brasil.

O que se verifica no Rio de Janeiro, em particular, e no Brasil, de modo geral, é muito similar ao que ocorreu em outros países que sediaram megaeventos esportivos. Em Seul, durante as Olimpíadas de 1988, os vendedores ambulantes foram removidos das principais ruas da cidade e postos em becos e ruas secundárias escondidas. Em Barcelona, nas Olimpíadas de 1992, foi totalmente proibido o comércio informal. Na África do Sul, a FIFA proibiu o comércio de rua nas proximidades das áreas oficiais dos eventos, que incluía, além do entorno dos estádios, os locais oficiais das Fan Fests, das grandes festas de torcedores, dos centros de credenciamento, das áreas oficiais de treinamento, e dos hotéis onde as delegações da FIFA e dos países ficaram hospedadas. Em todos os casos, percebe-se, portanto, processos semelhantes de higienização das cidades.

Falando em limpeza...

Durante o carnaval de 2014, os garis da cidade do Rio de Janeiro iniciaram uma greve histórica, demandando, dentre outras reivindicações, um aumento salarial de R\$ 806 para R\$ 1.200, além dos 40% adicionais de insalubridade. No mesmo dia, a Prefeitura recorreu à Justiça do Trabalho, que decretou a ilegalidade do movimento grevista. Dois dias depois, no dia 3 de março, o sindicato e o empregador se anteciparam e fizeram um acordo, que, segundo afirmavam os garis, foi bem aquém das pretensões da categoria: o novo piso salarial seria de R\$ 874, 79, acrescido de 40% de adicional por insalubridade, o que totalizava um salário de R\$ 1.224, 70. Os trabalhadores rejeitaram o acordo e continuaram a paralisação.

Enquanto o presidente da Comlurb, Vinicius Roriz, afirmava que o movimento grevista se reduzia a cerca de 300 trabalhadores, o prefeito Eduardo Paes dizia não se tratar de greve a paralisação, mas de um “motim”. O poder municipal então se negou a negociar com os trabalhadores e impôs a volta ao trabalho, dispensando aqueles que não compareciam por mensagens de celular¹³. Com toneladas de lixo acumuladas por toda cidade, Roriz logo voltou atrás, e declarou que entre 30% e 35% dos garis encarregados da coleta domiciliar e da limpeza das ruas estavam de braços cruzados, o que representava entre 1.200 e 1.400. Muitos, ele afirmou, não compareceram ao trabalho por se sentirem inseguros, em razão de eventuais ameaças de colegas que estão

¹² A carta aberta encontra-se disponível no seguinte link: <http://www.gaspargarcia.org.br/noticia/carta-aberta-sobre-o-dia-internacional-dos-ambulantes>. Acesso em 21 de março de 2014.

¹³ A Comlurb chegou a anunciar a demissão de 300 grevistas. Cf. em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1422758-garis-do-rio-conseguem-aumento-de-37-e-voltam-ao-trabalho-apos-oito-dias-em-greve.shtml>. Acesso em 22 de maio de 2014.

participando da greve¹⁴. Paes então caracterizou o grupo grevista como “delinquente”, e os acusou de coagir e ameaçar os garis que se apresentavam aos postos de trabalho¹⁵. O Batalhão de Choque da Polícia Militar, agentes da Guarda Municipal ou mesmo seguranças particulares, passaram a escoltar garis para que realizassem o trabalho enquanto a mobilização pela greve acontecia.

Após oito dias de paralisação, no entanto, os garis conquistaram um aumento de 37% sobre o salário-base da categoria, que passou a valer R\$ 1.100. O acordo, intermediado por representantes do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho, foi firmado entre a comissão de greve e a Prefeitura, e ainda incluiu a garantia de que nenhum funcionário seria demitido. A essa altura já era noticiado que 70% dos 15.000 garis da cidade entraram em greve, e Eduardo Paes afirmou que o fim da paralisação lhe devolveu o controle da situação. “Me senti como um capitão que retomou o controle da nau”¹⁶.

Aspectos semelhantes podem ser traçados com a greve de motoristas e cobradores de ônibus na cidade, pouco mais de dois meses depois. Uma primeira paralisação de 24 horas foi realizada, para protestar o acordo feito entre o sindicato patronal e as empresas de ônibus, o qual previa um reajuste de 10% no salário, retroativo a abril. Em seu lugar, os grevistas reivindicavam o fim da dupla-função de motorista e cobrador, aumento na cesta básica e um reajuste salarial de 40%. A Rio Ônibus, sindicato das empresas de ônibus do Rio de Janeiro, entrou com uma ação civil pelo dissídio coletivo da greve, pedindo que a Justiça determinasse o imediato retorno dos grevistas ao trabalho, e que, preventivamente, o TRT considere ilegais futuras greves que possam ocorrer nos próximos dias. Apesar de reconhecer os transtornos causados pela greve, o desembargador Nelson Tomaz Braga entendeu que ela foi promovida aparentemente por razões políticas por um grupo que não representa oficialmente os rodoviários e não pelo sindicato da classe, réu na ação.

No dia 13 de maio, motoristas e cobradores voltaram a paralisar as atividades. Foi quando a juíza Andréia Florêncio Berto determinou que os líderes identificados como Hélio Alfredo Teodoro, Maura Lúcia Gonçalves, Luís Claudio da Rocha Silva e Luiz Fernando Mariano, deveriam se abster de “promover, participar, incitar greve e praticar atos que impeçam o bom, adequado e contínuo funcionamento do serviço de transporte público, bem como mantenham distância das garagens das empresas consorciadas filiadas ao sindicato (Rio Ônibus)”. No mesmo dia, a desembargadora Maria das Graças Paranhos, do Tribunal Regional do Trabalho, considerou a greve abusiva, e determinou que 70% da frota de ônibus voltasse a circular sob pena de multa diária de R\$ 50 mil ao Sindicato dos Trabalhadores Empregados em Empresas de Transporte Urbano de Passageiros do Município do Rio de Janeiro (Sintraturb Rio). No dia seguinte, 40% da frota estava nas ruas.

Tanto garis quanto motoristas e cobradores realizaram paralisações aquém dos sindicatos, que estabeleceram acordos considerados insatisfatórios para a categoria. Logo os movimentos grevistas foram desqualificados pelas autoridades e pela mídia como movimentos vinculados a uma minoria de dissidentes atrelados à oposição partidária – chantagistas, oportunistas, vândalos. A Justiça, em ambos os casos, foi acionada pelos empregadores para criminalizar as

14 Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140304_greve_garis_jc_lk.shtml. Acesso em 22 de maio de 2014.

15 Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/entenda-o-impasse-entre-garis-em-greve-e-prefeitura-do-rio.html>. Acesso em 22 de maio de 2014.

16 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1422758-garis-do-rio-conseguem-aumento-de-37-e-voltam-ao-trabalho-apos-oito-dias-em-greve.shtml>. Acesso em 22 de maio de 2014.

reivindicações. A greve, no entanto, é um direito garantido por nosso arcabouço jurídico.

De acordo com o professor de Direito do Trabalho da USP, Jorge Luiz Souto, apesar de depender do sindicato para ser deflagrada, a greve não pode ser negada enquanto fato social, principalmente quando há uma distensão notória entre os trabalhadores e a direção do sindicato¹⁷. Nos termos da lei, a greve não está condicionada ao direcionamento da diretoria, mas sim à vontade da categoria expressa em assembleia geral (conforme os artigos 1º e 4º da Lei 7.783/89, ou ainda o artigo 9º da Constituição Federal).

Mas o que tem se observado, de modo geral, é o desrespeito às normas constitucionais e a restrição dos direitos (não só) no âmbito do trabalho. A conjuntura dos megaeventos tem catalisado e justificado uma série de transgressões: as relações precarizadas de trabalho nos canteiros de obras, impostas pelo calendário apertado; o cerceamento do direito ao trabalho dos ambulantes, levado a cabo pela exclusividade comercial da FIFA e do COI; a limitação dos direitos reivindicatórios de diversas categorias, que ameaçam a oferta de serviços essenciais durante os Jogos e a construção de uma bela imagem turística do Rio de Janeiro¹⁸ - constitui-se assim um “Estado de Exceção” sobre o “Estado de Direito”. Por outro, o novo modelo de cidade, de gastos públicos e lucros privados, aprofunda as desigualdades, aumenta o custo de vida, e traz à tona insatisfações sociais.



17 Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Em-Defesa-do-Direito-de-Greve-dos-Trabalhadores-Garis-o-encontro-do-Carnaval-com-sua-historia/2/30417>. Acesso em 23 de maio de 2014.

18 Essa última foi objeto de um projeto de lei no Senado, o PL 728/2011, o qual limita o direito de greve de serviços ou atividades considerados de interesse especial no período que antecede ou durante a realização dos eventos, e ainda está em tramitação.

BOX 7

A GREVE DOS GARIS, A COBERTURA DA MÍDIA E OS R\$ 400 MILHÕES

Durante uma greve histórica, iniciada em meio ao carnaval do Rio de Janeiro, a categoria precisou enfrentar não só as duras negociações com a Prefeitura, como também a falta de apoio do próprio sindicato e as acusações vinculadas nos grandes meios de comunicação. Jornais e emissoras de rádio e TV não pouparam esforços para desqualificar os trabalhadores da Comlurb frente à sociedade: garantiram que era baixa adesão à paralisação, composta por uma minoria; culparam a categoria de prejudicar o turismo e a imagem da cidade; caracterizaram como irresponsável a decisão de parar durante o carnaval; atribuíram a greve à manipulação de partidos de oposição ao Prefeito Eduardo Paes. No entanto, pouco tempo de transmissão – quase nenhum – foi dado àqueles que estavam nas ruas lutando por melhores condições de trabalho.



Quadro comparativo dos tempo dado aos principais envolvidos na greve durante os 2 principais jornais da Rede Globo. Elaborado pelo videomaker Rafucko

A ininterrupção da greve, bem como expansão do uso da internet e da mídia alternativa, obrigaram a mídia e as autoridades a reconsiderar sua versão dos fatos, que até então insistiam no “motim” de 300 trabalhadores.

Durante as paralisações de motoristas e cobradores, a mídia mais uma vez voltou a atribuir a paralisação a cerca de 300 dissidentes. O caos imposto a quem tentava sair para o trabalho, noticiado pela TV, logo provou que se tratava de um movimento grevista mais amplo. O enfoque, então, passou a se dar sobre a depredação dos ônibus e o transtorno gerado para a população. As perdas do comércio também foram divulgadas.

Após o término da greve dos garis, com o qual a categoria conquistou um aumento de 37% no piso salarial, Eduardo Paes declarou “Não sabemos como vamos pagar mais R\$ 400 milhões”. No entanto, a atual gestão tem sido marcada por gastos abusivos

em projetos, muitos dos quais são amplamente criticados pela população carioca, conforme exposto ao longo deste Dossiê.

Cabo lembrar ainda que, na gestão de Eduardo Paes, a Prefeitura não teve nenhum problema em aprovar um aumento de 300% nas remunerações mensais dos membros do Conselho Administrativo da Comlurb. Parte dos membros acumulam cargos de secretários ou presidentes de Empresas Públicas, como no caso de Carlos Roberto Osório, Secretário de Transportes do Município do Rio de Janeiro; Cláudia Costin, Secretária da Educação; Carlos Alberto Muniz, ex-vice-prefeito e atual Secretário de Meio Ambiente; Maria Silvia Bastos, presidente da Empresa Olímpica Municipal; Vinicius Roriz, Presidente da Comlurb. Todos eles acumulam cargos e salários.

BOX 8

OS CAMELÔS NA COPA DO MUNDO

Nos preparativos da cidade para os megaeventos esportivos, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro lançou a política do choque de ordem, perseguindo os trabalhadores informais e as pessoas em situação de rua com a violência da Guarda Municipal. Os camelôs desde o ano de 2009 organizaram manifestações para cobrar o direito ao trabalho e o respeito à dignidade dos trabalhadores contra a violência dos guardas municipais. O MUCA – Movimento Unido dos Camelôs, dentre outros interessados, apresentou denúncias ao Ministério Público, que resultou no inquérito sobre o choque de ordem, dividido em duas investigações. Uma sobre o recolhimento de pessoas em situação de rua, que são encaminhadas para abrigos em péssimas condições, no bairro distante de Paciência, numa área com problemas de milícia e tráfico de drogas implicando em maiores riscos de vida. A outra centrada na investigação sobre a violação de direitos dos camelôs pela Prefeitura.

O Ministério Público, através da atuação do promotor Rogério Pacheco celebrou um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta com a Prefeitura, estabelecendo um protocolo de atuação para o município que prevê o acompanhamento de assistentes sociais nas ações de recolhimento às pessoas em situação de rua, melhoria dos abrigos públicos com equipes permanentes de médicos e enfermeiros, além de condições mínimas de higiene e privacidade. Mas o acordo não foi cumprido, o que acarretou na propositura de Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra o prefeito Eduardo Paes e o secretário de assistência social Rodrigo Bethlem, por patrocinarem estas ações de higienização social na preparação da cidade para Copa do Mundo e Olimpíadas.

Quanto ao trabalho informal o promotor moveu uma Ação Civil Pública pedindo a retirada da Guarda Municipal da fiscalização do comércio ambulante e a proibição do uso de armas ditas “não letais”, conseguindo a liminar que proíbe o uso das armas de choque elétrico (TASER) e spray de pimenta. A partir das manifestações de junho aconteceu alguma flexibilização nas posturas da Prefeitura, mas em janeiro do ano de 2014 aconteceu uma reação às agressões da Guarda Municipal no centro do Rio na Rua Uruguaiana. O MUCA então intensificou a campanha **Fora Guarda Municipal da Fiscalização dos Ambulantes**. Os camelôs continuam preocupados com a repressão ao comércio ambulante durante a Copa do Mundo, pois sabem que haverá zonas de exclusão e proibição das marcas tradicionalmente utilizadas para confecção de camisetas, cangas, bonés, bandeiras e outras lembranças do evento. Mas o nível de insatisfação com a realização da Copa do Mundo e a mobilização popular para os protestos podem contribuir para melhorar as possibilidades de trabalho para os camelôs na cidade do Rio de Janeiro.



BOX 9 O RIO \$URREAL

O Rio de Janeiro está se tornando uma cidade cada vez mais cara e desigual. Não bastasse o aumento nos preços dos imóveis (os valores triplicaram desde 2008) e o valor do preço pago nos transportes públicos, o carioca também sofre na hora de pagar a conta nos restaurantes, bares e supermercados na cidade.

Contudo, 2013 foi o ano das manifestações e das denúncias do quanto o Rio de Janeiro se tornou uma cidade voltada para os consumidores, e não para os cidadãos. Uma novidade foi a página do Facebook chamada Rio \$urreal - Não Pague. Nela são feitas denúncias de produtos e serviços que estão com preços muito acima da média. Os participantes propõem o boicote aos estabelecimentos que praticam preços abusivos. A intenção é expor os comerciantes para fazer com que os preços se tornem mais justos. As principais reclamações dizem respeito de alimentos, bebidas, entre outros produtos que estão acima do preço.

Entre alguns exemplos está o de um restaurante em Copacabana onde omelete de camarões grandes estava custando R\$ 99,10. Uma receita semelhante (seis camarões e quatro ovos) em Nova York, custa o equivalente a R\$ 40,05. Outro exemplo é o de uma

lanchonete onde o misto quente custa R\$ 17,90, e um croissant com recheio de queijo e presunto sai por R\$ 25,90.

Há relatos de casos de alguns produtos que tiveram seu preço baixado, como o coco na praia de Copacabana. O preço do aluguel de cadeiras e de barracas de praia entra na lista das reclamações, assim como o do aluguel de imóveis para morar na cidade. Na Zona Sul, menos de 2% das ofertas de locação ficam em R\$ 2 mil. Se forem incluídos os principais bairros da Zona Norte, além de Centro, Barra, Jacarepaguá e Recreio, o número de imóveis nessa faixa chega 18,13% do total – segundo pesquisa feita pelo Sindicato da Habitação (Secovi-Rio). Com isso, o valor médio do aluguel no Rio está em R\$ 4.895, chegando a R\$ 6.812 - se considerada só a Zona Sul.

Páginas semelhantes também já surgiram, como a Somos um Rio \$urreal, que além das denúncias sobre os preços abusivos, faz alusão à contradição do slogan da gestão a aliança das gestões do prefeito Eduardo Paes, do governador Sérgio Cabral (ambos do PMDB) e da presidente Dilma (PT). Com a cidade cada vez mais desigual e com um custo de vida tão elevado, será mesmo que Somos um Rio?

Outra resposta aos preços abusivos foi a volta dos alimentos e bebidas levados em sacolas térmicas e isopor para a praia e em demais passeios. A famosa “farofa”, apelidada por alguns de “isoporsinho”, foi uma das maneiras encontradas para permitir que a cidade continue sendo acessível para todos.

João Sicsú, professor do Instituto de Economia da UFRJ e diretor de Políticas e Estudos Macroeconômicos do Ipea entre 2007 e 2011, acredita que “esses movimentos sociais são tão efetivos como qualquer medida governamental”. Sobre a redução dos preços, João diz que “ainda não é possível ter dados efetivos sobre uma redução de preços, para isso, seria preciso uma pesquisa específica. Porém, houve uma conscientização por parte da população que já vale muito. Eu julgo essas ações como bem sucedidas e, em alguns setores específicos, a denúncia pode reduzir ou impedir os aumentos excessivos”¹.



1 <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/02/18/surreal-a-moeda-que-virou-piada-para-os-consumidores-cariocas/>

BOX 10

PROSTITUIÇÃO NÃO É CRIME E TURISMO SEXUAL É LEGAL

Muitas informações têm sido publicadas sobre o suposto elo entre eventos esportivos e o “aumento da prostituição” ou, ainda, o tráfico de pessoas. Há muitas distinções que precisam ser feitas. A primeira delas: prostituição, no Brasil, é ocupação reconhecida pelo Ministério do Trabalho, em sua Classificação Brasileira de Ocupações, desde 2002 (CBO, n.5198-5). A outra distinção necessária é: durante a Copa, todos os trabalhadores querem incrementar seus ganhos e, por isso, não é difícil notar que pouco tem sido esclarecido sobre a violação de direitos que ocorre por obra da confusão entre trabalho sexual, tráfico de pessoas e o suposto “aumento” de ambos durante os grandes eventos esportivos. Para tal confusão contribuem, ainda, a criminalização dos deslocamentos humanos e dos processos migratórios daí derivados e o parco reconhecimento que tem sido conferido ao trabalho sexual, apesar das inúmeras e, por vezes, eloquentes manifestações, no Brasil e em outros países do mundo.

Prostituição, no Brasil, não é crime e nunca foi. Além disso, a prostituição é permitida em 50% do total dos países onde existe uma legislação mínima sobre as trocas econômico-sexuais. Nos demais, sua legalidade é limitada em 11% dos países e apenas nos 39% restantes ela é proibida (EUA, Lituânia, Romênia, Haiti, Suriname, Bahamas, Cuba, Ruanda, Uganda, Filipinas, entre outros). No Brasil, a Rede Brasileira de Prostitutas, em sua Carta de Princípios, defende o “direito de migração para o trabalho legal” e o “exercício da profissão por maiores de 18 anos”¹. Em consonância com esta Carta, muitos juristas defendem os mesmos direitos e vão além, ao considerarem que uma atividade que favorece outra, lícita (a prostituição), não pode ser ilícita (o proxenetismo).

Nesse campo, questões de gênero não podem ser deixadas de fora. Afinal, as violações de direitos dos chamados profissionais do sexo, nas mais variadas circunstâncias, revelam que identidade de gênero e a exibição do corpo sexuado respondem por boa parte dos constrangimentos que sofrem. Por isso, violações de direitos humanos, civis e sexuais de prostitutas e prostitutos, nas mais variadas circunstâncias, são violações indissociáveis.

Durante os processos de “higienização” das cidades-sede da Copa, áreas de prostituição têm sido local de destino de agentes do Estado, missionários e militantes abolicionistas que, sob os argumentos da hora, pretendem conter, por vezes de maneira brutal, o que consiste em direito: o trabalho sexual e, por conseguinte, o turismo classificado de “sexual”. Por isso, vale saber que prostitutas militantes e demais ativistas participam do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP) e publicaram, em maio de 2014, recomendações às instituições que pretendem realizar ações relacionadas à Copa do Mundo: “No Brasil, há receio de que ocorram ações de repressão contra a prostituição de adultas e adultos em várias cidades da Copa. É preocupante que essas ações possam estar relacionadas a projetos de higienização urbana, o

que não se coaduna com o Estado democrático vigente no País e fere os direitos de prostitutas e prostitutos, estigmatizando-os e vulnerabilizando-os.”². A Associação Brasileira de Antropologia-ABA, em carta encaminhada ao Secretário Nacional de Justiça e ao Diretor do Departamento de Estrangeiros, do Ministério da Justiça, em maio de 2014 (Ofício nº 018/2014/ABA/PRES), também manifestou-se, juntamente com o seu Comitê Migrações e Deslocamentos, contra a indevida inserção de uma Feira Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias na programação oficial da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), notando nisso uma “(inconveniente) associação com uma pauta anti-tráfico de pessoas produzida por agências multilaterais e utilizada, sobretudo por governos do hemisfério norte, como instrumento de contenção da mobilidade humana, do livre exercício da prostituição e, em última análise, de criminalização da imigração.” Já a Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW) lançou, em 2011, o documento “Qual é o preço de um boato? Um guia para classificar os mitos e os fatos sobre a relação entre eventos esportivos e tráfico de pessoas”³, visando desconstruir pânico morais e evitar um aumento de criminalizações de prostitutas e clientes e a consequente violação de direitos humanos nos países-sede de grandes eventos esportivos.

Resta saber se nessa Copa o jogo vai ser limpo ou a população vai ser violada em seus direitos.

Evento	Previsões	O que aconteceu?
Copa do Mundo, 2010 (África do Sul)	40.000 trabalhadoras sexuais estrangeiras seriam “importadas” para o evento.	O Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional da África do Sul não encontrou um só caso de tráfico no evento.
Jogos Olímpicos, 2010 (Canadá)	Ocorreria uma “explosão” no tráfico humano	Os dados estão sendo analisados, mas as evidências anedóticas (Canadá) e reportagens preliminares indicam que nenhum caso de tráfico foi identificado e os negócios diminuíram para os/as trabalhadores/as sexuais. 40.000 trabalhadoras sexuais estrangeiras seriam “importadas” para o evento.
Copa do Mundo, 2006 (Alemanha)	40.000 trabalhadoras sexuais estrangeiras seriam “importadas” para o evento.	5 casos de tráfico foram identificados, de acordo com os critérios locais, ligados à Copa do Mundo.
Jogos Olímpicos, 2004 (Grécia)	Aumentaria o tráfico para a prostituição.	Nenhuma instância de tráfico para a prostituição foi ligado aos Jogos Olímpicos de 2004.
Super Bowl 2008, 2009, 2011 (EUA)	10.000 - 100.000 trabalhadoras sexuais “invadindo” o evento ou sendo traficadas para o trabalho sexual durante o evento.	A polícia não notou nenhum aumento em prisões relacionadas ao trabalho sexual durante o evento.

Fonte: WHAT'S THE COST OF A RUMOUR? A guide to sorting out the myths and the facts about sporting events and trafficking – GAATW, 2011.

BOX 11

CRIMINALIZAÇÃO DAS PROSTITUTAS NOS PROJETOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA: O CASO DE NITERÓI

A presença da prostituição, assim como de camelôs, catadores e sem-teto, conflita com a imagem que se busca promover nos projetos de reestruturação urbana, associada à revalorização e econômica. Segundo a fundadora do Movimento pelos Direitos das Prostitutas, Gabriela Leite, as primeiras pessoas a serem expulsas quando tais projetos são implementados são as prostitutas (Leite, 2006)¹. Apesar das intervenções serem defendidas como necessárias para o bem de todos os cidadãos, apenas uma pequena parcela da sociedade, que se enquadra na imagem pretendida, é beneficiada.

A prostituição não é crime, mas historicamente o Estado tem agido no sentido de segregar a atividade, criando territórios específicos, e simbolicamente restringindo o tipo de mulher, com certo tipo de corporalidade, atuação e moralidade, que se permite circular livremente na cidade.

Nas intervenções urbanas vinculadas aos investimentos trazidos pelos Megaeventos, áreas tradicionais de prostituição da cidade do Rio de Janeiro foram atingidas, como a praça Mauá, o Campo de Santana e a praça Tiradentes. No centro de Niterói, a cerca de 12km do Rio, prostitutas estão sofrendo prisões arbitrárias, e o Edifício Nossa Senhora da Conceição, conhecido como Prédio da Caixa Econômica, tradicional ponto de prostituição do município, tem sido alvo de ações truculentas da polícia.

As prostitutas realizaram manifestações nos dias 2 e 15 de abril de 2014, denunciando ação criminosa e arbitrária da polícia, sem mandato judicial. As salas onde as prostitutas atendem foram invadidas sob acusações de constituir casa de prostituição (art. 229 do código penal) e rufianismo (art. 230, tirar proveito da prostituição alheia). Foram presas 11 mulheres, que sofreram violência na delegacia, e foram levadas ao presídio em Bangu sem direito à julgamento. As prostitutas que realizaram o ato foram ameaçadas pela polícia e pelo judiciário de que, caso fizessem mais um ato, seriam presas por formação de quadrilha². Nada diferente do que os outros movimentos sociais que estão se manifestando estão enfrentando, demonstrando um padrão de atuação da polícia.

No dia 23 de maio, o prédio da Caixa foi novamente alvo de uma megaoperação da polícia civil. Os apartamentos foram invadidos, e mais de 200 prostitutas foram levadas para a 76ª Delegacia de Polícia sem direito de acompanhamento de advogados no momento de prestar depoimento. Os imóveis foram arrombados pela polícia e interditados parcialmente, sob alegação de que as instalações estavam em “péssimo estado de conservação” e que havia a “confirmação de utilização do local de forma reiterada para prática de crime”.

A prática de crimes não foi comprovada, e há relatos de pertences destruídos e roubados,

¹ LEITE, Gabriela. (entrevista) “Daspu: uma grife surpreendente”. In: *Revista Caros Amigos* nº 106. São Paulo: Editora Casa Amarela, Janeiro de 2006.

² Veja também: SIMÕES, Soraya Silveira. “EU EU EU, EU SÓ DOU O QUE É MEU’ - Prostitutas de Niterói ocupam ruas para denunciar invasão da polícia a salas de batalha e detenções ilegais”. *Jornal Beijo na Rua*, 19/04/2014. Disponível em: <http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3200> (último acesso 04/05/2014)

estupro, extorsões, violência corporal e moral, e de que a polícia colocou evidências de falsos crimes em seus pertences. As mulheres denunciaram que foram forçadas a fazerem sexo oral e que os policiais colocaram as mãos nas suas genitais. Segundo relatos, um dos policiais admitiu que não havia autorização judicial para a prisão das prostitutas, motivo pelo qual nesse caso elas foram soltas imediatamente, sem sequer prestar depoimento ao delegado.

Com relação ao estado de conservação dos apartamentos, um laudo da perícia da Defesa Civil atestou a existência de risco no edifício em 2013, em função da falta de manutenção e de itens indispensáveis à segurança em todo o prédio, e não apenas nas salas de prostituição. Até hoje a situação não foi regularizada, mas somente os andares ocupados pelas prostitutas e não os andares superiores, foram alvo da ação, realizada às vésperas da Copa do Mundo.

Os conflitos envolvendo a prostituição e o sistema de justiça não são novidade. Periodicamente, há operações da polícia buscando incriminar prostitutas por tráfico de drogas, rufianismo e exploração sexual de menores, o que raramente é confirmado. O prostíbulo de Niterói funciona há décadas no edifício, e muitas prostitutas trabalham de forma independente e auto-organizada. Conforme declarou Gaby, moradora do prédio: “Não é exploração porque é consentido. Eu alugo o apartamento com a minha amiga e me prostituo no local. A profissão tem que ser legalizada”³.

O uso ambíguo do argumento da “legalidade” é recorrente na ação da polícia em relação a prostituição, não só em Niterói. O poder público age no sentido de coagir as prostitutas a saírem de determinadas áreas da cidade, por exemplo, forçando o fechamento de seus locais de trabalho, como hotéis de curta permanência por acusação de insalubridade, e realizando detenções arbitrárias. A perseguição sob justificativas “legais” é seletiva. Em outros bairros, mais afastados e onde o interesse do mercado imobiliário ainda não chegou, a atividade é consentida. Em geral, são lugares dominados por redes marginais poderosas, de tráfico de drogas e tráfico de menores. Expulsas de seu local tradicional, não tem acesso aos supostos benefícios dos novos investimentos na área, e ainda acabam sendo obrigadas a trabalhar em locais onde ficam mais vulneráveis e desprotegidas.

Em Niterói, as ações contra as prostitutas que atuam na área central tem ainda outra motivação. A prefeitura da cidade está trabalhando para viabilizar uma Operação Urbana Consorciada em uma área de 3,8 milhões de metros quadrados, abrangendo sete bairros da região central, nos mesmos moldes do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. O projeto, com fortes conteúdos de gentrificação, visa atrair população de classes mais altas e valorizar a área economicamente. Resta saber que lugar está reservado às prostitutas e prostitutos no “novo centro” de Niterói que se apresenta.

Por fim, a expulsão das prostitutas dessas áreas em vias de revalorização econômica, como é o caso das áreas destinadas aos grandes projetos urbanos associados aos megaeventos, reflete também um modelo de mulher. Não só para as prostitutas, mas para mulheres que não se enquadrarem no modelo “universal” e “civilizado” da hegemonia capitalista. Faveladas, negras, militantes políticas, e diversas outras que não se enquadram no padrão de corporalidade, sexualidade e conduta que se espera para uma área revalorizada, também serão segregadas.

³ “Prostitutas param o trânsito por uma hora na Avenida Amaral Peixoto, em Niterói”. *O Dia 24 Horas*. 02/04/2014 Disponível em: <http://odia.ig.com.br/odia24horas/2014-04-02/prostitutas-param-o-transito-por-uma-hora-na-avenida-amaral-peixoto-em-niteroi.html> (último acesso 16/04/2014)



4. Esporte

O esporte é uma manifestação cultural muito difundida no Brasil, em especial, o futebol. Desperta paixões, mexe com as emoções dos espectadores e praticantes, erige rivalidades e joga um papel relevante na conjuntura política e no cotidiano dos cidadãos do país. Os dois maiores eventos esportivos da atualidade, os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de futebol, mobilizam milhões de pessoas ao redor do planeta, inclusive aquelas que não são muito interessadas em esporte no intervalo entre essas competições. Ambos serão realizados no Brasil nos próximos dois anos, o que tem levado a uma série de implicações políticas, econômicas, sociais, ambientais e, inclusive, esportivas.

A voz que ecoa das ruas através das manifestações e nas pesquisas de opinião indicam que cerca de dois terços dos cidadãos brasileiros são contrários à realização desses megaeventos no país. A progressão exponencial dos gastos públicos pelo Estado com a organização dos megaeventos tem despertado a ira das pessoas. No caso dos Jogos Olímpicos, o orçamento previsto já excedeu em R\$ 1,4 bilhões o orçamento original. Em relação à Copa do Mundo, com exceção do estádio de Fortaleza, todos os demais estádios apresentaram aumentos astronômicos nos seus orçamentos. O Brasil atualmente tem 7 dos estádios mais caros do mundo, considerando o custo de construção por cadeira. Os estádios Brasileiros são duas vezes mais caros que os da Alemanha em 2006, um país que tem uma mão de obra muito mais cara. No total, serão gastos mais que R\$8 bilhões para os estádios da Copa do Mundo de 2014.

O ano de 2013 foi marcante na luta em defesa do patrimônio público esportivo do Rio de Janeiro. Uma série de atos foram realizados em contraposição à privatização do Maracanã, aos gastos do Estado com os megaeventos esportivos e o loteamento do espaço público para fins privados, como no caso do campo de golfe na área da Reserva de Marapendi.

O Complexo Esportivo do Maracanã

Construído para abrigar os jogos da Copa do Mundo de 1950, o Maracanã não apenas tem sido o grande palco esportivo da Cidade do Rio de Janeiro, mas se tornou referência simbólica da cidade e do Brasil. O estádio, localizado no centro geográfico da então capital brasileira, era o maior palco de futebol do mundo, chegando a receber 200 mil espectadores na final daquela Copa entre Brasil e Uruguai. Porém, desde o ano de 1999, o “maior do mundo” vem sofrendo várias mudanças estruturais e no seu entorno.

Desde sua inauguração, o Maracanã foi propriedade do poder público. Esteve sob administração da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de 1950 até 1960. Depois da formação do

Estado de Guanabara em 1960, o Maracanã passou ser administrado pela entidade esportiva ADEG. Posteriormente, com a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro em 1975, o Maracanã passou a ser administrado pela SUDERJ, Superintendência dos Esportes do Rio de Janeiro, um braço da Secretaria Estadual de Esportes e Lazer (SEEL). Essa condição durou até que em maio de 2013, o complexo esportivo do Maracanã fosse concessionado pelo governo do estado para o consórcio Maracanã S.A. formado pelas empresas Odebrecht (90% de participação), AEG (5%) e IMX (5%) por um período de 35 anos.

Durante o tempo de administração pública, o Maracanã passou por épocas bastante difíceis. A construção inicial demorou 14 anos para ser completada e durante a década de 1980, o estádio, assim como as demais infraestruturas urbanas, sofreu com uma falta de investimento, manutenção e segurança. A administração do estádio nunca foi profissionalizada e até agora os cargos comissionados da SEEL e da SUDERJ são ocupados por indicação política por pessoas com baixo nível de profissionalização. Um resultado dessa conjunção de fatores foi que o Maracanã não oferecia segurança aos espectadores e nem transparência na gestão. A situação precária do Maracanã resultou em tragédia. Em 1992, durante a final do Campeonato Brasileiro, uma parte da arquibancada cedeu e três pessoas morreram.

Mesmo com todas as dificuldades na gestão do estádio e dos equipamentos esportivos, culturais, educacionais e funcionais ao seu redor, estes estavam integrados à vida cotidiana carioca. Recorrentemente, o Maracanã era o segundo lugar mais visitado pelos turistas, chegou a possuir um restaurante popular que oferecia refeições a R\$ 1 e foi a sede da SUDERJ, onde mais de 1.200 pessoas trabalhavam diariamente. Além de inúmeros jogos de futebol por ano, o estádio foi usado para a realização de concursos públicos, treinos de militares, shows e festas.

O *Estádio Jornalista Mario Filho* foi o maior estádio do mundo durante muitos anos, tal característica fez com que o lugar se tornasse mítico mundo afora. Contudo, as obras de transformação do complexo esportivo impactaram de forma negativa o acesso ao esporte e lazer da população carioca. Vale destacar que dentro do complexo do Maracanã estão localizados três equipamentos esportivos (Estádio de Atletismo Célio de Barros, Parque Aquático Julio Delamare e Ginásio Gilberto Cardoso, o Maracanãzinho), uma escola municipal, o prédio histórico do antigo museu do índio e um laboratório de pesquisas.

O *estádio de atletismo Célio de Barros* foi fechado em janeiro de 2013 para servir como canteiro de obras para as reformas do Maracanã. O Célio de Barros, por muitos considerado o Maracanã do Atletismo, era a melhor pista para treinamento de atletas na cidade, desde sua inauguração em 1974. Com o fechamento do estádio e desmantelamento da pista, centenas de crianças e dezenas de atletas foram prejudicados, sem que houvesse uma definição clara sobre o futuro da pista e a reabertura do estádio. Ironicamente o projeto Rio 2016, que fazia parte do “legado social” dos Jogos Olímpicos foi suspenso por falta de lugar para realizar as atividades. Para a Copa do Mundo, a intenção é que o área do estádio sirva como estacionamento. O governo federal já teria liberado recursos para a construção de uma nova pista, apesar das mesma ter sido destruída pelo consórcio que realizou as obras. Por outro lado, em recente audiência pública sobre o Célio de Barros na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, representantes do governo estadual afirmaram que a pista seria reconstruída pelo consórcio mas não há previsão para sua realização. O acesso a informações desconstruídas têm sido uma característica da realização dos megaeventos, dificultando a elaboração de denúncias e criando um clima de insegurança e incerteza para aqueles diretamente atingidos.

O *Parque Aquático Julio Delamare* foi inaugurado em 1978 e funcionava com centro de treinamento e competições aquáticas desde então. As piscinas também abrangiam aulas de natação e de hidroginástica para a população. Para adequar o Julio Delamare a receber as competições dos Jogos Pan-Americanos, o parque aquático passou por uma reforma que custou R\$10 milhões. Durante o processo de concessão do Complexo Esportivo do Maracanã, o estado do Rio de Janeiro previa a demolição total do Julio Delamare (assim como do Célio de Barros, da Escola Friedenrich e do prédio do antigo Museu do Índio) sobre o pretexto de que seria uma exigência da FIFA de escoamento do público dos jogos no Maracanã. Enquanto o futuro desse empreendimento esportivo estava sendo determinado atrás das portas, ele se fechava ao uso público e um guindaste utilizado na reforma do Maracanã derrubou a plataforma de saltos ornamentais. Depois de muita polêmica, a resistência organizada pelo movimento “O Maraca é Nosso”, que incluía atletas, ex-atletas, torcedores, professores, alunos, usuários dos equipamentos esportivos e ativistas, acabou pressionando o poder público a preservar o Parque, tirando a visada demolição do contrato de concessão. O Julio Delamare foi reaberto ao uso público em Janeiro de 2014 para ser fechado novamente em Maio de 2014.

Assim como os outros elementos do complexo esportivo, a *Escola Municipal Arthur Friedenreich* foi ameaçada de demolição com as reformas para a Copa do Mundo de 2014 e com o processo de concessão do estádio. A escola se destacava por estar entre as dez melhores escolas públicas do estado do Rio de Janeiro e pela sua capacidade de receber crianças com dificuldade de locomoção. Ignorando completamente a qualidade da escola e as dificuldades e transtornos que sofreriam a população local com sua demolição, o poder público insistiu bravamente em destruí-la. A luta para a permanência da escola foi marcada pela notável atuação ativa de professores, estudantes e famílias durante manifestações que foram violentamente reprimidas pelo poder público. Eles demonstraram claramente que a comunidade da escola não seria desarticulada com as ameaças feitas pelo estado ou pela prefeitura. As promessas feitas pelo poder público de construir uma nova escola nas redondezas não foram levadas a sério, pois a cronologia estipulada indicava que a escola atual seria destruída antes da construção da nova escola começar. A resistência organizada da Escola Friedenreich marcou um processo exitoso de luta popular contra a privatização dos espaços públicos da cidade. Sua permanência nos arredores do estádio, porém, não é suficiente, pois não há articulações entre a escola e os equipamentos esportivos do complexo do Maracanã, e, por conta disso, alunos e professores também não podem aproveitar os espaços internos do estádio para fins educativos.

Talvez a mais polêmica tentativa de limpar o espaço do entorno do Maracanã seja aquela que envolvia o prédio do antigo *Museu do Índio*. O prédio, tombado pelo poder público, foi construído em 1865 e doado ao Serviço de Proteção aos Índios em 1910. O prédio abrigou a sede desse órgão federal e, posteriormente, entre 1953 e 1977, foi o local onde funcionou o Museu do Índio. O prédio se encontrava num estado de deterioração avançado quando, em 2006, foi ocupado por indígenas que ali fundaram a Aldeia Maracanã. Desde a ocupação do prédio até o ano de 2009 não houve conversas entre os ocupantes da Aldeia e o governo. Entretanto, quando o projeto de reforma e privatização do Maracanã começou tomar forma, a Aldeia Maracanã passou a sofrer com ameaças de despejo. Em vários momentos, essa ameaça tomou forma violenta. Ao longo do processo das obras no Maracanã, a Aldeia se articulou com vários grupos indígenas de todo Brasil, movimentos sociais, grupos punks e anarquistas, além do apoio de artistas reconhecidos nacionalmente. Essa articulação conferiu uma ampla cobertura na mídia internacional, enquanto havia um silêncio da mídia nacional e local, com exceção, é claro, das mídias alternativas.

Depois de promessas de abrigo para seus ocupantes e de que o prédio não seria destruído, o Batalhão de Choque do Estado do Rio de Janeiro retirou, em março de 2013, através de uma ação extremamente violenta, a Aldeia Maracanã e seus apoiadores do antigo prédio.

Depois da primeira desocupação forçada, membros da comunidade indígena e ativistas voltaram ocupar o prédio em outubro de 2013. Mais uma vez, eles foram removidos violentamente pelo Batalhão de Choque em dezembro de 2013. Com a chegada da Copa do Mundo, o prédio está num estado de abandono e não há projetos em andamento para cumprir a promessa do governo de restaurar o prédio e muito menos a abertura de um diálogo com os antigos ocupantes para definir um futuro uso para o prédio.

As quatro instalações acima mencionadas finalmente foram preservadas de alguma forma com o termo aditivo do contrato de concessão do Maracanã que o governo do estado do Rio de Janeiro emitiu em 6 de janeiro de 2014. Já o *Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro)*, ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foi totalmente demolido. No Lanagro o estado realizava análises físico-química e microbiológica de alimentos de origem vegetal, animal e também de águas de estabelecimentos industriais. Qualquer alimento que fosse vendido na cidade e no estado do Rio de Janeiro precisava passar pelo Lanagro para o consumo humano. Com o fechamento do laboratório em 2012, o estado do Rio de Janeiro não pode mais contar com um centro de avaliação e os exames clínicos para a saúde pública, que passaram a ser realizados em outros estados.

Além de todas as polêmicas com o fechamento do principal palco de esportes da cidade, por três anos, para mais uma reforma, os efeitos da privatização do Maracanã estão sendo sentidos no bolso do cidadão. As progressivas reformas do estádio ao longo dos últimos 15 anos custaram aos cofres públicos em torno de R\$ 1,6 bilhões. Nunca houve discussão com a população sobre a real necessidade de tais reformas e a falta de transparência nos gastos públicos é tão lendária quanto o estádio em si. O processo de privatização (sob regime de concessão) foi bastante confrontado e criticado pelos movimentos sociais, torcedores e usuários do complexo esportivo. Mesmo assim foi aprovado em 2013 um regime de concessão por 35 anos para o Consórcio Maracanã S.A. composto pelas empresas Odebrecht, AEG e IMX. Vale lembrar que essa última empresa foi contratada pelo governo do estado para fazer o estudo de viabilidade econômica que definiu os parâmetros da licitação, o que tornaria ilegal a participação da mesma no certame

Conforme já mencionado, o complexo esportivo do Maracanã abrangia usos múltiplos durante seus 60 anos de vida pública. Durante muitos desses anos, assistir jogos de futebol no Maracanã foi uma coisa tão comum e acessível, mesmo para as camadas mais pobres da sociedade carioca.

Tabela 1: Média de Público nos Estádios - Campeonato Brasileiro, 2007-2013

Ano	Público total	Público Médio	Arrecadação total (R\$)	Ingresso médio (R\$)
2007	6.582.976	17461	80.040.848,	12.2
2008	6.439.854	16992	101.241.490,	15.7
2009	6.766.471	17807	125.764.391,	18.6
2010	5.638.806	14839	112.873.893,	20.0
2011	5.660.987	14976	117.665.714,	20.8
2012	4.928.827	12970	119.100.000	22.92
2013	5.681.355	14.951	176.500.000,	31.06

Fonte: Christopher Gaffney, baseado em dados do site da CBF, Consultoria Pluri e Máquina do Esporte.

Entretanto, recentemente uma tendência inflacionária está tomando conta do futebol brasileiro (veja tabela). Os estádios estão cada vez mais vazios e os clubes e seus patrocinadores estão ganhando cada vez mais dinheiro.

Depois da Copa das Confederações, o preço dos ingressos pelos jogos realizados no Maracanã subiu para uma média de R\$45 enquanto ingressos pelos mesmos jogos realizados em 2012 custavam em média R\$14. Esse efeito da explosão dos valores dos ingressos é traço comum em todos os estádios construídos ou reformados para a Copa do Mundo. Em curto prazo, já é visível a exclusão da população das classes C e D dos estádios, pois não conseguem mais pagar para assistir os jogos. No longo prazo, tal medida pode influenciar definitivamente o esvaziamento da relação do brasileiro com o futebol marcada como um dos traços da nossa fundamentais da nossa identidade. Diante de um panorama esportivo no qual os ingressos subiram em 300% durante a última década, o valor dos ingressos nos estádios que sediarão jogos da Copa são ainda mais exorbitantes, com públicos cada vez menores. Não há indícios que os órgãos responsáveis para os campeonatos locais e nacionais, nem o Ministério dos Esportes, estejam agindo para garantir acesso ao esporte mais popular do país.

Tabela 2. Os custos das reformas do Maracanã para Grandes Eventos

Época	Evento	Custo (Milhões de R\$)
1999-2000	Mundial dos Clubes	106
2005-2007	PAN 2007	304
2010-2013	Copa 2014	1.050
	TOTAL	1.460

Os Jogos Olímpicos e o “não legado” do Pan 2007

Ainda que haja uma prioridade pelo poder público em investir em novos equipamentos esportivos de alto rendimento, nem mesmo nossos melhores atletas têm onde treinar na cidade do Rio de Janeiro. Somente em 2013 foram fechados o *Parque Aquático Maria Lenk*, o *Estádio Olímpico João Havelange* e o *Velódromo Municipal* foi destruído.

O Parque Aquático Maria Lenk foi construído com recursos públicos em 2007, ao custo de R\$ 85 milhões, para abrigar as competições de esportes aquáticos do PAN-2007. Contudo, o que serviu para os Jogos Pan-Americanos, não servirá para os Jogos Olímpicos, que tem como prerrogativa do Comitê Olímpico Internacional uma instalação que abrigue cerca de 15 mil espectadores e que possua cobertura. Assim, o Maria Lenk somente será palco das competições de polo aquático, enquanto está em construção no parque olímpico um novo centro de natação, além de uma piscina temporária no Forte de Copacabana para abrigar as provas de saltos ornamentais. Também vale destacar que o Parque Aquático deverá permanecer fechado para obras até 2015, diminuindo ainda mais os espaços de treinamento para atletas dos desportos aquáticos.

O Estádio Olímpico João Havelange, popularmente conhecido como Engenhão, foi construído a um custo de R\$ 380 milhões para receber as competições de atletismo e, posteriormente, concessionado para uso como estádio de futebol pelo Botafogo F.R.. O Engenhão foi a principal referência de jogos de futebol na cidade no período de interdição do Maracanã e ainda recebeu

alguns shows de artistas internacionais como Paul McCartney, Justin Bieber e Roger Waters. Só que desde março de 2013, está interditado por conta do laudo de auditoria de uma empresa alemã, contratada pelo consórcio que finalizou a construção do estádio (formado pelas empresas Odebrecht e OAS), que apontou problemas na cobertura do estádio que colocariam o público em risco em caso de ventos e chuvas fortes. Por isso, o Botafogo utiliza apenas a estrutura de vestiários, sala de musculação e o campo anexo para a realização dos treinos. Com isso, o torcedor carioca viu diversos jogos do seu time serem transferidos para outras cidades do estado e do país, por conta da ausência de um estádio adequado na cidade. O estádio precisaria de novas reformas para adequar-se às exigências olímpicas. Mais um caso de um falso legado.

O caso do Velódromo Municipal chama a atenção pela lógica da produção destrutiva de equipamentos esportivos, pois, erguido para sediar as provas de ciclismo de pista e de patinação, o custo para se adequar às exigências da competição olímpica seria semelhante ao de construir uma instalação nova (cerca de R\$ 130 milhões). Os organizadores apresentaram três fatores para justificar a decisão de reconstruir a instalação, tendo em vista o seu uso nos Jogos Olímpicos: as duas colunas de sustentação que impediam a perfeita visualização da pista; a capacidade de público - 1.500, em vez dos 5.000 exigidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI); e a inclinação da pista, que deveria mudar para proporcionar mais velocidade para as bicicletas.

Vale lembrar que o Velódromo também abrigava o *Centro de Treinamento da Ginástica Artística* da seleção brasileira e que esse esporte, tão famoso nas transmissões olímpicas, também recebeu outro duro golpe, após o incêndio do ginásio do Flamengo, o que diminuiu ainda mais os espaços para receber os atletas dessa modalidade.

Outro centro olímpico é o *Complexo Esportivo de Deodoro*, na zona oeste da cidade. Este centro será sede das competições de canoagem slalom, tiro esportivo, hipismo, mountain bike, BMX (bicicross), esgrima e pentatlo moderno. A previsão é que as competições de BMX e canoagem se realizem em uma área militar, cujo terreno está contaminado em razão das altas concentrações de munições. O processo de limpeza desse terreno e sua transformação em equipamento de utilidade pública, embora possa ser considerado um processo positivo, pode ser dificultado pela grande quantidade de material poluente. Hoje em dia não há centros de treinamento para essas modalidades esportivas no país e a administração pública do espaço poderia trazer grandes benefícios para a prática esportiva.

Um dos mais polêmicos projetos de equipamentos esportivos para os Jogos Olímpicos é o *campo de golfe* em uma Área de Proteção Ambiental - o que deveria ser um impeditivo para a construção do mesmo. Contudo, em sessão extraordinária em dezembro de 2012, os vereadores aprovaram a lei complementar que permitia a construção do campo pela iniciativa privada na área da Reserva de Marapendi. Iniciada as obras em abril de 2013, elas enfrentam uma série de resistências de organizações na sociedade civil e pareceres contrários do Ministério Público Estadual e de técnicos da própria Prefeitura. Os pareceres apontam que a obra causaria significativa degradação do meio ambiente, com possíveis danos permanentes ao ecossistema local e com a extinção de animais e plantas endêmicas da região, além da poluição das águas subterrâneas com devido ao uso de agrotóxicos para a preservação da grama. Ou seja, haveria uma grande descaracterização de um dos últimos ambientes de restinga da cidade.

A construção do campo de golfe está sendo executada pela empresa Fiori Empreendimentos Imobiliários Ltda. Em troca do custo de R\$ 60 milhões para sua construção, a empresa recebeu da Prefeitura uma parte do terreno da APA de Marapendi em que já anunciou a futura venda

dos imóveis de 23 prédios de 22 andares numa área de 58 mil m² com residências de alto luxo. Trata-se de um subsídio público para um esporte elitizado que funciona como blindagem para a especulação imobiliária.

Por fim, também cabe mencionar a construção do *Parque Olímpico* na Barra da Tijuca, essa que será o principal polo esportivo das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Ao custo de R\$ 666,7 milhões, a instalação esportiva foi marcada por uma série de polêmicas desde a sua concepção. Primeiro, porque a Prefeitura escolheu construir no terreno que abrigava o único autódromo do município, o que desalojou os atletas da modalidade. O poder público prometeu à Confederação Brasileira de Automobilismo a construção de uma nova pista, promessa que ainda não saiu do papel.

No mês de abril de 2014, os operários contratados para a construção desse equipamento esportivo deflagraram uma greve, que durou duas semanas, contra o consórcio Rio Mais - que envolve as empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken - por melhores salários e benefícios. A greve foi violentamente reprimida antes de ambos lados chegarem a um acordo. Outro aspecto de suma importância que se relaciona ao Parque Olímpico é a tentativa de remoção da comunidade da Vila Autódromo, que há mais de 20 anos luta contra processos de remoção e em favor da urbanização da área. Ao longo dos últimos anos, por conta da proximidade com os Jogos Olímpicos, a pressão da Prefeitura em remover os moradores aumentou significativamente. Diante de tais ameaças, a comunidade procurou resistir politicamente por meio de atos públicos e liminares na Justiça que impedem sua remoção, além da elaboração de um plano de iniciativa popular de desenvolvimento urbano, social, econômico e cultural alternativo ao da Prefeitura. Entretanto, o poder público municipal iniciou as remoções em março de 2014, em um episódio de nefasta atuação da Defensoria Pública que solicitou a derrubada da liminar que impedia a remoção das casas dos moradores até que a Prefeitura apresentasse um plano de urbanização para aqueles desejassem permanecer.

Desse modo, conclui-se que a gestão dos megaeventos esportivos reflete o projeto de cidade vista como -mercadoria, que favorece os agentes dos setores imobiliário e financeiro, e atende a parcela da população abastada, em detrimento das populações mais pobres, do meio ambiente, da cultura e do uso público dos espaços.



BOX 12

COPA, NOVAS ARENAS E ELITIZAÇÃO

Além de todas as violações de direitos humanos, da quantidade e da “falta” de prioridade dos gastos públicos, da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, das relação entre poder público e grandes empreiteiras e dos mandos e desmandos da FIFA, outro processo que está intimamente ligado à realização da Copa é a elitização do do futebol. O futebol nascido nas elites, tanto inglesa como brasileira, foi popularizado e viu saírem da classe trabalhadora seus maiores craques, mas hoje o futebol sofre uma séria ameaça, a possibilidade de ocorrer exatamente o processo inverso. Justificado pelo “padrão FIFA”, as construções e reformas bilionárias dos estádios acabaram por transformá-los em assépticas arenas, reforçando este processo.

A elitização dos estádios consiste no processo de encarecimento dos ingressos que exclui parte considerável do público que anteriormente frequentava aquele espaço. Na Europa o processo de elitização dos estádios acontece há cerca de 30 anos, sendo o exemplo inglês o mais bem-acabado. Os 97 mortos da tragédia de Hillsborough foram utilizados como justificativa para o encarecimento dos ingressos e para remodelações e construções de novos estádios, acabando por afastar trabalhadores trocados por “consumidores” com disponibilidade financeira para pagar os caros ingressos e gastar nos shoppings e restaurantes das arenas.

No Brasil a elitização dos estádios revela forte relação com os megaeventos, podemos observar isto através do simbólico exemplo do Maracanã. Este recebeu 3 grandes reformas nos últimos 15 anos que, sem contar a descaracterização como patrimônio histórico e as irregularidades da última, foram responsáveis por transformar o Maior do Mundo, cuja capacidade oficial chegou a ser de 150 mil pessoas, em um estádio incapaz de receber 80 mil espectadores. Na mesma proporção que o estádio diminuía sua capacidade, os ingressos passaram a aumentar e os setores mais populares foram sendo transformados, primeiro foram colocadas cadeiras na arquibancada, depois foi extinta a geral.

Além da diminuição da capacidade, os novos estádios têm custos de manutenção muito elevados, devido as exigências da FIFA e suas luxuosas áreas VIPS, e aqueles que eram públicos estão sendo privatizados sob o discurso da necessidade de uma gestão moderna, como é o caso do Maracanã e mais 7 estádios da Copa. Todos esses fatores foram determinantes para que o ingresso da última final da Copa do Brasil, entre Flamengo e Atlético-PR, custasse entre 250 e 800 reais. Mas esse não é um caso isolado. Nos últimos 10 anos o preço médio dos ingressos subiu muito mais que a inflação. Também se verificou uma diferença de 119% entre os preços praticados nos estádios que receberão jogos da Copa e os que não receberão. Esses números cristalizam o processo de elitização perceptível no embranquecimento do público e nos bares e botequins cheios, enquanto vemos pela televisão estádios vazios.

O Comitê do Rio e os parceiros da campanha “Maraca é Nosso” vem denunciando os absurdos da deforma e da privatização do Maracanã há algum tempo, assim como, a violência da elitização que exclui a maioria da população de estar presente nos jogos do esporte mais popular do Brasil. Nas manifestações do ano passado esses absurdos estavam na boca do povo e conquistamos vitórias, embora parciais. Nossa vitória só virá com o fim da privatização, que garante a preservação dos equipamentos do complexo (Escola Municipal Friedenreich, Parque Aquático Julio de Lamare, Estádio de Atletismo Célio de Barros e o prédio do Antigo Museu do Índio) com uso e controle público e a participação popular em oposição aos lucros do consórcio. Seguiremos na luta em defesa do Complexo Maracanã, preservado e com melhorias decididas coletivamente, e contra o processo de elitização.

BOX 13

A CIDADE QUE SE TORNOU PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE, MAS NÃO RESPEITA SEUS PRÓPRIOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS

No dia 1º de julho de 2012, o Rio de Janeiro tornou-se a primeira cidade a receber o título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana. A concessão do título pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, na Rússia, incluiu mais um bem brasileiro - a Cidade do Rio de Janeiro - na Lista de Patrimônio Mundial - e foi amplamente celebrada por representantes do Ministério da Cultura, do IPHAN e da Prefeitura. A partir daí, locais turísticos como Pão de Açúcar, Corcovado, Floresta da Tijuca, Aterro do Flamengo, Jardim Botânico e Praia de Copacabana, seriam alvo de ações integradas visando à preservação da sua paisagem cultural¹.

O recebimento deste título teve uma repercussão ainda maior por se inserir no contexto de grande visibilidade mundial que a cidade já vinha adquirindo em função de sua eleição como sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, nas quais sua imagem de “Cidade Maravilhosa” foi explorada exaustivamente. Contraditoriamente, é também nesse contexto que a Prefeitura e o Governo do Estado, unidos politicamente, têm desrespeitado alguns dos maiores patrimônios históricos e culturais da cidade.

Dois casos bastante próximos são exemplares a esse respeito. Em primeiro lugar, o Estádio Mário Filho, mundialmente conhecido como “Maracanã”, que foi tombado, em 2000, como “patrimônio histórico e cultural” da cidade, surpreendentemente teve parte do seu complexo desportivo destombado, o Parque Aquático Julio Delamare e a pista

¹ Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/07/rio-recebe-o-titulo-de-patrimonio-cultural-da-humanidade.html>

de atletismo Célio de Barros, para viabilizar a demolição desses dois equipamentos. O decreto da Prefeitura (decreto nº 36349, de 19 de outubro de 2012) descaracteriza totalmente o projeto arquitetônico original, com base na justificativa da realização da Copa do Mundo.

Vizinho ao estádio, o casarão imperial onde funcionou o primeiro instituto no país de pesquisa da cultura indígena, abrigando em 1910 o primeiro órgão de proteção indígena, fundado pelo Marechal Rondon, e transformado, em 1953, em Museu do Índio, por Darcy Ribeiro - também está em vias de ter sua história apagada. Com a transferência do museu para o bairro de Botafogo, o prédio ficou por um longo período abandonado, até ser ocupado, em 2006, por cerca de 20 indígenas de diferentes etnias, desenvolvendo atividades artísticas e culturais no local, que ficou conhecido como “Aldeia Maracanã”.

Com a eleição da cidade como sede da Copa do Mundo e a necessidade de promover transformações dentro e fora do complexo esportivo, o projeto original do escritório Burlle Marx previu a manutenção do prédio e o tratamento paisagístico do entorno, criando espaços públicos de lazer. Desconsiderando o projeto encomendado, o parecer emitido pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPC) e uma ação do Ministério Público Federal (MPF), o governo do estado propôs, todavia, demolir o prédio, com licença concedida pela Prefeitura, argumentando que a demolição visava viabilizar o acesso e a mobilidade ao estádio, de forma a atender uma das exigências da FIFA. Com isso, foi dado início ao processo de reintegração de posse e despejo dos ocupantes.

A intimidação provocada, no início de 2013, pelo cerco ao prédio pela tropa de choque da Polícia Militar, intensificou a mobilização de movimentos sociais, ligados ou não à causa indígena, e a repercussão internacional do caso. Temerosa com a possibilidade de manchar sua imagem, a FIFA foi obrigada a se pronunciar, alegando nunca ter exigido a demolição do prédio. Da mesma forma, o governador foi constrangido a recuar em sua decisão, e anunciar a decisão de manter o prédio, porém, transformando-o em “museu olímpico”, alterando completamente a finalidade para a qual tinha sido concebido e defendiam os ocupantes: a preservação da cultura indígena.

Dentre vários outros, esses dois casos, apesar de todas as mobilizações coletivas e resistências da população carioca, estão longe de alcançar um final feliz, mas ilustram a evidente contradição do momento social e político que o Rio de Janeiro vive. Uma cidade que recebe o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, mas ainda tem muito que aprender no que se refere à preservação dos seus patrimônios históricos e culturais, e ao respeito a sua população.



O Estádio de Atletismo Célio de Barros, antes e depois de ter a sua pista transformada em estacionamento.





5. Meio Ambiente

No ano de 2012, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, vinte anos após a ocorrência na mesma cidade da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Eco-1992 e Rio-92. Foi a partir desta conferência que os termos “sustentável e sustentabilidade” ganharam relevância internacional e, no Brasil, tornaram-se termos comuns em propostas de políticas públicas e ações privadas, que deveriam estar condizentes com os “preceitos da sustentabilidade”.

O protagonismo da cidade do Rio de Janeiro enquanto sede de eventos dessa magnitude e temática deveria levar a um processo de adequação urbana condizente com a conservação e preservação ambiental de seus espaços, inclusive por ser esse um direito constitucional, previsto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988¹. Além disso, para a promoção da Copa do Mundo da Fifa, e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, diferentes esferas da gestão pública, juntamente com as parcerias da iniciativa privada, lançaram mão da estratégia do “marketing verde” para promover os megaeventos esportivos na cidade. Slogans como “copa sustentável”, “estádio sustentável”, etc, estão sendo cada vez mais usados para promover as obras para a Copa do Mundo no Brasil (o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha caminha para ser o primeiro na história a receber o certificado máximo de sustentabilidade). O selo Leed Platinum - entregue após a conclusão da obra - é reconhecido internacionalmente e garante que a construção é altamente sustentável. Ainda, há controvérsias sobre o real comprometimento ambiental dos projetos em questão.

Com a estratégia da economia verde, começaram a surgir conceitos ligados ao discurso preservacionista ou ambiental, muito utilizados em estratégias de convencimento no que diz respeito à adoção de mecanismos para abrandamento de tensões e legitimação de grandes projetos. No chamado “Marketing verde”, há a construção de uma imagem “ecologicamente correta”, pois, além de agregar qualidades socialmente desejáveis ao produto, ela agrega valor e amplia as possibilidades de aceitação do mesmo - quando não o torna uma necessidade. Entretanto, como veremos nos casos adiante, esta estratégia não possui como principal preocupação a preservação do ambiente. A questão central é vender a ideia, vender o produto. Os preparativos para os eventos esportivos - a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - absorveram o tema ambiental e afirmam estar entre suas preocupações

¹ Cf. o art. 25 da Constituição Federal, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações”.

garantir sustentabilidade em suas ações. No entanto, apenas no discurso ou para o mero cumprimento da lei. Como poderá se observar, são várias as ações que ignoram e mesmo violam o direito de todos a um meio ambiental ecologicamente equilibrado e saudável.

Nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, por exemplo, foram criadas Câmaras Temáticas, cada uma responsável por áreas estratégicas para a realização do evento, dentre as quais a de Meio Ambiente e Sustentabilidade. A Câmara Temática Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CTMAS) foi criada em 2010 e é coordenada pelos ministérios do Esporte e do Meio Ambiente. As diretrizes que orientam o trabalho preveem uma Copa que coopere com o combate ao aquecimento global e envolve: (i) Promoção da sustentabilidade ambiental com inclusão social; (ii) Incentivo e estímulo aos negócios verdes; (iii) Incentivo a ações promotoras de eficiência energética; (iv) Valorização, promoção e proteção da biodiversidade brasileira; (v) Construção de estádios dentro dos padrões de sustentabilidade; (vi) Utilização da água de maneira racional; (vii) Incentivo à mobilidade e circulação sustentáveis; (viii) Incentivo ao consumo de produtos orgânicos e/ou sustentáveis; e (ix) Promoção do ecoturismo nos biomas brasileiros.

Com relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016², que serão sediados pela cidade do Rio de Janeiro, o portal Rio2016 atribui ao Programa de Sustentabilidade e Meio Ambiente a possibilidade de permitir um legado para a cidade. Conforme o portal, o mesmo é apoiado pelos três níveis de governo e contribuirá para avanços em questões ambientais ligadas a conservação da água, energia renovável e responsabilidade social. O site afirma que um conjunto abrangente de ferramentas de gestão será utilizado para o monitoramento e supervisão dos objetivos traçados pelo programa. Nessa página não há maiores detalhamentos do programa, mas no Portal da Transparência, do governo federal³, constam suas quatro frentes de atuação: conservação da água, energia renovável, jogos neutros em carbono⁴ e gestão do lixo, e responsabilidade social.

As intervenções urbanísticas associadas a esses megaeventos para a cidade do Rio de Janeiro, a despeito da preocupação ambiental expressa pelos organizadores dos eventos esportivos, não encontram respaldo em casos concretos, como pode ser constatado no caso da implantação dos corredores viários Transcarioca, Transolímpica e Transoeste, nos processos de remoção de comunidades sob a justificativa ambiental e na construção de um Campo de Golfe em área de reserva ambiental, e na não despoluição de corpos hídricos na cidade. (Ver Box sobre o tema).

O caso da Transcarioca

O Corredor Viário Transcarioca, ligando a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional

² Disponível em www.rio2016.com.br

³ Disponível em www.portaltransparencia.gov.br/rio2016/meioambiente

⁴ Atualmente tem crescido cada vez mais o leque de opções para a geração de créditos de carbono e outros ativos de compensação ambiental. Contudo, é importante atentar para o fato de que na lógica do mercado, quanto mais créditos estiverem disponíveis, mais baratos eles ficam, e mais barato fica poluir. Com a lógica da Economia Verde, os recursos naturais que eram de todos, passam a ser de quem paga, e transformam-se em mercadorias. Os créditos de carbono permitem que empresas permaneçam poluindo na medida em que pagam para que terceiros adotem práticas de “emissões evitadas” ou de sequestro de carbono. Contudo, a conta climática não fecha. Não há redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs). Como qualquer ativo no mercado, o crédito de carbono tem seus preços fixados de acordo com a oferta e a demanda. Além do mais, há a perversidade de que a prática poluidora não se modifica, uma vez que é mais compensador e barato para uma grande empresa continuar a poluir e comprar créditos de carbono nos países em desenvolvimento, do que diminuir suas emissões ou investir em tecnologias limpas. É comum ver empresas que assumem retóricas “sustentáveis”, capitalizando em cima deste “selo”, sendo que na prática não modificaram seus métodos produtivos. Além disso, as “tecnologias sustentáveis” são exportadas para os países em desenvolvimento, para que estes as apliquem em projetos de geração de créditos. Isso torna a crise climática lucrativa para os países desenvolvidos.

Antônio Carlos Jobim/Galeão, atravessando bairros e comunidades da Zona Oeste, Norte e Ilha do Governador, já é questionável enquanto solução para o transporte coletivo, conforme apresentado no capítulo Mobilidade. A forma como está sendo implantado, além das remoções de diversas comunidades, não confere adequado tratamento quanto às questões ambientais, a despeito do processo de licenciamento ambiental realizado pelo órgão ambiental estadual. Exemplo deste processo é o tratamento conferido ao aterramento da Lagoa de Jacarepaguá, na altura da Avenida Embaixador Abelardo Bueno.

Em reunião pública realizada em agosto de 2010, no Bairro da Taquara, zona Oeste do Rio de Janeiro, para a apresentação do projeto do Corredor Transcarioca, e respectivo Relatório Ambiental Simplificado - RAS⁵, foi cobrada por parte da população a minimização dos impactos ambientais no processo de aterramento da lagoa de Jacarepaguá. Os esclarecimentos por parte do Instituto Estadual de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA) e da Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) foi de que as medidas seriam estudadas para serem propostas pelo Projeto Executivo do Corredor Transcarioca, que deveria apresentar alternativas ao aterramento. Caso isso não fosse possível, o aterramento ocorreria em atendimento às exigências dos órgãos ambientais por meio de dois programas ambientais: o Programa de Monitoramento da Fauna Existente e o Programa de Compensação Ambiental.

Tais programas visariam buscar alternativas para o reflorestamento da vegetação suprimida, como a possibilidade de implantação de uma unidade de compensação; e o levantamento para o resgate da fauna local, que ocorreria antes do desmatamento e aterramento da lagoa. Os animais seriam conduzidos para outra área ou para refúgios biológicos de outras regiões, de modo a evitar ao máximo a mortandade de peixes e outras espécies. Outra possibilidade seria a construção de uma ponte, de modo a não aterrar a lagoa de Jacarepaguá.

No entanto, uma vez que tais medidas de minimização e mitigação dos impactos ambientais não foram realizadas, a Associação de Moradores e Pescadores Vila Arroio Pavuna tomou a iniciativa de abrir junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (através da 6ª Coordenadoria de Defesa de Interesse e Direitos Coletivos/Núcleo de Terras e Habitação, Ofício nº 196/2012) um pedido de instauração de inquérito civil contra a violação ao meio ambiente, datado de 17 de abril de 2012, encaminhado à Promotoria de Justiça e Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente.

O ofício afirma que para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, inúmeras obras têm sido realizadas na área que circunda a Lagoa de Jacarepaguá, inclusive o aterramento de 22 metros desde a margem até o espelho d'água, região mapeada pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA, e ocupada por animais. Destaca-se que apesar do conhecimento por parte do Poder Público das condições ambientais da região, conhecimento este transmitido pela população que habita a região, na reunião pública realizada na Taquara, nenhuma das medidas propositivas foram implementadas na realização da intervenção urbanística no entorno da Lagoa de Jacarepaguá.

Em 31 de maio de 2012, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, solicitou ao Secretário Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Ofício nº 1348/2012-NUDEDH/DPGE): (i) informação sobre a existência ou inexistência de estudo de

⁵ O próprio licenciamento por meio de RAS já pode ser questionado, pela dimensão da obra, número de pistas de automóvel previsto e impacto no meio urbano.

impacto ambiental referente à obra de duplicação da Avenida Embaixador Abelardo Bueno e do aterro da Lagoa de Jacarepaguá, e caso positivo, a cópia do referido estudo; e (ii) informação e disponibilização de cópia da licença de operação e/ou a fase de licenciamento ambiental da empresa responsável pelas obras.

Tais pedidos tiveram como objetivo instruir o procedimento administrativo no qual se reúnem dados, a fim de verificar os prejuízos causados pela obra a fauna e a flora da Lagoa de Jacarepaguá, de modo que nenhum direito seja violado. Até a redação desse Dossiê (abril de 2013), os pedidos não receberam respostas tanto por parte da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Defesa do Meio Ambiente quanto por parte do Secretário Municipal de Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro.

O caso da Transolímpica

O Relatório de Impacto Ambiental do Corredor Viário Transolímpica⁶, de junho de 2012, apresenta a via de 13 km de extensão, que interliga a Avenida Brasil à Avenida Senador Allende e afirma que o projeto é importante para “desafogar” o trânsito caótico da cidade, além de fazer a conexão viária entre a rodoviária e os Complexos Olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro. Para tanto, passará pelos bairros de Realengo, Magalhães Bastos, Vila Militar, Jardim Sulaca, Taquara, Jacarepaguá e Curicica.

Uma questão que se coloca é por que a Transcarioca, que terá 39 km de extensão, não tem EIA/RIMA e sim Relatório Ambiental Simplificado e a Transolímpica, com 13 km de extensão tem? Conforme o relatório as obras de implantação da Transolímpica tem interface com outros planos, programas e projetos tanto governamentais quanto privados, sendo ressaltados o Programa de Recuperação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá, a Proteção do Sistema Lagunar de Jacarepaguá, o Rio Capital Verde, o Parque Olímpico de 2016, o Parque do Atletas, a Vila dos Atletas (em parceria com a Carvalho Hosken), a Linha 4 do Metro e os corredores Transcarioca, Transoeste e Transbrasil.

O relatório atesta que serão atingidos os bairros de Curicica, Jacarepaguá, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Taquara e Vila Militar. Com relação à concentração de poluentes, o estudo atesta que a Região Metropolitana possui a segunda maior concentração de população, veículos, indústrias e fontes emissoras de poluentes do país, gerando sérios problemas de poluição do ar na área em questão. A Avenida Brasil é apontada como responsável por cerca de 30% do total de poluição emitida pelas vias de tráfego. O relatório destaca, ainda, que a qualidade do ar no Rio de Janeiro é pior quando não chove.

A região onde será instalada a Transolímpica é urbana, com várias residências, hospitais, escolas e estabelecimentos comerciais. Sendo assim, foi necessário fazer o levantamento do nível de ruído existente na região, para que durante as obras esses níveis possam ser mantidos e/ou controlados. Foram escolhidos 08 pontos e as medições ocorreram de noite e de dia. Como

⁶ Disponível em http://bosquedaboiana.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/07/RIMA_PARTE_COMPLETO.pdf. Conforme o relatório “Para a definição do traçado da Transolímpica pensou-se em dezenas de alternativas locais. Para tanto, foram consideradas as alterações que cada proposta causaria no meio físico (como impactos na qualidade do ar, ruídos, recursos hídricos), biótico (fauna, flora e áreas protegidas), além, claro, dos aspectos da população residente, verificando-se a necessidade e quantidade de desapropriações. Mediante todas essas análises, o traçado aqui apresentado é o que possui menor interferência e impactos. Em relação às alternativas tecnológicas, as outras opções, como o veículo leve sobre trilhos, não apresentam a capacidade de transporte em massa necessária para atendimento da demanda, ou até mesmo o metrô, que possui custos de obra muito superior (Plano Popular, 2011: 4).”

resultado observou-se que em todos os 08 pontos, o nível de ruído já se encontra acima do permitido pela legislação.

Pelo relatório, pode-se auferir que a Transolímpica manterá a qualidade do ar e sonora, reiterando condições existentes já inadequadas em relação ao que estabelece a legislação, uma vez que apenas reforça o padrão de mobilidade vigente vinculada a poluição sonora e do ar.

Quanto às desapropriações, afirma-se que o número chega a 163 estabelecimentos comerciais, a grande maioria no bairro de Curicica e 3.773 residências, a maioria em Jacarepaguá. A desapropriação é um mecanismo estabelecido pela Constituição Federal que pode ser utilizado por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro (p.11). Apesar de o processo de desapropriação ser amparado constitucionalmente para fins de utilidade pública, não está claro no RIMA, que é o documento que publiciza as ações a serem realizadas em empreendimentos que implicam em impactos sociais e ambientais, quais as comunidades que serão removidas, ou mesmo como as remoções serão realizadas.

Com relação à avaliação de impactos ambientais acarretados pela Transolímpica, o RIMA indica vinte e oito impactos que poderão ocorrer durante as distintas fases da implementação da Transolímpica. Dos 28 impactos, 4 foram considerados positivos e relacionados com o Meio Antrópico, 4 foram considerados pouco significativos, 20 foram considerados significativos, e 4 muito significativos. A partir dos impactos identificados foram propostas “medidas que visam, no mínimo, a manutenção da qualidade ambiental, social e econômica, por meio de ações para evitar, diminuir, reparar e/ou eliminar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos, através da implementação de planos e programas ambientais” (RIMA, 2012:14).

No Programa de Auxílio a População Desapropriada afirma-se que o objetivo do acompanhamento é: informar aos proprietários sobre as diretrizes e critérios de indenizações das propriedades e benfeitorias; garantir preços justos nas indenizações, de acordo com os valores de mercado, para que os proprietários não sofram perdas patrimoniais e de qualidade de vida; garantir que o processo de negociação e indenização ocorra em consonância com as demandas e expectativas da população afetada; privilegiar, em todos os casos, a negociação amigável e minimizar e solucionar, na medida do possível, problemas e conflitos decorrentes do processo de negociação. A análise do Relatório permite destacar que o programa trata apenas dos proprietários, ignorando de modo a ignorar os significativa casos de população não-proprietária atingida, que detém o direito de posse de imóveis que constituem sua única forma de acesso à moradia e, do mesmo modo, profundamente afetada pelas intervenções urbanísticas em torno da implantação do corredor viário.

Como conclusão, o relatório ressalta os impactos positivos, advindos da instalação e operação do empreendimento: aumento na oferta de empregos na região; interferência na renda da população; incremento das informações ambientais da região; e interferência na qualidade de vida da população - e conclui que o empreendimento é viável do ponto de vista social e ambiental, desde que haja a fidedigna implantação dos Programas Ambientais, que garantam a execução e o controle das ações planejadas e a correta condução socioambiental das obras.

Em contraposição ao exposto pelo RIMA, uma leitura acurada e a apresentação por parte da Prefeitura do estudo em Reunião Pública realizada em 22 de outubro de 2012, suscitam questões que podem refutar o parecer quanto à viabilidade do empreendimento, tal como proposto. Dentre essas questões, destaca-se: (I) qual será efetivamente o traçado do empreendimento? (II) quais

as comunidades que serão afetadas e como serão afetadas? (III) como pode ser caracterizada a acessibilidade antes e qual será a acessibilidade durante e depois das obras para as comunidades no entorno; (IV) se há apenas quatro impactos positivos, ante 24 negativos, quais critérios permitem afirmar a sua viabilidade? (V) a população terá acesso aos equipamentos públicos instalados no Parque Olímpico? (VI) diante dos resultados da Vila do Pan, o que diferenciaria a Vila dos Atletas dessa experiência anterior? (VII) como se realizará o programa de Fauna? (VIII) quais os critérios para avaliar que as ocupações de Jacarepaguá e Taquara são subnormais e o que isso implica para a população residente? (IX) como se realizará o programa de Reflorestamento? (X) como será realizado o Programa de Comunicação?

O Ministério Público Estadual⁷ apresentou na audiência pública parecer em que questiona também o fracionamento do licenciamento da obra. Em muitos documentos oficiais a Transolímpica é justificada como necessária por promover a ligação entre a Transoeste, Transcarioca e Transbrasil, e para as Olimpíadas por garantir a conexão entre equipamentos esportivos, aeroporto e Vila dos Atletas. No EIA-RIMA, no entanto, não consta o trecho da Av. Salvador Allende entre a Av. das Américas e a Av. Abelardo Bueno. Nesse trecho existem diversos córregos, Área de Preservação Permanente e a comunidade Vila Autódromo. Os impactos nessa área são omitidos.

Todas essas questões foram levadas pela população, por vereadores presentes e Ministério Público Estadual durante a audiência pública, mas muitas delas não puderam ser respondidas, por falta de tempo para os esclarecimentos e falta de informações. No entanto, e elas expõem as dúvidas e incertezas quanto aos impactos da implementação do corredor viário sobre as populações atingidas. A audiência pública mesmo assim foi validada e a Licença Prévia do empreendimento foi emitida.

Ambientalização das Remoções

O caso das remoções de comunidade evidencia que o discurso ambiental é acionado para atender a determinados interesses e negligenciar outros.

As Comunidades Vila autódromo e Arroio Pavuna são exemplo de processos de tentativa de remoções sob a justificativa de proteção ambiental, por ocupar em parte área de preservação permanente de beira de córrego e da Lagoa de Jacarepaguá estar em localizadas em áreas de preservação permanente e de risco ambiental. Importante notar que as comunidades são vizinhas de imóveis e condomínios de alta renda, de ocupação mais recente, que invadem áreas de proteção ambiental, promovendo grandes aterros e supressão de vegetação. A ocupação de áreas ambientalmente frágeis por população de baixa renda é recorrente no Brasil, por serem áreas relegadas pelo mercado imobiliário. As duas comunidades, no entanto, tem sua origem relacionada a vilas de pescadores tradicionais na orla da Lagoa. O não reconhecimento da condição de moradia dessas comunidades pelo poder público, por sua vez, pelo não fornecimento legal de saneamento básico, energia elétrica, entre outros serviços fundamentais, que acaba gerando problemas ambientais. No entanto, é reconhecida a localização de imóveis de alta renda em áreas de maior vulnerabilidade. Muitas vezes o poder público agrava as situações de risco ao se recusar a fornecer o acesso à infraestrutura social, garantindo o direito à moradia digna, conforme estabelece o Estatuto das Cidades. Tal recusa apenas legitima o discurso que intenciona a remoção dessas comunidades, pelo não fornecimento legal de saneamento básico,

⁷ Disponível em <http://rap.gov.br>

energia elétrica e segurança pública, entre outros serviços fundamentais.

O caso da comunidade Vila Arroio Pavuna, no entorno da Lagoa de Jacarepaguá evidencia duas formas diferentes do poder público tratar a questão ambiental. Quando da necessidade de construção da Transcarioca, como narrado anteriormente, suprimiu-se os procedimentos ambientais para o aterramento da Lagoa. No entanto, contrariamente a essa postura flexível, a Prefeitura do Rio de Janeiro e seu órgão Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro / Rio Águas defendem a remoção da Comunidade Vila Arroio Pavuna, localizada no entorno dessa Lagoa, com base na justificativa ambiental.

Conforme a Rio Águas, as construções situadas na Avenida Embaixador Abelardo Bueno eram construções irregulares e encontravam-se no Projeto de Alinhamento de Orla e Faixa marginal de proteção da Lagoa de Jacarepaguá e Faixa Marginal do rio Arroio Pavuna, área potencialmente inundável, não sendo possível sua legalização, o que levou por parte do órgão a notificação da comunidade em 08 de setembro de 2011, determinando a demolição das construções em 15 dias (Notificação nº173/2011).

No entanto, a Rio Águas teve que revogar em 14 de setembro de 2011, a determinação de remoção, após intervenção do Ministério Público Federal, que recomendou “ao Prefeito do Município Eduardo Paes, que adote as providências necessárias para garantir que os órgãos competentes da Prefeitura envolvidos no processo de remoção dos moradores da comunidade Arroio Pavuna se abstenham de praticar qualquer ato visando à remoção de moradores enquanto não apresentado o parecer do órgão competente – INEA, bem como o parecer da Superintendência do Patrimônio da União do Estado do Rio de Janeiro com relação ao processo de regularização fundiária”

O risco em questão não é comprovado de fato, e a legislação é posterior à ocupação da comunidade. O processo é repleto de divergências e desinformação em relação aos projetos urbanos para a área, e a comunidade tem sido abordada de forma ilegal e violenta, com inúmeros relatos de pressão psicológica sobre os moradores. A proprietária da área, Secretaria de Patrimônio da União (SPU), concedeu a parte dos moradores concessão para moradia, e está promovendo a regularização fundiária. A Prefeitura ignora esse fato, inclusive realizando intervenções sobre a área da União sem o respaldo legal para tal.

A decisão decorreu do fato de a área estar sob processo de regularização fundiária por parte da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a Prefeitura ter ignorado o fato e ainda tentado remover a comunidade, evidenciando a total divergência ou desinformação entre os entes federativos em relação aos projetos urbanos para essa área.

Outro caso de remoções com discurso ambiental é o da Comunidade Vila Autódromo, que exemplifica um caso de resistência e reivindicação de participação popular no processo de urbanização da comunidade.

Para o enfrentamento da situação de violação de direitos ocasionados pelas remoções, a Comunidade Vila Autódromo tomou a iniciativa de elaborar um Plano Popular, de forma participativa, para mostrar que sua permanência é viável e compatível com a proteção ambiental (ver capítulo Moradia) de urbanização, com o apoio das Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do ETERN - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do IPPUR e da Universidade Federal Fluminense (UFF), elaborado de forma participativa e denominado “Plano Popular da Vila Autódromo”, que resiste a um histórico de tentativas de remoção por

parte da Prefeitura do Rio de Janeiro, apesar de parte da comunidade ter recebido a Concessão do Uso Real por 99 anos, por parte da antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1998. Apesar da Área de Preservação Permanente e Faixa Marginal da Lagoa - FMP atingir apenas cerca de 15% da comunidade, a questão ambiental é acionada para sua total remoção. Diante da fragilidade do argumento, a prefeitura apresentou outros projetos para tentar a remoção, incluindo uma alça viária que cortaria dois córregos e implicaria em aterro na FMP.

Os exemplos mencionados anteriormente revelam diferentes formas de acionar ou omitir a problemática ambiental quando conveniente. No caso das remoções aqui tratadas, o meio ambiente tornou-se justificativa para a remoção da população, pela necessidade de preservação das margens da Lagoa de Jacarepaguá, em que se localizam as Comunidades Vila Autódromo e Vila Arroio Pavuna. As precárias condições de saneamento básico, coleta de lixo e a presença de moradias nas áreas de preservação permanente seriam as razões pelas quais as comunidades prejudicariam o ambiente natural da margem da Lagoa.

O posicionamento em relação à preservação da Lagoa de Jacarepaguá foi muito diferente quando da necessidade de realização, às suas margens, de obras para a implantação do corredor viário Transcarioca. Insuficientes ou inexistentes medidas de mitigação aos impactos ambientais causados à fauna e flora e a completa ausência de compensação ambiental marcaram o processo de intervenção urbana, a despeito do tema ter sido questionado em Audiência Pública pela população, que demonstrou consciência quanto aos seus direitos no que se refere às intervenções capazes de gerar danos e violações ao meio ambiente.

A Comunidade Vila Autódromo emerge como exemplo de resistência popular às remoções e luta por um processo de ordenamento territorial que rompa com a lógica predominante da especulação imobiliária e da segregação social. Demonstra a possibilidade de convivência entre classes sociais, entre uma comunidade consolidada, o futuro Parque Olímpico, com a promoção de um meio ambiente saudável.

No caso do Corredor viário Transolímpica foram destacadas as omissões do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e os questionamentos da população e do Ministério Público Estadual quanto à viabilidade da obra dado os danos ambientais e sociais causados. Interessante ressaltar o tratamento diferenciado no que se refere aos estudos ambientais nos dois corredores viários aqui tratados, a Transolímpica e a Transcarioca. O primeiro foi apresentado para a população através de um Relatório de Impacto Ambiental, publicizado, conforme rege a legislação ambiental; já a Transcarioca, recebeu um Relatório Ambiental Simplificado, cujo conteúdo não foi amplamente publicizado.

A apresentação dos casos pretendeu lançar luz sobre as contradições no discurso quanto ao potencial legado ambiental que a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 poderão deixar para a cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente, os casos de impacto ambiental decorrente das intervenções urbanísticas justificadas pelos eventos esportivos não se esgotam e ultrapassam os limites do presente documento. A construção de um campo de golfe em área de reserva ambiental é mais um exemplo da postura contraditória do poder público (Ver Box), o que reforça a necessidade da sociedade se organizar para lutar contra as violações ao direito ao meio ambiente saudável.

BOX 14 GOLFE PRA QUEM?

Golfe de volta as Olimpíadas em 2016 - Há 112 anos fora das Olimpíadas o Golfe volta a se tornar uma modalidade olímpica na Rio-2016. Para isso, a prefeitura planejou construir mais um Campo de Golfe na cidade. Um projeto com gastos da ordem de milhões de reais para uma Olimpíada que durará apenas duas semanas.

APA de Marapendi - A única proposta de área apresentada pela prefeitura para a construção do Campo de Golfe situa-se em um terreno dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi, na Barra da Tijuca, importante remanescente de Mata Atlântica, considerada Patrimônio Nacional pela lei 11.428 e que engloba dois frágeis ecossistemas - a restinga e o manguezal - essenciais para a manutenção da biodiversidade e do clima local. A justificativa de muitos que se dizem especialistas, é que essa área já estaria gravemente degradada e que a perda em termos da biodiversidade seria mínima. Porém, biólogos e ambientalistas demonstraram que a área encontrava-se entre médio e avançado processo de recuperação natural. E ainda que se estivesse degradada, porque não recuperá-la ao invés de destruí-la ainda mais? O dano ao meio ambiente é injustificável!

Lei Complementar 113/2012 - O prefeito Eduardo Paes encaminhou à Câmara dos Vereadores, de forma emergencial em 05/11/2012, um projeto de lei complementar que muda parâmetros ambientais e urbanísticos na Barra, a fim de viabilizar esse projeto. Apesar dos seguidos protestos, a lei foi aprovada, autorizando construções na Unidade de Conservação, e a doação para o empreendimento privado de um terreno público de 58.000m². Corrigido em valores de mercado, o terreno custaria em torno de R\$ 500 milhões.

Terreno invadido - A área do terreno destinada Campo de Golfe hoje “pertence” ao senhor Pasquale Mauro, conhecido por seu histórico de grilagem de terras na Zona Oeste nos anos 1960. Atualmente o referido deve à prefeitura R\$ 79 milhões em impostos não pagos. A posse do terreno está em litígio no Supremo Tribunal de Justiça, e a chefe da Comissão de Coordenação do Comitê Olímpico Internacional (COI), Nawal El Moutowakel, foi notificada pela justiça sobre essa disputa em maio deste ano.

Favorecimento Explícito à Especulação Imobiliária - A Lei Complementar também alterou os parâmetros urbanísticos do terreno, permitindo construção de 22 prédios de luxo no terreno, com apartamentos entre 270 e 560 m². Essa mudança veio sem qualquer estudo de viabilidade de adensamento populacional e seus impactos no trânsito da região.

Itanhangá Golfe Club - O Rio de Janeiro já conta com dois grandes campos de Golfe que promovem a prática do esporte (Gávea Golf Club e o Itanhangá Golf Club) e que recebem atualmente as competições internacionais no Brasil. A presidência do Itanhangá Golf Club já se pronunciou disponibilizando seu campo, também situado

na Barra da Tijuca, e assumindo os custos da sua adequação aos padrões olímpicos, através de parceria com uma empresa internacional. Por que então o prefeito insiste em construir um novo campo que causará imensos danos ambientais? É de um novo Campo de Golfe que a cidade precisa?

Golfe Popular? – A escolha do local visa atender em sua maioria os moradores da Barra da Tijuca, que futuramente seriam os usuários do campo de golfe, esporte já restrito às elites. Se querem construir um novo campo, porque não o fazer em terrenos mais baratos, onde o impacto socioambiental seria menor, e outras parcelas da população também poderiam ter acesso a esse esporte?

Falta de Transparência e Participação Popular – Onde se encontram os estudos de impacto ambiental e o relatório de impacto ao meio ambiente (EIA/RIMA) tão necessários a qualquer construção ou modificação que fosse feita naquela área? A falta de transparência por parte do governo só evidencia as ilegalidades do processo.

O movimento **Golfe pra Quem?** através de uma Representação denunciou esses absurdos ao Ministério Público Estadual – MPE em agosto de 2013. Parecer contrário ao campo foi emitido pelo Grupo de Apoio Técnico (GATE), onde afirma: “... *diante do exposto ao longo deste parecer, conclui-se pela incompatibilidade entre o Campo de Golfe Olímpico e os aspectos ambientais da área de implantação*”. Mesmo com a pressão da sociedade para que o laudo seja levado adiante, a promotora Ana Paula Petra, que tem um histórico de passividade com as grandes empreiteiras da região, não se manifestou. O Grupo de Ação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA), então, através dos promotores José Alexandre M. Mota, Marcus Leal e Sandro Machado, enviou em 30/05, ofício de recomendação à Secretaria do Meio Ambiente (SMAC) e à responsável pelo empreendimento, Fiore Emp. Imobiliários, questionando a emissão da licença ambiental sem o respectivo EIA-RIMA, e irregularidades ambientais na implantação do campo por parte da construtora, como a supressão de diversas espécies de Restinga, algumas ameaçadas de extinção. A SMAC e a Fiore terão dez dias para responder, e enquanto não o fazem, as obras estarão embargadas. Cabe o acompanhamento de perto, para garantir que o interesse público seja garantido.

O Golfe pra Quem? organiza atos e seguidas denúncias para que a opinião pública não sustente que esta obra é um empreendimento legítimo. São diversas as contradições deste empreendimento olímpico, que se tornou nada mais nada menos que o sonho de consumo da empreiteira RJZ Cyrela. A fanpage da campanha é www.facebook.com/GolfeParaQuem





6. Segurança Pública

Estamos atravessando um cenário político marcado por uma combinação entre a reedição de discursos e ações moralizantes e civilizatórios com intervenções governamentais que impõem disciplina e controle de populações e territórios através do uso excessivo da força e do investimento na militarização. Neste capítulo do dossiê destacamos ações, decisões e transformações no campo da segurança pública que se deram em conexão com processos de reordenamento urbano do Rio de Janeiro enquanto cidade-sede da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016. A criação, em 2011, da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) marcou uma nova etapa das atualizações produzidas no interior da engrenagem estatal para a preparação do país para os megaeventos e nessa lista adicionamos a elaboração de novas legislações ou de modificações na legislação vigente, como a Portaria Normativa No 3461 do Ministério da Defesa ou as chamadas “Leis antiterrorismo”, mencionadas adiante neste capítulo. As marcas da militarização da segurança pública se espalham pelas cidades-sede da Copa, seguindo a lógica de gestão populacional através do conceito de lei e ordem e da prerrogativa da guerra às drogas. Segundo a SESGE, o investimento total do governo na área de segurança é de R\$ 1,170 bilhão – e dentro deste valor, foi realizada uma compra de 2.691 kits com armas de balas de borracha e munição para distribuir a policiais para combater protestos na Copa-2014. A partir de um modelo de gestão urbana orientado pela lógica bélica, ações e intervenções governamentais demarcam a continuidade do genocídio da população negra que ocorre nas periferias e favelas, a criminalização da pobreza e, mais recentemente, a repressão policial diante das grandes manifestações. No que se refere à violência policial no contexto das manifestações, já foram contabilizadas pelo menos 20 mortes e centenas de feridos em todo o Brasil até o presente momento como consequência da ação do Estado¹. No entanto, faz-se necessário apontar que estas arbitrariedades tornam-se ainda mais duras no caso dos protestos em áreas de favela, passando a mensagem de que esta parcela da população tem seu direito à liberdade de expressão e reunião vetado pelo poder público.

Sistematicidade da repressão às manifestações em favelas

Durante o ano de 2013 foram atualizadas diferentes técnicas de repressão de manifestações, em especial aquelas realizadas em territórios de favelas e periferias dos grandes centros urbanos. O Rio de Janeiro é cenário privilegiado para destacar casos emblemáticos deste tipo de repressão, especialmente em função da sistematicidade dessas ações pautadas pela violência institucional nas áreas que configuram o corredor de segurança para os megaeventos na cidade, através

¹ Para um panorama geral sobre os casos de pessoas mortas e feridas durante os protestos, consultar o site elaborado pelo Centro de Mídia Independente do Rio de Janeiro: <http://mortoseferidosnosprotestos.tk/>.

do qual foram definidas as instalações de um número significativo de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Registramos que este quadro de repressão militarizada dos protestos protagonizados pelos moradores das áreas nas quais foram instaladas Unidades de Polícia Pacificadora é marcado pela conjugação da utilização de armamento letal e armamento dito não letal ou menos letal. Este último, quando não fornecido aos agentes pela repartição na qual atuam, vem sendo adquirido inclusive por meios próprios por aqueles policiais que consideram tal equipamento indispensável para a atuação nas favelas ocupadas. Há denúncias de moradores dessas áreas sobre situações nas quais o spray de pimenta utilizado pelos policiais atingiu inclusive crianças, intoxicando-as e provocando reações alérgicas. A utilização do armamento dito “não letal” também marca os territórios ocupados por forças militares com ações que produzem vítimas fatais, como a morte de Mateus Oliveira Casé, de 17 anos, provocada por uma arma de eletrochoque. Durante manifestação dos moradores após a notícia da morte de Mateus, policiais utilizaram pistolas calibre ponto 40, de uso particular, efetuando disparos em direção à população – ação registrada em vídeo por cinegrafista de telejornal carioca². A ação também foi marcada pela utilização de bombas de efeito moral e spray de pimenta, além de agressão física³.

Ressaltamos também que tais ações repressivas têm sido marcadas pelo acionamento de unidades de polícia que, a princípio, não fazem parte da composição original da ocupação militarizada dos territórios nos quais foram instaladas Unidades de Polícia Pacificadora. Tanto o Batalhão de Operações Especiais, como o Batalhão de Policiamento de Choque, o Batalhão de Ações com Cães ou batalhões de área – ou de unidades da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro como a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), vem sendo acionados neste tipo de situação.

Abril de 2013 – Caso Jacarezinho

Na noite do dia 04 de abril de 2013, moradores do Jacarezinho realizavam uma manifestação após uma moradora de 10 anos de idade ter sido atingida por uma bomba de efeito moral no rosto e após a detenção arbitrária de dois moradores que foram enquadrados por “desacato à autoridade” pelos policiais militares que atuam na Unidade de Polícia Pacificadora local⁴. A repressão à manifestação dos moradores foi marcada por agressão física e utilização de arma de fogo, deixando três moradores baleados. Um deles foi Aliélson Nogueira, que comia uma cachorro quente na região conhecida como Pontilhão. Aliélson foi atingido na cabeça e morreu no local. Os moradores cercaram o corpo do rapaz, para impedir que a polícia o retirasse dali argumentando ter prestado socorro à vítima e no intuito de garantir que a perícia fosse realizada de forma adequada.⁵

Aliélson morava no Jacarezinho há 5 anos, tinha 21 anos, trabalhava num galpão de reciclagem e

2 O vídeo está disponível através do link <http://r7.com/Fg6l>

3 Vide <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/apos-morte-de-jovem-moradores-de-manguinhos-entram-em-confronto-com-policiais-20130320.html> e <http://www.anovademocracia.com.br/no-107/4628-rj-povo-contra-a-upp-em-manguinhos>. Também foram utilizadas informações divulgadas à época do ocorrido pelo Laboratório de Direitos Humanos de Manguinhos. O caso de Mateus Casé fez parte do informe enviado pela Justiça Global, em parceria com o Fórum Social de Manguinhos, para a Relatoria de Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais da ONU em junho de 2013.

4 Vide <http://extra.globo.com/casos-de-policia/um-morador-morre-outros-fois-feridos-apos-confronto-com-policia-na-upp-do-jacarezinho-8033173.html>.

5 Vide https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=PAAvYFG7Hjc.

sua namorada estava grávida de três meses⁶. Após a morte de Aliélson, a manifestação que havia começado mais cedo se ampliou e foi reprimida através da utilização de bombas de efeito moral, mas também há relatos e registros em vídeo de que foram realizados novos disparos de arma de fogo⁷. O Batalhão de Choque da Polícia Militar também foi acionado para conter a manifestação dos moradores. O caso foi registrado na 25ª Delegacia de Polícia, no Engenho Novo e o delegado afirmou que as versões da polícia e dos moradores não coincidiram, além de explicitar o fato de que policiais teriam registrado uma primeira ocorrência a partir dos protestos em Manguinhos sem incluírem no registro que havia ocorrido troca de tiros⁸. Segundo a Polícia Militar, policiais teriam reagido aos disparos efetuados por alguém que saía de um beco portando um fuzil, versão negada por testemunhas do homicídio. A Unidade de Polícia Pacificadora que abrange a área do Jacarezinho foi instalada no dia 16 de janeiro de 2013.



Janeiro de 2014 – Caso Mangueira

Durante uma ação da PMERJ, no dia 04 de janeiro, na região da Mangueira conhecida como Olharia, Wellington SabinoVieira (20 anos), foi executado. Atingido por três tiros (na perna, na barriga e no braço), Wellington foi acusado de ser traficante e estar trocando tiros com a polícia. Segundo informações da Polícia Civil, o rapaz, que trabalhava como camelô, não possuía nenhum tipo de anotação criminal⁹. No dia seguinte, moradores realizaram um protesto contra violência na Mangueira, quando foram acionados policiais de Unidades de Polícia Pacificadora próximas e do Batalhão de Choque. Há relatos de que o protesto foi reprimido com spray de pimenta e bombas de efeito moral¹⁰ e também com disparos de armamento letal¹¹.

6 Vide <http://extra.globo.com/casos-de-policia/rapaz-morto-em-confronto-envolvendo-policiais-da-upp-do-jacarezinho-deixa-namorada-gravida-8034465.html>

7 Vide https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=PAAvYFG7Hjc e <https://www.youtube.com/watch?v=RslNfiReGGU>

8 Vide <http://extra.globo.com/casos-de-policia/um-morador-morre-outros-fois-feridos-apos-confronto-com-policia-na-upp-do-jacarezinho-8033173.html>

9 Vide <http://extra.globo.com/casos-de-policia/mae-de-jovem-morto-na-mangueira-acusa-pms-de-upp-vi-meu-filho-andando-morreu-no-camburao-11221119.html>

10 Vide <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/01/moradores-da-mangueira-fazem-protesto-contraviolencia-no-rio.html>

11 Vide <http://extra.globo.com/casos-de-policia/mae-de-jovem-morto-na-mangueira-acusa-pms-de-upp-vi-meu-filho-andando-morreu-no-camburao-11221119.html>

da Mangueira na noite de ontem (5/1), onde um ônibus foi incendiado, a comunidade foi reforçada com o apoio de policiais de outras UPPs e do Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHq) que fizeram uma ação de varredura durante toda madrugada. Na manhã de hoje (6/1), o comércio na comunidade da Mangueira amanheceu parcialmente fechado. O policiamento segue reforçado e o clima no local é de aparente tranquilidade.”¹²



BOX 15

CASOS DE HOMICÍDIO PROVOCADOS POR MILITARES EM FAVELAS NAS QUAIS FORAM INSTALADAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA¹

Em 2008 foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Santa Marta. Apesar da repressão instaurada nos territórios onde as UPPs “chegaram”, nos dois primeiros anos do projeto do governo do Estado, não foi registrada nenhuma morte de morador provocada por agentes da PMERJ que estivessem atuando nas respectivas unidades. No entanto, a partir de 2011, quando foi registrado um auto de resistência após uma ação de policiais da UPP correspondente à área do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, foi inaugurada uma lista de mortes de moradores em favelas com UPPs que, em associação com as inúmeras violações de direitos que tem caracterizado as ocupações militarizadas, impede a sustentação da euforia inicial com o projeto.

Antes de apresentar a lista, é preciso lembrar que muitas mortes ocorreram por conta das operações realizadas nas favelas nas quais seriam instaladas as Unidades de Polícia Pacificadora – períodos pré-UPP que não constam desta lista inaugurada em 2011 com a morte de André Ferreira no Pavão-Pavãozinho. É o caso da morte de Hugo Leonardo Silva, executado por policiais militares no dia 17 de abril de 2012 durante a ocupação que antecedeu a instalação da UPP da Rocinha²: tal morte só veio à tona após estourar o escândalo do desaparecimento/morte do pedreiro Amarildo. Nos últimos 5 anos incursões e operações violentas continuaram marcando o cotidiano das favelas e periferias no estado do Rio de Janeiro – incursões essas que tiveram como resultado a morte de moradores, da mesma forma como aconteceu em 2003 no Borel, em 2005 na Baixada, em 2007 no Alemão, em 2013 na Maré, e em tantas outras favelas antes da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora. Atualmente há registros de mais de 20 casos de moradores de favelas mortos por policiais em comunidades nas quais foram instaladas UPPs e/ou seu entorno, conforme demonstra o **quadro 2** nas páginas seguintes.

Chacinas durante os preparativos para a Copa

Para conectar as intervenções militarizadas com o próprio histórico da Polícia Militar, lembramos que esta surge primeiramente no Brasil como uma guarda para proteger a família real, no início do século XIX. Mais tarde ela adquire o nome “militar”, justamente após a abolição da escravidão – o que denuncia um traço racista já em sua origem. A corporação militar, por excelência, adota uma lógica bélica e que pressupõe a existência de um inimigo. No caso dos países que travam guerras com outras nações, esse inimigo é externo; em casos como o do Brasil, o inimigo é interno.

¹ Dados extraídos do informe elaborado pela Justiça Global para envio à relatoria de Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais da ONU.

² Uma descrição da morte de Hugo Leonardo está disponível no site da Rede contra Violência, através do endereço: <http://www.redecontraviolencia.org/Casos/2012/915.html>

Quadro 2. Vítimas fatais em áreas de UPP (2011-2014)

Caso	Vítima(s) Fatal (ais)	Favela	Responsável pela Ação	Data
1. Execução de André Ferreira	André de Lima Cardoso Ferreira (19 anos)	Pavão-Pavãozinho	UPP Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Vietnã	12/06/2011
2. Execução de Jackson Lessa	Jackson Lessa dos Santos (20 anos)	Morro do Fogueteiro	UPP que abrange as favelas Coroa, Fallet e Fogueteiro	07/06/2012
3. Execução de Thales Pereira Ribeiro D'Adrea	Thales Pereira Ribeiro D'Adrea (15 anos)	Morro do Fogueteiro	BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar)	25/06/2012
4. Homicídio de Mateus Oliveira	Mateus Oliveira Casé (16 anos)	Manguinhos	PP que abrange Vila Turismo, Parque João Goulart, Parque Carlos Chagas (ou Varginha), Parque Oswaldo Cruz (ou Amorim), CHP2 (ou Vila União), Conjunto Nelson Mandela, Higienópolis, Vila São Pedro e Vitória de Manguinhos (ou Cobal)	17/03/2013
5. Homicídio de Paulo Henrique dos Santos	Paulo Henrique dos Santos Benedito (25 anos)	Cidade de Deus	UPP que abrange Cidade de Deus, Quadras, Apartamentos, Caratê, Beirada do Rio, Jardim Novo Mundo, Rua Davi, Banca da Velha, Coroado, Sítio da Amizade, Moisés, Praça da Bíblia, Pantanal, Santa Efigênia, Moquiço, Efraim, Vila Nova Cruzada, Vila da Conquista e Jardins do Amanhã	20/03/2013
6. Execução de Alielson Nogueira	Alielson Nogueira (21 anos)	Jacarezinho	UPP que abrange Tancredo Neves, Pica-Pau Amarelo, Vila São João, Xuxa, Marlene, Vila Viúva Cláudio, Marimbá, Jacarezinho, Carlos Drummond de Andrade e Vila Jandira	04/04/2013
7. Execução de Diogo Santos	Diogo de Oliveira Santos (26 anos)	Providência	UPP que abrange Morro da Providência, Vila Mimosa, São Diogo, Moreira Pinto, Conjunto Vila Portuária e Pedra Lisa	08/06/2013
8. Execução de Anderson dos Santos	Anderson dos Santos Moura (29 anos)	Morro do Querosene	UPP que abrange Morro do São Carlos, Querosene, Mineira, Zinco, Azevedo Lima, Clara Nunes e Favela do Rato	15/06/2013
9. Tortura seguida de morte de Amarildo Dias de Souza	Amarildo Dias de Souza (43 anos)	Rocinha	UPP que abrange Bairro Barcelos, Largo do Boiadeiro, Vila Verde, Curva do S, Cachopinha, Cachopa, Dioneia Almir, Vila União, Cidade Nova, Rua Um, Rua Dois, Rua Três, Rua Quatro, Portão Vermelho, Vila Laboriaux, Vila Cruzado, 199, Faz Depressa, Vila Vermelha, Capado, Terreirão, Macega, Roupas Suja e Parque da Cidade	14/07/2013
10. Homicídio de Laércio Neto	Laércio Hilário da Luz Neto (17 anos)	Parque Proletário	UPP que abrange Parque Proletário, Vila Proletária da Penha e Laudelino Freire	04/08/2013
11. Execução de Israel Malet	Israel de Oliveira Malet (23 anos)	Jacarezinho	UPP que abrange Tancredo Neves, Pica-Pau Amarelo, Vila São João, Xuxa, Marlene, Vila Viúva Cláudio, Marimbá, Jacarezinho, Carlos Drummond de Andrade e Vila Jandira	23/08/2013
12. Execução de Paulo Roberto Menezes	Paulo Roberto Pinho de Menezes (18 anos)	Manguinhos	UPP que abrange Vila Turismo, Parque João Goulart, Parque Carlos Chagas (ou Varginha), Parque Oswaldo Cruz (ou Amorim), CHP2 (ou Vila União), Conjunto Nelson Mandela, Higienópolis, Vila São Pedro e Vitória de Manguinhos (ou Cobal)	17/10/2013
13. Execução de Thomas Rodrigues	Thomas Rodrigues Martins (32 anos)	Pavão- Pavãozinho	UPP que abrange as favelas Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Vietnã.	24/10/2013

Caso	Vítima(s) Fatal (ais)	Favela	Responsável pela Ação	Data
14. Execução de Wellington Sabino	Wellington Sabino Vieira (20 anos)	Morro da Mangueira	UPP que abrange Morro do Telégrafo, Parque Candelária, Vila Miséria, Bartolomeu Gusmão, Marechal Jardim, Buraco Quente, Minhocão e Parque dos Mineiros	04/01/2014
15. Execução de Petrick Costa dos Santos	Petrick Costa dos Santos (21 anos)	Morro do Cantagalo	UPP que abrange as favelas Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Vietnã	18/01/2014
16. Execução de Edilson Cardoso	Edilson Rodrigues da Silva Cardoso (33 anos)	Rocinha	UPP que abrange Bairro Barcelos, Largo do Boiadeiro, Vila Verde, Curva do S, Cachopinha, Cachopa, Dioneia Almir, Vila União, Cidade Nova, Rua Um, Rua Dois, Rua Três, Rua Quatro, Portão Vermelho, Vila Laboriaux, Vila Cruzado, 199, Faz Depressa, Vila Vermelha, Capado, Terreirão, Macega, Roupas Suja e Parque da Cidade	30/01/2014
17. Chacina do Juramento ¹	Carlos Henrique Benjamin dos Santos (18 anos); Francisco José Correia Silva (21 anos); Reinaldo Thomaz da Silva (19 anos); Thiago Porto Gonçalves (26 anos); David Santos (24 anos); Acássio Silva Ferreira (20 anos)	Morro do Juramento	UPP que abrange Parque Proletário, Vila Proletária da Penha e Laudelino Freire	04/02/2014
18. Execução de José Carlos Lopes Junior	José Carlos Lopes Junior (19 anos)	Morro do São João	UPP que abrange Morro do São João, Morro da Matriz e Morro do Quietão	12/02/2014
19. Execução de Douglas (DG)	Douglas Rafael da Silva Pereira (26 anos)	Pavão-Pavãozinho	UPP que abrange as favelas Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Vietnã	22/04/2014
20. Execução de Edilson Silva	Edilson Silva dos Santos (27 anos)	Pavão-Pavãozinho	UPP que abrange as favelas Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Vietnã	22/04/2014
21. Execução de Jonathan de Oliveira	Jonathan de Oliveira (19 anos)	Manguinhos	UPP que abrange Vila Turismo, Parque João Goulart, Parque Carlos Chagas (ou Varginha), Parque Oswaldo Cruz (ou Amorim), CHP2 (ou Vila União), Conjunto Nelson Mandela, Higienópolis, Vila São Pedro e Vitória de Manguinhos (ou Cobal)	14/05/2014

¹ Esta favela não corresponde a um território que, segundo dados oficiais, equivale à área de abrangência da UPP instalada no Complexo da Penha, mas a justificativa da incursão que resultou na chacina foi o ataque à sede da UPP Parque Proletário, na Penha e a proximidade das localidades merecer ser considerada, pois muitas vezes os mapas produzidos por agentes de governo não estão de acordo com o entendimento dos moradores da região a respeito de delimitações de fronteiras entre uma área e outra.

Com o grande fortalecimento do militarismo durante a ditadura civil-militar (1964-1985), constataremos que o inimigo, à época, era localizado nos opositores do regime de repressão, perseguidos, criminalizados e duramente violentados nesse período. Já hoje, esse inimigo é identificado naqueles apontados como operadores do comércio de substâncias selecionadas como ilícitas, sob justificativa de uma “guerra às drogas” – que nunca é uma guerra contra as drogas, e sim contra pessoas que têm cor e origem específicas. Na prática, se traduzem em jovens, negros, moradores de favelas e periferias, que, há décadas, compõem a maior parcela das vítimas de violência policial.

Atualmente, alçou-se à posição de inimigo interno também aqueles que participam de manifestações de rua no Brasil.

No período dos Megaeventos esta lógica bélica e punitiva de se gestar principalmente os pobres torna-se ainda mais violenta. O recrudescimento da violência policial, a ampliação do militarização da segurança, as chacinas e a repressão dos protestos tornam-se emblemáticos.

É essencial o retorno a dois momentos específicos no qual a letalidade policial forjou-se como característica principal na gestão do espaço urbano, culminando no ocorrido durante a Chacina do Alemão, também conhecida como “Chacina do Pan” e na Chacina da Maré, ocorrida durante a Copa das Confederações. Em 02 de maio de 2007 o governo do Estado do Rio de Janeiro foi organizado uma grande operação policial no Complexo do Alemão que viria a durar até o final dos jogos Pan Americanos. Esta operação foi definida pelo Governador do Estado como uma declaração de guerra ao tráfico, realizando o cerco militar no entorno das dezesseis favelas que formam o Complexo, com a utilização da Força Nacional, Polícia Militar e do Batalhão de Operações Especiais. Durante o cerco foi contabilizada a morte de 43 pessoas e 85 feridos. Somente no dia 19 de junho deste ano 19 moradores foram executados pelas forças de segurança pública. Em 24 de julho de 2013, este quadro se repetiu durante a Copa das Confederações, desta vez no Complexo de Favelas da Maré. No início da noite de 24 de junho de 2013, agentes do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, entraram na Nova Holanda, uma das favelas da Maré, com blindados e fuzis, para realizar uma operação que duraria toda a madrugada e uma parte da manhã do dia 25. Também participaram da ação agentes do Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHq) e do Batalhão de Ações com Cães (BAC), além de agentes da Força Nacional de Segurança. Durante a operação um sargento do BOPE foi baleado e morreu. Na manhã do dia 25, foram contados dez moradores mortos por agentes da PMERJ. “A ação criminosa era intensa e o BOPE agiu dentro dos parâmetros legais”, afirmou o subcomandante do BOPE que comandou a operação, em entrevista ao RJTV.



Ocupação do exército na Maré

Hoje a Maré encontra-se ocupada pelo exército com base na Portaria Normativa n. 3461 do Ministério da Defesa, datada de dezembro de 2013, que prevê a utilização do Exército para operações de garantia de lei e ordem. Procedimentalmente, nota-se que é poder exclusivo do Chefe do Executivo, Presidente, o poder de envio das forças armadas para tais operações por iniciativa própria³. Criada por conta dos Megaeventos, a portaria estende o poder de policiamento constitucionalmente previsto para os militares, podendo atuar nos seguintes casos, que elenca como ameaças em seu texto: ações contra realização de pleitos eleitorais afetando a votação e a apuração de uma votação; ações de organizações criminosas contra pessoas ou patrimônio incluindo os navios de bandeira brasileira e plataformas de petróleo e gás na plataforma continental brasileiras; bloqueio de vias públicas de circulação; depredação do patrimônio público e privado; distúrbios urbanos; invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas; paralisação de atividades produtivas; paralisação de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do País; sabotagem nos locais de grandes eventos; e saques de estabelecimentos comerciais. Inicialmente o texto, que após forte pressão social terá seu conteúdo alterado⁴, previa “movimentos e organizações” como forças oponentes aos militares nestas operações, sendo possível apontar a clara destinação para repressão dos movimentos sociais. A Presidenta Dilma Rousseff já havia afirmado que se necessário, faria uso das forças armadas⁵ e em março o então governador do Rio de Janeiro anunciou que havia sido aprovado pelo Governo federal pedido feito pelo estado para a instauração da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na Maré⁶. Vale lembrar que à época o território já estava ocupado pelo BOPE, a partir de mais um anúncio de que ali seria instalada uma Unidade de Polícia Pacificadora.

Assim como ocorreu em 2007 no Complexo do Alemão antes dos jogos pan-americanos, a ocupação da Maré pelo exército esse ano evidencia a insistência na lógica bélica como orientação para formulações de políticas e ações governamentais em territórios de favelas e periferias urbanas. Pensando especificamente no conjunto de favelas da Maré, trata-se de uma região localizada entre o aeroporto internacional Tom Jobim e o centro da cidade, as vias principais que ligam uma área à outra (Avenida Brasil e Linha Vermelha) delimitam geograficamente acessos a essas favelas – região crucial, portanto, para o que tem se chamado de “cinturão de segurança” para a realização dos megaeventos no Rio de Janeiro. É importante lembrar que o anúncio da implantação do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora na Maré já ocorreu em outros momentos e não se concretizou: em 2011, durante operação do BOPE abrangendo Parque União, Nova Holanda, Baixada do Sapateiro e Morro do Timbau

³ Portaria disponível em http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf

⁴ Vide <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/01/apos-polemica-defesa-decide-alterar-manual-de-conduta-de-militares.html>

⁵ Vide <http://www.diariodosudoeste.com.br/noticias/brasil/2,49942,19,02,dilma-diz-que-exercito-pode-agir-em-manifestacoes-durante-a-copa.shtml>

⁶ Vide <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/apos-reuniao-no-planalto-governo-promete-tropas-federais-para-o-rj.html>

MESMA QUE MATA NA FAVELA

(todas favelas localizadas na Maré) foram jogados de um helicóptero da corporação panfletos dizendo “A sua comunidade está sendo pacificada / Denuncie criminosos – esconderijos – armas – drogas”, junto a telefones e e-mail do Bope e no final duas frases “Ajude o Bope a ajudar você / o anonimato é garantido”. Depois a assessoria de comunicação da PM disse que não se tratava de uma ocupação para instalação de UPP, mas que os panfletos tinham sido reaproveitados de uma operação na Mangueira para “estimular os moradores a denunciar os locais de armas e drogas pelo telefone”. Em 2012, com o anúncio da mudança da sede do BOPE do bairro de Laranjeiras para Ramos (após acerto do governo estadual com o com o Comando Militar do Leste para compra do terreno que abrigava o 24º Batalhão de Infantaria Blindada - BIB), notícias sobre a implementação do projeto na Maré voltaram a circular pela mídia, provocando inclusive a organização da campanha “Somos da Maré e temos direitos” (realizada por Redes da Maré, Anistia Internacional e Observatório de Favelas). Naquele ano ocorreu a implantação do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro, entre outras localidades – mas não na Maré. Como ocorreu em outras ocupações militarizadas em períodos que antecedem instalações de UPPs (sejam protagonizadas pelo exército ou por unidades da Polícia Militar, como o BOPE), menos do que combater o tráfico, esse tipo de presença militarizada do Estado nas favelas é marcado pela sistematicidade de violações de direitos humanos.

Legislações de exceção e megaeventos – especificidades do Rio de Janeiro

Há diversos projetos de leis em tramitação nos Legislativos estaduais e federal que visam criar um suporte legal, ainda que não legítimo, para as ações de repressão que vem sendo desempenhados pelos agentes do Estado e permitir sua intensificação. O caso mais emblemático talvez seja o da proposta de tipificação do delito de terrorismo. Objeto de atenção do Congresso Nacional, existem ao menos seis propostas em andamento: 1) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 499 de 2013; 2) PLS 762 de 2011; 3) PLS 728 de 2011 (que cria diversos novos tipos penais especificamente para o período de Copa do Mundo); 4) o Projeto de Lei (PL) 5.773 de 2013; 5) o PL 236 de 2012 (uma proposta de reforma global do código penal); e 6) PLS 44 de 2014.

De forma geral, todas as propostas são marcadas por uma vagueza excessiva na definição dos elementos do delito, definindo-o como conduta que causa “pânico” ou “medo” na população. São definições subjetivas, e a sua constatação varia conforme lugar, o contexto, e as pessoas envolvidas, apresentando um risco agravado de criminalização dos movimentos sociais. Em nível estadual, foram criadas legislações que limitam, por exemplo, o uso de mascaras alargando em muito a utilização do já ilegal instituto da prisão para averiguação. Percebemos assim o pacote legislativo voltado especificamente para manifestantes, tanto através da lei antiterror, quanto, e principalmente, a da desordem pública, como sinais preocupantes de retrocessos no campo da livre reunião e expressão no país. A Comissão foi criada com poderes investigativos, que foram estabelecidos ao arrepio das normas constitucionais e infraconstitucionais, funcionando como um órgão com poderes exorbitantes, como o de impor a quebra de sigilo telefônico, e com primazia de investigação sobre

outros órgãos, decorrente da urgência em que se projeta a necessidade de controle e desmantelamento dos setores objeto da investigação.

De fato, embora a CEIV tenha tido sua formação revogada no Rio de Janeiro, sua concepção de exceção se mantém frequente no processo de investigação, na medida em que há uma intervenção massiva da polícia civil sobre as redes sociais como forma de mapear os integrantes de movimentos sociais, sejam esses organizados ou não, buscando desvelar sua composição e formação ideológica.

Já no que concerne à violação do acesso à informação, a CEIV, criada pelo Decreto 44.302, de 22 de julho de 2013, e posteriormente dissolvida pelo Decreto 44.409, em setembro do mesmo ano, abriu uma série de inquéritos sobre os manifestantes. Apesar do fim da CEIV, os inquéritos por ela gerados permanecem em curso. Três prisões e diversos mandados de busca e apreensão foram originados por meio dessa Comissão. Deve-se ressaltar que é negado acesso ao conteúdo amplo destas investigações tanto aos advogados, quanto aos próprios manifestantes. O inquérito principal, originado pela Comissão, tramita na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática e perante a 27ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, juízo também responsável pela emissão da cautelar que prevê, antes da edição da Lei Estadual, a proibição do uso de máscaras ou qualquer outro meio que dificulte a identificação dos manifestantes, pelo simples fato de estarem presentes em mobilizações populares, como foi detidamente abordado no tópico anterior.

Notamos ainda iniciativas no âmbito federal que visam unificar o aparato repressivo em torno dos manifestantes. No dia 31 de outubro de 2013 foi realizada uma reunião coordenada pelo Ministro da Justiça, composta pelo Secretário de Segurança Pública de São Paulo e Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Várias diretrizes ficaram determinadas na reunião, dentre elas a unificação dos protocolos de atuação operacional das polícias e a criação de grupos operacionais de promotores e delegados que atuem na investigação das manifestações, a integração dos serviços de inteligência da Polícia Federal, da Secretaria Extraordinária para Segurança em Grandes Eventos, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria Nacional de Segurança Pública, demonstrando com clareza o estado de exceção que vem sendo instaurado, além do constante e cada vez mais arbitrário processo de criminalização dos que participam dos protestos. Deste grupo partiram idéias que referendam as leis criminalizadoras anteriormente abordadas, demonstrando que sua criação tem como o intuito ampliar a punição e as prisões de manifestantes, mesmo tendo-se conhecimento que as prisões realizadas durante as manifestações vêm se dando de forma manifestamente ilegal.

Também busca-se com este grupo a realização de uma reunião com o Ministro Joaquim Barbosa do Supremo Tribunal Federal e com o Ministério Público Federal, com a finalidade de produzir uma unidade interpretativa do Judiciário sobre as leis que recaem sobre os manifestantes. Por fim, alertam que se os participantes das manifestações forem tidos como grupos de atuação em mais de um Estado pelas investigações, o caso será federalizado, ou seja, terá a coordenação da Polícia Federal. O principal intuito deste grupo formado pelas instâncias estaduais e federais é o



mapeamento de manifestantes e de grupos aos quais o poder público tem criminalizado de forma constante, como pode ser notado pela declaração do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, que afirmou que “o policial precisa ter garantia de que, quando apresenta alguém [na delegacia], aquilo efetivamente terminará em ação penal”. Tal declaração se coloca após reiteradas denúncias de arbitrariedade nas detenções.

Como consequência, apontamos que já foi realizada a identificação de 130 pessoas em um Relatório realizado pela Polícia Federal, a partir de monitoramento, rastreamento e espionagem em redes sociais. Este relatório foi distribuído para os setores de inteligência da polícia de São Paulo e Rio de Janeiro. Isto revela como o Estado vem buscando tem violado o direito à liberdade de reunião e expressão por intermédio de uma criminalização abusiva e arbitrária.

No mesmo sentido, o governo federal, através do Ministério da Justiça, quer criar uma espécie de “pronto-atendimento” judicial para as manifestações, tal consistindo, inegavelmente, em um tribunal de exceção. Este “pronto atendimento judicial itinerante”, anunciada pelo Ministro no final de 2013, teria como foco “penalizar as situações de violência e depredação nas manifestações”. Seu evidente foco na figura do manifestante reforça o presente quadro no qual as violações de direito cometidas pelos policiais continuam sem resposta adequada.

A CIDH se pronunciou em informe recente acerca de como se daria uma distribuição de casos conforme os parâmetros do direito internacional dos direitos humanos, destacando a importância de *“un mecanismo para asignar los casos de manera objetiva, contemplando posibilidades para la asignación, tales como el sorteo o mediante un sistema de distribución automática atendiendo a un orden alfabético, o bien, asignando los casos mediante planes predeterminados de gestión que deben incorporar criterios objetivo”*⁷ Considerando uma possível natureza política da seleção dos juízes a atuarem nestes pronto-atendimento, a prática pode vir a constituir uma violação do devido processo e independência judicial. Da mesma forma, pretende-se criar um Comitê Executivo para Atos de Vandalismo, o que dinamizaria as propostas retiradas nestas reuniões. Esse comitê seria composto pelo Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e das Secretarias de Segurança Pública do Rio de Janeiro e São Paulo. Devemos assim apontar um recrudescimento das normas de exceção que já vêm sendo utilizadas em face dos manifestantes, com a união dos três poderes a nível federal e estadual, caracterizando-se assim um quadro preocupante de fragilidade democrática.

Da centralidade do debate da desmilitarização

Investe-se em aparato de exceção policial e políticas repressivas como forma de lidar

⁷ OEA, CIDH, *Garantías para la Independencia de las y los Operadores de Justicia: Hacia el Fortalecimiento del Acceso a la Justicia y el Estado de Derecho en las Américas* (OEA/Ser.L/V/II. Doc. 44, 5 de Dez. de 2013), par. 119.

com os pleitos sociais e com questões históricas relativas à segurança pública no Rio de Janeiro – sendo o contexto de preparação da cidade para os megaeventos terreno fértil para intervenções e arranjos governamentais. Em junho de 2012, a seguinte matéria foi publicada no portal UOL: “governo do RJ inclui gasto para construção de quatro cadeias em conta da Copa e Olimpíadas”: o governo incluiu numa extensa lista de preparativos para a Copa do Mundo de Futebol da FIFA e os Jogos Olímpicos, para solicitar um empréstimo ao Banco do Brasil, a construção de 4 cadeias e da sede da Companhia de Operações Especiais da Polícia Militar. Sobre a relação das cadeias com os grandes eventos, o governo do Rio de Janeiro informou que as construções iriam possibilitar que policiais civis que hoje cuidam de presos em delegacias saíssem às ruas, também argumentando que “uma cidade que vai receber uma Olimpíada ou grandes eventos deve se preparar para atender a população em todos os setores, como saúde, transportes, segurança e, inclusive, unidades prisionais”. Já o banco, quando foi questionado, não explicou a relação existente entre a construção das quatro cadeias no Rio de Janeiro e os eventos esportivos e afirmou que “os projetos financiados estão adequados ao escopo do Programa Pró-Cidades, que contempla melhorias da infraestrutura rodoviária e urbana e da mobilidade das cidades do Rio de Janeiro”.

Em janeiro do ano passado o jornal Estado de São Paulo publicou uma matéria com o seguinte conteúdo: “Polícias do Rio terão 8 novos ‘caveirões’ para grandes eventos”. A matéria fala da compra de blindados para o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), o Choque e a Core (tropa de elite da polícia civil) para reforçar o esquema de segurança para os grandes eventos, como a Jornada Mundial da Juventude, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol da FIFA e os Jogos Olímpicos. Ao justificar a necessidade da compra, a Secretaria Estadual da Casa Civil argumentou que os atuais blindados estão “obsoletos e/ou defasados, comprometendo tanto as ações diárias, cada vez mais voltadas para a consolidação e pacificação de territórios de exclusão em comunidades antes dominadas pelo tráfico de drogas e armas, quanto àquelas envolvendo medidas contra a ataques assimétricos terroristas”. Também alegou que “particularidades da criminalidade da região e, mais recentemente, a responsabilidade de sediar grandes eventos exigem do Estado um grande investimento no reaparelhamento e modernização de suas polícias”.

Não restam dúvidas sobre a importância de desmilitarizar a polícia em um dos únicos países nos quais essa corporação ainda é vinculada às Forças Armadas e seu Estatuto Militar. Na Revisão Periódica Universal realizada em 2012 pela ONU Organização das Nações Unidas, em Genebra, o Brasil recebeu 170 recomendações da Comissão de Direitos Humanos. A de número 60, feita pela Dinamarca, indicava que o Brasil trabalhasse para a supressão da Polícia Militar como passo fundamental na redução do número de execuções extrajudiciais praticadas pela polícia. Essa foi a única expressamente rejeitada pelo Estado brasileiro, que acatou 159 das recomendações. A justificativa foi a de que ela não poderia ser aceita “à luz da disposição constitucional acerca da existência de forças policiais civis e militares”.



BOX 16

DESPEJO NA FAVELA DA TELERJ

No dia 31 de março de 2014, madrugada de uma segunda-feira, cerca de oito mil pessoas ocuparam um terreno no bairro do Engenho Novo, Zona Norte do Rio de Janeiro. As famílias eram originárias das favelas do Rato Molhado, do Jacarezinho, de Manguinhos, Mandela (favelas do município do Rio de Janeiro), e da Baixada Fluminense e passaram a ocupar o terreno devido à alarmante alta no custo da moradia na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos, devido entre outros fatores ao aquecimento exagerado da economia no período prévio aos megaeventos que vão ocorrer no país. A ocupação passou a ser conhecida então como “Favela da Telerj”, em referência à antiga proprietária do prédio.

Após uma semana de ocupação, a empresa de telefonia “Oi” – concessionária de serviço público – entrou com uma ação de reintegração de posse em face dos moradores da Favela da Telerj perante a 6ª Vara Cível do Méier. Apesar de ter sido acordado um prazo para saída pacífica dos moradores e após o deferimento da liminar pelo tribunal supramencionado em benefício da empresa, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi acionada para a retirada dos moradores.

A desocupação ocorreu no dia 11 de abril de 2014 e se deu de forma violenta, com uso exclusivo do aparato policial militar e sem a presença de oficiais de justiça no local, caracterizando a ilegalidade da ação frente às normas internas, que tornam mandatória a presença e notificação destes oficiais no momento da remoção. Como agravante da ilegalidade patente da ação, a remoção iniciou-se às 5 horas da manhã, em desacordo com a normativa interna que afirma que tais procedimentos só podem ser realizados a partir das 6 horas da manhã e com as normas internacionais que disciplinam a matéria. Cabe ressaltar que as famílias não possuíam nenhuma assessoria jurídica no processo, não lhes tendo sido garantida a ampla defesa.

Foram inúmeros os atos de intimidação e violência durante o processo. Os agentes da Polícia Militar que deram início ao despejo entraram pela parte de trás da ocupação e utilizaram cassetete, spray de pimenta, bomba de gás lacrimogêneo e balas de borracha para expulsar os moradores. Muitos objetos e pertences dos moradores foram destruídos e boa parte das habitações que haviam sido construídas com madeira foram incendiadas no despejo, que também contou com a utilização de uma retroescavadeira. Com a truculência dos policiais durante o despejo, muitos moradores ficaram feridos, inclusive idosos e grávidas, e muitas crianças foram atingidas por spray de pimenta. A Polícia Militar também impedia as famílias de retornarem às casas para buscar móveis, roupas e até documentos.

A operação foi realizada pelo Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais), Batalhão de Polícia de Choque, Batalhão de Ação com Cães, bombeiros e Guarda Municipal e muitos policiais estavam sem identificação. Também foram utilizadas bombas de efeito moral. Os agentes do Bope estavam armados com fuzil e utilizavam touca ninja

por baixo do capacete. A ação foi marcada por disparos de balas de borracha e também por disparos de arma de fogo (tendo sido utilizadas inclusive pistolas de uso pessoal dos policiais militares presentes) e há inúmeros relatos de agressões físicas e verbais.

Durante o despejo, Maycon Gonçalves Mello, de 25 anos, entregador de pizza, foi atingido no olho esquerdo por um tiro de bala de borracha e perdeu a visão. Maycon foi atingido no momento em que foi atender o pedido de ajuda de uma moradora ferida para levá-la ao hospital. O jovem foi socorrido pela mãe junto com outros moradores do local. Após a remoção, em torno de 21 ocupantes foram detidos ao buscar refúgio próximo a um supermercado local e ao resistirem ao despejo, estes foram levados para diversas delegacias da região, como a 23ª e 25ª Delegacia de Polícia. Entre os detidos, 12 eram crianças e adolescentes entre 11 e 16 anos que, contrariando o previsto na lei, não foram encaminhados para delegacia especializada tendo sido conduzidos juntos com os adultos para as delegacias da região. Em grande parte as condutas imputadas foram de resistência, desacato e lesão corporal.

Após a remoção, nenhuma alternativa de moradia foi ofertada pela Prefeitura do Rio de Janeiro aos moradores despejados, ocasionando que parte destes, que não possuíam nenhuma outra possibilidade de mudança para casa de parentes ou quaisquer opções de moradia, se deslocassem para a Prefeitura exigindo que o direito à moradia lhes fosse garantido. Criou-se ali a Ocupação Oi-Telerj. Foram inúmeras as ameaças de expulsão violenta dos moradores também do espaço em frente à Prefeitura e a rotina daqueles que ali resistiram foi marcada por intimidações sistemáticas, presença constante de agentes da Guarda Municipal acompanhada por cães, também eram acionados com frequência agentes da Polícia Militar, sempre equipados com armamento letal e utilizando, quando julgavam necessário, spray de pimenta para conter protestos.

Na madrugada do dia 17 para o dia 18 de abril, policiais militares, incluindo agentes do Batalhão de Polícia de Choque usando touca ninja, atuaram na expulsão das pessoas que resistiam na ocupação e os apoiadores que estavam presentes. Foram utilizadas bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta, caracterizando a truculência recorrente da atuação destes agentes de Estado. Crianças, mulheres e idosos ainda se encontravam no local. Mesmo com a dispersão causada pela ação violenta da polícia, parte dos ocupantes e apoiadores se direcionou para a Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Após três semanas de resistência na rua, as famílias que ainda ocupavam o local foram deslocadas para um abrigo da Igreja na Ilha do Governador. Nenhuma solução razoável foi apresentada pelo poder municipal. E mais uma vez a luta por moradia no Rio de Janeiro foi tratada como “assunto de polícia”.



BOX 17

RECOLHIMENTO E INTERNAÇÃO FORÇADOS: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO ALVO DO HIGIENISMO NA CIDADE MARAVILHOSA

A atual Política de Drogas brasileira, sob os pretextos do “combate ao crack” e da “guerra às drogas”, vem promovendo graves violações dos direitos humanos, especialmente para uma população em sua maioria pobre e negra. O resultado tem sido a criminalização e o superencarceramento dessa população por meio do proibicionismo a substâncias selecionadas como ilícitas, assim como políticas higienistas de recolhimento e internação forçados de pessoas em situação de rua usuária ou não de drogas.

No Rio de Janeiro, essas ações vêm sendo abertamente intensificadas às vésperas de megaeventos, atreladas a um projeto de cidade excludente e elitizada. Num cenário que já é emblemático pelas intervenções militarizadas e violentas nas favelas, as operações de recolhimento e internação forçados da população em situação de rua têm contado com a intensa participação de da Guarda Municipal e de forças de segurança: até o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) já participou de algumas delas. Isso, é claro, se distancia radicalmente das estratégias de abordagem voltadas para essa população preconizadas por profissionais de saúde e assistência social a partir das referências do SUS e do SUAS¹.

Já em meados de 2012, durante a Rio + 20 e a Cúpula dos Povos, a ocupação do Morro Santo Amaro pela Força Nacional de Segurança foi apresentada como uma ação inserida nas estratégias do “Crack, é possível vencer”, programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios. Contudo, os dados oficiais das operações de recolhimento ocorridas entre maio de 2010 e setembro de 2012 apenas atestam que essas são verdadeiras ações de limpeza social, reforçadas em tempos de preparação da cidade para sediar grandes eventos, uma vez que ocorrem em territórios onde incidem os maiores interesses econômicos e turísticos: 47% das operações ocorreram na zona sul e 30% no Centro. Não por acaso, estas são as mesmas áreas nas quais vem sendo instalada a maioria das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), impactando flagrantemente uma população predominantemente pobre e negra.

Nessa mesma esteira, é grave o que representa a operação “Lapa Presente”, em vigência cotidiana na região central da cidade. Conforme o website da própria Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, a intenção é “reforçar o policiamento na área, coibindo roubos, o uso e a venda de drogas, assim como promover o ordenamento urbano e realizar ações sociais, como o acolhimento de moradores de rua²”. A intervenção, que envolve oito órgãos dos governos estadual e municipal³, já realizou quase mil prisões

1 Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social, respectivamente.

2 Mais informações disponíveis em: <http://www.rj.gov.br/web/segov/exibeconteudo?articleid=1977462>

3 Secretaria de Estado de Governo, Polícia Militar, Guarda Municipal, secretarias municipais de Ordem

- a maioria relacionada a porte ou consumo de drogas - e 4.250 “acolhimentos” à população em situação de rua⁴ até o início de maio de 2014 (isto é, em apenas quatro meses de existência), numa declarada e perversa mescla entre repressão policial e alegada ação assistencial.

Para agravar esse quadro, a maioria das instituições para onde essa população é levada a partir dos “acolhimentos compulsórios”⁵ está em pontos afastados dos centros urbanos. Novamente cumpre ressaltar o que não é casualidade: esse é o mesmo destino de incontáveis famílias que vêm sendo removidas de suas comunidades em razão das obras realizadas supostamente para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Visitas de fiscalização a estes estabelecimentos realizadas por grupos de monitoramento que acompanham tal política de perto⁶ tornam evidente que a priorização do isolamento produzido por internações involuntárias e compulsórias se constitui - não só hoje, mas historicamente - como mais um dispositivo de controle dos pobres e indesejáveis da cidade, improdutivos e descartáveis numa sociedade de mercado e consumo. O abrigo “Rio Acolhedor”, mais conhecido como “Abrigo de Paciência” e destino de grande parcela dos que são recolhidos forçadamente, vem sendo denunciado sistematicamente por suas condições extremamente precárias, pela prática de tortura e pela localização problemática: a 70km do centro, fica em região de milícia e de comércio de drogas. Por esses motivos, tem sido alvo de campanhas para que seja fechado antes da Copa⁷. Não sobram dúvidas a respeito do caráter dessas operações: sob o pretexto do combate às drogas ou da ordem pública, estão cada vez mais orientadas pela lógica da segurança e servindo aos interesses do empresariado. Na cidade maravilhosa (ou cidade sede da Copa, ou Cidade Olímpica...) parece mesmo não haver lugar para a população pobre em situação de rua.



Pública; de Assistência Social; de Conservação; de Transportes, além de Comlurb.

4 Conforme reportagem disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/lapa-presente-fez-quase-mil-prisoas-em-quatro-meses-de-operacao-12416829>

5 A expressão é utilizada pela Prefeitura e é claramente contraditória em si.

6 Quatro publicações a partir dessas fiscalizações foram lançadas de 2012 para cá: o Relatório de visitas aos “abrigos especializados” para crianças e adolescentes, feito pelo Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura e o Núcleo de DH da PUC em junho de 2012 (disponível em: http://www.crprj.org.br/documentos/2012-relatorio_CADQs.pdf); o Relatório de visita aos abrigos da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, feito pelo MEPCT/RJ também em 2012 (disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12880011/relatorio-de-visita-aos-abrigos-da-secretaria-cress-rj>); o Relatório da visita à Unidade Municipal de Reinserção Social Rio Acolhedor, feito pelo MEPCT/RJ, em fevereiro de 2013; e o Relatório de inspeção em Comunidades Terapêuticas Financiadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, feito pelo CEPCT/RJ, em junho de 2013 (disponível em: <http://www.cressrj.org.br/download/arquivos/relatorio-ct-financiadas-pelo-gov-est-rj-junho-13.pdf>).

7 Ver em: <http://cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2013/12/Manifesto-abrigo-de-Paci%C3%Aancia-para-o-Forum-internacional-de-DH-1-revisto.pdf>



7. Informação e Participação

O direito à transparência e controle social vem se consolidando cada vez mais no que se refere ao seu reconhecimento por parte do Estado e de organizações não-governamentais em diversos níveis. Uma das principais contribuições para esse processo consiste na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, cujo artigo 23.1 menciona que todos os cidadãos devem ter o direito “de participar da condução dos assuntos públicos”. Outra marca desta consolidação está impressa na própria Constituição brasileira, que através de seu artigo 37 procura garantir que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. No mesmo sentido aponta o Estatuto da Cidade, de 2011, responsável por estabelecer parâmetros para a política urbana nacional ao reconhecer a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” como uma de suas diretrizes gerais.

Já no âmbito do planejamento de megaeventos, a ampliação da participação popular e da transparência é identificada por diversos documentos legais como ponto central para se evitar, ou ao menos minimizar, a violação de direitos recorrentemente registrada. Particularmente, a Resolução n. 13/2010 emitida pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas recomenda às autoridades nacionais e locais “dar chance de participação no processo de planejamento, desde a fase de licitação, a todas as pessoas que se verão afetadas pela preparação do evento, e levar verdadeiramente em consideração suas opiniões”. Além disso, a mesma convenção sugere ao COI e à FIFA assegurarem que “candidatos (a sediar os jogos) realizem processos abertos e transparentes de planejamento e licitação, com a participação da sociedade civil, em particular as organizações que representam o setor de moradia e as pessoas afetadas” (ONU, 2010, p.19 e 21).

Entretanto, apesar de todo o arcabouço legislativo nacional e internacional, este direito ainda está longe de ser garantido na prática. Ao longo dos últimos anos, o planejamento urbano, voltado não só para os Jogos Pan-americanos 2007 mas também para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, tem sido bastante negligente neste sentido, sendo recorrentemente caracterizado por variadas violações, tanto no que tange à disponibilização de informações quanto no que se refere à garantia do controle social por parte da população sobre as ações dos novos arranjos institucionais criados.

Ausência de Transparência e Diálogo

A ausência de transparência e diálogo é um padrão mantido nas ações de planejamento e intervenções urbanas ligadas aos megaeventos da Copa e da Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro. Dentre os exemplos mais graves estão os avisos de datas de remoção de habitações populares apenas algumas horas antes das mesmas ocorrerem, como registrado no caso das remoções das comunidades da Vila Harmonia, Recreio II, Restinga, Sambódromo, Campinho e Metrô-mangueira.

Outra característica marcante é a falta de explicações claras e satisfatórias aos moradores sobre os motivos para se levar a cabo estas remoções, sempre aliada à não disponibilização dos detalhes dos projetos que a princípio justificariam a necessidade de destruição das residências. No contexto das intervenções voltadas para a Copa do Mundo/2014 e as Olimpíadas/2016, diversas comunidades sofreram diretamente com a violação de seus direitos a este tipo de informação, entre as quais pode-se destacar: Arroio Pavuna, Belém-belém, Vila Autódromo, Vila Harmonia, Recreio II, Restinga, Campinho, Sambódromo, Metrô-mangueira e Morro da Providência. Especialmente no caso da Vila Autódromo, que desde meados dos anos 1990 é alvo de mal sucedidas ameaças de remoção, o quadro de ausência de informações é acompanhado pela constante mudança das justificativas oficiais, conforme descrito anteriormente. Todos os fatos citados são agravados pela inexistência de tentativas concretas do poder público de dialogar com os moradores atingidos e de planejar conjuntamente alternativas às remoções. Vale mencionar que outras áreas de habitação popular tendem a ser ameaçadas pelo mesmo processo, pois as intervenções na cidade ainda estão em curso.

A falta de transparência também afeta outros aspectos, como o orçamentário. A divulgação de aumento de gastos frequentemente ocorre muito tempo após terem sido efetuadas e, mesmo assim, nem todos os valores são publicados, o que dificulta o monitoramento e a participação da população no processo de preparação da cidade para receber esse megaevento.

De forma a tentar simular uma resposta às críticas de falta de transparência relacionada aos projetos para megaeventos, tanto o governo federal quanto o governo municipal criaram sites na internet, que a princípio disponibilizariam as informações desejadas pela população. No entanto, tais iniciativas se mostram insatisfatórias, pois aparentam estar mais preocupadas em criar uma imagem de transparência do que propriamente em fornecer dados relevantes para o correto entendimento do planejamento e dos processos a eles atrelados. No caso do site www.transparenciaolimpica.com.br, por exemplo, as informações relacionadas aos projetos são insuficientes, pois são resumidas em dados gerais, sem um detalhamento mais preciso envolvendo: as áreas exatas ocupadas pela nova infraestrutura (traçados detalhados dos BRTs, por exemplo), contrapartida do poder público no caso das parcerias público-privadas (PPPs), contratos realizados com as empresas responsáveis pelas obras, número de desapropriações e remoções já efetuadas e previstas, identificação dos atingidos, valores detalhados dos gastos com indenizações, justificativas para as ações, etc.

Estrutura de governança e participação popular

A ausência de transparência é acompanhada da inexistência de aberturas significativas à participação popular nos novos arranjos institucionais criados.

A estrutura de governança envolvida no planejamento dos Jogos Olímpicos - competição que sem dúvida causará o maior impacto sobre a cidade, tendo em vista a quantidade e dimensão

dos seus projetos - tem sido formada com o intuito de responder às demandas do Comitê Olímpico Internacional, expressas no contrato firmado no final de 2009 entre esta entidade e a prefeitura do Rio de Janeiro em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro¹. Em linhas gerais, as entidades que compõem estes novos arranjos institucionais podem ser caracterizadas de acordo com o grau de influência que exercem sobre os processos decisórios e, portanto, divididas em deliberativas, executivas e consultivas.

Entidades deliberativas

As entidades deliberativas são aquelas onde o poder de decisão sobre os projetos olímpicos está concentrado. Em última instância, são estas as instituições legalmente responsáveis por todas as ações relacionadas à preparação e realização das competições, bem como pelas suas consequências. Entretanto, nota-se a total ausência de iniciativas que possibilitem a participação popular em seus respectivos processos decisórios. Nem a elaboração da candidatura carioca, onde consta a maioria das intervenções urbanas atualmente em curso, nem os acordos realizados entre COI, Prefeitura, COB e COJO passaram por qualquer processo de controle social.

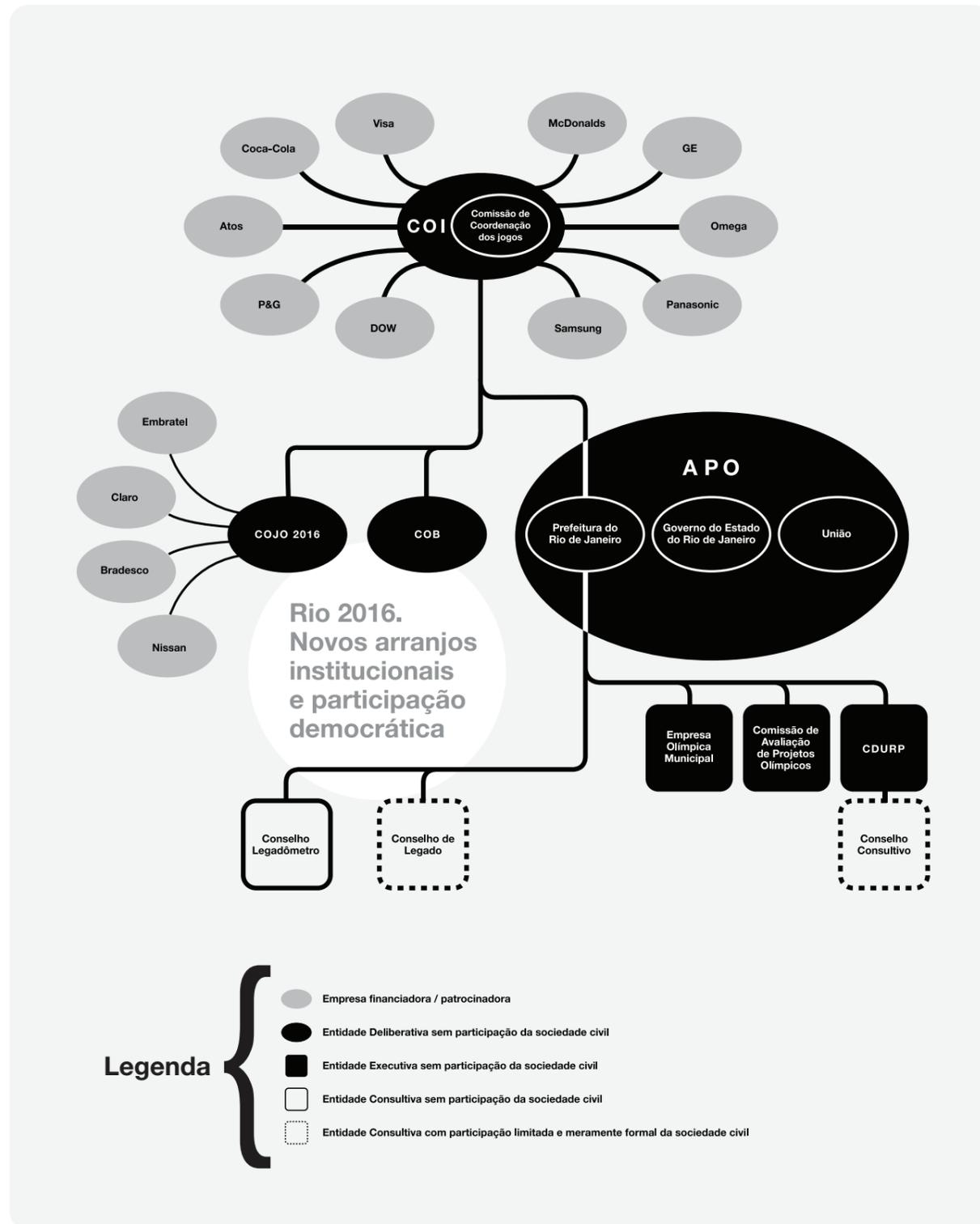
COI - Comissão de Coordenação das Olimpíadas 2016. A mais preponderante instituição neste contexto é o COI, entidade supranacional de grande influência nas principais decisões tomadas. É representada pela sua Comissão de Coordenação para os Jogos de 2016, criada para se relacionar diretamente com as demais entidades deliberativas de nível nacional. Os principais interesses do COI estão voltados para as suas possibilidades de lucro com a venda dos direitos de transmissão das Olimpíadas e com os programas de marketing e demais modalidades de exploração comercial das marcas e símbolos de sua propriedade junto às megacorporações internacionais. Mas para isso precisa realizar alterações legais e garantir a existência de infraestrutura mínima no país anfitrião - no caso o Brasil - o que via de regra é obtido através de negociações e/ou coações sobre seus interlocutores nacionais responsáveis por tais mudanças.

Autoridade Pública Olímpica - Prefeitura do Rio de Janeiro, Governo do Estado-RJ e Governo Federal. A Prefeitura do Rio de Janeiro, vinculada contratualmente ao COI, é a principal interlocutora de caráter público da entidade internacional. O governo municipal se comprometeu em atender todas as exigências de alterações legais e territoriais de sua competência e, ainda, em conseguir junto aos demais entes federativos aquelas que estariam fora de sua alçada. Para tanto, foi criado um consórcio público denominado Autoridade Pública Olímpica, composto pela prefeitura, pelo governo estadual e pela União, responsável por articular decisões conjuntas de primeira grandeza relativas aos projetos olímpicos.

Até o momento as ações dessas entidades aparentam uma preocupação muito maior em conciliar os objetivos do COI, do COB e de suas respectivas empresas parceiras com suas metas políticas e com as metas econômicas de grandes empresas nacionais envolvidas com obras de infraestrutura, do que em garantir os direitos da população de controle social garantidos por lei, sobretudo daquela diretamente afetada pelas intervenções urbanas. Esta orientação se reflete na falta de novos canais institucionais dedicados à efetiva ampliação da participação popular criados por estas entidades e na completa desconsideração daqueles anteriormente existentes.

COB e COJO 2016. Tanto o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) quanto o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de 2016 (COJO) são os principais interlocutores não-governamentais do COI em

¹ Cf. http://www.transparenciaolimpica.com.br/legislacao/arquivos/contrato_da_cidade_sede_dos_jogos_olimpicos_do_rio_de_janeiro.pdf, acessado em abril de 2013.



nível nacional. Suas responsabilidades estão concentradas na organização da competição em si, sobretudo no que tange às estruturas internas das arenas esportivas e à viabilização logística para atletas, imprensa e demais atores envolvidos. Embora o COJO tenha sido juridicamente criado em abril de 2010 como entidade sem fins lucrativos, é importante ressaltar que o mesmo possui participação nos lucros auferidos pelo COI, além de estabelecer contratos com grandes empresas nacionais de patrocínio, de programas de marketing e de venda de ingressos no país. Certamente o acesso aos jogos está diretamente relacionado a estas entidades, o que inclui o (des)respeito às leis de meia-entrada e gratuidade atualmente vigentes.

Entidades Executivas

A atuação das entidades executivas é de caráter mais restrito no que tange à tomada de decisões. Isso porque elas possuem como primeira função executar as orientações definidas pelas entidades deliberativas, às quais estão condicionadas. Portanto, cabe a estas instituições definirem a maneira como as decisões das entidades deliberativas serão realizadas e executá-las.

Empresa Olímpica Municipal. Esta empresa pública é a principal instância executiva criada até o momento. Vinculada à Prefeitura do Rio de Janeiro desde junho de 2011, é responsável por coordenar a execução de todos os projetos municipais para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Entretanto, até agora não foi divulgada a instalação de qualquer canal de diálogo e participação com a sociedade civil em sua estrutura interna.

Comissão de Avaliação de Projetos Olímpicos. Formada somente por órgãos municipais - Secretaria Municipal de Urbanismo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e Conservação e Secretaria Municipal de Transportes - esta comissão tem a incumbência de analisar e aprovar, através da concessão de licenças, os projetos destinados à Copa de Futebol da FIFA de 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 na Cidade do Rio de Janeiro. Foi instituída em maio de 2011.

CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária. Legalmente estabelecida em novembro de 2009, a CDURP tem como objetivo central “promover a reestruturação urbana da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da região portuária, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região. Na prática esta companhia pública tem sido responsável por levar a cabo o processo de entrega à iniciativa privada da exploração econômica de serviços essenciais da região do porto do Rio de Janeiro, como iluminação, manutenção e reconstrução do sistema viário local, dentre outros. A CDURP é responsável pelo que atualmente é a maior operação urbana consorciada do Brasil. Seu conselho consultivo se constitui como um dos únicos canais com algumas possibilidades de diálogo com a comunidade local, ainda que extremamente limitado e meramente formal, conforme será visto adiante.

Entidades Consultivas

Esta classe de entidades se consubstancia em conselhos consultivos instalados na esfera municipal. Em geral, buscam responder às demandas por maior participação popular e controle social, mas o fazem de maneira meramente formal e sem qualquer efeito prático relevante.

Conselho do Legadômetro. De maneira bastante vaga, este conselho tem como objetivo “Analisar a oportunidade e os impactos resultantes das intervenções propostas através de um ‘Legadômetro’, isto é, uma avaliação do legado deixado pelas obras olímpicas e da Copa do Mundo. Novamente, este é um órgão constituído tão somente de secretarias municipais e meramente ilustrativo, já que se trata de uma avaliação da prefeitura sobre suas próprias ações, sem qualquer participação da sociedade civil neste processo. Possui claras características de um mero procedimento midiático.

Conselho da CDURP. O Conselho Consultivo da CDURP, a princípio, tem o objetivo de avaliar as ações da empresa responsável pela operação urbana consorciada da região do porto. Contudo,

esta função está restrita à aprovação de seus relatórios trimestrais, configurando-se apenas como um procedimento formal e simbólico. O Conselho é composto por um representante da CDURP, três representantes da prefeitura e três representantes da sociedade civil, sendo eles o vice-presidente do IAB-RJ, o superintendente geral da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário e um membro do Conselho de Segurança do Bairro da Gamboa. Não foram divulgados quais os critérios utilizados para a nomeação destes conselheiros, nem quem os nomeou.

Conselho de Legado. Formalmente, o objetivo desta instância é o de “Fiscalizar o andamento e o legado das obras para a Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, além de propor novas idéias que tragam benefícios para a cidade”. Em sua composição encontram-se cinco representantes da prefeitura, um representante do governo estadual, representantes dos comitês organizadores da Copa do Mundo e das Olimpíadas, cinco representantes do setor privado e quatro representantes da sociedade civil (Associação Comercial do Rio de Janeiro, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, ONG Rio Como Vamos). Novamente, observa-se uma abertura apenas de ordem formal para a participação da sociedade civil e a completa ausência de participação popular. A ênfase dada claramente recai sobre a representação do setor empresarial.

Vale, ainda, mencionar a criação do Conselho da Cidade no final do ano de 2011. Embora a Prefeitura tenha divulgado que a razão de sua criação seja a revisão do Plano Estratégico do Rio de Janeiro e, portanto, seus objetivos não se restrinjam aos aspectos relacionados à preparação da cidade para os megaeventos, esta iniciativa do poder público municipal está de acordo com a criação dos conselhos consultivos já citados, apresentando atuação extremamente limitada e a existência meramente formal no que se refere à participação popular. Este conselho consultivo é formado por cerca de 150 celebridades, como atrizes, apresentadores de programas televisivos e donos de populares clubes de futebol, dentre vários outros, o que demonstra uma preocupação muito maior em legitimar decisões já tomadas perante a sociedade do que propriamente dialogar com a população e decidir conjuntamente.

Em virtude das informações levantadas e aqui apresentadas, pode-se concluir que, apesar do direito à informação pública e à participação popular já estarem legalmente consolidados nacional e internacionalmente, ainda há a necessidade de avanços que contribuam para efetivá-lo, evitando sua violação. A atitude do poder público, agente central neste processo, de buscar assegurar tão somente as condições ideais de negócios envolvendo empresas e organizações nacionais e supranacionais ligadas aos megaeventos em detrimento dos interesses da população vem se refletindo tanto na falta de transparência quanto na ausência de canais de diálogo efetivo com os setores mais prejudicados pelos projetos.

A participação popular nos processos decisórios é inexistente e as únicas entidades apresentadas pelo Estado como participativas parecem apenas fazer parte de uma simulação. A atuação dos conselhos consultivos criados para tratar de assuntos ligados à Copa do Mundo e às Olimpíadas, além de extremamente limitada do ponto de vista da influência sobre os processos decisórios relevantes, não contempla a participação popular. E quando a faz, isso se dá de maneira meramente formal, restringindo-se a um mecanismo de legitimação.

A Lei da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro

No dia 19 de dezembro de 2012 foi aprovada, pelo Governo do Estado, a **Lei nº 6363**, que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações e à Copa do Mundo FIFA 2014, mais conhecida como a *Lei da Copa*. De início, vale destacar que, conforme as suas disposições transitórias, as disposições aplicáveis à FIFA, Comitê Organizador Brasileiro – COL, Confederação Brasileira de Futebol – CBF e suas subsidiárias, são extensivas à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, aos Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Comitê Olímpico Internacional – COI, Comitê Paraolímpico Internacional, Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Comitê Paraolímpico Brasileiro e suas subsidiárias. Nesse sentido, o mais correto seria chamar essa lei de Lei da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Em sintonia com a Lei da Copa aprovada no âmbito federal, a Lei da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro pode ser considerada a expressão de um certo padrão de intervenção do poder público, marcado pelo autoritarismo e pela exceção. Em geral, são medidas que criam exceções em relação a lei vigente no Estado e transferem para a FIFA, o COI e suas subsidiárias, o poder de gestão dos espaços públicos direta ou indiretamente afetados pela realização desses megaeventos. Nesta perspectiva, cabe destacar os seguintes aspectos dessa lei:

a) As medidas definidas na lei afetam não apenas as competições – Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíadas e Paraolimpíadas –, mas também os eventos oficialmente organizados pela FIFA, COI e suas subsidiárias, envolvendo: (I) congressos da FIFA, cerimônias de abertura e final, sorteios e lançamento de mascote; (II) seminário, reuniões, conferências, workshops e coletivas de imprensa; (III) atividades culturais, concertos, exposições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, e projetos beneficentes (como por exemplo, o projeto Futebol pela Esperança); (IV) partidas de futebol e sessões de treino; (V) e outras atividades consideradas relevantes para a organização, preparação, marketing, divulgação, promoção e realização de eventos.

É interessante notar, portanto, a abrangência das atividades. Na prática, elas envolvem qualquer atividade promovida pela FIFA e COI e suas subsidiárias durante o período de organização e realização da Copa e das Olimpíadas.

b) O acesso, a entrada e a permanência nos locais oficiais da competição durante os períodos da competição (que iniciam 20 dias antes da primeira partida e terminam cinco dias depois) serão restritos às pessoas autorizadas pela FIFA. Os locais da competição envolvem não apenas os estádios, mas também os centros de treinamento, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas oficiais de estacionamento e áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs (mesmo fora da cidade do Rio de Janeiro, como sede das competições). Mesmo as autoridades policiais, de saúde e de defesa civil só podem entrar nesses espaços nos casos de flagrante delito ou de emergência, quando a FIFA fica obrigada, nesses casos, a permitir a entrada dos membros desses órgãos. Cabe registrar que a FIFA só precisa tornar públicas suas restrições e condições de entrada e permanência nesses locais dois meses antes do início de cada evento.

O controle de acesso ao espaço público pela FIFA e pelo COI expressa uma clara privatização dos espaços públicos, mesmo que provisoriamente, em favor dessas instituições privadas e seus parceiros comerciais. Mesmo o policiamento e a segurança ficam privatizados.

c) A segurança nos locais oficiais de competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, nos aeroportos e centros de treinamento localizados no Estado, inclusive nos dias de Partida, será realizada, sem custos para a FIFA e o COI, pelo poder público, podendo contemplar o uso de segurança privada nos estádios onde se realizam os eventos, a ser paga pela FIFA ou COI.

É preciso prestar atenção em dois aspectos importantes. Primeiro, a subordinação da segurança pública nos locais de competição e eventos, bem como suas vias de acesso, incluindo os aeroportos, aos interesses da FIFA e COI. Depois, além disso, chama a atenção a previsão do uso de segurança privada nos estádios, a ser paga pela FIFA e pelo COI com recursos repassados pelo poder público.

d) Nos locais oficiais de competição, não se aplicam as normas estaduais relativas à divulgação de marcas, distribuição, venda, publicidade ou propaganda de produtos e serviços, ou comércio de alimentos e bebidas, em área contida por um perímetro de 1.000 metros, contados a partir da face externa da murada do Maracanã. De forma explícita, a lei diz que não tem validade a restrição ao consumo de bebidas alcoólicas no estádio. As normas, regras e critérios relacionados a esses temas serão definidas exclusivamente pela FIFA. Nessa perspectiva, a lei autoriza o poder público a impor restrições as atividades econômicas que funcionam no perímetro de 1.000 metros a partir da face externa do Maracanã.

A medida não apenas cria uma exceção em relação à legislação brasileira, mas também transfere à FIFA e ao COI o poder de legislar, tendo em vista que essas instituições passam a ter a competência de regulamentar um conjunto de atividades econômicas em uma área abrangente na qual está situado o estádio.

e) O poder público se compromete a cooperar com a FIFA e com o COI no combate ao uso das marcas e símbolos relacionados a esses megaeventos, assegurando o monopólio da FIFA e do COI na divulgação e venda dos produtos e serviços, incluindo o comércio de rua, nos locais oficiais de competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, que se constituirão em áreas de exclusividade.

A definição atinge diretamente o comércio de rua e os camelôs, e também os estabelecimentos comerciais existentes nas áreas de exclusividade delimitadas. Os camelôs estão proibidos de trabalhar nessas áreas e os estabelecimentos comerciais não podem desenvolver atividades associadas ao evento da Copa e das Olimpíadas.

f) A FIFA e o COI ficam isentos de quaisquer taxas estaduais em decorrência da prestação de serviços, e de todas as taxas cobradas pelo Estado para a concessão de autorizações, licenças e alvarás necessários para o exercício de atividades comerciais no interior do Estado.

De fato, o cálculo dos investimentos públicos na Copa e nas Olimpíadas também deve incorporar uma estimativa em torno da renúncia fiscal, expressa nas isenções de impostos e taxas concedidos pelo Poder Público à FIFA, COI e suas subsidiárias. No caso do Rio de Janeiro, além do privilégio do monopólio das atividades comerciais nas áreas de exclusividade, a FIFA e o COI estão isentas de todas as taxas cobradas pelo Estado dos demais comerciantes e prestadores de serviços.

g) Por fim, até o calendário escolar foi alterado de forma a garantir que o período de férias escolares, das entidades públicas e particulares, coincida com o período da realização dos jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, com a justificativa de facilitar o deslocamento de atletas, espectadores e demais participantes.

A subordinação do poder público aos interesses privados fica ainda mais evidente na alteração do calendário escolar. É interessante notar que a definição das férias nesse período não tem o objetivo de permitir o acompanhamento dos jogos pelos estudantes, mas liberar o trânsito para a FIFA e o COI.

No âmbito do município também foram instituídas leis excepcionalizando as normas existentes, através da emissão de três decretos pela Prefeitura Municipal (todos de 11 de março de 2014). O primeiro (nº 38365) decreta feriado municipal nos dias 18 e 25 de junho, a partir do meio dia, e no dia 04 de julho de 2014, tendo em vista a realização dos jogos da Copa do Mundo na cidade, nestes dias. O segundo (n.º 38366) revoga todas as autorizações concedidas para a realização de eventos na cidade, entre 22 de maio e 18 de julho de 2014, correspondente a Copa Mundo FIFA Brasil 2014, de forma garantir a exclusividade da sua realização neste período. Por fim, o último decreto (nº 38367), reforça a lei estadual, e cria a área exclusiva para a prática de atividades comerciais e de publicidade pela FIFA e por pessoas ou entidades por ela indicadas, correspondente ao raio de um quilômetro a partir do Estádio Maracanã, durante a Copa Mundo FIFA Brasil 2014, em que o direito de conduzir atividades comerciais fica restrito à FIFA e às pessoas ou entidades por ela indicadas².

Em síntese, esse conjunto de medidas expressa um padrão de intervenção do poder público (i) autoritário, na medida em que adota decisões que não resultam de um debate democrático com as organizações sociais e com a sociedade em geral; (ii) de exceção, tendo em vista que as regras estabelecidas claramente contrariam a legislação existente, aplicada para cidadãos brasileiros e fluminenses; (iii) subordinado aos interesses privados, o que se expressa no vergonhoso papel assumido pelo poder público na proteção de áreas de exclusividade e criação de monopólios para as atividades comerciais e para os negócios da FIFA, do COI e dos seus financiadores.



² O decreto assegura a continuidade das atividades comerciais dos estabelecimentos já existentes e regularmente instalados na área restrita, desde que tais atividades sejam praticadas de acordo com o seu uso antes da Copa.

BOX 18 OS DONOS DO RIO¹

Em meio às dezenas de obras e mega-empresendimentos, o Rio de Janeiro é objeto de um jogo de cartas marcadas, onde quem ganha – e muito – são algumas empresas e políticos. E quem perde é a população. O poder econômico além de dar as cartas virou o dono do baralho, ditando as regras do jogo, onde a banca é garantida pelo dinheiro público.

A primeira constatação é que o jogo está sendo jogado por muito poucos e grandes jogadores. Destacam-se aí as empreiteiras, ou as “quatro irmãs”: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Correa. Se tomarmos 20 dos maiores empreendimentos no Rio, em sua grande maioria no setor de mobilidade urbana, verificamos que essas empresas estão em todos, atuando, na maioria dos casos, de modo consorciado.

Outros grupos empresariais também são beneficiados com esta política: o Grupo X, do empresário Elke Batista, hoje em desgraça financeira; Organizações Globo; outras empreiteiras do ramo imobiliário como a Queiroz Galvão; Brookfield; Cyrela; Rossi; Carvalho Hosken; João Fortes; Carioca Nielsen; Delta. Mas, de fato, salta aos olhos a presença das “quatro irmãs”. Na tabela ao lado, podemos ver a presença direta ou indireta destas empresas. O controle da empreiteira sobre o empreendimento foi indicado pela letra **C** e a realização da obra do projeto em questão, pela letra **O** – os dados se referem à situação a partir dos anos 90.

Além desta presença ostensiva que sugere um revezamento, uma espécie de rodízio entre elas na realização de obras e/ou controle de empreendimentos pela cidade, chama também a atenção o fato de que elas estão juntas em obras viárias como o Arco Metropolitano e a Transolímpica. Neste caso, trata-se do Consórcio Rio Olímpico, formado pelas empresas Odebrecht, Invepar (OAS) – controladora também do Metro Rio – e CCR (Andrade Gutierrez e Camargo Correa), que controla ainda a Via Dutra, Via Lagos, Ponte Rio-Niterói e Barcas SA. As “quatro irmãs” estão igualmente presentes no Consórcio VLT Carioca, responsável pela obra do VLT no Centro do Rio. Neste caso, tratou-se de uma licitação sem concorrentes, em que às quatro empreiteiras se juntou a Riopar Participações, holding controladora das quatro empresas que controlam o transporte público na cidade. Já no caso da Transcarioca há uma partilha das obras entre elas, com o trecho Barra à Penha, ficando a cargo da Andrade Gutierrez e o trecho da Penha ao Aeroporto Internacional, sob a responsabilidade da OAS.

Embora atuem claramente de modo consorciado e combinado, elas também se apresentam por vezes como concorrentes em licitações públicas. Atuando em conjunto no Consórcio Porto Novo, responsável pelas obras e serviços na zona portuária do

¹ Uma primeira versão deste artigo foi publicada na Segunda Edição do Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Empresendimentos	Odebrecht	OAS	Camargo Correa	Andrade Gutierrez
Mobilidade urbana				
Linha Amarela		C/O		
Metrô Rio	O	C/O	O	
Nova Dutra			C	C
Via Lagos			C	C
Ponte Rio-Niterói			C	C
Barcas S/A (navegação fluvial)			C	C
VLT no Centro do Rio	O	O	O	O
SuperVia (linha férrea)	C			
Arco Metropolitano	O	O	O	O
Transolímpica	C/O	C/O	C/O	C/O
Transcarioca		O		O
Rio-Teresópolis		C		C
Demolição da Perimetral/ Abertura da Via Binário	O	O		
Estádios e aparelhos esportivos				
Estádio Maracanã	C/O			O
Vila Olímpica	C/O			C/O
Porto Maravilha	C/O	C/O		
Estádio Engenhão	O	O		
Obras em favelas				
PAC Manguinhos				O
PAC Complexo do Alemão	O			
Teleférico do Complexo do Alemão	C/O	C/O		

Fonte: www.prrietariosdobrasil.org.br/wiki

Rio, OAS e Odebrecht disputaram, recentemente, a concessão para administrar o Estádio do Maracanã – reformado, a um custo bilionário, pela mesma Odebrecht em aliança com a Andrade Gutierrez. A licitação ganha pela Odebrecht e IMX está sendo questionada por uma Ação Civil Pública do Ministério Público do Rio. São dois principais questionamentos. Um é que a IMX, uma das concorrentes e vitoriosas na licitação, foi a responsável pelo estudo de viabilidade do projeto e, portanto, teve

acesso privilegiado a informações, que não foram disponibilizados para os demais interessados na licitação. Outro questionamento é que não caberia ao Governo do Estado, no ato da concessão, autorizar a exploração comercial do entorno do Maracanã, já que as receitas provenientes apenas da gestão do estádio já garantiriam a viabilidade financeira do projeto. Como a autorização foi dada, caberia ao Governo, argumenta o MP, elevar o valor da outorga dos atuais R\$ 5 milhões para algo próximo a R\$ 30 milhões/ano.

O jornal Folha de São Paulo, em matéria de 18.03.2010, intitulada “Licitação do PAC no RJ tem sinal de acerto entre rivais”, aponta indícios fortes de irregularidades na licitação das obras do PAC nas favelas do Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha, envolvendo as empreiteiras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Querioz Galvão, ganhadoras das licitações em cada uma destas comunidades, respectivamente. Ficou comprovado que um documento feito a pedido da Odebrecht para habilitar-se à licitação do PAC no Complexo do Alemão foi o mesmo utilizado pelas outras duas empreiteiras nas licitações para Manguinhos e Rocinha.

O domínio do jogo pelas “quatro irmãs” é de tal forma patente e evidente que levanta suspeição sobre possível formação de cartel, tipificado como infração administrativa sujeita a multas e como crime sujeito a prisão conforme o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Segundo a “Cartilha: combate a cartéis em licitações” da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça,

“cartel é um acordo explícito ou implícito entre concorrentes para, principalmente, fixação de preços ou quotas de produção, divisão de clientes e de mercados de atuação. Cartéis são considerados a mais grave lesão à concorrência porque prejudicam seriamente os consumidores ao aumentar preços e restringir a oferta, tornando os bens e serviços mais caros ou indisponíveis.”

A mesma cartilha aponta como indícios de cartel visando a fraudar licitações se “existe um padrão claro de rodízio entre os vencedores das licitações” ou “licitantes que teriam condições de participar isoladamente do certame apresentam propostas em consórcio”. No caso do Rio de Janeiro, é notória, como demonstrado, a presença destes indícios nas licitações de grandes obras.

Outro indício deste domínio sobre o mercado são os abusos cometidos pelas empresas vencedoras das licitações, que realizam invariavelmente revisões nos orçamentos das obras, elevando seus preços muito acima do valor licitado. O caso novamente da reforma do Maracanã é emblemático, que teve seu orçamento duplicado ao longo da obra. Cabe ao Ministério Público e aos órgãos de defesa da concorrência verificar a existência de cartel nos mega-empresendimentos no Rio, a exemplo do processo que levou à recente condenação de empreiteiras na África do Sul por formação de cartel e fraude em licitações de obras relativas à última Copa do Mundo.

Resta, ainda, indagar quem banca esta jogatina? A resposta já se sabe: a banca pública, seja por meio de recursos orçamentários, isenções fiscais, seja pelo financiamento

generoso e volumoso dos bancos públicos, notadamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Será que está bem entendido? O dinheiro público alimenta uma concentração de poder econômico que, por sua vez, se alimenta de mais dinheiro público. Cabe enfim perguntar, qual seria o interesse da banca pública em alimentar esta jogatina?

Nos últimos dez anos, somente as “quatro irmãs” despejaram meio bilhão de reais nas campanhas eleitorais. Estudo recente sobre as contribuições para a campanha de candidatos a Câmara dos Deputados em 2006 e seu retorno em contratos de obras públicas, constata que para cada real doado, a empreiteira recebeu em média 6,5 vezes o valor na forma de contratos de obras públicas². A considerar pelas cifras multibilionárias dos 20 empreendimentos aqui listados, a taxa de retorno para as empreiteiras no caso do Rio de Janeiro é certamente muito mais expressiva.

Do ponto de vista político-institucional, o PMDB aparece como o principal responsável pela gestão da cidade e do estado do Rio de Janeiro, através dos mandatos do Sérgio Cabral/Pezão e Eduardo Paes. À título de exemplo, Sérgio Cabral e sua coligação foram amplamente financiados nas últimas eleições por empresas que se beneficiaram com sua gestão de preparação da cidade para a Copa e Olimpíadas. Somente Eike Batista “doou” R\$ 750 mil diretamente para Sérgio Cabral. A Carioca Nielsen gastou R\$ 4 milhões. A Carvalho Hosken gastou R\$ 1 milhão e 500 mil. A Odebrecht entrou com 200 mil. A OAS, R\$ 1 milhão e 775 mil. Ao todo foram mais de R\$ 10 milhões que estas empresas repassaram para partidos da base aliada de Cabral.

Além do uso e abuso do dinheiro público, estes grandes empreendimentos têm sido responsáveis por graves violações de direitos da população, com remoções arbitrárias, especulação imobiliária, elevação de tarifas de transporte e serviços, etc. As manifestações pelo país e, em especial no Rio, parecem indicar que a população não quer mais assistir a este jogo sentada na arquibancada e que está disposta a entrar na partida e, oxalá, a mudar as regras do jogo em favor das maiorias.



² Os pesquisadores analisaram as doações de campanha para candidatos do PT à Câmara dos Deputados em 2006. BOAS, Taylor; HIDALGO, F. Daniel; RICHARDSON, Neal. *The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil*. Califórnia, 2011.



8. Orçamento e Finanças

A realização da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 tem como agente econômico protagonista o poder público, responsável ou pelos investimentos diretos ou pelo financiamento das intervenções vinculadas à esses megaeventos.

No entanto, cabe destacar que as informações disponíveis sobre os investimentos públicos são ainda muito precárias. Nos portais eletrônicos do governo federal, criados com o objetivo de dar transparência ao uso dos recursos públicos na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, as informações são insuficientes e superficiais, e às vezes desatualizadas e contraditórias, dificultando o monitoramento social e a análise aprofundada em torno dos gastos públicos.

Em relação à Copa do Mundo, desde o estabelecimento da Matriz de Responsabilidade (2010), percebe-se a constante alteração na previsão dos investimentos, em quase todos os estados, o que dificulta o monitoramento da Matriz. No Rio de Janeiro, o total dos investimentos previstos já sofreu um aumento de 65%, passando do valor inicial de R\$ 2,2 bilhões para quase R\$ 3,4 bilhões. O maior investimento ocorre na implantação de infraestrutura de mobilidade urbana (54,6%), seguido dos investimentos na reforma do Maracanã, que representam 30,7% dos recursos previstos (Tabela 7).

Tabela 7. Previsão de aplicação de recursos da Copa do Mundo 2014 na Cidade do Rio de Janeiro, setembro de 2013

Tema	Nº ações	Total previsto (R\$)	(%)
Valor total	9	3.416.890.000,00	100
Aeropostos	3	443.650.000,00	13
Desenvolvimento Turístico/ instalações complementares	2	56.640.000,00	1,7
Estádios (Maracanã)	1	1.050.000.000,00	30,7
Mobilidade Urbana	3	1.866.600.000,00	54,6

Fonte: Portal da Copa 2014, do Governo Federal. <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>, acessado em 5 de fevereiro de 2014.

Do total de recursos previstos no Rio de Janeiro, cerca de R\$ 1,5 bilhão é proveniente de financiamento federal, tendo o BNDES como principal instituição credora, o que inclui também parte significativa dos recursos para a reforma do Maracanã. O restante são recursos não onerosos (fundo perdido) dividido entre os governos federal, estadual e municipal.

Em relação às Olimpíadas, o Dossiê de Candidatura Rio 2016 – documento usado no processo de seleção da cidade que iria sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 – previa US\$ 12.518,24

bilhões em investimentos, mas estes estavam relacionados fundamentalmente às instalações esportivas e a logística dos jogos. No entanto, desde o início, a Prefeitura anunciou um conjunto de obras vinculadas ao que passou a ser denominado de legado social, também vinculados às Olimpíadas, sem detalhar o seu custo, o que impedia uma visão global do orçamento das Olimpíadas. Somente em janeiro de 2014, o Poder Público Municipal divulgou a Matriz de Responsabilidade e o orçamento atualizado contemplando todos os gastos associados às Olimpíadas, totalizando R\$ 36,6 bilhões, repartidos entre: (I) o Comitê Organizador Rio 2016 (COJO), com R\$ 7 bilhões, decorrente de receitas da iniciativa privada, voltado para despesas dos jogos, alimentação e transporte dos atletas, segurança etc; (II) a Matriz de Responsabilidade, com R\$ 5,6 bilhões¹, decorrente de recursos públicos e privados, destinado fundamentalmente à construção das instalações esportivas para a realização dos jogos; (III) o Plano de Políticas Públicas, também chamado de plano do legado, com R\$ 24 bilhões, composto de recursos públicos (federais, estaduais e municipais, orçados em R\$ 13,7 bilhões) e da iniciativa privada (R\$ 10,3 bilhões, através de parcerias público-privadas).²

1. **Construção de novas instalações para o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD/LADETEC) - na UFRJ.** Conclusão estimada para o 3º trimestre de 2014. *Investimento estimado: R\$ 110,47 milhões.* Responsabilidade do Governo Federal, com recursos públicos;

2. **Aquisição de novos equipamentos para o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem.** *Sem previsão orçamentária e sem prazo definido.* Responsabilidade do Governo Federal com recursos públicos;

3. **Construção/reforma dos locais oficiais de treinamento.** *Sem previsão orçamentária e sem prazo definido.* Responsabilidade do Governo Federal com recursos públicos;

4. **Construção do Metrô Linha 4.** O projeto prevê as obras civis e de acessibilidade. Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 7.633,40 milhões.* Responsabilidade do Governo Estadual com recursos públicos;

5. **Implantação de Sistemas Operacionais e de Material Rodante do Metrô Linha 4.** Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 1.157,48 milhões.* Responsabilidade do Governo Estadual, com recursos privados;

6. **Reformas das Estações Ferroviárias de São Cristóvão, Engenho de Dentro, Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque.** *Sem previsão orçamentária e sem prazo definido.* Responsabilidade do Governo Estadual com recursos públicos;

7. **Implantação do Coletor Tronco Cidade Nova no âmbito do Programa Despoluição da Baía de Guanabara.** Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 96 milhões.* Responsabilidade do Governo Estadual com recursos públicos;

1 Dos R\$ 5,6 bilhões previstos pela Matriz de Responsabilidade, o poder público municipal declara que R\$ 4,18 bilhões seriam decorrentes da iniciativa privada, através das Parcerias Público-Privadas, e que R\$ 1,46 seriam decorrentes do orçamento público municipal. No entanto, esta informação não leva em consideração o custo das contrapartidas do poder público no âmbito destas parcerias, que ocorre também na previsão dos recursos privados do legado social, orçados em R\$ 10,3 bilhões

2 Cf. <http://www.cidadeolimpica.com.br/transparencia/> acessado em 5 de maio de 2014

8. **Implantação de Ecoarreiras no âmbito do Programa Baía Sem Lixo.** Conclusão estimada para o 3º trimestre de 2015. *Investimento estimado: R\$ 6,48 milhões.* Responsabilidade do Governo Estadual com recursos públicos;

9. **Implantação de Ecoarcs no âmbito do Programa Baía Sem Lixo.** Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2014. *Investimento estimado: R\$ 12 milhões.* Responsabilidade do Governo Estadual com recursos públicos;

10. **Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá.** Sem prazo de conclusão estabelecido. *Investimento estimado: R\$ 613 milhões.* Responsabilidade do Governo Estadual com recursos públicos;

11. **Complementação das obras de esgotamento sanitário** da Lagoa da da Tijuca, na Barra da Tijuca, no âmbito do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá - PSBJ. Conclusão estimada para o 3º trimestre de 2015. *Investimento estimado: R\$ 23 milhões.* Responsabilidade do Governo Estadual com recursos públicos;

12. **Esgotamento do Eixo Olímpico,** no âmbito do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá - PSBJ. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2015. *Investimento estimado: R\$ 57,9 milhões.* Responsabilidade do Governo Estadual com recursos públicos;

13. **Saneamento da Restinga de Itapeba,** no âmbito do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá - PSBJ. Conclusão estimada para o 3º trimestre de 2015. *Investimento estimado: R\$ 50,13 milhões.* Responsabilidade do Governo Estadual com recursos públicos;

14. **Construção do VLT - Veículo Leve Sobre Trilhos do Porto.** Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 1.188,75 milhão.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos federais (R\$ 532 milhões) e privados (R\$ 656,75 milhões);

15. **Construção do BRT Transolímpica - Construção da Via Expressa.** Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 1.806,79 milhão.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos municipais (R\$ 1.327,55 milhão) e privados (R\$ 479,24 milhões);

16. **Construção do BRT Transolímpica - Implantação da Conexão Magalhães Bastos - Deodoro.** Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 106,50 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos próprios;

17. **Construção do BRT Transolímpica - Desapropriações para implantação do BRT Transolímpica.** Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2015. *Investimento estimado: R\$ 367,70 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos próprios;

18. **Construção do BRT Transoeste - Construção do trecho Alvorada/Shopping Città América e conexão com Jardim Oceânico (integração Metrô linha 4).** Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 91,55 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos próprios;

19. **Duplicação do Elevado do Joá** - Construção de complexo viário com túneis, elevado e

pontes. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 459,88 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos próprios;

20. **Obras no Viário da Barra** - Duplicação Salvador Allende e Abelardo Bueno e construção do terminal olímpico do BRT. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 514,36 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos próprios;

21. **Obras de Reabilitação Ambiental de Jacarepaguá.** Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2015. *Investimento estimado: R\$ 368,18 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos federais (R\$ 322,28 milhões) e municipais (R\$ 46,90 milhões);

22. **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Zona Oeste (Bacia do Marangá – AP 5).** Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 431 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos privados através da concessão dos serviços;

23. **Projeto Porto Maravilha** - Projeto de revitalização da região portuária. Fase 2 - Obras da PPP. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 8.200 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos privados, através da PPP (R\$ 7.608 milhões), e municipais (R\$ 592 milhões);

24. **Construção dos reservatórios de retenção de chuvas** no âmbito do programa de Controle de Enchentes da Grande Tijuca. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 421,01 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos federais (R\$ 141,72 milhões) e municipais (R\$ 279,29 milhões);

25. **Desvio do Rio Joana** no âmbito do programa de Controle de Enchentes da Grande Tijuca. Conclusão estimada para o 2º trimestre de 2015. *Investimento estimado: R\$ 185,94 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos federais (R\$ 143,20 milhões) e municipais (R\$ 42,74 milhões);

26. **Requalificação Urbana do Entorno do Estádio João Havelange.** Conclusão estimada para o 1º trimestre de 2016. *Investimento estimado: R\$ 87,74 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos municipais;

27. **Montagem das Quatro Escolas da Arena de Handebol.** Conclusão estimada para o 3º trimestre de 2017. *Investimento estimado: R\$ 31,2 milhões.* Responsabilidade do Governo Municipal com recursos federais.

A soma desses projetos alcança 24 bilhões.

Levando-se em conta o conjunto dos investimentos previstos, pode-se prever o impacto das intervenções na dinâmica urbana da cidade. De fato, a maior parte dos recursos está alocada em mobilidade urbana, representando cerca de 36% do total de recursos previstos para as Olimpíadas, sendo que este percentual sobe para 55% se forem considerados apenas os investimentos no plano de políticas públicas.

Em síntese, pode-se afirmar que a importância da Copa do Mundo e das Olimpíadas está menos ligada à realização desses megaeventos em si mesmo (a Copa, as Olimpíadas), e mais

ao processo de reestruturação da dinâmica urbana na Cidade do Rio de Janeiro, legitimada e possibilitada pelo discurso em torno das oportunidades de desenvolvimento econômico e do legado que esses eventos podem deixar. Avançando na análise dos investimentos por setor, algumas questões emergem das informações disponíveis.

Em primeiro lugar, tendo em vista o montante de recursos e os impactos das intervenções na cidade, chama atenção o fato das decisões relativas a esses investimentos não passarem por uma ampla discussão democrática, envolvendo todos os segmentos sociais, colocando em pauta o projeto de cidade que está construído. Nesse sentido, o projeto Olímpico do Rio de Janeiro, não obstante eventuais efeitos pontuais positivos, expressa um padrão autoritário de intervenção pública e contraria as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) que, no seu segundo artigo, estabelece o direito à participação da população na definição de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Em segundo lugar, como pode ser observado ao longo desse Dossiê, os investimentos previstos e em curso estão concentrados em algumas áreas da cidade, notadamente na Barra da Tijuca, na Zona Sul e no Centro do Rio de Janeiro, indicando a subordinação das decisões relativas aos grandes interesses imobiliários. Ou seja, para além do propagado legado social do projeto para a cidade, percebe-se que o grande legado são os lucros apropriados por certos agentes econômicos que têm a cidade como o seu negócio.

Por fim, um dos aspectos mais importantes: existem diversos elementos para afirmar-se que o projeto Olímpico tem como uma de suas principais características a transferência de recursos públicos para os agentes privados, seja na contratação das grandes obras, seja no estabelecimento das várias modalidades de parceria público privada.

No caso do projeto revitalização da área portuária - o projeto Porto Maravilha -, a parceria público-privada está ocorrendo por meio de uma operação urbana consorciada e da emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC. Pela lei aprovada, as empresas interessadas em construir na área portuária teriam de adquirir os certificados (em torno de seis milhões, cada um no valor mínimo de R\$ 400,00), comercializados como títulos imobiliários negociados em leilões públicos supervisionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ao todo, a operação urbana consorciada envolve uma área de quatro milhões de metros quadrados, que vai dos bairros da Gamboa, Saúde, São Cristóvão, Caju, Santo Cristo e Cidade Nova à Região da Leopoldina. No leilão realizado em 2010 para promover a primeira operação urbana consorciada do Rio de Janeiro e a maior parceria público privada do Brasil, conforme declaração do prefeito Eduardo Paes, o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, controlado pela Caixa Econômica Federal, comprou todos os CEPACS com recursos do FGTS. Posteriormente, em 2011, seria estabelecida a parceria entre o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, gerido pela CAIXA, e a empresa Tishman Speyer, uma das maiores do mundo no ramo, para o desenvolvimento de um empreendimento imobiliário comercial na região do Porto do Rio de Janeiro. O empreendimento prevê a construção de um conjunto de torres comerciais de alto padrão.³

O caso do Maracanã, já abordado anteriormente nesse Dossiê, é outro caso emblemático.

³ Cf. http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup_box.asp?codigo=6611320, acessado em fevereiro de 2012. A Tishman Speyer é uma empresa internacional, responsável por importantes empreendimentos em diversas cidades do mundo, tais como o Rockefeller Center e o Hearst Tower, em Nova York, e o Opern Turm, na Alemanha, entre outros.

Depois da completa reforma do estádio, realizada totalmente com recursos públicos, o governo do Estado do Rio de Janeiro, em abril de 2013, decidiu estabelecer uma Parceria Público-Privada e transferir para a iniciativa privada a gestão do complexo esportivo. Cabe registrar que o edital elaborado pelo governo prevê a demolição de parte do complexo esportivo e sua completa descaracterização, simplesmente com o objetivo de atrair a iniciativa privada.

Como se esses exemplos não bastassem, a Prefeitura do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 31.182, de 05 de outubro de 2009, instituiu o “Rio Escritório de Negócios” para articular e identificar oportunidades de negócios e investimentos na cidade, constituindo-se na referência institucional da Prefeitura para atração e viabilização de investimentos nacionais e internacionais destinados à cidade.⁴ O decreto expressa claramente o principal objetivo do legado do projeto Olímpico: transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma cidade-empresa. Nessa perspectiva, estão entre os seus principais objetivos (I) identificar e articular oportunidades de investimentos nos setores econômicos definidos como estratégicos pela Prefeitura do Rio de Janeiro; (II) prestar assistência a investidores, incluindo o auxílio no acesso a informações e dados; (III) potencializar a imagem da Cidade do Rio de Janeiro, no Brasil e no Exterior, como pólo de realização de negócios; e (IV) articular parcerias institucionais públicas e privadas para estimular investimentos na Cidade do Rio de Janeiro.

Em síntese, há claros indícios de que as profundas transformações em curso na dinâmica urbana da Cidade do Rio de Janeiro envolvem, de um lado, novos processos de mercantilização da cidade, e de outro, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais, caracterizados pela exceção e pelo autoritarismo.



⁴ Ver <http://www.transparenciaolimpica.com.br/arquivopdf/DECRETO%20n.%C2%B0%2031.182,%20de%2005%20de%20outubro%20de%202009.pdf>

BOX 19 **BNDES, O VIABILIZADOR DE MEGAEVENTOS** **E MEGAVIOLAÇÕES**

O financiamento quase que exclusivamente público dos projetos relativos à Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas de 2016, que já acumulam enormes passivos sociais, ambientais e econômicos. É interessante observar que, quando o país foi escolhido como sede, as autoridades anunciaram que a Copa seria financiada pela iniciativa privada por conta do seu “apelo comercial”. Entretanto, até o presente momento é sabido que pelo menos 85% dos recursos serão oriundos dos cofres públicos, em especial do Governo Federal, incluindo aí os bancos públicos – pelas últimas estimativas, o custo, que se eleva continuamente, está em R\$ 26 bilhões, já configurando o maior gasto de toda a história das copas mundiais de futebol.

Em termos institucionais os responsáveis pela fiscalização dos recursos públicos e dos contratos são o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público Federal (MPF) e a Controladoria Geral da União (CGU). Tal articulação já detectou vários problemas e vem promovendo ajustes e correções de rumo em projetos superfaturados, como no caso do Maracanã que veremos adiante. Porém, é preciso lembrar que a ação desses órgãos de importância para a correção no uso do recurso público possui um limite – não avalia os impactos sociais e ambientais do projeto, além de normalmente não acompanharem um universo mais amplo de megaprojetos financiados com o dinheiro público.

Nesse contexto cabe ressaltar o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), terceiro maior investidor direto com 18,4% das inversões nas obras relativas à Copa de 2014, segundo o Tribunal de Contas da União. De acordo com o TCU, órgão responsável pela análise de procedimentos de contratação das operações de crédito junto ao BNDES, estão previstos financiamentos de R\$ 3,9 bilhões na reforma e construção de estádios e R\$ 1,2 bilhão em obras de mobilidade urbana. Nesta conta não estão contabilizados os empréstimos do BNDES para o programa ProCopa Turismo que chegarão a R\$ 2 bilhões, tampouco os financiamentos já contratados e anunciados para os investimentos nos aeroportos privatizados. No caso dos já contratados, o Banco aprovou o valor de R\$ 5,8 bi, para as reformas de Congonhas, Brasília e Viracopos. Já no caso do Galeão e de Confins, o BNDES já anunciou um linha especial, prevendo apoio de R\$ 6 bilhões. Se somarmos estes valores BNDES ignorados pelo TCU juntamente com os que foram contabilizados, veremos que eles atingem mais de 30% dos gastos totais, assim torna o banco no maior financiador de fato das obras da Copa do Mundo.

Planejamento?

Durante muito tempo ficou-se aguardando a definição das responsabilidades de cada esfera governamental na programação da Copa do Mundo para o exercício

da fiscalização e do controle social. Ledo engano. As constantes mudanças nas matrizes de responsabilidades e a falta de atualização dos portais criados para este fim evidenciam não apenas uma falta de planejamento, mas uma clara subordinação do poder e direito público às injunções das grandes incorporadoras e construtoras, para além das próprias exigências da Fifa e do COI. Isso se torna ainda mais evidente com flexibilização da lei de licitação por meio da adoção do Regime Diferenciado de Contratação, fazendo crescer constantemente os valores e o número dos projetos da chamada “matriz de (ir)responsabilidade”. Esta subordinação fica ainda mais evidente quando se constata, por exemplo, que somente no caso das reformas nos estádios, o custo inicial projetado de R\$ 6 bilhões, foi majorado para R\$ 8 bilhões.

A transformação vivenciada pela cidade do Rio está sendo ainda mais intensa que outras capitais por sediar também as Olimpíadas de 2016. Aqui, o projeto de cidade global vem sendo implementado desde os preparativos para o Pan/2007 e o seu papel “está crescentemente associado à capacidade econômica nacional e seus vínculos externos¹”. Tendo isso em vista, podemos melhor compreender a centralidade da cidade do Rio de Janeiro para o banco público que assumiu o papel de promotor do capitalismo brasileiro: o BNDES. A cidade será o segundo maior destino de investimentos gerais, somando 13% do total. Já se levarmos em conta apenas os aportes oriundos do Banco, o Rio de Janeiro fica em primeiro lugar com aproximadamente 27% do total.

Como já mencionado, há uma série de outros financiamentos relacionados ao programa “ProCopa Turismo” que foram omitidos do relatório do TCU: R\$ 20,3 milhões para construção do Íbis Botafogo; R\$ 200 milhões para reforma do Hotel Glória, que pertencia à REX, umas das empresas de Eike Batista; R\$ 9 milhões para reforma do Pestana Rio; R\$ 118,5 milhões para a Carvalho Hosken Hotelaria LTDA, responsável pela construção do Hilton Barra; R\$ 298,5 milhões para a Rio JV Partners Participações LTDA, empresa do Grupo Hyatt que implantará o Grand Hyatt Barra5. Além disso, também serão liberados R\$48 milhões para que o Riocentro seja reformado e abrigue o Comitê Organizador e o Centro Internacional de Transmissão da Copa do Mundo de 2014.

Ainda no caso do ProCopa Turismo, chama particular atenção o fato de que apenas três dos nove projetos aprovados estarão prontos até a Copa. Uma das obras em atraso diz respeito exatamente à reforma do Hotel Glória, no Rio de Janeiro, hotel de luxo que contou com financiamento subsidiado do Banco. O seu antigo proprietário, Eike Batista repassou o controle do Hotel, em meio à crise que se abateu sobre o seu império X, para o Fundo Suiço Acron.

A cara da Copa 2014 – Maracanã

Escolhido para receber a final da Copa do Mundo, pode-se deduzir que as intervenções feitas no Maracanã são exemplares dos abusos do poder econômico, sob o patrocínio público, em nome da Copa/2014:

¹ Fu-Chen-Lo, “The Emerging World City System”, *Work in Progress, United Nations University, vol13, n°3, Tóquio, 1991, p.11*

1. Farto uso de dinheiro público

O maior empréstimo do BNDES para um estádio, no valor de R\$ 400 milhões, contraído pelo Governo do Estado do Rio, que deverá pagar aproximadamente R\$ 27 milhões de juros por ano – valor cinco vezes maior que o da outorga para a exploração do estádio pelo Consórcio Maracanã. O valor da obra, estimada inicialmente em R\$ 600 milhões foi dobrado com o final das obras, alcançando o valor de R\$ 1,2 bilhão. Lembrar que para inibir situações de superfaturamento, como no caso comprovado do Maracanã, o TCU impôs de modo inédito ao BNDES a introdução de um cláusula de suspensão ou abatimento no crédito do valor majorado.

2. Privatização (concessão) do espaço após receber os investimentos públicos

O processo de concessão está sob suspeita, pois os Ministérios Públicos (Federal e Estadual) identificaram:

- a) A inexistência de qualquer justificativa para o valor estimado dos investimentos que a concessionária deve realizar – cerca de R\$ 594 milhões – ou do valor mínimo de outorga de concessão, fixado em R\$ 5 milhões.
- b) A falta de informação sobre as receitas e despesas operacionais dos equipamentos públicos e nem qualquer previsão do fluxo econômico da atividade comercial que seria desenvolvida no entorno do Maracanã.
- c) Desconhecimento sobre o custo do investimento a ser realizado pela concessionária;
- d) O BNDES não realizou uma análise prévia da viabilidade econômico-financeira da concessão, o que põe em risco a verba pública federal aportada pelo Banco, com garantia da União. Se o BNDES historicamente tem resistido a assumir a corresponsabilização pelos efeitos socioambientais decorrentes de seus empréstimos a ausência de análise econômico-financeira significa que nem o papel de banqueiro foi cumprido.
- e) A licitação ganha pela Odebrecht e IMX está sendo questionada por uma Ação Civil Pública do Ministério Público do Rio, porque a IMX teria obtido acesso privilegiado a informações, que não foram disponibilizados para os demais interessados na licitação. Além disso, o MP questiona o modelo de concessão, afirmando que no caso não caberia ao poder público conceder a exploração do entorno, já que a exploração somente do estádio já garantiria a rentabilidade para o consórcio.

A outra obra financiada pelo BNDES é a Transcarioca, linha segregada de ônibus que ligará o bairro da Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim. Esta obra foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Mobilidade Urbana. Inicialmente orçada em R\$ 790 milhões, hoje, segundo o TCU, o seu custo mais que dobrou e está em R\$ 1,8 bilhão, sendo que R\$ 1,2 bilhão será financiado pelo Banco e o restante pelo governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pela prefeitura da cidade. No mesmo diapasão do que ocorre no Maracanã, além do sempre crescente aumento de custo, também é possível observar problemas na desapropriação e demolição de mais de 3.600 imóveis com inúmeras denúncias de violação dos direitos humanos pelas remoções decorrentes. Há também muita preocupação com os passivos ambientais, uma vez que o licenciamento foi simplificado e fracionado.

Nunca é demais lembrar que o BNDES é um banco 100% estatal e seus recursos proveem

do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Tesouro Nacional e de pagamentos de empréstimos concedidos. E, por ser um banco de desenvolvimento é correto e desejável que ele participe e tenha centralidade nas grandes intervenções econômicas, urbanas e sociais decorrentes da implementação dos megaeventos esportivos. Porém, o incorreto e indesejável é que essa atuação seja com ausência de informações, para favorecer determinados grupos econômicos escolhidos sabe-se lá como e sem nenhum tipo de controle social.

Na verdade, os financiamentos do BNDES no contexto dos megaeventos, reproduzem o mesmo padrão de atuação em relação aos megaprojetos de infraestrutura e produção de commodities que o Banco financia por todo o país. Um padrão em que normalmente os grupos beneficiados são os mesmos e cujos projetos empreendem uma extensiva e intensiva violação de direitos das populações dos territórios onde são implementados². Sem que o BNDES assuma sua responsabilidade com os efeitos dos projetos que financia, o Banco torna-se corresponsável pelas violações de direitos.

As fontes de informação utilizadas foram:

- 1 Documento "O TCU e a copa do mundo de 2014" (dezembro de 2012), p.14 e 27.
Disponível no site: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/copa2014>
- 2 http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/esporte/20120926_procopaturismo.html
- 3 http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/todas/20121019_riocentro.html
- 4 http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Políticas_Transversais/Política_Socioambiental/diretrizes.html
- 5 <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/03/23/obra-no-maracana-e-campea-em-irregularidades-sobrepreco-ja-chegou-a-r-163-mi-diz-tcu.htm>
- 6 <http://www.proprietariosdobrasil.org.br/index.php/pt-br/ranking>
- 7 <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/06/28/doadores-do-pmdb-rj-e-cabral-receberam-isencao-ja-em-2010/>
- 8 <http://oglobo.globo.com/rio/concessao-do-maracana-devolvera-ao-estado-menos-de-30-do-que-foi-investido-na-reforma-6474925>
- 9 TRE-RJ

² Sobre os grupos econômicos beneficiados, ver Box "Os Donos do Rio" neste Dossiê.

BOX 20

AS MANIFESTAÇÕES DESDE JUNHO DE 2013 E A PAUTA URBANA: MAIS INVESTIMENTOS SOCIAIS E MENOS GASTOS COM OS MEGAEVENTOS

O ano de 2013 certamente será lembrado na história pelo ciclo de mobilizações populares que tomaram conta do país. Foram levantadas bandeiras de reivindicação de direitos sociais correlatos ao direito à cidade, tais como mobilidade urbana (as primeiras manifestações pleiteavam a diminuição da passagem de ônibus), educação de qualidade (a greve dos professores municipais e estaduais durante o mês de outubro), moradia digna (não às remoções forçadas e melhor infraestrutura nas comunidades pobres), melhor qualidade na saúde, entre outras.

É impossível falar das manifestações ocorridas ao longo daquele ano sem fazer menção àquelas que ficaram conhecidas como "as jornadas de junho". Iniciadas contra o então anunciado aumento das tarifas de ônibus, elas foram se avolumando ato após ato. A cada passeata em que o aparato policial reprimia com violência e a grande mídia criminalizava os manifestantes, o número de pessoas nas ruas só aumentava, chegando a cerca de 300 mil no dia 20 de junho, segundo a contagem da Polícia Militar. Protestava-se não apenas pela diminuição da tarifa em 20 centavos, mas pelo direito à cidade e pela incorporação de direitos sociais à vida dos cidadãos. O sistema representativo tem sua legitimidade posta em xeque e as instituições democráticas são seriamente questionadas.

Indubitavelmente, a ordem de grandeza dos gastos públicos relacionados aos megaeventos esportivos foi uma das pautas mais presentes nas ruas. Em todas as cidades em que ocorreram jogos da Copa das Confederações (FIFA), os protestos foram intensificados e calcados na denúncia da distorção de prioridades com o orçamento público, as remoções forçadas e a violência do Estado. No Rio de Janeiro, palco da final da competição, um ato público convocado pelo Comitê Popular reuniu milhares de pessoas que caminharam da Praça Saens Peña até o entorno do estádio do Maracanã e que, próximo ao horário do jogo, foram violentamente dispersas pela polícia com uso de armas com bala de borracha e bombas de efeito moral.

A insatisfação evidenciada nas ruas deixa claro que a população não aprova os altos investimentos na adaptação da cidade para receber os megaeventos esportivos e que deixam de ser consagrados a atender demandas sociais prioritárias como moradia, saúde e educação. T tamanha turbulência social lança um desafio ao modelo estratégico-empresarial de desenvolvimento urbano, o que pode ser percebido pela grande repressão policial às manifestações e pela movimentação dos patrocinadores da Copa do Mundo FIFA, que como resultado das manifestações, exigiram garantias do governo brasileiro de que as mobilizações não afetarão a realização dos jogos (notícia disponível em: http://espn.uol.com.br/noticia/358231_temendo-protestos-na-copa-patrocinadores-ja-apelam-a-dilma).

No entanto, quem acompanha de perto a dinâmica das cidades brasileiras não estranhou a eclosão das manifestações que tomaram as ruas desde junho, pois as condições de vida tem piorado muito nas últimas décadas. Mesmo com a melhoria da oferta de empregos e programas de distribuição de renda, boas condições de vida “dependem frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança” (Maricato, 2013). Há, portanto, uma disputa evidente nas cidades entre aqueles que querem melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos econômicos com a gestão do desenvolvimento urbano.

Em diversas comunidades pobres, como Vila Autódromo, Rocinha e Maré, a luta por melhores condições de vida é muito antiga, produto de décadas de abandono pelo poder público e da organização popular. As manifestações desde junho, no entanto, favoreceram o fortalecimento das lutas e organizações populares, assim como lhes conferiram maior visibilidade.

Na Rocinha, a passeata pelo saneamento básico e contra a implementação do teleférico reuniu mais de mil moradores que marcharam até o Leblon, bairro rico do Rio de Janeiro onde vivia o governador. Logo depois, um ajudante de pedreiro, cujo corpo ainda não foi encontrado, foi torturado e morto na sede da UPP da Rocinha, tornando-se um dos símbolos da luta contra a violência policial, gerando um dos gritos mais presentes nas manifestações: “Ei polícia, cadê o Amarildo?!”. Na Maré, após uma operação policial para reprimir uma manifestação e que culminou na morte de mais de dez moradores, um ato na Avenida Brasil reuniu uma multidão, entre moradores e ativistas, protestando contra a violência policial nas favelas: “as balas de borracha do asfalto são de chumbo nas favelas”.

Após seguidos meses de manifestações contra as remoções forçadas e contra a privatização do Maracanã, gradativamente têm sido alcançadas vitórias que mostram como a pressão exercida pela vontade dos cidadãos pode oferecer esperança ao prosseguimento das lutas por uma cidade mais justa. Com relação às comunidades ameaçadas de remoção, principalmente Vila Autódromo, Indiana e Providência, a Prefeitura sinalizou um recuo na decisão pela sua remoção, admitindo que vinha conduzindo mal o processo. No entanto, atualmente com a diminuição na frequência de manifestações, a prefeitura passou a trabalhar mais intensivamente em seus esforços para dividir as comunidades que resistem à remoção, buscando desarticular sua luta. Já em relação ao complexo do Maracanã, em janeiro de 2014 o governo estadual anunciou um termo aditivo ao contrato com o consórcio privado que administra o complexo do Maracanã a fim de que todos os prédios ameaçados de demolição sejam mantidos (Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Julio Delamare, a Escola Municipal Friedenreich e o prédio do antigo Museu do Índio). Havendo dúvidas ainda em relação a como estes espaços serão geridos no futuro, por falta de transparência do poder público. (Ver mais detalhes no Capítulo Esporte).

Há menos de 30 dias para o início dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, o destaque nas manchetes de jornal é para ausência de decoração nas ruas da cidade, uma forma

antiga de festejar os jogos do Brasil na Copa e de expressar a torcida pelo país. Pelo contrário, há ruas que foram decoradas com protestos: por mais investimentos sociais e menos investimentos na realização dos jogos da Copa e das Olimpíadas de 2016 (notícia disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/frustracao-com-copa-se-reflete-na-decoracao-das-ruas-do-rio-1-12530998>).





9. Iniciativas de Resistência do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas

A articulação que deu origem ao Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro começou em março de 2010, no Fórum Social Urbano. Um conjunto de organizações e lideranças populares, se reuniu com a preocupação de construir estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção da imagem de cidade global a partir da realização dos chamados Megaeventos Esportivos: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016. Este modelo tem sido reproduzido em cidades-sede de eventos esportivos como Atenas, na Grécia, Cidade do Cabo e Johannesburgo na África do Sul, Beijing, na China, entre outras, tendo como exemplo o propagado caso das transformações urbanas ocorridas em Barcelona, na Espanha, decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos de 1992.

Para se contrapor a esse modelo e denunciar as diversas violações de direitos que vêm sendo praticadas em nome dos megaeventos no Rio de Janeiro - expostas neste Dossiê - assim como nas demais cidades-sede dos jogos da Copa 2014 - movimentos sociais, ONG's, instituições acadêmicas, lideranças populares e os atingidos pela ações arbitrárias da prefeitura estão se mobilizando para resistir aos processos de mercantilização da cidade e pressionar para estabelecer uma ampla e democrática discussão sobre qual deve ser o real legado desses megaeventos.

Nesse sentido, o Comitê Popular Rio vem atuando para fortalecer as lutas sociais através da realização de plenárias quinzenais, cursos de formação para lideranças populares, produção de material informativo, divulgação de denúncias e realização de atos públicos. Entre 2011 e 2013 foram realizadas as seguintes atividades, principalmente voltadas para a denúncia de violações de direitos:

2011

Ato 25 de março. Mobilização do Comitê Popular Rio pelo Direito à Cidade, pela Democracia e Justiça Urbanas. Passeata no centro do Rio de Janeiro, com representantes de movimentos sociais e de comunidades atingidas.

18, 19 e 20 de maio. Missão do Relator do Direito à Cidade da Plataforma Dhesca, Orlando

Júnior, com participação da Relatora Especial da ONU para moradia adequada, Raquel Rolnik. Missão realizada em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana, Núcleo da Terras e Habitação da Defensoria do Rio de Janeiro, Pastoral das Favelas, GT Conflitos do Conselho das Cidades. Na missão foram registradas denúncias de casos de violação do direito à cidade e a luta pela exigibilidade do direito à moradia e à cidade, além de debatida a proposição de um espaço institucional de mediação de conflitos. A missão apontou a falta de transparência nas ações do poder público e a truculência nas remoções. Elencou como ações necessárias a garantia da indenização justa, englobando o valor do solo urbano independente da situação fundiária, e a opção de reassentamento na mesma área. Apontou ainda a necessidade de divulgação dos projetos, realização de audiências com as comunidades envolvidas e imediata suspensão dos despejos.

Abril de 2011. Apresentação de denúncias à Relatora Especial das Nações Unidas para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik. Realização de visitas às comunidades vítimas de remoções forçadas, e ameaçadas, e entrega de dossiê com denúncias relativas ao Direito à Moradia. Reconhecendo as violações de direitos, a Relatora encaminhou às autoridades federal, estadual e municipal, carta solicitando “um fim aos despejos planejados até que um canal de diálogo e negociação pudesse ser assegurado com as comunidades atingidas”. Essa denúncia não teve nenhum retorno, e segue a situação de falta de informação, diálogo com os atingidos e negociações justas.

11 e 12 de maio. Ato por uma Defensoria Realmente Pública. Defesa do papel da defensoria pública no acesso à justiça da população, promoção dos direitos humanos e contribuição para a consolidação democrática no Estado de Direito Brasileiro, em resposta às intervenções do Defensor Geral que buscaram enfraquecer o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública.

21 de junho. Audiência Pública com Ministério Público Federal. Realizada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ), contou com presença do Ministério Público Estadual e do Secretário de Habitação da Prefeitura do Rio, Jorge Bittar. Foram apresentados pelas comunidades vídeos e denúncias de truculência nas ações de remoções, ausência de acesso às informações dos projetos, de remoções previstas e comunidades ameaçadas, indenizações insuficientes para ter o direito à moradia assegurado, reassentamentos à distâncias que chegam a 60km do local de moradia, e desrespeito à Lei Orgânica do município e à Constituição Federal. O Secretário de Habitação admitiu que podem ter acontecido excessos e arbitrariedades por funcionários das prefeituras, mas não respondeu às denúncias.

30 de julho de 2011. Ato Unificado “Você Pensa que a Copa é Nossa?”. Reuniu mais de 700 pessoas para manifestação de denúncia das remoções causadas em decorrência das obras para a Copa e Olimpíadas, a falta de transparência e participação popular nos projetos, o esbanjamento do dinheiro público com crescente endividamento e a elitização do esporte. A passeata partiu do Largo do Machado até a Marina da Glória, local onde ocorria o sorteio dos grupos das eliminatórias da Copa do Mundo de 2014. Os manifestantes entregaram às autoridades do governo, presentes na solenidade da Copa, uma carta com as reivindicações do movimento. Neste dia foram realizados atos em diversas cidades-sede da Copa, organizados pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP).

11 de novembro de 2011. Entrega de Carta sobre remoções aos membros do Comitê Olímpico Internacional – COI. Inicialmente foi solicitada uma reunião com o COI, por ocasião de visita agendada para novembro de 2011, com grupos da sociedade civil do Rio de Janeiro, incluindo

entidades do Comitê Popular Rio e vítimas de remoções forçadas. O COI negou-se a realizar a reunião. Durante a agenda de visitas, vítimas de remoções forçadas conseguiram entregar uma carta e DVD, expondo casos de desrespeito à moradia sob pretexto das Olimpíadas.

25 de novembro. Debate público Copa: Paixão, Esporte e Negócio. Debate na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com o jornalista Juca Kfoury, a urbanista professora da USP Ermínia Maricato, e o escritor e historiador Luiz Antonio Simas, sob mediação de Inalva Mendes Brito, moradora da Vila Autódromo, comunidade ameaçada de remoção localizada na zona oeste do Rio de Janeiro. Com participação de 300 pessoas, o debate e os vídeos, com as falas dos palestrantes na íntegra, tiveram grande repercussão.

26 de novembro. Manifestação na Feira Internacional Soccerex. Ato em feira que reúne empresários, cartolas e ex-jogadores de futebol do mundo todo, contra a elitização do futebol brasileiro e pela saída do presidente da CBF Ricardo Teixeira por denúncias de corrupção.

24 e 25 de novembro. Curso de Formação para Lideranças Populares. Apresentação de informações, análises e realização de debate com lideranças populares de movimentos sociais e grupos de atingidos, sobre os megaeventos, a forma como estão sendo promovidos no Brasil, denúncias de violações de direitos e proposição de formas de mobilização da sociedade.

3 de dezembro. Ato “O Maraca é Nosso”. Manifestação contra a privatização do estádio e apropriação privada dos recursos públicos ali investidos em nome dos megaeventos. Somam-se cerca de R\$ 400 milhões gastos entre 1999 e 2006, defendidos como necessários para a Copa 2014. Em 2010 inicia-se uma nova reforma, praticamente uma reconstrução, com valor superior a R\$1 bilhão. Denuncia-se também: a elitização do futebol, restrição à formas tradicionais de torcer, descaracterização do patrimônio arquitetônico e cultural e remoções de moradias populares no entorno do estádio sob o argumento da necessidade da construção de estacionamentos.

06 de dezembro. Audiência Pública na Câmara dos Vereadores do Rio. O evento foi organizado pela Comissão Externa sobre Legado da Copa e dos Jogos Olímpicos da Câmara dos Deputados e pela Comissão Especial de Habitação e Direito à Moradia Adequada da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Na ocasião o Comitê Popular Rio apresentou a Articulação Nacional dos Comitês Populares, denunciou as violações de direito à moradia na cidade, questionou a política de habitação do governo federal através do programa Minha Casa Minha Vida, que tem sido usada para reassentar as famílias, pediu transparência e mais informação sobre as obras, e por fim mostrou que o legado dos Megaeventos para a parcela mais pobre da sociedade é bem diferente do que se tem publicizado.

12 de dezembro. Ato Nacional de Lançamento de Dossiê e Portal. Lançamento nas 12 cidades-sede da Copa e Olimpíadas do Dossiê “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil”, que reuniu informações sobre as violações nas áreas de: Moradia, Trabalho, Informação, Participação e Representação Popular, Meio Ambiente, Acesso a serviços e bens públicos, Mobilidade e Segurança Pública. No Rio de Janeiro, o Dossiê foi entregue à Prefeitura junto com a entrega simbólica do “legado” da Copa, representado por entulhos de demolição de casas que foram removidas de forma truculenta para as obras dos Megaeventos. Simultaneamente foi lançado o Portal Popular da Copa – www.portalpopulardacopa.org.br.

2012

21 a 24 de janeiro de 2012. Plenária da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Representantes dos comitês populares das 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 se reuniram em Porto Alegre. O grupo avaliou as ações realizadas em 2011 e definiu as principais pautas e reivindicações para o ano de 2012, além de visitar comunidades atingidas pelas obras na capital do Rio Grande do Sul.

22 de janeiro. ANCOP lança nota a respeito da ação policial no Pinheirinho. Trecho: “essas dinâmicas têm se acelerado nos últimos anos e ganharam, mais recentemente, um impulso fortíssimo com a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. O que temos visto são remoções criminosas, atingindo cerca de 170 mil pessoas no Brasil inteiro, e desrespeito aos direitos mais básicos, em favor de uma lógica que privatiza os lucros, enquanto socializa custos e prejuízos à população”.

24 de janeiro. Participação da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa na contramarcha do Fórum Social Temático 2012.

24 de fevereiro. Tuitaço contra a Lei Geral da Copa. Idec e Comitês Populares da Copa convidaram a sociedade a participar da campanha “Fifa, abaixa a bola”, que pressionou os deputados, através de milhares de mensagens pela internet, pela não aprovação do projeto de lei.

3 de março. Reunião de planejamento do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Durante o sábado foram elencadas as prioridades para o ano de 2012, como resistência às remoções, promoção de debates públicos, produção de documentos, comunicação, entre outros.

8 de março. Nota de repúdio à aprovação da Lei Geral da Copa na Comissão Especial da Câmara. Trecho: “A expressão grosseira “chute no traseiro dos governantes brasileiros” utilizada pela FIFA não causa surpresa. A Lei Geral da Copa já é, em si mesma, um verdadeiro “chute no traseiro” do povo brasileiro. Ela constitui o documento central de um conjunto de leis de exceção que vem sendo editadas nos três níveis federativos do país, de forma a garantir que a Copa do Mundo maximize o lucro da FIFA, de seus patrocinadores e de um conjunto de corporações nacionais, ampliando o canal de repasse de verbas públicas a particulares e fortalecendo um modelo de cidade excludente, que reproduz a lógica da especulação imobiliária e do cerceamento ao espaço público”. <http://bit.ly/yUTdSp>

30 de março. Nota Pública de Repúdio à realização do Workshop Internacional sobre Deslocamentos Involuntários. Trecho: “o evento já se encontra formulado numa perspectiva conformista, ao evitar o debate fundamental sobre os impactos nocivos do modelo de desenvolvimento vigente nos direitos humanos. Ao implicitamente considerar os chamados “deslocamentos involuntários” como inevitáveis ou justificáveis, a proposta omite o caráter seletivo desses impactos, os quais atingem com maior intensidade precisamente populações e grupos sociais pobres e vulneráveis”. <http://bit.ly/GZ5jE1>

16 de abril. Debate Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos. Mais de 100 pessoas lotaram o auditório do IPPUR/UFRJ, na Cidade Universitária. O evento contou com a presença do Deputado Estadual e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, Marcelo Freixo, do professor do IPPUR-UFRJ e pesquisador do Observatório das

Metrópoles, Orlando Santos Júnior, e foi mediado por Clara Silveira, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). O debate foi o pré-lançamento do dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro.

19 de abril. Lançamento do Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. O evento foi realizado no Clube de Engenharia e contou com a participação da relatora da ONU para direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, com o presidente da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), Altair Antunes Guimarães, e com o professor Orlando Santos Junior, representante do Comitê Popular da Copa e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ. Os presentes receberam uma cópia impressa do dossiê acompanhada de um DVD com imagens e vídeos dos abusos cometidos pelo poder público. Dossiê disponível em <http://bit.ly/DossieRio2012>.

24 de maio. Revisão Periódica Universal da ONU. O impacto das intervenções para a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016 foi um dos temas abordados na RPU. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e a Justiça Global elaboraram documento que denuncia remoções arbitrárias e desrespeito a direitos dos trabalhadores nas 12 cidades-sede dos eventos. Além disso, chamam atenção para os riscos da legislação de exceção produzida nesse contexto.

25 de maio. ONU recomenda que Brasil respeite direitos humanos nos processos de remoção. “O Brasil deve garantir uma reestruturação urbana necessária para preparar o país para o Mundial de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) e evitar que esses eventos causem desocupações forçadas e desrespeitem os direitos humanos”. Esta foi uma das principais recomendações dos membros do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas na Revisão Periódica Universal do Brasil, avaliação da qual participam todos os membros da organização.

25 de maio. Reportagem da ESPN Internacional. Denúncia de violação de direitos na preparação do Rio de Janeiro para os grandes eventos esportivos. <http://espn.go.com/video/clip?id=7972440>

31 de maio. Debate “Lei Geral da Copa: o que está em jogo com os megaeventos” na PUC-Rio. Presença de Erick Omena (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro e Observatório das Metrôpoles IPPUR/UFRJ) e Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (Relações Internacionais PUC-Rio).

3 de junho. Protesto “O Maraca é Nosso!”. Em meio a escândalos sobre a íntima relação que mantém com empresários do Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral teve que enfrentar a mobilização de torcedores contra a privatização do Maracanã. Um protesto no domingo quis, além de impedir a concessão para a iniciativa privada, a garantia de setores populares no estádio e o respeito à forma de torcer do brasileiro. Os torcedores fizeram barulho e deram cartão vermelho para o governador Sérgio Cabral, em frente a sua casa, no bairro do Leblon.

4 de junho. Debate “Remoções, Violência e Direitos Humanos: o lado dos megaeventos que você não vê”, no Instituto de Psicologia da UFRJ. Presença de Erick Omena (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro e Observatório das Metrôpoles IPPUR/UFRJ), Inalva Mendes Brito (Vila Autódromo) e Arthur Leal Ferreira (Professor do Instituto de Psicologia).

19 de junho. Lançamento da segunda edição do Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil. O evento aconteceu na atividade dos Comitês Populares da Copa na

Cúpula dos Povos da Rio+20, um debate com a presença Orlando Santos Júnio (IPPUR/UFRJ), Marcelo Edmundo (CMP), Thiago Hoshino (Ancop) e Robson Aguiar (Resistência Urbana), com a mediação de Leandro Uchoas, jornalista que visitou as 12 cidades-sede da Copa.

20 de junho. Ato de solidariedade na Vila Autódromo, no contexto da Cúpula dos Povos, no dia da abertura da Rio+20. Cerca de 2 mil pessoas ocuparam a Avenida Embaixador Abelardo Bueno, a aproximadamente 500 metros do Rio Centro, onde estavam sendo recepcionados os chefes de estado para o início da Conferência da ONU.

28 de junho. Lançamento do mini-documentário “O Legado Somos Nós: a História de Elisângela”. O filme foi destaque do no Huffington Post. <http://huff.to/LxmuOz>

29 de junho. Debate público na Câmara Municipal sobre o Maracanã. Presença de Luiz Antônio Simas (historiador), Lúcio de Castro (ESPN), João Hermínio (FNT), Gustavo Mehl (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro) e os vereadores Eliomar Coelho e Sônia Rabello.

9 de julho. Debate na UERJ do Maracanã sobre megaeventos. Atividade de greve do Centro Acadêmico de Comunicação Social da UERJ. Presença de Renato Cosentino (Justiça Global e Comitê Popular da Copa e Olimpíadas).

13 de agosto. Protesto no Aeroporto do Galeão chegada da bandeira olímpica. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro esteve no aeroporto para recepcionar o Prefeito Eduardo Paes, que chegou com a bandeira olímpica. O objetivo era chamar a atenção contra as remoções de comunidades de baixa renda da cidade sob o argumento dos grandes eventos esportivos. O grupo tentou entregar para o prefeito o troféu remoção, feito de restos de tijolos e vergalhões, mas ele saiu pela porta dos fundos junto com o governador do estado, Sérgio Cabral.

16 de agosto. Lançamento do Plano Popular da Vila Autódromo. Equipes da universidade, moradores e apoiadores da Vila Autódromo estiveram na porta da Prefeitura para o lançamento do Plano Popular, que prova que a urbanização custará apenas 35% do total para a remoção da comunidade. Eles se reuniram com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que não se comprometeu com a urbanização e a permanência da comunidade e não disse qual seria o motivo da remoção.

22 de agosto. Dois anos de escombros no Metrô Mangureira. Comitê Popular da Copa e Olimpíadas produz matéria sobre a situação dramática dos moradores do Metrô Mangureira, que convivem com mau cheiro e escombros, além de propaganda política em sua comunidade, além de continuarem aguardando o reassentamento.

31 de agosto a 3 de setembro. Plenária da ANCOP em Fortaleza. Representantes das 12 cidades-sede da Copa estiveram reunidos em Fortaleza para discutir de que forma a Copa do Mundo vem sendo construída em cada cidade. Realizaram debates e visitaram comunidades impactadas. No encerramento os comitês convocaram as comunidades para um Ato Público pela Moradia e Contra as Remoções, na Praça da Bandeira.

2 de setembro. Trilha de conscientização no Santa Marta. Evento organizado pela Comissão de Moradores do Pico do Santa Marta, ameaçados de remoção pela Prefeitura, recebeu o apoio de membros do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, que ajudaram na divulgação e

compareceram ao evento fortalecendo a luta do pico.

6 de setembro. Carta aberta do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro em resposta a declarações do Prefeito Eduardo Paes. Trecho: “Não nos calaremos diante de declarações infelizes e desonestas como esta proferida pelo prefeito do Rio de Janeiro, que tenta desqualificar de maneira desrespeitosa ações legítimas de exercício da cidadania e de resistência frente a processos violentos e autoritários articulados pelo poder público e seus parceiros na preparação para megaeventos esportivos”.

7 de setembro. Grito dos Excluídos. Participação do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas na 18ª edição do Grito dos Excluídos, que teve como tema “Queremos um Estado a serviço da Nação, que garanta direitos a toda a população!”. O ato concentrou na esquina da Av. Presidente Vargas com Uruguaiana, e marchou até a Central do Brasil.

25 de setembro. Debate “O Maraca é Nosso?” na UERJ. O evento reuniu cerca de 300 pessoas para debater o futuro do estádio. Contou com a presença do jornalista da ESPN Mauro Cezar Pereira e dos pesquisadores Erick Omena (IPPUR/UFRJ) e Chris Gaffney (EAU/UFF), sendo mediado por Gustavo Mehl, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. Houve ainda a exibição do curta-metragem “Geral” e uma exposição de fotos da Aldeia Maracanã, que ocupa o prédio histórico do antigo Museu do Índio, vizinho ao estádio. O evento foi realizado pelo Comitê Popular da Copa com o apoio da Faculdade de Serviço Social e do Diretório Central dos Estudantes da UERJ.

3 de outubro. Vídeo “Pessoas antes do lucro!” Realizado pela organização Witness, parceira do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, o vídeo aborda o fenômeno global das remoções forçadas cometidas em nome do “desenvolvimento”. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas deixa o seu recado sobre as remoções provocadas pelos grandes eventos no Brasil. A experiência da comunidade da Vila Autódromo - Rio de Janeiro, apresentando seu Plano Popular de Urbanização, aparece como um exemplo de solução. Imagens da luta de outras comunidade, como Metrô Mangureira, também estão presentes. <http://youtu.be/L3tLioIVgfy>

11 de outubro. Lançamento da cartilha do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) com apoio do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. A cartilha de formação “Megaeventos e Megaempreendimentos no Rio de Janeiro: a luta por Justiça Econômica, Social e Ambiental”, aborda o atual projeto de desenvolvimento que está sendo colocado em prática na cidade pelo poder público. Com intensos investimentos públicos e privados para adequar a cidade para receber a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A cartilha questiona como esse processo está sendo imposto, excluindo a própria sociedade da tomada de decisões de como esses investimentos poderiam beneficiar a coletividade.

27 de outubro. Início das reunião com atingidos pelas obras Maracanã. Com o lançamento da minuta do edital, o governo decidiu demolir, além do antigo Museu do Índio, o Parque Aquático Júlio Delamare, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e a Escola Municipal Friedenreich. Os grupos estão se organizando para a audiência pública do dia 8 de novembro.

8 de novembro. Ato na Audiência Pública de concessão do Maracanã. Mais de 600 pessoas estiveram presentes na audiência pública entre os grupos atingidos. Logo no início foi lida uma carta do grupo por Gustavo Mehl, membro do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro: “Há uma questão de maior relevância que precede qualquer debate sobre modelo de concessão: qual deve ser a natureza da gestão do Complexo do Maracanã - se pública ou

privada. Portanto, exigimos que seja convocada uma nova audiência para debater o destino do Maracanã, e decidirmos se sua gestão continuará pública ou se ela será privatizada via concessão. É fundamental que a população participe deste debate previamente. (...) Nós cobramos respeito à nossa voz e estamos aqui para afirmar qual o Maracanã que queremos: um espaço público que sirva ao esporte, à saúde, ao lazer, à cultura e à educação da população, como tem sido durante anos”.

9 de novembro. Nota pública do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro – Não houve audiência pública de concessão do Maracanã. “O instrumento da audiência pública é uma conquista da sociedade e deveria respeitar sua função original: a escuta das demandas da sociedade e a incorporação destas demandas nos projetos do governo, com a abertura de processos participativos e democráticos de negociação. Se a intenção do Governo do Estado ontem fosse ouvir a população, entenderia que a sociedade civil não aceita que se dê a concessão do Maracanã sem que antes haja um debate sobre se a sua gestão continuará pública ou se ela será privatizada via concessão”. Nota completa disponível em <http://bit.ly/AudienciaMaraca>.

14 de novembro. Nota pública sobre o MARACANÃ: Plebiscito e Museu do Índio – um alento e uma ameaça. “A rápida adesão de um grande número de parlamentares de diferentes partidos e posições políticas à proposta de plebiscito evidenciou a força e a proporção que a manifestação em defesa de um processo democrático na reforma e na gestão do Maracanã alcançou. Todos os parlamentares presentes na tentativa de realização da audiência pública se manifestaram de forma veemente pelo cancelamento do evento e entraram em conjunto com uma representação junto ao Ministério Público pedindo a anulação de seu registro”. Nota completa disponível em <http://bit.ly/TGDFmC>.

23 de novembro. Entrega de carta ao Príncipe da Holanda, em visita ao Maracanã. O documento foi assinado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, pela Aldeia Maracanã, pela Comissão de Pais e Alunos da Escola Municipal Friedenreich, pela Frente Nacional dos Torcedores e pelos Atletas, Professores e usuários do Estádio de Atletismo Célio Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare.

27 de novembro. Entrega de documento ao secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, em visita ao Maracanã. Documento público entregue a representantes da Fifa em ação articulada pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, por indígenas da Aldeia Maracanã, torcedores da FNT-RJ e representantes da Comissão de Pais de Alunos da Escola Municipal Friedenreich e de atletas e usuários do Estádio de Atletismo Célio Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare. Disponível em http://bit.ly/Maraca_cartaFIFA

1º de dezembro. Ato em diversas cidades do Brasil. Os Comitês Populares da Copa organizaram, em todo o Brasil, manifestações para chamar atenção à série de violações de direitos e questionar as leis de exceção criadas na preparação do país para os grandes eventos. Os protestos aconteceram no mesmo momento em que os grupos da Copa das Confederações FIFA 2013 foram sorteados no centro de convenções do Anhembi, em São Paulo.

1º de dezembro. No Rio de Janeiro, ato unificado contra a privatização e as demolições do complexo do Maracanã. Concentradas na Praça Saens Peña, na Tijuca, Zona Norte da cidade, cerca de 1.500 pessoas partiram em passeata até a estátua do Bellini, popular ponto de encontro das torcidas cariocas em frente ao Maior do Mundo, para gritar contra a privatização e as demolições do complexo do Maracanã. A campanha “O Maraca é nosso!” ganhou adesão de

Chico Buarque e dos atores Marcos Palmeira e Osmar Prado.

2013

Janeiro de 2013. Campanha #AldeiaViva contra a destruição do antigo prédio do Museu do Índio, que chegou a ser cercado pela tropa de choque. O governador anunciou em 28 de janeiro que o prédio não irá mais abaixo, mas a luta continua para que ele seja gerido pelos indígenas e que seja criado um centro de referência dos povos originários, e não um Museu para o Comitê Olímpico Brasileiro, que é a atual proposta do governo estadual.

19 de janeiro. Debate e roda de samba no Pico do Santa Marta. O objetivo foi refletir sobre o modelo de cidade que está sendo implantado no Rio de Janeiro e seus impactos sobre as favelas cariocas, além de reforçar laços de solidariedade e resistência contra a remoção do pico do Santa Marta. Foi produzida uma reportagem sobre uma casa-fantasma construída na porta da liderança do local, Vitor Lira. Disponível em <http://bit.ly/14fPLAw>

26 de janeiro. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro teve acesso a detalhes do projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro para o entorno do Maracanã. O plano previa a construção de um parque de 85.500 m² de extensão na área onde hoje se pretende reconstruir o Parque Aquático Júlio de Lamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros. O complexo esportivo, assim como o antigo prédio do Museu do Índio e a escola, seriam preservados. Dois dias depois o governo anuncia que não destruirá o Museu do Índio, mas ainda pretende demolir os equipamentos.

31 de janeiro. Ato contra a demolição do Célio de Barros. Contou com a presença da campeã olímpica Maurren Maggi e de promessas para a Olimpíadas de 2016, como Rosângela Santos. No dia 9 de janeiro, sem nenhum aviso prévio, o Célio de Barros amanheceu com as portas trancadas. Centenas de atletas e projetos sociais de iniciação ao esporte ficaram paralisados e competições e eventos foram suspensos. Na atividade, foi assinada uma carta contra a demolição do Estádio Célio de Barros que foi entregue ao Ministério dos Esportes e à Presidência da República no início de fevereiro.

22 de fevereiro. Missão ao Largo do Tanque. Após denúncias de violação de direitos humanos no processo de remoção de moradores no Largo do Tanque, em Jacarepaguá, integrantes do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas estiveram no local. A partir da visita foram articuladas reportagens no jornal O Dia, O Globo e no canal de televisão ESPN. Mais informações disponíveis em <http://bit.ly/W2OJ3w>

28 de fevereiro. Lançamento de Consulta Pública Popular do Complexo do Maracanã, para os donos do complexo – a população como um todo e especialmente seus usuários – serem ouvidos sobre o futuro do estádio e dos equipamentos no seu entorno, na construção de uma alternativa à proposta de privatização do governo do Estado. Três mesas durante a tarde e noite, com parlamentares, atingidos pelo processo de privatização, jornalistas e membros do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas.

A fala da jovem atleta Monica Lages do Amaral, de 19 anos, da Seleção Brasileira Juvenil de Saltos Ornamentais, emocionou a todos e repercutiu na imprensa: “Estou há treze anos treinando diariamente. Tão perto das Olimpíadas na minha cidade, que pode ser a minha primeira, o processo vai ser interrompido. Querem passar a gente para o (Parque Aquático) Maria Lenk, mas

lá não tem estrutura para os saltos. Só que não há ninguém preocupado com isso além da gente. O foco para 2016 não está em medalhas, mas no dinheiro". <http://consulta.omaracaenosso.org.br/>

4 de março. Comitês Populares da Copa na 22ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Esteve presente na sessão Giselle Tanaka, representando a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), que fez uma breve exposição sobre as remoções forçadas no contexto da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil. Na intervenção foi pedido que o Conselho recomendasse ao governo brasileiro parar com as remoções forçadas e, em parceria com as comunidades afetadas, criar um plano nacional de reparações e um protocolo que garanta os direitos humanos em caso de despejos causados por grandes eventos e projetos. Veja a fala de Tanaka em <http://youtu.be/IEAheBRiAzg>

16 de março. Caminhada “A Cidade é Nossa!” Cerca de 500 pessoas se reuniram para caminhar da Praça Saens Peña, na Tijuca, para o estádio do Maracanã. O ato teve o objetivo de denunciar o processo de privatização de diversos espaços públicos da cidade, como a Marina da Glória, a área de proteção ambiental próxima a praia da Reserva e o Maracanã. No entorno do estádio, está prevista a destruição da Escola Friedenreich, da Aldeia Maracanã, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Julio Delamare para a construção de lojas, bares e estacionamentos para servir a um shopping gerido pela empresa ganhadora da licitação.

16 de março. Lançamento do álbum de figurinhas O Maraca é Nosso! No dia do ato foi lançado o álbum de figurinhas da campanha O MARACA É NOSSO!, uma petição pública lúdica onde as pessoas podem aderir à campanha, criar a sua própria figurinha e entender de forma simples o que está acontecendo no complexo do Maracanã. O endereço: www.omaracaenosso.org.br

11 de abril. Ato contra a privatização do Maracanã. O governo do estado quer entregar o Maracanã no dia 11 de abril no Palácio Guanabara. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas convocou todas as pessoas e todos os movimentos, organizações, diretórios estudantis, sindicatos, partidos e grupos de luta da cidade para dizer NÃO à privatização do Maracanã, às demolições arbitrarias no entorno, à venda de nossa cidade, às relações escusas de governo e empresas, à violação de direitos em nome da Copa e das Olimpíadas e à falta de investimentos devidos em saúde, educação, moradia, transporte e outros serviços públicos fundamentais.

27 de abril. Ato “Maraca pra quem?” no jogo de reabertura do Maracanã. Centenas de pessoas estiveram na porta do Maracanã na partida de reabertura do estádio entre os amigos do Ronaldo e os amigos do Bebeto. Pais, alunos e professores da Escola Friedenreich, atletas e usuários do Parque Aquático Júlio Delamare e do Estádio de Atletismo Célio de Barros (ambos fechados) e torcedores indignados marcaram presença. O protesto acabou com violência gratuita da polícia militar, que não respeitaram nem mesmo as crianças que estavam no local, como está documentado em diversos relatos e vídeos.

30 de abril. Nota pública da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa - “Copa pra quê? Democracia e segurança pra quem?”. Leia o trecho: “Conclamamos o povo atingido a se contrapor a esta Copa do Mundo que viola os direitos historicamente conquistados e favorece os interesses da FIFA, dos grandes empresários do capital e de políticos a eles associados. Copa para quem? Os impactados somos todos nós”. Disponível em <http://bit.ly/18ER44J>.

1º de maio. Ato contra a privatização da cidade, dos bens e dos serviços públicos. Organizado por movimentos sociais, organizações, diretórios estudantis, sindicatos e associações de luta

do Rio de Janeiro, o Primeiro de Maio de 2013 teve sua concentração na Praça Afonso Pena, na Tijuca, com uma caminhada até o Maracanã, um dos maiores símbolos da cidade que sofre processo de privatização. Em todo o país não é muito diferente. Vivemos hoje uma onda de privatizações e de apoio irrestrito às ações de empreiteiras e outras grandes empresas. Mais de mil trabalhadores estiveram nas ruas no Rio de Janeiro para deixar claro que não concorda com o avanço da mercantilização na educação, saúde e na vida.

15 de maio. Debate e Lançamento da 2ª edição do Dossiê Rio. Lançamento da edição revisada e atualizada do Dossiê (disponível em: <http://bit.ly/DossieRio2013>). Realização do Debate: “Atingidos pela Copa: denúncias, propostas e luta por direitos”. A primeira mesa contou com a presença dos Professores Orlando Santos Junior e Carlos Vainer, do IPPUR UFRJ, integrantes do Comitê Popular Rio que colaboraram na elaboração do Dossiê. A segunda mesa foi composta por moradores que passaram e estão passando por remoções arbitrarias, que apresentaram suas perspectivas na luta por direitos. Após o evento foi realizada uma atividade cultural, promovida pelo grupo “15M-Rio: ruas e redes”.

15 de junho. Copa Popular Contra as Remoções e lançamento do Mascote Popular Saci. No dia de abertura da Copa das Confederações o Comitê Popular Rio organizou um campeonato com o objetivo de promover a integração das comunidades ameaçadas pelo projeto de cidade associado aos megaeventos esportivos que exclui a população de baixa renda da cidade. Foram 4 times femininos e 10 times masculinos reunidos no campinho do Quilombo da Gamboa, situado na zona portuária do Rio de Janeiro. O local será conjunto habitacional conquistado pelos movimentos de moradia, e seu nome foi dado pelos futuros moradores. No mesmo dia foi lançado o saci como Mascote Popular da Copa. O saci é copyleft e poderá ser vendido nos mercados populares por ambulantes. A Copa Popular integrou a jornada de lutas “Copa pra quem?” que envolveu os Comitês Populares das 12 cidades-sede da Copa do Mundo durante a Copa das Confederações, link: <http://bit.ly/1aWQsNn>.

28 de maio. Denúncia das Violações de Direitos cometidas nas Remoções e Lançamento do vídeo “Who wins this match?” (Quem ganha esse jogo?) na 23ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. A ANCOP organizou em conjunto com a Conectas, e com apoio da Relatora Especial da ONU sobre o Direito à Moradia Adequada Raquel Rolnik, o side event “World Cup for Whom? Red card to the World Cup and Olympics in Brazil: Stop human rights violations arising from mega sporting events”. Esteve presente Larissa Araújo, do Comitê de Brasília, e na ocasião foi lançada a campanha internacional “Copa pra quem?”, com objetivo de denunciar na comunidade internacional as violações de direitos humanos decorrentes dos megaeventos. Além do lançamento ao vídeo, foi reforçado o pedido apresentado em sessão anterior, para que o governo brasileiro pare as remoções forçadas e crie um plano nacional de reparações e um protocolo que garanta os direitos humanos em caso de despejos causados por grandes eventos e projetos.

Junho. “Copa das Manifestações”. O Comitê Popular esteve presente com suas bandeiras, levando suas pautas de luta, nas manifestações que aconteceram durante a Copa das Confederações, que passou a ser popularmente conhecida como Copa das Manifestações. Dentre os vários atos de rua, destacamos a marcha que reuniu cerca de 100mil pessoas na Avenida Rio Branco e Cinelândia no dia 17/06, a marcha com 1 milhão de pessoas no dia 20/06 que partiu da Candelária em direção à Prefeitura do Rio de Janeiro e foi duramente reprimida pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, Ato no dia 29/06 no Horto, comunidade ameaçada de remoção, contra as remoções que estão acontecendo em toda a cidade e pela democratização da mídia, e

a o Ato Ecumênico “Estado que Mata – Nunca Mais” da Maré, que reuniu cerca de 5mil pessoas em para lembrar as dez pessoas assassinadas na chacina resultante de operação policial na comunidade e teve como principal bandeira o fim da violência policial e desmilitarização da polícia.

30 de junho. Ato Domingo eu vou ao Maracanã Por Direitos! Caminhada que reuniu mais de 5 mil pessoas, da Praça Saens Peña até o Maracanã, com encerramento na Praça Afonso Pena, no dia de encerramento da Copa das Confederações. O Ato teve como principais pautas (1) Pela imediata anulação da privatização do Maracanã! Com isso, a reabertura do Parque Aquático Julio Delamare, reconstrução da pista do Estádio de Atletismo Célio de Barros, manutenção da Escola Friedenreich e devolução da Aldeia Maracanã para os indígenas! Por um Maracanã público e popular! (2) Pelo fim das remoções e despejos de comunidades em nome da Copa e Olimpíadas! Urbanização Já! Pela permanência e urbanização da Vila Autódromo e a regularização fundiária do Horto e de todas as comunidades do Rio de Janeiro. Veja nesse link as outras pautas da manifestação: <http://bit.ly/12BM9yM>

08 de agosto de 2013. Reunião com o Prefeito Eduardo Paes. Reunião com o Prefeito do Rio de Janeiro, solicitada pelo mesmo. O Comitê levou sua pauta política, sobre os impactos dos megaeventos na cidade, e apresentou pontos definidos em plenária que refletem o acúmulo do grupo. O encontro terminou com alguns compromissos do prefeito, tais como: retombar o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Julio Delamare; tombar a Aldeia Maracanã e a Escola Municipal Friedenreich; negociar a permanência da Vila Autódromo; garantir a permanência da comunidade Indiana (Tijuca); e liberar as informações sobre as obras e os impactos do projeto olímpico, entre outros. Após o encontro, o Comitê publicou a nota pública disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=2474>.

17 de agosto de 2013. Ato Remove o Paes! Vamos para a Casa do Prefeito! Caminhada com cerca de 200 pessoas, de comunidades removidas e ameaçadas de remoção, e vigília na casa oficial do Prefeito Eduardo Paes. Durante a noite os manifestantes realizaram denúncias das comunidades ameaçadas, com apelo ao prefeito para parar com essa violência contra as comunidades. Foram passados filmes sobre remoções e violações do direito à moradia. O ato foi encerrado com o despejo de entulho na porta do prefeito, e uma cruz com os nomes de todas as comunidades já removidas.

21 de agosto de 2013. Ocupação da Sede da Odebrecht. Em decorrência das manifestações de rua que aconteceram no Rio de Janeiro, e em todo o Brasil, durante a Copa das Confederações, e das denúncias realizadas pelo Comitê Popular Rio na campanha “O Maraca é Nosso”, o Governo do Estado do Rio de Janeiro recuou na decisão de fechar e demolir o Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Julio Delamare, a Escola Friedenreich e a Aldeia Maracana, bem como reconstruir as instalações demolidas. Diante das mudanças, foi anunciada a possibilidade de recuo também no processo de privatização, voltando para a gestão pública. Foi dado um prazo até 26/08 para o consórcio controlado pela Odebrecht, IMX e AEG decidirem se ficam ou não com a administração do Complexo. Para fazer pressão pela gestão pública, o Comitê participou da ocupação da Sede da Odebrecht, que controla 90% do consórcio, com o mote: “o Maracanã é um patrimônio de todos que deve ser público e popular!”

04 de setembro de 2013. Missão nas Comunidades Removidas pela Transoeste. Realização de visitas a áreas de comunidades removidas no Recreio dos Bandeirantes durante a construção da Transoeste, inaugurada em 2012. A visita foi realizada em conjunto com organizações de direitos

humanos como a Anistia Internacional, a Justiça Global e membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores. Acompanharam ex-moradores da área e jornalistas. O objetivo foi de relatar os casos para entregar ao Ministério Público, anexar a processos em curso na Justiça e entregar a vereadores para que convoquem uma audiência pública sobre as remoções no Rio de Janeiro. A missão foi registrada em notícia para o Brasil de Fato RJ: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=2488>

17 de setembro de 2013. Debate Jogo Sujo: Venha conhecer a Família Fifa. Debate com o jornalista inglês Andrew Jennings, que denuncia a corrupção na Fifa e provocou a renúncia de Ricardo Teixeira da CBF. Na mesa estavam o Professor Carlos Vainer, do IPPUR/UFRJ, e Gustavo Mehl do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. Com cerca de 300 pessoas, o debate também contou com dois executivos da Fifa na platéia. Os representantes da Fifa tentaram se dissociar das violações de direitos humanos em curso no país por conta dos megaeventos, mas foram vaiados por todos. Foi feito um pedido para que a Fifa receba o Comitê em reunião com seus dirigentes, e que a Fifa assuma o compromisso de que com violência e remoções não haverá Copa, que não foi aceito.

7 de novembro. Ato contra a Remoção da Vila Autódromo. Apoio ao ato organizado pelos moradores da comunidade, em resposta às ações da Prefeitura no sentido de ampliar a pressão pela remoção da comunidade, e ao ato forjado pela prefeitura, em que supostamente moradores da comunidade pediam para sair (ver: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=2643>). Moradores levaram à prefeitura abaixo assinado com 256 nomes de moradores que querem ficar e receber obras de urbanização.

Novembro. Lançamento da Campanha Online “FIFA PIOR CORPORAÇÃO DO MUNDO”. A Fifa foi indicada, pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas – ANCOOP, a concorrer ao prêmio internacional “Public Eye Award” (<http://bit.ly/votefifa>). A Fifa foi indicada pelas violações de direitos, autoritarismo e abuso de poder, exploração do trabalho, desrespeito à cultura, e drenagem de recursos públicos a obras não prioritárias para a população. A campanha teve grande repercussão, chegando a 33.642 votos, sendo a mais votada no Brasil. No mundo ficou em 3o lugar, atrás da Gazprom e Sygenta/Bayer/BASF. Imagens da campanha: <http://votefifa.tumblr.com/>

2014

09 de janeiro. Ato de Um ano de fechamento do Célio de Barros. Atletas, alunos e demais usuários do Célio de Barros estiveram em frente ao estádio, no complexo esportivo do Maracanã, para lembrar do primeiro ano sem o seu principal local de treinamento. Eles fizeram um ato batizado de “Sem-teto do atletismo rumo às Olimpíadas de 2016”, exigindo que a pista seja imediatamente reconstruída com padrão internacional.

22 de janeiro. Lançamento do informativo OSaci. Jornal impresso de tiragem de 1.000 exemplares, para distribuição gratuita de forma prioritária nas áreas atingidas pelos megaeventos esportivos na cidade, e em locais de grande circulação do centro da cidade: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=2781>.

19 de fevereiro. Oficina 2014 é ano de se Mobilizar: Venha para a Oficina do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. A oficina foi divulgada amplamente com objetivo de trazer para o Comitê todos aqueles que se identificam com sua luta contra os impactos dos megaeventos no país.

Foi feita uma apresentação das ações e campanhas, e apresentadas as propostas para receber contribuições. Estiveram cerca de 200 pessoas presentes, muitas das quais se comprometeram a participar regularmente das plenárias, e se envolver nas atividades do Comitê.

09 de março. Corrida e Caminhada pela reabertura do Estádio Célio de Barros. Os “sem-teto do atletismo”, movimento formado por atletas, técnicos e figuras históricas do esporte, organizaram uma corrida para denunciar a destruição do estádio e cobrar sua reconstrução e reabertura.

05 de abril. Protesto Político-Cultural “Golfe Para Quem?”. Apoio na divulgação de participação no protesto organizado pelo movimento Golfe Para Quem, contra construção do Campo de Golfe Olímpico na Área de Preservação Ambiental (APA) de Marapendi, e pelo embargo imediato das obras pelo Ministério Público, seguindo parecer de seu Grupo Técnico Ambiental.

27 de abril. Início da Copa Popular - Etapa Santa Marta. Realização de campeonato de futebol, seguindo proposta da Copa Popular Contra as Remoções de 2013. Neste ano com ampliação dos temas e grupos de atingidos participantes: vítimas de violência policial, camelôs, torcedores e apoiadores. O campeonato foi dividido em etapas e terá a final em 08 de junho, na Providência.

Durante seus três anos de existência, o Comitê participou também de centenas de debates em escolas secundaristas, particulares e públicas, em todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro; em universidades, sindicatos, e de diversos grupos e entidades, no Brasil e internacionais.



10. Propostas do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas

O Comitê Popular Rio, em suas ações de mobilização, reforça a defesa dos seguintes direitos, que vêm sendo sistematicamente violados pelo Estado e pelos promotores privados dos megaeventos, em associação com os agentes públicos:

1. Os direitos à moradia, ao transporte público de qualidade, à educação, à saúde, à arte, à cultura, ao saneamento básico, a um meio ambiente saudável, ao esporte e lazer da população não podem ser comprometidos em nome dos megaeventos esportivos;

2. Que as decisões sobre projetos e obras a serem realizados na cidade, envolvendo recursos públicos, ou mudanças das normas e marcos legais, sejam definidas considerando as necessidades e prioridades da população, considerando políticas públicas e o planejamento de Estado, em espaços democráticos de decisão, e não motivadas por interesses restritos de grupos (empresariais, imobiliários, da construção civil, do entretenimento, ou outros) definidos em negociações privadas (e muito menos tendo em vista apenas os poucos meses dos jogos da Copa e Olimpíadas), o que implica em:

- Disponibilização pública dos projetos e documentos de compromissos a serem assumidos pelo Estado para a realização dos megaeventos para discussão pública por meio de audiências (antes que as decisões sejam tomadas), com garantia de participação da população atingida, ou seja, em locais e horários acessíveis à população trabalhadora;

- Respeito à legislação federal, estadual e municipal na realização de Estudos de Impacto Ambiental e de Impacto de Vizinhança, incluindo nos estudos, conforme prevê a legislação, aspectos urbanos, socioeconômicos, históricos e culturais da sociedade local;

- apresentação de alternativas (e não de propostas únicas), considerando os menores custos sociais, e maiores resultados para a sociedade;

- Prestação de contas à sociedade quanto às decisões tomadas, respondendo às reivindicações e denúncias apresentadas em audiências públicas.

3. Investimentos públicos na cidade devem promover o Direito à Cidade, e não sua elitização e mercantilização. Enquanto que para a população de baixa renda não é sequer reconhecido o direito à posse da terra, recursos públicos são drenados para investimentos em infraestrutura

privilegiando bairros de classes média e alta, ampliando a concentração privada do solo, e garantindo grandes valorizações do patrimônio privado de proprietários de renda alta, incorporadores e especuladores imobiliários. Os gastos realizados e previstos para os megaeventos revelam que há um grande volume de recursos públicos a serem investidos na cidade, e estes devem ser direcionados a atender o Direito à Moradia e o Direito à Cidade.

4. Garantia de direitos do trabalho e ao trabalho, e controle do Estado nas obras e ações que envolvam recursos públicos para que haja remuneração adequada, segurança, igualdade de oportunidades, condições de saúde, descanso, lazer, férias, e demais direitos assegurados por convenções internacionais subscritas pelo Brasil, e na legislação nacional. Devem ser também plenamente garantidos os direitos aos trabalhadores de organização, greve e manifestação, e reconhecidas as reivindicações justas dos trabalhadores. A urgência criada pela forma como são planejadas e executadas as obras para os megaeventos não pode ser desculpa para a precarização e exploração do trabalhador, principalmente considerando os enormes gastos públicos e lucros privados. Trabalhadores e trabalhadoras de qualquer ofício não devem ser impedidos e reprimidos de exercer suas atividades em razão dos megaeventos esportivos.

5. Direito ao acesso e utilização dos espaços públicos pela população para a prática de atividades culturais e tradicionais como manifestações públicas e comércio popular:

- Reconhecimento do comércio popular de rua como prática tradicional e meio de trabalho;

- Garantia do direito à livre manifestação pública, inclusive durante a realização dos megaeventos.

- Espaços públicos e áreas de comércio local não podem ser regidos por interesses privados, nem monopolizados para o exercício de atividades comerciais e empresariais de grupos privados;

- A segurança pública não pode ser privatizada, nem utilizada para reprimir manifestações populares legítimas, ou para garantir espaços segregados para interesses (e lucros) privados.

6. Acesso da população atingida aos meios técnicos e jurídicos para a defesa de seus direitos, o que inclui:

- Acesso à informação;

- Garantia de atendimento e assessoria jurídica junto ao Ministério Público e Defensoria Pública.

7. Caso seja demonstrada pública e democraticamente a real necessidade de remoções e desapropriações para a realização de obras públicas, considerando a necessidade social da obra dentro de políticas públicas de estado, estas devem garantir o direito à moradia, o direito à cidade, e a reparação de danos causados às pessoas atingidas. Considerando as violações em curso na cidade do Rio de Janeiro, cabe especial atenção à garantia dos seguintes procedimentos:

- Reconhecimento da posse da terra, e não apenas das benfeitorias, para aqueles que detém a posse da moradia por mais de 5 anos, considerando a legislação federal que confere o direito à posse por meio do Usucapião Urbano e da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia - CUEM. Isto implica no reconhecimento do valor da terra de modo a permitir ao morador aquisição de nova moradia nas mesmas condições da anterior;

- Realização de todos os procedimentos legais necessários para a desapropriação por interesse público, garantindo notificação prévia dos moradores para que tenham acesso aos meios para busca da melhor alternativa para sua situação;

- Apresentação das alternativas à população em audiências públicas, reconhecendo as formas de organização popular (associações de moradores, movimentos de moradia, lideranças indicadas pelos moradores), negociações não podem se dar caso a caso;

- Garantia do direito ao reassentamento em local próximo (considerando a Lei Orgânica do Município) nas mesmas condições da moradia anterior, reparação aos danos causados quando for o caso, e opção pela justa indenização em favor dos reais possuidores dos imóveis;

- Revogação do decreto municipal 34.522 de outubro de 2011, em função da sua inconstitucionalidade, uma vez que comprovada a posse por mais de 5 anos, tem o morador, portanto, o direito ao usucapião urbano ou CUEM;

- Garantia do princípio da precaução nas ações: prevenir situações de risco ou conflito que possam produzir danos sérios ou irreversíveis;

- Reassentamento ou indenização justa antes da remoção.

8. Garantia da permanência dos equipamentos esportivos, educacionais e culturais do complexo do complexo Maracanã, com a sua gestão pública e controle social, o que envolve a preservação e melhoria das seguintes instalações: Estádio de Atletismo Célio de Barros, Parque Aquático Julio Delamare, Ginásio Gilberto Cardoso (o Maracanãzinho), Escola Friedenrich, o prédio do antigo Museu do Índio e o estádio Mário Filho. Anulação do processo de concessão privada, através de parceria público privada do Maracanã.

9. Pela democratização do esporte e da cultura, o que inclui a garantia de espaços populares dentro do Maracanã, Engenheiro e demais estádios da cidade e o respeito as formas culturais de manifestação popular dentro dos estádios.



BOX 21

VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS DESDE O PONTO DE VISTA DO DIREITO INTERNACIONAL

O Estado Brasileiro ao longo do tempo tem firmado tratados e pactos internacionais e assumido compromissos com outras nações que levam em consideração diversos temas de direitos humanos. Dentre estes temas estão os direitos humanos e a prevenção de despejos e deslocamento de pessoas, dos quais já existe o comprometimento do Brasil em ver respeitados os direitos fundamentais individuais e sociais de pessoas e de coletivos na defesa do direito à moradia e na prevenção de despejos.

A Constituição brasileira enfatiza a primazia da legislação de direitos humanos e a competência do governo federal para legislar sobre direito agrário, direito urbanístico e para executar políticas públicas fundiárias urbanas e rurais, com base no princípio do direito à propriedade que deve cumprir sua função social. Além disso, os cidadãos brasileiros são sujeitos de direito internacional aptos a exigir processualmente a promoção e o cumprimento de seus direitos humanos junto aos organismos internacionais de proteção.

Dessa forma, é que esses documentos internacionais atestam que a posse da terra é elemento central do direito à moradia, pois sem segurança da posse – independentemente se formal ou informal – as pessoas vão estar em permanente ameaça de despejo ou deslocamento forçado, e outras formas de perda da posse serão sempre iminentes. A **Campanha das Nações Unidas pela Segurança da Posse** reconhece este tema como complexo ao estabelecer que:

“a segurança da posse deriva do fato do direito ao acesso e uso da terra e da propriedade ser subscrito por um conjunto de regras, e de que este direito é justiciável. A posse pode ser afetada por uma variedade de formas, dependendo do arcabouço constitucional e legal, das normas sociais, dos valores culturais e, de alguma maneira, da preferência individual. Em resumo, uma pessoa ou família terá a segurança da posse quando eles estiverem protegidos contra a remoção involuntária de suas terras ou residências, exceto em circunstâncias excepcionais, e somente pelos meios de um conhecido e acordado procedimento legal, o qual deve ser objetivo, equitativamente aplicável, contestável e independente. Estas circunstâncias excepcionais devem incluir situações em que a segurança física da vida e da propriedade estiver ameaçada, ou quando as pessoas a serem despejadas tenham ocupado a propriedade mediante força ou intimidação.”¹

O Brasil é signatário dos seguintes tratados e convenções internacionais de direitos humanos que estabelecem regras relativas ao direito à terra, à moradia e à propriedade: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; Pacto Internacional de Direitos

¹ UNCHS (1999). *Implementing the Habitat Agenda: Adequate Shelter for All, Global Campaign for Secure Tenure*, UNCHS, Nairobi.

Sociais, Econômicos e Culturais de 1966; Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965; Declaração sobre Raça e Preconceito Racial de 1978; Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979; Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989; Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver de 1976; Agenda 21 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992; Agenda Habitat de 1996; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989; a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948; a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969. Além disso, o Brasil reconhece a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No caso do Rio de Janeiro é possível constatar que o Poder Público Municipal trata como irrelevante a posse dos moradores que são atingidos por remoções e reassentamentos. Na maioria das vezes, o fato da posse ser exercida com animo de dono pelo morador por, em certos casos, mais de 40 anos, não é levado em conta na hora de se implementar a política de reassentamento ou de indenização pelo poder público municipal. Tanto isso é verdade que o município em alguns casos ajuíza ações judiciais de desapropriação por interesse público em face dos imóveis que são objeto de algum projeto ou empreendimento. Ao morador/possuidor lhe resta somente uma indenização por benfeitorias e que não lhe garante o exercício do direito à moradia no local em que reside. Assim, quem figura como beneficiário da indenização pela desapropriação é o proprietário cujo nome consta na matrícula do registro de imóveis, sendo que este se desinteressou por seu imóvel já há bastante tempo e não é mais a pessoa que detém a posse de fato do bem. Com base nessa lógica, o morador que reside no imóvel, que vive no local por muitos anos, que lá constituiu sua família e que já tem acesso à cidade é visto agora como um invasor que será atingido por uma remoção sem qualquer tipo de direitos. Isto porque essa racionalidade jurídica implementada não o reconheceu e, como consequência, lhe negou direitos.

No entanto, é preciso dizer urgentemente que sim, essas pessoas atingidas por essas remoções e deslocamentos têm direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e internacional. Essas posses, muito embora, na maioria das vezes não tituladas, geram sim direitos e obrigações, principalmente obrigações ao Poder Público Municipal.

Nesse sentido, nos termos da legislação internacional reconhecida e firmada pelo direito brasileiro, é preciso se constatar que os despejos são uma grave violação aos direitos humanos. Em outras palavras, as remoções e deslocamentos que ocorreram e ocorrem hoje na cidade do Rio de Janeiro são uma grave violação aos direitos humanos. Em sua maioria, os despejos são efetivados com base em decisões administrativas ou judiciais fundamentadas em legislação nacional incompatível com os padrões internacionais de direitos humanos. Por isso, faz-se necessária a proteção jurídico-processual de famílias, grupos ou comunidades ameaçadas de despejo antes e durante o curso da ação judicial. O Estado, os juízes e promotores públicos devem adotar o princípio da

precaução² nas ações de despejo, reintegrações de posse, desapropriações com pedido de imissão de posse e reivindicatórias de propriedade, que envolvam comunidades pobres e grupos vulneráveis.

A prática dos despejos ou deslocamentos, portanto, constitui uma violação grave aos direitos humanos, em particular ao direito a uma moradia adequada, de acordo com a Resolução 1993/77 da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Tal como sinalizado, ao se definir a proteção da segurança da posse, o CDESC estabelece que isto implica garantir uma proteção legal contra os despejos³. No mesmo texto se afirma que devem existir recursos de apelação jurídica destinadas a evitar despejos ou demolições planejados mediante a emissão de mandados dos tribunais e procedimentos jurídicos para obter indenização depois de um despejo ilegal.

A Corte Interamericana depreende que o artigo 1º da Convenção Interamericana cria a obrigação de respeitar e garantir os direitos humanos ali previstos⁴. A obrigação de garantir compreende que os Estados devem prevenir, investigar e punir qualquer violação aos direitos assegurados na Convenção e, se possível, buscar restaurar os direitos violados e assegurar compensação aos danos resultantes destas violações. Adicionalmente, as leis internacionais de direitos humanos estabelecem que todos os direitos humanos geram, no mínimo, quatro obrigações ao Estado, quais sejam, as obrigações de respeitar, proteger, promover e garantir esses direitos⁵. A obrigação de respeitar estabelece que o Estado deve abster-se de interferir no pleno gozo dos direitos humanos; a obrigação de proteger determina a proteção dos seres humanos contra atos de terceiros, incluindo atos não-estatais, mediante a aplicação de leis e a provisão de remédios legais⁶. No caso *Velásquez Rodríguez v. Honduras*, a Corte entendeu que o Estado tem a obrigação de proteger as pessoas no âmbito de sua jurisdição de atos praticados por terceiros em detrimento aos direitos humanos e o não oferecimento desta proteção constitui uma clara violação da obrigação do Estado⁷.

No caso da proteção contra despejos forçados, os princípios das leis internacionais de direitos humanos reconhecem que a obrigação do Estado deve ter efeito imediato. O Comentário Geral do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece

² O princípio da precaução afirma a necessidade de se prevenir situações de risco ou conflito que possam produzir danos sérios ou irreversíveis, requerendo a implementação de medidas que possam evitar estes danos.

³ Comitê DESC. Observação Geral nº 4 (1991), parágrafo 8).

⁴ Corte Interamericana de Direitos Humanos, Caso *Velásquez Rodríguez*, paras. 165 and 166, Julgamento de 19 Julho 1988, Series C, No. 4.

⁵ Sendo um Estado Parte ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o governo do Brasil está legalmente obrigado a respeitar, proteger e garantir o direito à moradia adequada e o direito à propriedade, incluindo a proibição da prática de despejos forçados, conforme assegurado no artigo 11(1). Além disso, é também obrigado a não interferir nos casos em que as pessoas gozam do direito à moradia, bem como a proteger essas pessoas contra despejos praticados por terceiros.

⁶ *Amici Curiae do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE) em apoio ao Grupo Interdisciplinar por los Derechos Humanos. Relatório n. 75/01, Caso 12.266, El Aro, Ituango vs. Colombia (10 Outubro 2001).*

⁷ Corte Interamericana de Direitos Humanos, Caso *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*, para. 166, Julgamento de 19 Julho 1988, Series C, No. 4.

que “a realização progressiva dos direitos previstos no Pacto Internacional de DESC não pode ser mal interpretada como um limite à obrigação de assegurar o pleno conteúdo destes direitos” e que “qualquer medida deliberadamente regressiva deverá ser cuidadosamente considerada e deverá ser justificada com relação à totalidade dos direitos previstos no Pacto Internacional.”⁸ Como os despejos forçados constituem uma medida regressiva, eles constituem uma violação ao direito à moradia adequada, a menos que sejam justificados com base no Pacto⁹.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos considera os despejos forçados uma violação aos artigos 11 e 21 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (caso *Massacres de Ituango vs. Colômbia*) e também uma violação ao artigo 26. Além disso, a Corte tem utilizado outros instrumentos internacionais de direitos humanos para interpretar o conteúdo da proibição de despejos forçados, tais como a Convenção 169 da OIT.

Como pôde ser constatado no Rio de Janeiro, os despejos e deslocamentos realizados se dão por força das obras e empreendimentos em andamento por ocasião dos mega eventos esportivos na cidade (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). Como é sabido, o direito internacional se debruçou sobre esse tema dos mega eventos e já produziu várias diretrizes a serem seguidas pelos governos quando da realização desses empreendimentos nestas localidades que os receberão.

Dessa forma, é o que fica claro do documento “Princípios Básicos e Diretrizes sobre os Despejos e o Deslocamento Gerados pelo Desenvolvimento”¹⁰. Nele, o relator especial para Moradia Adequada, Miloon Kothari, prevê uma série de diretrizes necessárias para serem tomadas por ocasião da realização dos mega eventos esportivos. Dentre essas várias diretrizes está a que se refere à participação das comunidades e pessoas ameaçadas nos projetos a serem desenvolvidos e que venham a acarretar a sua remoção. É a diretriz de número 37 que diz o seguinte:

“Todas as informações do projeto devem estar disponíveis com antecedência, em idioma e dialeto das pessoas que serão atingidas, em linguagem acessível e utilizando referências comunitárias; As pessoas atingidas têm o direito de procurar assessoria independente para discutir e elaborar projeto alternativo. É recomendável que existam fontes de financiamento para propiciar tais estudos alternativos, muitas vezes acordos e convênios com universidades

⁸ Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Comentário Geral n. 3, *A natureza das obrigações dos Estados Partes (Art. 2, para.1 do PIDESC) (Quinta sessão, 1990), para. 9, UN Doc. HRI/GEN/1/Rev.1 at 45 (1994).*

⁹ *Amici Curiae do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE) em apoio ao Grupo Interdisciplinar por los Derechos Humanos. Relatório n. 75/01, Caso 12.266, El Aro, Ituango vs. Colombia (10 Outubro 2001).*

¹⁰ Documento A/HRC/4/18 de 5 de fevereiro de 2007. Anexo A do Relatório do Relator Especial sobre Moradia Adequada, como parte do direito a um nível de vida adequado, Miloon Kothari em APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 60/251 DA ASSEMBLÉIA GERAL, DE 15 DE MARÇO DE 2006, TITULADA “CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS” apresentado perante o CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS em seu Quarto período de sessões.

podem viabilizar esses projetos; Todos e todas devem ter vozes asseguradas e consideradas, sem qualquer tipo de intimidação e com respeito às normas de expressão das comunidades atingidas; Avaliar o impacto do projeto, mapeando todos aqueles que serão atingidos direta ou indiretamente, identificando especialmente os grupos mais vulneráveis da população; Devem ser estabelecidos critérios claros para a avaliação de impacto, levando-se em consideração que essa avaliação não deve ser meramente econômica, mas cobrir também aspectos sociais e culturais considerando-se inclusive as condições de convivência pré-existentes; Ao final a inevitabilidade da remoção deve ser demonstrada com um estudo de impacto. A autoridade responsável deve notificar a população sobre a decisão final relativa à remoção; justificando detalhadamente a decisão, inclusive quanto a: ausência de alternativas viáveis, alternativa proposta, exposta de modo completo, e as medidas tomadas ou previstas para minimizar os efeitos negativos das remoções quando inexisterem alternativas. Possibilitar que a população se defenda inclusive judicialmente. Os atingidos devem receber assistência judiciária gratuita quando preciso; Dar prazo e condições para que a população se prepare para o dia da remoção; A comunidade deverá ter tempo para fazer um levantamento detalhado (inventário) de seus bens e direitos afetados; Deve ser dado aviso prévio suficiente de pelo menos 90 dias ou tempo necessário que prejudique menos as famílias. A data exata da remoção deve ser observada. Deve-se observar condições mínimas para o local de reassentamento.”

Essa diretriz basicamente determina a necessidade de garantia de participação da comunidade afetada no processo de construção do projeto a ser implementado, obrigando a autoridade a fornecer todas as informações necessárias sobre o projeto, possibilidade de discussão de alternativas que não seja a de atingir essas comunidades, garantia de assessoramento técnico para compreensão do projeto, por exemplo.

Essa, inclusive, é a recomendação da Procuradoria Federal do Direito do Cidadão – PFDC, a de nº 4, que num importante documento¹¹ estabeleceu oito recomendações a serem seguidas pelos Poderes Públicos quando da realização das obras dos mega eventos esportivos, conforme segue abaixo:

“seja contemplada a participação popular em todas as fases dos procedimentos de remoções, deslocamentos e reassentamentos da população garantindo-se a mediação antes dos ajuizamentos das ações judiciais ou mesmo quando já ajuizadas ações, evitando-se a utilização da força policial e quando esta se fizer necessária, seja realizada por pelotão capacitado a lidar com esse público.”

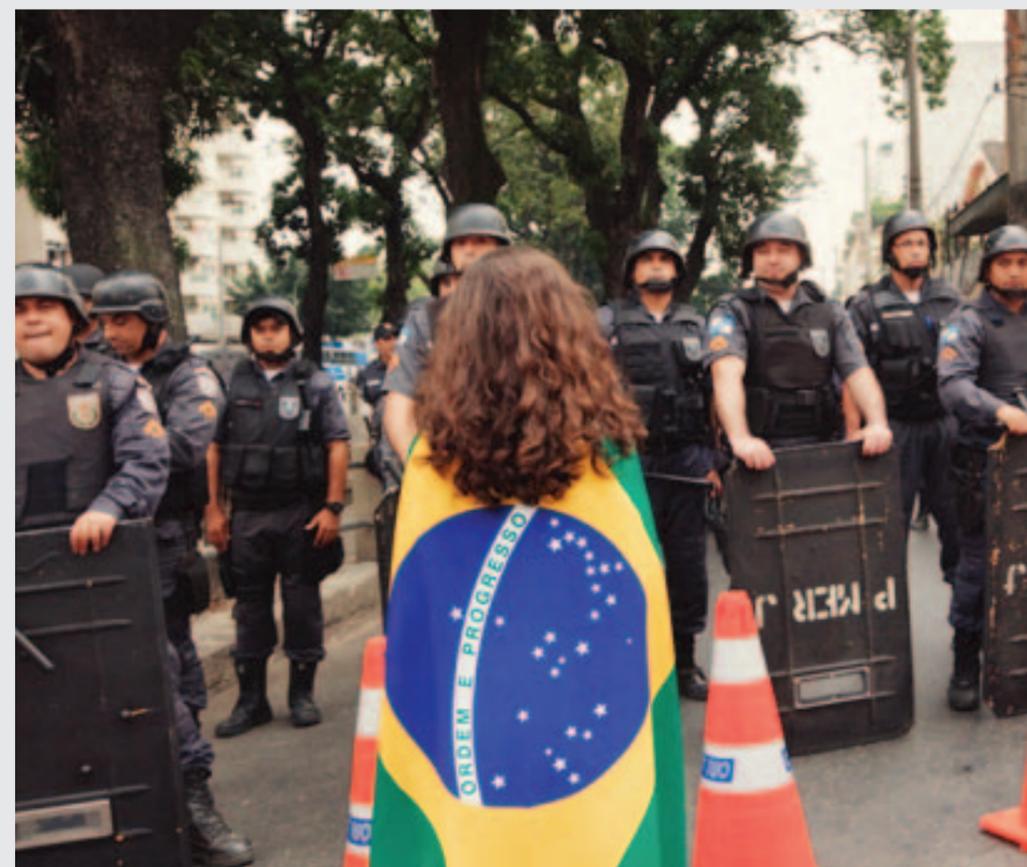
Com base ainda no relatório apresentado pela Relatora Especial para a Moradia Adequada das Nações Unidas, Raquel Rolnik, perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, ficou expressamente recomendado que:

¹¹ Recomendação 07/2011 da PFDC.



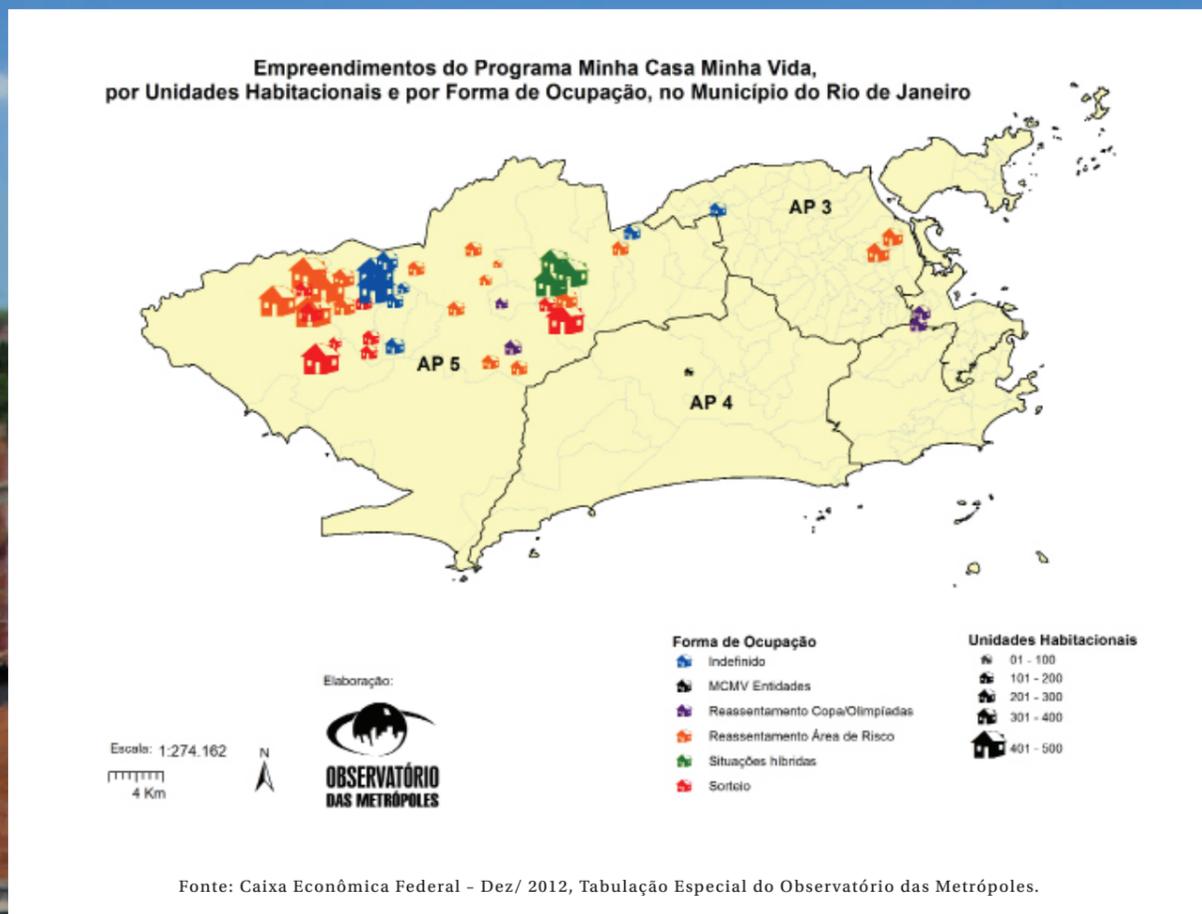
“As autoridades estatais e locais devem se abster de realizar despejos forçados como preparativo de megaeventos. Quando os despejos se justificarem, devem ser feitos com plena observância das disposições pertinentes do direito internacional em matéria de direitos humanos e em concordância com os procedimentos indicados na Observação geral nº 7, e nos princípios e orientações básicas sobre os despejos e desalojamentos originados do desenvolvimento.”¹²

Assim, conclui-se que o ordenamento jurídico internacional optou seguramente pela garantia do direito à moradia digna das comunidades atingidas por obras de grande impacto. Isto porque, todos os documentos citados elevam como última alternativa a remoção, quando garante a possibilidade de discussão do projeto a ser realizado, entre outras medidas, sendo que no caso da remoção está somente deverá acontecer quando existir local digno para reassentamento das pessoas atingidas ou indenização justa e que garanta direito á moradia digna.



¹² Recomendação contida no parágrafo 74 do documento.

Mapa 1. Localização dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida, por Forma de Ocupação e Tamanho dos Empreendimentos – Rio de Janeiro, 2012









O Dossiê é uma publicação do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Colaboradores do Comitê

Adriano Belisário, *Jornalista e colaborador do Instituto Mais Democracia*

Alessandro Biazz, *PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul*

Alice De Marchi, *Justiça Global*

Ana Carolina Brandão

André Mantelli

Bruno Carelli, *Golfe para Quem?*

Bruno Gawryszewski

Caio Lima, *Núcleo Socialista da Tijuca*

Carla Hirt, *AGB Rio e ETTERN/IPPUR/UFRJ*

Carlos Vainer, *ETTERN/IPPUR/UFRJ*

Carol Santos, *Observatório das Metrôpoles*

Christopher Gaffney, *Universidade Federal Fluminense*

CMP - *Central de Movimentos Populares*

Cristiano Muller, *Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES*

Deborah Werner, *ETTERN/IPPUR/UFRJ*

Demian Castro, *AGB Rio e Observatório das Metrôpoles*

Diana Helene, *Observatório da Prostituição / UFRJ;*

Coletiva Feminista GENIS

Eduardo Baker, *Justiça Global*

Erick Omena, *Observatório das Metrôpoles*

ETTERN/IPPUR/UFRJ - *Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Gabriela Pinto, *ActionAid Brasil*

Giselle Tanaka, *ETTERN/IPPUR/UFRJ*

Gláucia Marinho, *Justiça Global*

Gustavo Mehl, *Observatório das Metrôpoles*

Hertz Viana Leal

Inalva Mendes Brito, *Vila Autódromo*

Instituto Mais Democracia

Isabel Lima, *Justiça Global*

Isabella França, *aluna do GPDES e Bolsista de Iniciação Científica no IPPUR*

João Roberto Lopes Pinto, *Instituto Mais Democracia e Escola de Ciência Política da UNIRIO*

Juciano Martins Rodrigues, *Observatório das Metrôpoles*

Juliana Farias, *Justiça Global*

Juliana Kazan, *Movimento Direito Para Quem e ETTERN/IPPUR/UFRJ*

Justiça Global

Laboratório de Etnografia Metropolitana - *LeMetro/IFCS/UFRJ*

Larissa Lacerda, *mestranda IPPUR/UFRJ*

Leticia de Luna Freire, *LeMetro/IFCS-UFRJ e PPGA-UFF*

Livia Buxbaum Orlandi

Luciana Correa do Lago, *Observatório das Metrôpoles*

Ludmila Paiva

Luiz Antonio Simas

Luiz Mario Behnken, *Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro*

Maíra Borges Fainguelernt, *Instituto Mais Democracia*

Marcelo Edmundo, *CMP*

Maria do Socorro, *Indiana*

MUCA - *Movimento Unido dos Camelôs*

Maria dos Camelôs, *Movimento Unido dos Camelôs*

Maria Zélia Carneiro Dazzi, *Arroio Pavuna*

Mariana Medeiros, *ETTERN/IPPUR/UFRJ*

Mariana Werneck, *mestranda IPPUR/UFRJ*

Mauro R. Monteiro dos Santos, *Observatório das Metrôpoles*

Natália Damazio, *Justiça Global*

Nelson Diniz

Observatório da Prostituição, *LeMetro/IFCS/UFRJ*

Observatório das Metrôpoles, *Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ*

Orlando Santos Junior, *Observatório das Metrôpoles / IPPUR / UFRJ*

PACS - *Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul*

Patrícia Ramos Novaes, *Observatório das Metrôpoles*

Paula Carvalho, *Muzema*

Paula Paiva Paulo

Pedro Costa

Priscila Neri, *Witness*

Rafael Rezende, *Mestrando IESP e colaborador do Instituto Mais Democracia*

Raphaela Lopes, *Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)*

Renata Neder, *Anistia Internacional*

Renato Cosentino, *Justiça Global*

Roberto Morales, *Assessoria Mandato*

Dep. Estadual Marcelo Freixo

Sandra Carvalho, *Justiça Global*

Soraya Silveira Simões, *IPPUR/UFRJ e*

Observatório da Prostituição - LeMetro

Valéria Pinheiro, *Observatório das Metrôpoles*

Veronica Freitas, *Assessoria Mandato Vereador Renato Cinco*

Apoio

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL

e FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS

Fotografias

André Mantelli, Andreas Schoyerer, AND - A Nova

Democracia, Coletivo PROJETAÇÃO, Courtney Crumpler,

Daniel Baca, Ernesto Fuentes Brito, Fernanda Sanchez,

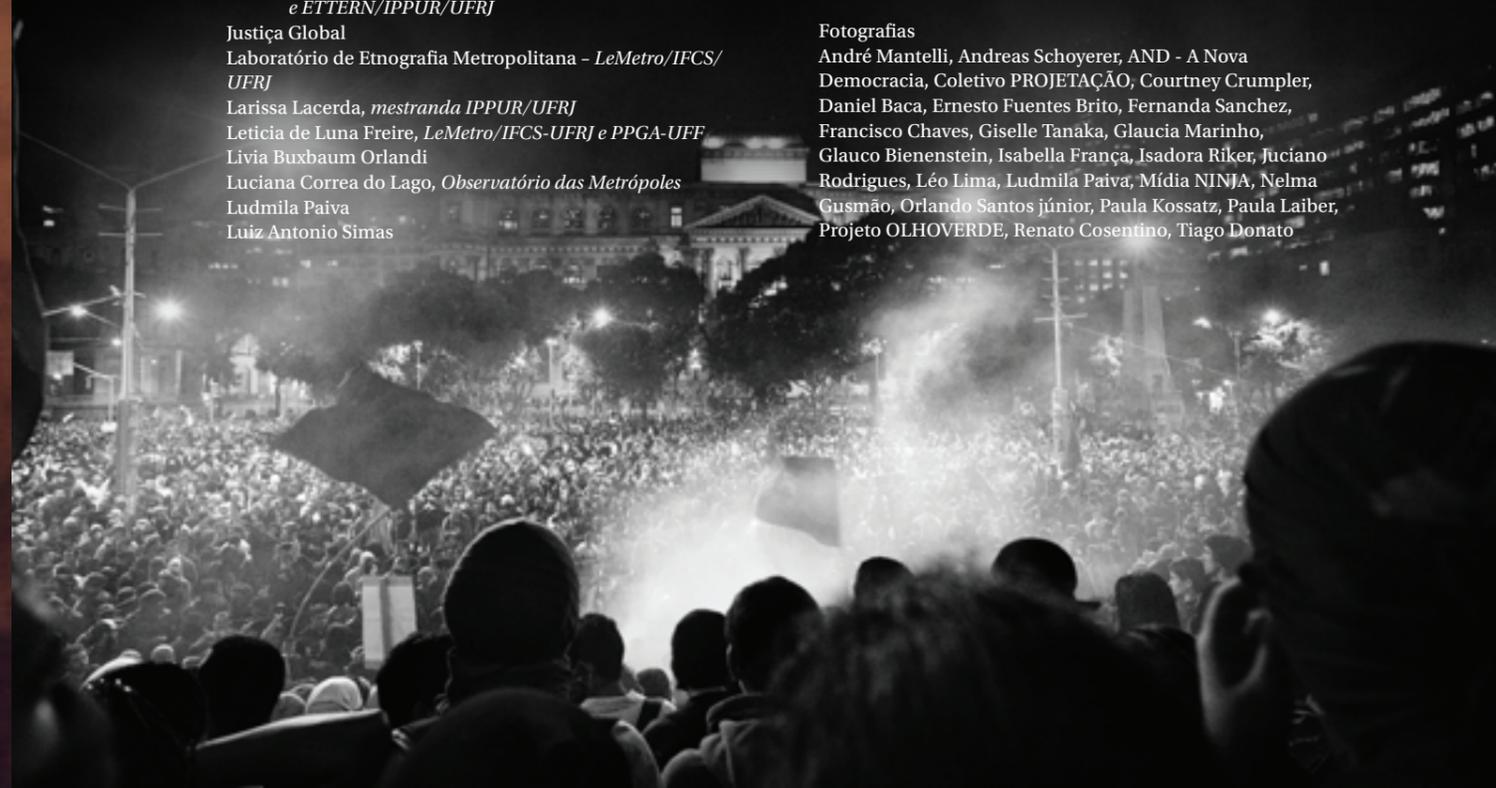
Francisco Chaves, Giselle Tanaka, Gláucia Marinho,

Glauco Bienenstein, Isabella França, Isadora Riker, Juciano

Rodrigues, Léo Lima, Ludmila Paiva, Mídia NINJA, Nelma

Gusmão, Orlando Santos Júnior, Paula Kossatz, Paula Laiber,

Projeto OLHOVERDE, Renato Cosentino, Tiago Donato





COMITÊ POPULAR
COPA & OLIMPIADAS **RiO**